



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Diego Barbosa da Silva

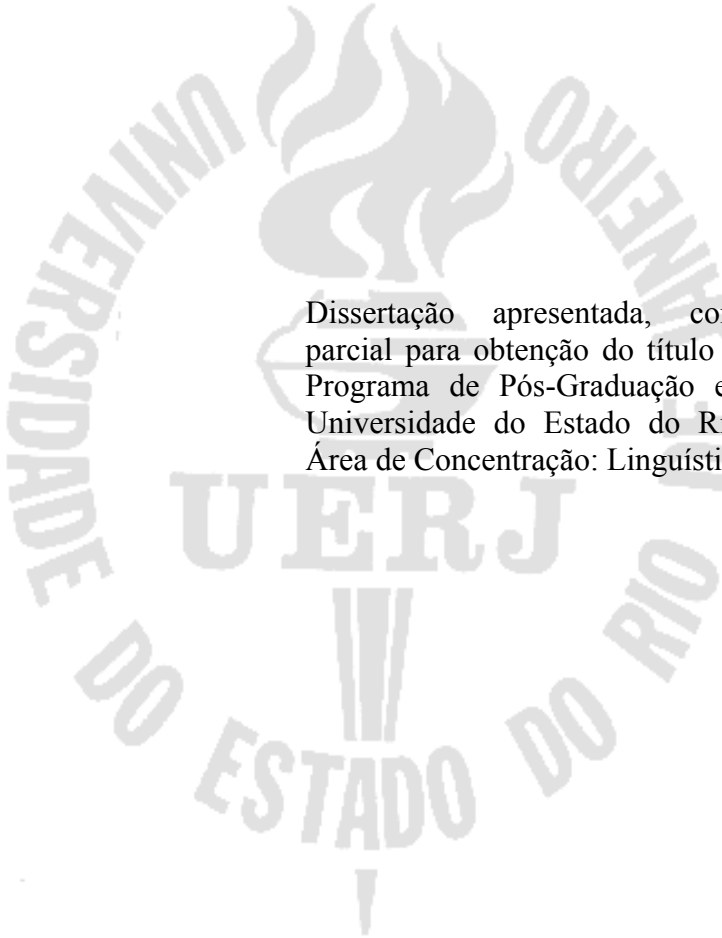
**De Flor do Lácio à Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)***

Rio de Janeiro

2011

Diego Barbosa da Silva

**De Flor do Lácio à Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)***



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Linguística.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

S586	<p>Silva, Diego Barbosa da. De Flor do Lácio à língua global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) / Diego Barbosa da Silva .- 2011.</p> <p>282f.</p> <p>Orientadora: Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa - Análise do discurso - Teses. 2. Coesão (lingüística) - Teses. 3. Língua Portuguesa – Aspectos políticos - Teses. 4. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Teses. 5. Linguagem – Política governamental – Teses. 6. Difusão cultural – Teses. 5. Poder (Ciências sociais) – Teses. I. Sant'Anna, Vera Lúcia de Albuquerque. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU:82.085:806.90</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Diego Barbosa da Silva

**De Flor do Lácio à Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Linguística.

Aprovado em 14 de março de 2011.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna (Orientadora)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mônica Leite Lessa  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Vanise Gomes de Medeiros  
Instituto de Letras da UFF

Rio de Janeiro

2011

## DEDICATÓRIA

À minha avó que mesmo com pouco estudo me ensinou a esperança;  
À Clara, ao Lucca e a todos que iniciam a sua caminhada na vida;  
A todos os trabalhadores que vivem nas periferias das grandes cidades e na periferia do  
sistema capitalista;  
A todas as vítimas do colonialismo no passado e no presente;  
A todos que lutam em prol da igualdade, da liberdade contra a exploração e alienação do  
capital.  
A todos que acreditam.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a algo superior pela força dada em todo momento.

Agradeço a minha mãe, amiga e revisora do texto desta dissertação, com quem compartilho opiniões, amor e minha essência de ser. Como digo sempre, a primeira a largar tudo e vir ao meu socorro.

Agradeço também a minha irmã, também amiga de todas as horas, que ocupará o lugar da minha mãe um dia, e aos meus dois sobrinhos Clara e Lucca, bem como ao pai deles Charles.

Agradeço ao meu pai, que apesar de tantos desencontros nessa vida, nunca desistiu de mim.

Agradeço aos meus dois avôs, Amâncio e Zaca, com quem dividi anos de convivência e debates políticos.

Agradeço a Betinha e ao Luiz, primos que mais do que me socorrer em diversos momentos no Rio, me deram o prazer de sua companhia nestes últimos meses, diminuindo minha admirada e repulsiva solidão.

Agradeço a toda a minha família gigante, que tenho o orgulho de ser o responsável em organizar e manter uma árvore genealógica com mais de 400 familiares, principalmente a Tia Sueli, a Tia Rosângela, Márcia e Cida e suas famílias.

Agradeço a Rosalina e ao Armando, ítalo-brasileiros e a Sávvia e Dayse Sousa que me garantiram um teto, num momento em que dificilmente poderia permanecer no Rio.

A Barra do Piraí de onde enxergo o mundo e que um dia retornarei.

Aos vizinhos, amigos e cidadãos de Barra do Piraí. Aos amigos do PT, Cida do Santa Bárbara, Cida Gomes, com seus abraços energéticos, e Lúcia Emília.

Aos amigos do Medianeira: Sávvia Sousa, com quem divido gostos e discussões há anos, a Larissa Pires, a Liana Gama, Tatiana, Débora Rodrigues, Evelyn Arede e suas famílias que também considero minhas.

Aos professores do Medianeira, colégio em que estudei a vida toda, onde passei os melhores anos da minha vida: Délia Favieri (in memoriam), Anna Rothe, Rosana, Terezinha, Isa, Aida, Sueli, Rosângela, Patrícia, Helena, Paulo Sérgio, Vera Illa, Vera Brandão, Verinha.

Aos poucos, mas sinceros, amigos da UFRJ, Moniza Rizzini, Lys Miranda, Priscila Paço, Camila Alves, Carla Perez, Isabela Derzi, Paula Loureiro e Thiago Magaldi.

Aos colegas da Unirio que me fizeram ver que o teatro não era a minha praia, principalmente Julia, ótima atriz, e os colegas de cenografia.

Aos muitos amigos da UERJ, de todos os cursos mas principalmente os de Ciências Sociais: Cristiane Martins; Juliana Martins, Rodrigo Reduzino, Daphne Cordeiro, Mira Caetano, Fernanda Santiago, Diogo Valente, Dayane Lua, Luciane Barbosa, Tiago Simões, com quem dividi minhas angústias e sempre souberam me ouvir com amor, Rudolph Hassan, Rafael, Taís Xavier, Paulo Victor, Núbvia, Vânia, Marcele, Camila Fernanda, Mayra Poubel, Fabiana Ramos, Fran, Camilinha.

A Margareth da xerox que sempre me ouviu, me tranquilizando com seus abraços nos momentos difíceis.

Aos amigos que fiz no movimento estudantil carioca: Luciane Barbosa, Paula Almada, Thiago Barreto, Debora Cabral, Evely Rebello, Glaucia Almeida, Bruno Nareba, Guilherme Pimentel, Juliana Fiuza, Matheus Thomaz, Rodolfo Deusdará, Alexandre Magno.

Aos professores da UERJ, com saudades da época em que convivíamos Cristina Dias, Nanci Vieira, Felícia Picanço, Lená Medeiros, Georgina Muniz, Maricélia Bispo, Satomi Kitahara, Cleir Marconsin e a minha sempre professora e grande amiga Luitgarde, com quem aprendi que a Universidade ainda pode ser um espaço de lutas e vitórias.

Aos técnicos administrativos da UERJ, Daniel e Fernando do IFCH, Claudia, Luciana e Tânia da Secretaria do PPGL, Rosalina, Paulinha, Luiza, Miranda, Ana da Reitoria.

A lei número 11.907 de 02 de fevereiro de 2009 que permitiu ao Arquivo Nacional me dispensar parcialmente do trabalho para me dedicar a esta pesquisa.

Aos amigos do Arquivo Nacional, Thiago Mourelle, Gláucia Pimentel, Josimar Matos, Helen Mazur, Ricardo Ascensão, PH Martins, Rodrigo Mourelle, Leonardo Fontes, Deinha, Cláudia Teresa, Andreia Carvalho, Mary Lane, Nico Lacerda e todos os demais, por dividirem o meu cotidiano.

Aos amigos da Puc-Rio, Tati, Cláudio, Elaine e Ana.

Aos professores do PPGL/UERJ que me ensinaram não apenas teorias das ciências da linguagem, mas também a ser um bom professor: Del Carmen, Cláudia Amorim, Vanise Medeiros, Sandra Bernardo, Zinda Vasconcelos, Décio Rocha

Aos amigos da Revista Palimpsesto, Adriana, Gustavo, Gabriel, Ângela, Dayhane, Lídia e Sérgio Nazar.

Aos amigos companheiros de mestrado, Débora Cabral, com quem dividi além da amizade intensa, bons debates, Raphaela, Fábio, Gisele e Raabe, Luiza Castelo Branco.

Aos professores que me ajudaram nessa pesquisa nos congressos e nas sala de aula: Mônica Lessa, Adriano de Freixo, José Luiz Fiorin, Kleber da Silva, Maria Luiza Ortiz, Regina Brito, Eni Orlandi, Hildo do Couto, Bethania Mariani, Márcia Paraquett, Lia Varela, Claudia Roncaratti, Dante Lucchesi, Xoán Diez, Kanavillil Rajagopalan, Gilvan Oliveira, Letícia Pinheiro, Gregório Firmino, Salikoko Mufwene, Danúsia Santos, Ana Catarina Nobre de Mello, Roberval Teixeira e Silva, Monica Zoppi Fontana, Neusa Bastos, José Carlos Azeredo, Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau.

A Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Departamento Cultural do Itamaraty, sobretudo a Leonardo Lott e Lílian Pinho.

Aos novos amigos de infância: Larissa Almeida, Marcele Almeida, Marina Neves e Matheus Faro.

Ao Skank, Elvis, Chico Buarque, Cássia Eller, Angela Ro Ro, ABBA, Brandi Carlile, Coldplay, Belle and Sebastian, Sigur Ros. Kate Nash, Queen, Mika. Elton John, John Lennon, The Strokes, The Beatles, The Smiths e todos aqueles que me deram inspiração.

A Mônica Lessa e Vanise Medeiros, pela paciência e apontamentos valiosos na qualificação e por aceitarem o convite para comporem a banca desta dissertação.

A Monica Zoppi Fontana e a Del Carmen por aceitarem o convite para a suplência.

A Vera Sant'Anna, minha orientadora, que aceitou o desafio que foi essa dissertação, sempre com dedicação, carinho e entusiasmo durante todos esses meses. Sem ela nada seria possível.

A todos os pensadores e artistas com quem dialoguei por todos esses anos.

Agradeço a todos que cruzaram meu caminho e fizeram parte da minha história até aqui e que pela minha memória, já cansada e pela falta de espaço não pude citar.

JOANA

Tudo está na natureza  
encadeado e em movimento –  
cuspe, veneno, tristeza,  
carne, moinho, lamento,  
ódio, dor, cebola e coentro,  
gordura, sangue, frieza,  
isso tudo está no centro  
de uma mesma e estranha mesa  
Misture cada elemento –  
uma pitada de dor,  
uma colher de fomento,  
uma gota de terror  
O suco dos sentimentos,  
raiva, medo ou desamor,  
produz novos condimentos,  
lágrima, pus e suor  
Mas, inverta o segmento,  
intensifique a mistura,  
temperódio, lagrimento,  
sangalho com tristeza,  
carnento, venemoinho,  
remexa tudo por dentro,  
passe tudo no moinho,  
moa a carne, sangue o coentro,  
chore e envenene a gordura  
Você terá um unguento,  
uma baba, grossa e escura,  
essência do meu tormento  
e molho de uma fritura  
de paladar violento  
que, engolindo, a criatura  
repara o meu sofrimento  
co'a morte, lenta e segura

JOANA

(Vestindo os filhos)

Eles pensam que a maré vai mas nunca volta  
Até agora eles estavam comandando  
o meu destino e eu fui, fui, fui, fui recuando,  
recolhendo fúrias. Hoje eu sou onda solta  
e tão forte quanto eles me imaginam fraca  
Quando eles virem invertida a correnteza,  
quero saber se eles resistem à surpresa,  
quero ver como eles reagem à ressaca

*Veneno. Gota D'água. Chico Buarque*



Fracassei em tudo que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei uma universidade séria, não consegui. Mas meus fracassos são minhas vitórias. Detestaria estar no lugar de quem venceu  
*Darcy Ribeiro*

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.  
*Guimarães Rosa*

Os limites de minha linguagem denotam os limites do meu mundo.  
*Wittgenstein*

## RESUMO

SILVA, Diego Barbosa da. *De Flor do Lácio à Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. 2011. 282f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Nesta última década notamos uma série de políticas que visam ampliar a presença da língua portuguesa no mundo, tais como a inauguração da TV Brasil Internacional (2010), no âmbito do governo brasileiro ou a entrada em vigor do acordo ortográfico de 1990 (2009), no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização internacional formada por todos os países de língua oficial portuguesa. Diante desse panorama, esta pesquisa propõe-se a contribuir para a compreensão do papel de políticas linguísticas na configuração do que seja a expansão do português no mundo contemporâneo. Para isso, partimos das premissas de que todo discurso é polêmico pelo princípio da interincompreensão constitutiva (MAINGUENEAU, 2008 [1984]), e de que todo texto político-jurídico-normativo busca apagar, superar essa polêmica e construir um sentido único. Esse caminho teórico-metodológico, nos leva a questionar sobre que processos discursivos constroem essa busca de univocidade para superar a polêmica nos documentos de políticas linguísticas para a expansão do português? Quais coerções foram enfatizadas? De que maneira o enunciador se apresenta em nome dessa univocidade? Acreditamos que encontrar respostas a essas indagações nos levem a discutir relações de poder que sustentam essas políticas linguísticas de expansão do português nesta última década. Para desenvolver nossa pesquisa, selecionamos como *corpora* de análise, declarações e resoluções da Conferência de Chefes de Estado e de Governo e do Conselho de Ministros da CPLP sobre a difusão e promoção da língua portuguesa, por causa do poder político e simbólico, que essa organização representa em relação à temática. Assim, pudemos identificar quatro posições/faces de enunciadores, o ufanista, o defensor, o apreensivo e o idealista-apaziguador, que juntos compõem um enunciador, que chamamos de “super” graças a sua memória e a sua competência interdiscursivas e sua maneira específica de enunciar, que potencializam o poder imperativo de seus enunciados. Nas sequências discursivas analisadas podemos constatar que esse (super)enunciador na busca da adesão do coenunciador, articula alianças (a língua portuguesa comum, a sociedade civil) e oposições (diversidade cultural dos países, a língua inglesa) na construção de uma aparente homogeneidade linguística a fim de superar a heterogeneidade fundante da própria CPLP. Desse modo, as polêmicas são silenciadas e podemos notar um processo de construção de um novo sentido de língua portuguesa, homogeneizante em contraposição a outro já em curso de gramatização e heterogeneização das línguas portuguesas nacionais.

Palavras-chave: Política linguística. CPLP. Língua portuguesa. Promoção da língua portuguesa. 2003-2010.

## RESUMEN

En la última década, se observa una serie de políticas de expansión de la presencia de la lengua portuguesa en el mundo, tales como la inauguración de la TV Brasil International (2010), bajo el gobierno de Brasil o la entrada en vigor del acuerdo ortográfico de 1990 (2009) en la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP), una organización internacional compuesta por todos los países de lengua oficial portuguesa. En ese contexto, esta investigación se propone a contribuir a la comprensión del papel de las políticas lingüísticas en la configuración de lo que sea la expansión del portugués en el mundo contemporáneo. Para eso, se parte de las premisas de que todo discurso es polémico por el principio de interincomprensión constituyente (MAINGUENEAU, 2008 [1984]), y de que todo texto político-jurídico-normativo busca borrar, superar esa polémica y construir un sentido unívoco. Ese camino teórico-metodológico nos lleva a cuestionar sobre cuáles procesos discursivos construyen la búsqueda de la univocidad para superar la polémica en los documentos de política lingüística para la expansión del portugués. ¿Qué restricciones se han destacado? ¿De qué modo se presenta el enunciador en nombre de esa univocidad? Creemos que encontrar respuestas a esas preguntas nos llevan a discutir las relaciones de poder que sostienen esas políticas lingüísticas de expansión de la lengua portuguesa en la última década. Para desarrollar nuestra investigación, hemos seleccionado como corpus del análisis declaraciones y resoluciones de la Conferencia de Jefes de Estado y de Gobierno y del Consejo de Ministros de la CPLP, sobre la difusión y promoción del portugués, debido al poder político y simbólico que esa organización representa en relación al tema. Así, hemos identificado cuatro posiciones de enunciadores: el ufanista, el defensor, el aprensivo y el idealista-apaciguador, que en conjunto constituyen un enunciador, que llamamos "súper" por su memoria y su competencia interdiscursivas y su forma específica de enunciar, que potencializan el poder imperativo de sus enunciados. En las secuencias discursivas analizadas, se constata que ese (súper)enunciador en la búsqueda de la adhesión del co-enunciador articula alianzas (la lengua portuguesa común, la sociedad civil) y oposiciones (la diversidad cultural de los países, la lengua inglesa) para construir una aparente homogeneidad lingüística a fin de superar la heterogeneidad fundante de la misma CPLP. De ese modo, se silencian las polémicas y se percibe un proceso de construcción de un nuevo sentido de lengua portuguesa, homogeneizante, que se contrapone a otro en circulación, de gramatización y heterogeneización de las lenguas portuguesas nacionales.

Palabras clave: Política lingüística. La CPLP. Lengua portuguesa. Promoción de la lengua portuguesa. 2003-2010.

## ABSTRACT

In the last decade we may realize a series of policies to expand the presence of the Portuguese language in the world, such as the inauguration of Brazil TV International (2010), under the Brazilian government or the entry into force of the agreement spelling 1990 (2009) within the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), an international organization composed of all the Portuguese speaking countries. Against this backdrop, this research intends to contribute to understanding the role of language policies in the configuration of which is the expansion of Portuguese in the contemporary world. For this, we start with the premise that all discourse is polemic by the principle of constitutive interincomprehension (MAINGUENEAU, 2008 [1984]), and that all political-legal-normative text aims to overcome this polemic and construct a meaning unique. This theoretical-methodological way, leads us to question the discursive processes that construct the search for univocality to overcome the polemic in language policy documents for the expansion of Portuguese? What constraints have been emphasized? How the enunciator is presented on behalf of univocality? We believe that finding answers to these questions lead us to discuss power relations that underpin these language policies of the Portuguese expansion in the last decade. To develop our research, we selected as corpora of analysis, declarations and resolutions of the Conference of Heads of State and Heads of Government and Council of Ministers of the CPLP on the dissemination and promotion of Portuguese, because of political and symbolic powers, that this organization represents in relation to the matter. Thus, we identified four positions/enunciators faces, the patriotic-boastful, the defender, the apprehensive and idealistic-reliever, which together comprise a enunciator, which we call "super" because of its interdiscursive memory and competence and its specific way of enunciating, that leverage the imperative power of its statements. In the discursive sequences analyzed we can see that (super) enunciator in search of adhesion of the coenunciator articulates alliances (Portuguese common language, civil society) and oppositions (cultural diversity of countries, the English language) to construct an apparent linguistic homogeneity to overcome the heterogeneity of the CPLP. Thereby, the polemics are silenced and we can see a construction process of a new meaning of Portuguese, homogenized, as opposed to other process already being of grammatization and heterogeneization of national Portuguese languages.

Keywords: Language policy. CPLP. Portuguese language. Promote the Portuguese language. 2003-2010.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cartazes de propaganda com o enunciado “Eu quero você”.....	128
Figura 2	Reprodução da página inicial do Portal da CPLP, captada em 26 de janeiro de 2010.....	140
Figura 3	Reprodução da página inicial do Portal da CPLP, captada em 26 de janeiro de 2010 com destaque para a aba <i>Organização</i> .....	141
Figura 4	Reprodução da página inicial do Portal da CPLP, captada em 26 de janeiro de 2010 com destaque para a aba <i>Língua Portuguesa</i> .....	142
Figura 5	Primeira capa do Manual do Celpe-Bras de 2002.....	181
Figura 6	Primeira capa do Manual do Celpe-Bras de 2003.....	181

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual da população mundial falante de cada língua materna.....	51
Gráfico 2	Participação dos falantes de inglês Língua Materna (LM) e Segunda Língua (L2) no total de falantes no mundo.....	52
Gráfico 3	Participação dos falantes de português Língua Materna (LM) e Segunda Língua (L2) no total de falantes no mundo.....	52
Gráfico 4	Participação de cada país na população da Hispanofonia.....	53
Gráfico 5	Participação de cada país na população da Francofonia.....	53
Gráfico 6	Distribuição dos falantes de português entre países lusófonos e língua materna/segunda língua.....	53

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	As conquistas portuguesas dos séculos XV e XVI.....	31
Mapa 2	Países membros, observadores e candidatos a CPLP e aqueles que adotam o português como língua estrangeira.....	59
Mapa 3	África após a Conferência de Berlim (1884-1885).....	63
Mapa 4	Portugal não é um país pequeno.....	68
Mapa 5	Institutos, centros de cultura e leitorados portugueses e brasileiros pelo mundo (2010).....	101

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quantidade de imigrantes vindos para o Brasil, por nacionalidade, período de imigração e estimativa atual de descendentes.....	36
Quadro 2	Panorama político das línguas dos países africanos de língua oficial portuguesa e do Timor Leste.....	56
Quadro 3	Indicadores demográficos dos países de língua oficial portuguesa.....	79
Quadro 4	Indicadores econômicos dos países de língua oficial portuguesa.....	79
Quadro 5	A formação dos Estados-nacionais e a gramaticalização.....	83
Quadro 6	Instituições para promoção da cultura nacional no exterior.....	97
Quadro 7	Relação das Universidades com Leitorados subsidiados pelo Itamaraty (2010).....	98
Quadro 8	Composição da Comissão da Língua Portuguesa do MEC.....	104
Quadro 9	Lista dos <i>corpora</i> de análise desta pesquisa.....	146
Quadro 10	Enunciador ufanista.....	162
Quadro 11	A presença das línguas em países e continentes.....	165
Quadro 12	Enunciador defensor.....	168
Quadro 13	Enunciador apreensivo.....	176
Quadro 14	Enunciador idealista-apaziguador.....	185



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ABRAFIL	Academia Brasileira de Filologia
ACL	Academia de Ciências de Lisboa
AD	Análise do Discurso
AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
BRICs	Brasil, Federação Russa, Índia e China
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / MEC (Brasil)
CAPLE	Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira (Portugal)
CCBs	Centros Culturais Brasileiros
CD	Competência discursiva
CEBs	Centros de Estudos Brasileiros
CELI	<i>Certificato di Conoscenza della Lingua Italiana</i> (Itália)
CELU	<i>Certificado de Español Lengua y Uso</i> (Argentina)
Celpe-Bras	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Brasil)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
COLIP	Comissão da Língua Portuguesa do Ministério da Educação do Brasil
DALF	<i>Diplôme Approfondi de Langue Française</i> (Aliança Francesa / França)
DELE	<i>Diplomas de Español como Lengua Extranjera</i> (Espanha)
DELF	<i>Diplôme d'Etudes en Langue Française</i> (Aliança Francesa / França)
DC	Departamento Cultural do Itamaraty (Brasil)
Doc-TV	Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário da CPLP
DPLP	Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FD	Formação discursiva
FI	Formação ideológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto Camões (Portugal)
ICALP	Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Portugal)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP
IMA	Instituto Machado de Assis do Ministério da Educação do Brasil
L2	Segunda língua

LM	Língua materna
MD	Memória discursiva
MEC	Ministério da Educação do Brasil
MinC	Ministério da Cultura do Brasil
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil / Itamaraty
OIF	Organização Internacional da Francofonia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOPs	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PB	Português brasileiro
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil)
PE	Português europeu
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (MEC / Brasil)
PIB	Produto Interno Bruto
PLE	Português Língua Estrangeira
SD	Sequência discursiva
UE	União Europeia
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
USP	Universidade de São Paulo
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas / União Soviética

## SUMÁRIO

	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	21
<b>1</b>	<b>PARTE I – POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DA CPLP E PODER</b> .....	28
<b>1.1</b>	<b>A última flor do Lácio: “Língua de liberdade”?</b> .....	28
1.1.1	<u>A língua portuguesa da colonização à globalização</u> .....	28
1.1.1.1	O surgimento da língua portuguesa e o colonialismo .....	28
1.1.1.1.1	A fundação de Portugal e o surgimento da língua portuguesa .....	28
1.1.1.1.2	Colonização Linguística .....	30
1.1.1.2	Descolonização linguística do Brasil .....	35
1.1.1.3	Dois Estados, duas línguas, duas ortografias .....	37
1.1.1.4	A globalização e o ambiente linguístico .....	44
1.1.1.5	Um panorama da língua portuguesa no mundo atual .....	51
1.1.2	<u>Dos mitos coloniais a CPLP</u> .....	60
1.1.2.1	Os mitos coloniais, o imperialismo e o imaginário social portugueses .....	60
1.1.2.2	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Histórico, Funcionamento e Membros .....	77
<b>1.2</b>	<b>“O poder da língua só se manifesta quando essa língua é uma língua de poder”: A política linguística para a expansão do português</b> .....	82
1.2.1	<u>O Estado e a política linguística</u> .....	83
1.2.2	<u>A Diplomacia Cultural: uma forma de fazer política linguística no exterior</u> .....	87
1.2.3	<u>Políticas linguísticas para a promoção do português</u> .....	90
1.2.3.1	Políticas linguísticas de Portugal para a difusão e promoção da língua portuguesa.....	90
1.2.3.2	Políticas linguísticas do Brasil para a difusão e promoção da língua portuguesa .....	91
1.2.3.3	Políticas dos PALOP e do Timor Leste para a difusão e promoção da língua portuguesa .....	109
1.2.3.4	Políticas da CPLP para a difusão e promoção da língua portuguesa .....	110
<b>2</b>	<b>PARTE II – DISCURSIVIDADES E A CONSTRUÇÃO DE PODER DA CPLP</b>	
<b>2.1</b>	<b>O discurso como campo de análise</b> .....	114
2.1.1	<u>O Ethos discursivo</u> .....	123
2.1.2	<u>Polêmica e Interincompreensão</u> .....	131
<b>2.2</b>	<b>Primeiras reflexões e olhares sobre o <i>corpus</i>: as declarações e resoluções da CPLP</b> .....	138

2.2.1	<u>A CPLP como fonte para esta pesquisa</u> .....	138
2.2.2	A coleta de <i>corpus</i> no portal da CPLP .....	139
<b>2.3</b>	<b>“A língua portuguesa nunca dorme”:</b> <b>A construção discursiva de uma polêmica</b> .....	147
2.3.1	<u>O poder normativo e a construção da CPLP</u> .....	147
2.3.1.1	Os gêneros resolução e declaração de organizações internacionais.....	147
2.3.1.2	O efeito coercitivo da norma jurídica no discurso direto e indireto.....	151
2.3.2	<u>O ethos do (super)enunciador da CPLP</u> .....	157
2.3.2.1	O (super)enunciador da Resolução e Declaração da CPLP sobre a língua portuguesa.....	158
2.3.2.2	Enunciadores mais visíveis .....	161
2.3.2.2.1	Enunciador ufanista .....	162
2.3.2.2.2	Enunciador defensor .....	168
2.3.2.2.3	Enunciador apreensivo.....	175
2.3.2.2.4	Enunciador idealista-apaziguador.....	185
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	193
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	198
	<b>ANEXO A</b> – Lista de documentos aprovados nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP .....	233
	<b>ANEXO B</b> – Lista de documentos aprovados nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Ministros da CPLP .....	237
	<b>ANEXO C</b> – Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reunida em São Tomé, em 26 e 27 de julho de 2004 .....	242
	<b>ANEXO D</b> – Declaração sobre a Língua Portuguesa da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reunida em Lisboa em 25 de julho de 2008.....	245
	<b>ANEXO E</b> – Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo, da XIV Reunião do Conselho de Ministros, reunido em Praia em 20 de julho de 2009.....	248
	<b>ANEXO F</b> – Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa do Conselho de Ministros, reunido em Brasília em 31 de março de 2010.....	250
	<b>ANEXO G</b> – Plano de Ação de Brasília .....	252
	<b>ANEXO H</b> – Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP do Conselho de Ministros, reunido em Luanda em 22 de julho de 2010.....	265

<b>ANEXO I</b> – Declaração de Apreço ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva .....	268
<b>ANEXO J</b> – Manifesto em defesa da língua portuguesa contra o acordo ortográfico .....	269
<b>ANEXO K</b> – Quadro cronológico da difusão da língua portuguesa no exterior como diplomacia cultural .....	272
<b>ANEXO L</b> – As marcas linguísticas dos enunciadores na Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reunida em São Tomé, em 26 e 27 de julho de 2004 .....	275
<b>ANEXO M</b> – As marcas linguísticas dos enunciadores na Declaração sobre a Língua Portuguesa da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reunida em Lisboa em 25 de julho de 2008.....	277
<b>ANEXO N</b> – As marcas linguísticas dos enunciadores na Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo, do Conselho de Ministros, reunido em Praia em 20 de julho de 2009.....	279
<b>ANEXO O</b> – As marcas linguísticas dos enunciadores na Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa do Conselho de Ministros, reunido em Brasília em 31 de março de 2010.....	281

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Há sempre algo de ausente que me atormenta.*  
Camille Claudel

A globalização, advento do capitalismo global, e os avanços científicos e tecnológicos diminuíram as distâncias espacial e temporal entre os homens, conectaram culturas, possibilitaram trocas, promoveram profundas transformações no comportamento humano e aumentaram o abismo sócio-econômico que divide ricos e pobres. Nesse novo ambiente sócio-cultural, o campo linguístico também foi afetado e hoje convive-se com a competição, a cooperação, a interação entre línguas num contexto/enfoque global.

Nesse ambiente multilíngue global, transitam línguas com diversos *stati* e esferas de atuação, entre eles, línguas locais, de imigrantes, minoritárias, frente às tais línguas nacionais, internacionais e apenas uma que se apresente como global: o inglês. O inglês se impõe hegemonicamente como expressão dessa globalização e sem a necessidade de uma lei ou de políticas de caráter linguístico que garantam seu espaço. Essas por sua vez, são de outra natureza como, por exemplo, as políticas voltadas para a indústria cinematográfica. A língua inglesa, para chegar onde está hoje, acompanhou a expansão do império britânico nos séculos XIX e XX e a ascensão dos Estados Unidos como superpotência, principalmente depois da Guerra Fria (1945-1989).

Contudo, ao lado do inglês, diversas línguas com importante peso econômico, cultural, político e/ou demográfico se destacam no mesmo ambiente, como é o caso do francês, do espanhol, do alemão, do mandarim/chinês, do russo, do árabe e também do português.

Falado por cerca de 230 milhões de pessoas (LEWIS, 2009; BANCO MUNDIAL, 2009) e língua oficial de nove países em quatro continentes, o português se destaca como a terceira língua mais falada no ocidente – depois do inglês e do espanhol. Aproveitando essas características e compartilhando um passado colonial semelhante, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe viram na língua uma possibilidade de aproximação e fundaram em 1996 a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), numa época em que o inglês, como vimos, se destacava como língua global hegemônica e os Estados Unidos, como única potência mundial.

Fruto de uma época global, a CPLP tem como objetivos desde a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no

cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; até a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa (CPLP, 1996).

No entanto, as ações dos Estados membros, que visam modificar o ambiente linguístico a favor da promoção da língua portuguesa, só se intensificaram nestes últimos anos, a partir do primeiro governo Lula (2003), mas ainda são modestas se comparadas com o orçamento das violentas políticas de defesa e expansão de outras línguas como o francês e mais recentemente o espanhol. Assim, entre as políticas linguísticas recentes implantadas pela CPLP e seus Estados membros destacam-se: a criação e a reformulação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) em Cabo Verde (1989/1999-2005); a instituição pelo Brasil do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) (1994-1998) e por Portugal do Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira (CAPLE) (1999); a criação, pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, da Comissão da Língua Portuguesa (COLIP) (2004-2007); a inauguração do Museu da Língua Portuguesa (2006); a criação do Portal da CPLP (2008); a criação, por Portugal, do Fundo da Língua Portuguesa (2008); o lançamento do edital Doc-TV (2008-2009) para financiar documentários nos países lusófonos; a entrada em vigor do acordo ortográfico de 1990 (2009); a petição para que o português se torne língua oficial das Nações Unidas; a instituição do dia cinco de maio como dia da língua portuguesa e da cultura na CPLP (2009); a fundação, pelo Brasil, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em Redenção no Ceará (2010); a inauguração, pelo governo brasileiro, da TV Brasil Internacional (2010); o lançamento do Plano de Ação de Brasília (2010); intenção frustrada do MEC em criar o Instituto Machado de Assis (IMA) semelhante ao Instituto Camões de Portugal e a proposta de instituir no Rio de Janeiro um centro de estudos do patrimônio lusófono.

Como notamos, recentemente, houve um aumento da quantidade de políticas de promoção da língua portuguesa, bem como de notícias e artigos sobre o tema, como podemos observar na bibliografia desta dissertação. Esse fato já nos chama atenção para questionarmos o porquê desse aumento significativo se compararmos com as décadas de 1980 e 1990.

Outrossim, todo esse rápido processo de promoção, de ampliação das políticas linguísticas nestes últimos anos tem-se mostrado bastante complexo porque muitos são os sujeitos dessas políticas, ora o Brasil, ora Portugal, ora a CPLP ou ainda dentro de um mesmo país como o Brasil, ora é o Ministério das Relações Exteriores (MRE), ora o Ministério da Educação (MEC), ora o Ministério da Cultura (MinC).

Além de muitos atores, várias ações como o IILP, o IMA, a COLIP, foram abandonadas ou carecem de recursos para concretizar seus objetivos. Ademais, observamos um intenso debate em torno da adoção do último acordo ortográfico (1990) nesses últimos anos. Nesse sentido, fica difícil identificar uma diretriz clara e objetiva que relacione os múltiplos sujeitos e ações para a expansão do português, até porque o IILP, que deveria ser o fio condutor desse processo, pois envolve todos os países da CPLP, com vinte anos, parece ainda não ter saído do papel.

Para avançar em nossa discussão, partimos de duas premissas. A primeira de que todo discurso é polêmico pelo princípio da interincompreensão constitutiva (MAINGUENEAU, 2008 [1984]), isto é, de que a partir da interação existente no espaço discursivo, nossa interação com outros discursos se dá pelo simulacro, que nada mais é do que a maneira como o interpretamos, podemos, portanto, presumir a existência da polêmica discursiva em todo e qualquer discurso. A segunda de que todo texto político-jurídico-normativo busca apagar, superar essa polêmica e construir um sentido único, unívoco, sem espaço para interpretações e equívocos. Isso se deve pela preocupação do legislador de deixar o texto “o mais claro possível”, que o enunciado transmita a mensagem mais próxima da vontade do enunciador-legislador, afinal esse tipo de texto é impositivo e por isso mesmo deve-se evitar equívocos. Contudo, como vimos tanto pelo princípio da interincompreensão e pela necessidade dos juízes e ministros do STF, por exemplo, de interpretar a lei e até mesmo a Constituição brasileira, essa é uma tentativa em vão.

Desse modo, nos perguntamos sobre que processos discursivos constroem essa busca de univocidade para superar a polêmica nos documentos de políticas linguísticas para a expansão do português? Quais coerções foram enfatizadas? De que maneira o enunciador se apresenta em nome dessa univocidade? Acreditamos que encontrar respostas a essas indagações nos levem a discutir relações de poder que sustentam essas políticas linguísticas de expansão do português nesta última década.

Como *corpus* de análise, selecionamos documentos da CPLP que “legislam” sobre o tema, por acreditarmos que essa organização reúne as principais vozes envolvidas na política linguística de expansão do português: todos os Estados de língua oficial portuguesa.

Contudo, as relações históricas em que estão inseridas essas políticas resgatam, de uma forma ou de outra a história das ideias linguísticas sobre o português. Afinal, essa história está completamente relacionada à questão colonial, que pressupõe relações de dominação e uma ideologia civilizatória. Tal polêmica, porém, poderia dar-se tanto em torno da memória colonial quanto da quantidade de atores distintos, processos identitários e



projetos para a difusão da língua portuguesa. Assim, a CPLP constitui-se, por excelência, num espaço enunciativo de encontros e confrontos sobre a língua portuguesa.

Com o apoio da Análise do Discurso, buscamos contribuir para a compreensão do papel de políticas linguísticas da CPLP na configuração do que seja a expansão do português no mundo contemporâneo. Além disso, buscamos identificar as vozes que atravessam a norma jurídica para construir a coerção discursiva e analisar as imagens de enunciador da CPLP em relação às políticas linguísticas, pois pelas premissas levantadas essas imagens refletem a polêmica, a univocidade e a heterogeneidade. Por isso mesmo centramos nossa análise no ethos do enunciador que surge dos enunciados dessas políticas, pois na busca da adesão do coenunciador, ele articula alianças e oposições (MAINGUENEAU, 2008 [1984]).

Enfim, como toda política, essas também geraram/geram amplas discussões, pois afetam a individualidade, a intimidade e avançam sobre o direito do falante-cidadão, instigando intensos debates entre a população, muitas vezes marcados por um forte senso de identidade, potencializando nacionalismos, como a resistência de portugueses ao último acordo ortográfico. Certamente a língua também institui processos identitários. É interessante também refletir, a partir do objetivo principal, sobre a relação entre políticas linguísticas e o indivíduo-falante de direito.

Tais políticas para a língua portuguesa não podem ser entendidas sem que se leve em consideração o contexto global em que a humanidade e os Estados estão inseridos hoje. Por tudo isso, a língua não apresenta o mesmo papel de antigamente. No século XVI, época de formação dos Estados-nacionais, a língua se apresentava como um aspecto de afirmação do poder de um Estado, do seu povo, de conquista de novos territórios, através da colonização. A denominação de cada língua era a mesma do Estado (língua de Portugal, língua portuguesa). Nesse período, as identidades dos Estados-nação estavam se formando e a língua era uma marca da individualidade de cada Estado, para que cada um se diferenciasse dos demais. Além disso, disputas e guerras entre os países eram comuns.

A Revolução Francesa (1789) potencializou essas identidades com o surgimento do nacionalismo (HOBBSAWM, 1990). A partir daí, os indivíduos começaram a se sentir parte de um Estado-nacional, que até então se confundia com a figura de um rei. O indivíduo se contagia por um sentimento coletivo, um fazer-parte coletivo, que o enlaça à nação, e que em si representa também sua individualidade frente àqueles que não compartilham a mesma nacionalidade.

No cenário atual de globalização, dois fenômenos surgem como resultados de um mesmo processo. No primeiro, os Estados se unem, aproximam-se, buscam semelhanças, não

mais diferenças, e a língua não é mais restrita apenas à mesma denominação do Estado (Brasil: língua portuguesa e não língua brasileira), surge como instrumento de (re)união entre Estados para a ação no mundo global. Um mundo onde as fronteiras se entrelaçam e o nacionalismo não se manifesta como antes, aprisionado no território do Estado Nacional, mas ganha e perde força e espaço no cinema, na internet, na língua. O segundo é uma resposta ao primeiro. Surge também a necessidade de reafirmar a identidade local, preservar as línguas locais numa reação a esse movimento interestatal de união e atuação coletiva global. Busca-se com isso, além da sobrevivência de línguas e culturas locais, uma convivência harmônica entre todas as formas de expressão.

Contudo, não se pode esquecer de que assim como essas políticas linguísticas compõem uma rede complexa de interesses, o ambiente multilíngue global também é feito de complexas interações entre línguas e poder, e por isso mesmo este estudo busca através de uma microanálise tornar menos opacas as relações entre línguas e poder, de uma forma geral.

Tendo em vista que nossa pesquisa avança sobre um tema interdisciplinar e a própria Linguística constitui-se como um campo de saber interdisciplinar, dividimos esta dissertação em duas partes. A primeira parte reúne a análise do político, numa conjuntura internacional, sob o ponto de vista do linguista em interseção com a Ciência Política, a História, a Geografia, as Relações Internacionais e demais ciências sociais. Já a segunda parte reúne a análise do discurso, também sob o ponto de vista do linguista, em que avançamos na compreensão dos sentidos, das polêmicas e das relações de poder que deixaram marcas na materialidade discursiva do *corpus* selecionado.

No capítulo 1.1 desta dissertação, através de um enfoque histórico, apresentamos a língua portuguesa que evolui como instrumento colonial a elemento da identidade nacional das novas nações, a partir do processo de descolonização linguística. Foi observado como se deram as relações sobre a temática linguística entre esse Portugal e Brasil, após esse processo de surgimento de novas memórias e construções de novos sentidos de língua, a partir do nascimento do segundo país de língua oficial portuguesa, o Brasil. Tais relações durante todo o século XX giraram em torno da questão da unificação ortográfica e geraram muitos debates, mas também embates. Em seguida, abordamos a língua portuguesa no momento atual de globalização e alteração dos espaços linguísticos em todo o mundo e fornecemos dados estatísticos e geopolíticos sobre a língua portuguesa hoje.

Com esse capítulo buscamos comprovar a existência de conflitos causados a partir da constituição de duas memórias da língua portuguesa, do ex-colonizador e do ex-colonizado. Para isso utilizamos os (des)acordos ortográficos, cujo tema foi o primeiro a estimular Brasil

e Portugal a fazerem política linguística conjuntamente. Esses conflitos históricos ganham, ainda, novas dimensões no contexto da globalização em que se inserem as atuais políticas para a difusão do português numa clara interação com a língua inglesa.

Na última parte do capítulo 1.1, tratamos da mitologia colonial portuguesa, que, de certa forma, faz parte do imaginário social português. Observamos como esses mitos foram ressignificados para compensar a pequenez territorial de Portugal e sua queda como potência a partir do século XVI. Nesse processo, versamos diretamente sobre o luso-tropicalismo, criado por Gilberto Freyre e utilizado pelo Estado Novo de António Salazar (1933-1974) para justificar um país unísono e orgulhoso da colonização. Foi justamente esse luso-tropicalismo que inspirou, de acordo com diversos autores (MOURÃO, 1995; FEIJÓ SOBRINHO, 1997; CARDOSO; SOARES, 1998) a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996, de quem coletamos o *corpus* para esta pesquisa. Por isso, analisamos ainda nesse capítulo, o processo de fundação e o funcionamento dessa organização.

Dedicamos o capítulo 1.2 ao estudo das políticas linguísticas como instrumento de poder do Estado, passando desde o seu papel na construção da identidade nacional ao seu papel na difusão da cultura e da nação no exterior, através da Diplomacia Cultural. Por fim, apresentamos um histórico das políticas linguísticas para a promoção e difusão da língua portuguesa, levando em consideração os múltiplos atores nesse processo, dando maior ênfase às políticas destas últimas décadas, em que se insere a problemática desta pesquisa.

O primeiro capítulo da parte II visa destacar as contribuições da análise do discurso para a compreensão das relações de poder. Para isso, abordamos a noção de discurso e sujeito histórico e conseqüentemente a ideia de interdiscurso, formação (inter)discursiva, memória (inter)discursiva, competência (inter)discursiva. Depois observamos como se constituem as imagens do enunciador, que chamamos de ethos discursivo na persuasão do coenunciador e por fim, apresentamos o conceito de interincompreensão constitutiva de Maingueneau (2008, [1984]) na construção da polêmica discursiva, que envolve um embate de formações (inter)discursivas.

O capítulo 2.2 trata da metodologia de pesquisa, além de apresentar os primeiros olhares sobre o *corpus*. A partir da compreensão da análise do discurso, nesse capítulo expomos o processo de coleta e seleção do *corpus* de análise, dentre os diversos textos e gêneros discursivos sobre o tema. Como foi dito, optamos por analisar documentos da CPLP devido ao seu poder político e simbólico nesse processo de expansão do português. Assim, foram selecionadas Declarações e Resoluções sobre a promoção e difusão da língua portuguesa elaboradas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo e pelo Conselho

de Ministros da CPLP.

Iniciamos o terceiro capítulo da parte II e último desta dissertação com uma apresentação dos gêneros resolução e declaração de organizações internacionais pelo direito internacional público e uma análise do estatuto do enunciador desses gêneros específicos relacionando poder coercitivo, fiador e modalização ao discurso direto e indireto. Tal análise, além de características relacionadas à competência discursiva do enunciador, nos fez identificar a existência de um (super)enunciador interdiscursivo. A partir daí, analisando o enunciador/modo de enunciação dos textos selecionados, pudemos identificar e distinguir quatro imagens de enunciadores que juntos compõem esse (super)enunciador: o enunciador ufanista, o enunciador defensor, o enunciador apreensivo e o enunciador apaziguador-idealista. Essa arrumação metodológica nos ajudou a compreender o jogo polêmico e as relações de poder em que estão inseridos os sentidos de língua portuguesa nessas políticas.

Como é evidente, o tema desta pesquisa envolve muitos elementos de diversos campos de saber, como o colonialismo, a diplomacia cultural, a globalização, o multiculturalismo/multilinguismo, que ainda hoje impulsionam discussões ou ainda não apresentam nenhum consenso, exigindo e ao mesmo tempo dificultando uma abordagem ampla. É por isso que utilizamos a análise do discurso para nossa pesquisa. Da mesma forma que esses temas se entrelaçam numa relação histórica, a análise do discurso propõe enxergar interdisciplinariamente a trama dos planos, das instâncias e das dimensões do discurso, sob a perspectiva de um sujeito histórico, dialético, ideológico, desejante e social. Assim, apenas dessa forma foi possível aceitar o desafio de propor uma reflexão sobre as relações de poder nas políticas linguísticas para a difusão do português.

## 1 PARTE I - POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DA CPLP E PODER

### 1.1 A última flor do Lácio na colonização e na globalização

*Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!  
Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.  
Mar português, Fernando Pessoa*

*A nossa língua comum foi construída por laços antigos, tão antigos que por vezes lhes  
perdemos o rastro.  
Mia Couto*

Este primeiro capítulo é dedicado à língua portuguesa, que é a causa desta pesquisa. Por isso, abordamos a língua portuguesa sob um enfoque histórico-político, observando como essa língua que surgiu na Península Ibérica, expandiu-se pelo mundo até tornar-se uma das mais faladas. Sem dúvidas, compreender o passado da língua portuguesa e a sua relação com o colonialismo e o imperialismo europeu é fundamental para entender, interpretar e contextualizar as políticas linguísticas atuais para a sua difusão no mundo globalizado de hoje. Assim, enfocamos a fundação de Portugal, o surgimento da língua portuguesa, a colonização linguística do Brasil e sua consequente descolonização, as relações entre Brasil e Portugal em torno da língua, principalmente os acordos ortográficos, o avanço da globalização e a ascensão do inglês como língua global. Por fim, demos um panorama da situação política da língua portuguesa no mundo atual.

#### 1.1.1 A língua portuguesa da colonização à globalização

##### 1.1.1.1 O surgimento da língua portuguesa e o colonialismo

##### 1.1.1.1.1 A fundação de Portugal e o surgimento da língua portuguesa

A história da língua portuguesa remete ao fim da Antiguidade, com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C. e com a invasão dos povos bárbaros de origem germânica. Os suevos ocuparam a província da Galécia (atuais Galícia e norte de Portugal) e

o alanos e os vândalos ocuparam a Andaluzia. Depois, os visigodos subjugarão os suevos e expulsaram os vândalos para a África. Ao conquistar a península ibérica, esses povos encontraram outros, conhecidos como os celtas, lusitanos, cântabros e astures que já tinham sido dominados pelos romanos, através da II Guerra Púnica (218 a 201 a.C.) e das guerras de resistência (194 a 19 a.C.) e que já apresentavam séculos de influências latinas. Depois disso, a península ibérica foi dominada pelos árabes, com o fim do Reino Visigótico de Toledo em 711 d.C (MATTOSO, 1993; SCOTT, 2010).

Das influências latinas, passando pela invasão dos povos bárbaros e pela dominação árabe, a língua portuguesa foi-se formando. Enquanto dividia e disputava poder com o latim, institucionalizado pela Igreja Católica, durante a Baixa Idade Média, o galego-português ou proto-português estava fadado, no noroeste da península ibérica, apenas a formas de expressão literárias mais populares como as cantigas do Trovadorismo.

Contudo, foi só em 1096 d.C. que Afonso VI, rei de Leão e Castela, doou terras a seu primo, conde D. Henrique, para fundar o Condado Portucalense e intensificar a luta contra os mouros. Em 1139, após a expulsão dos árabes, o filho de D. Henrique, D. Afonso Henriques, proclamou a independência de Portugal, reconhecida pelo Reino de Leão e Castela pelo Tratado de Zamora em 1143 (MATTOSO, 1993).

Entretanto, a independência portuguesa foi constantemente ameaçada, durante os séculos seguintes. Devido a questões sucessórias, Castela e, depois, Espanha reivindicaram o trono português em diversos momentos como na Batalha de Aljubarrota (1385) e após o desaparecimento do monarca português, D. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir (1578).

Portugal prosseguiu na luta contra os árabes, ao lado de Leão e Castela, até o final do século XV, conquistando seu atual território na Europa continental e diversas benfeitorias na África como Ceuta em 1415. Ademais, por ter-se tornado o primeiro Estado-nação na Europa, Portugal é também o primeiro a lançar-se ao mar, inaugurando o período das Grandes Navegações, que foi marcado pelo mercantilismo e pelo absolutismo nos Estados-nacionais europeus. Depois da tomada de Ceuta, pouco a pouco, Portugal avançou pela costa da África, impulsionado pela busca por um caminho alternativo às Índias e à China, pois a menor rota e até então a única conhecida estava nas mãos de otomanos e árabes, depois da queda do Império Bizantino em 1453.

Seguiram-se, assim, as conquistas da Madeira por Tristão Vaz Teixeira (1418), dos Açores por Diogo de Silves e João de Teive (1427-1452), do Cabo Bojador por Gil Eanes (1434), de Cabo Verde por Diogo Gomes (1456), do Cabo da Boa Esperança (atual África do Sul) por Bartolomeu Dias (1488), entre tantas outras. Com a expulsão definitiva dos árabes da

península ibérica em 1492, foi criado o Reino da Espanha, que ocupou as terras restantes na península e, no mesmo ano, Cristóvão Colombo chegou à América, alcançando a ilha de Hispaniola, atual República Dominicana. Dois anos depois, em 1494, Portugal e Espanha dividiram entre eles, num meridiano a 370 léguas (1770 km) a oeste das ilhas de Cabo Verde, as terras descobertas e as ainda por descobrir. Nos próximos anos, Portugal conquistou novas terras, como o Brasil com Pedro Álvares Cabral em 1500, até alcançar o Japão em 1543 e transformou-se em uma das maiores potências mundiais (MATTOSO, 1993; SCOTT, 2010).

#### 1.1.1.1.2 Colonização Linguística

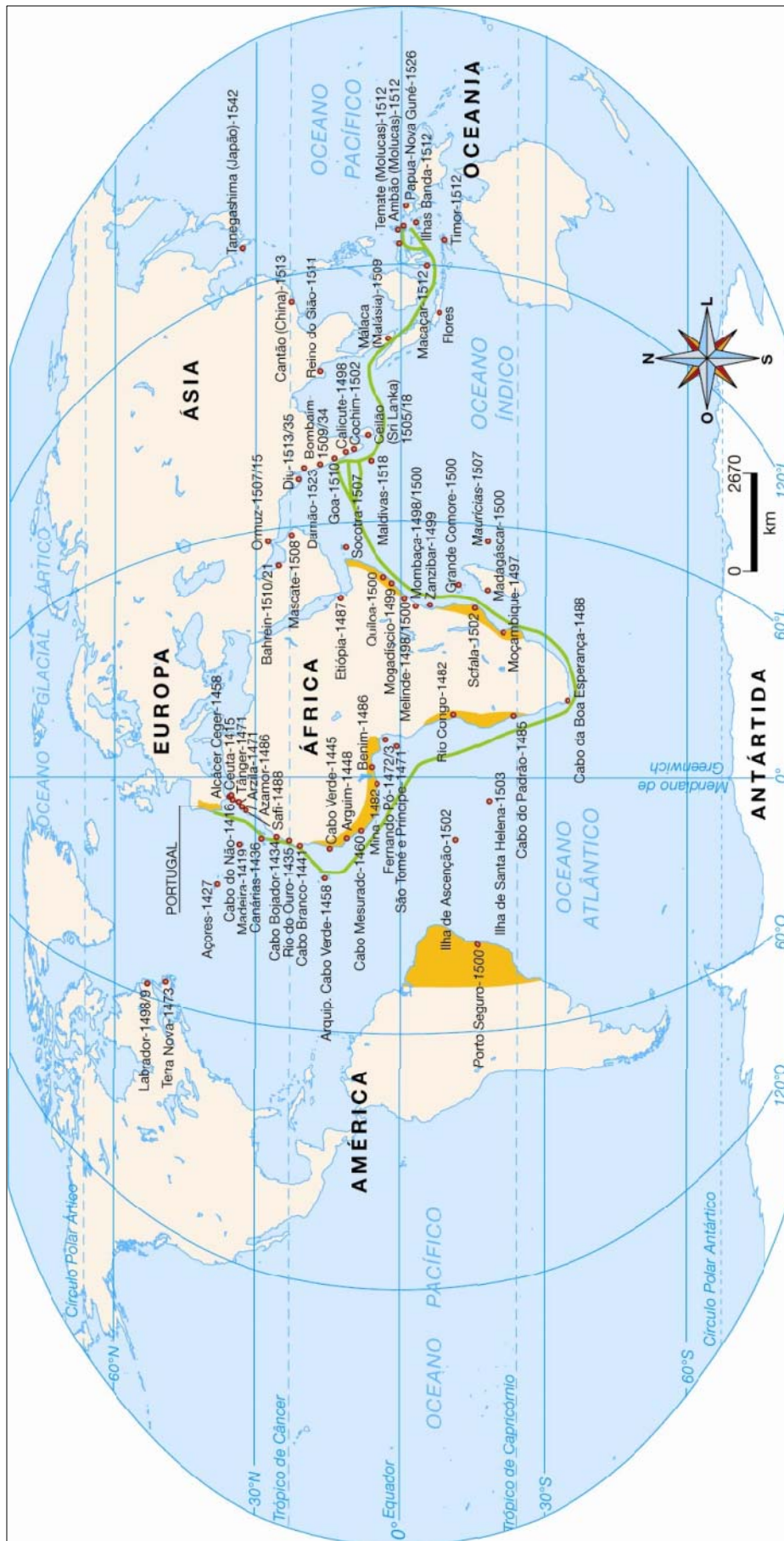
A primeira expansão do português pelo mundo, além das fronteiras do Estado-nação se deu através da colonização no período das Grandes Navegações. Mas não foi apenas a língua portuguesa a se expandir nesse período. O francês, o neerlandês, o inglês e, sobretudo, o espanhol também tiveram iniciados seus processos de expansão.

O período das Grandes Navegações trouxe profundas modificações para a Europa. Em relativamente pouco tempo, os europeus ocuparam quase todo o planeta. Mas de início, apenas Portugal e Espanha conseguiram essa façanha. Tal período foi marcado também pelo fim da Idade Média e pelo início do Renascimento, trazendo consigo uma nova imagem de homem, não mais submisso a Deus, mas consciente de sua capacidade de dominar o planeta através da ciência. Destarte, foi o fim do teocentrismo e o início do antropocentrismo, cuja imagem de homem, sem dúvida era o homem europeu.

Com as Grandes Navegações, o europeu alcançou a América e encontrou 50 milhões<sup>1</sup> de indígenas de norte a sul do novo continente. A América, sem dúvidas, teve um papel fundamental nessa expansão linguística, pois trouxe uma nova era para a Europa. No centro e no sul no novo continente, os europeus encontraram riquezas minerais e vegetais para extrair, solo fértil para plantar especiarias e, assim, desenvolver o mercantilismo, centenas de povos e culturas, com seus saberes, para impor a superioridade europeia e exterminá-los. Mais ao norte, nas colônias de povoamento na América do Norte, os europeus encontraram uma nova esperança, um recomeço e uma solução para os problemas demográficos na Europa, principalmente para os protestantes.

---

<sup>1</sup> Os relatos feitos pelos primeiros cronistas são imprecisos porque havia uma tendência dos estudiosos de minimizar a população indígena original. O atual México teria cerca de 25 milhões em 1519 e 1 milhão em 1605 (Cook & Borah, 1957 apud RIBEIRO, 2006 [1995]) e o Império Inca cerca de 10 milhões de indivíduos (FAUSTO, 2005, p.17), enquanto a Ilha de Marajó, 200 mil (op.cit. p. 26). O Brasil teria cerca de 5 milhões de indivíduos, divididos em centenas de grupos étnicos, enquanto isso, calcula-se que Portugal em 1500 tinha cerca de 1 milhão de habitantes (RIBEIRO, 1995).



Mapa 1: As conquistas portuguesas dos séculos XV e XVI Fonte: 1ª Olimpíada Nacional de História do Brasil. Disponível em: <<http://www.mc.unicamp.br/files/rf4c04daba65f86/mapa1.jpg>> Acesso em : 15 jul. 2010.



Mas para isso era necessário colonizar. E colonizar pressupõe o contato, o encontro, entre povos e culturas, “entre dois imaginários linguísticos constitutivos (...) línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais” (MARIANI, 2004, p. 28), afinal como já foi dito, na América havia 50 milhões de pessoas e só no Brasil, Aryon Rodrigues (2008) calcula 1300 línguas.

Nesse sentido, a expansão linguística da língua portuguesa não se resume apenas a uma exploração bruta dos povos indígenas, mas também impõe uma visão de mundo, que carrega consigo uma imposição de valores, religião, modo de pensar, imposição da língua, uma violência simbólica, marcada por uma ideia valorativa de superioridade europeia, em oposição a uma inferioridade e incapacidade dos povos indígenas. Porém,

quando construída pela ótica do colonizador no seu relato histórico, a noção de colonização nem dialetiza os diferentes sentidos produzidos na tensão resultante dos povos em contato, nem admite que a resistência das terras, dos povos e suas línguas possa criar raízes no seu próprio discurso de colonizador, levando-o a resignificar seu imaginário de forma a manter uma hegemonia (MARIANI, 2004, p. 23).

Assim, os europeus estavam na América, em sua visão, também para civilizar. E nesse processo civilizatório, a língua portuguesa foi essencial, pois “impõe-se com força institucionalizadora de uma língua escrita gramaticalizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre a sua própria língua” (MARIANI, 2004, p. 24).

Pode-se observar a importância da colonização linguística, no processo colonial, neste fragmento do *Directorio dos Índios* (1758), promulgado pelo Marquês de Pombal: “Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações (...) introduzir logo nos povos conquistados seu próprio idioma...” (MARIANI, 2004, p. 29).

Bethania Mariani (2008, p. 74) nos mostra que teorizar sobre a passagem das línguas europeias em outros continentes como línguas de colonização para línguas nacionais,

considerando como pano de fundo os efeitos da violência simbólica da colonização linguística bem como a heterogeneidade linguística constitutiva das nações, é discutir a trajetória sócio-política das línguas e das ideias linguísticas, é discutir também a história do sempre conflituoso percurso da construção de identidades nacionais, por um lado, e dos conflitos político-linguísticos internacionais, por outro.

Foi com esse intuito que os jesuítas iniciaram o estudo e o aprendizado das línguas da nova terra, que segundo Mariani (2004), construiu uma interpretação dos índios sem um direito de resposta. Afinal, colonizar implicava a dominação da terra, o estudo das línguas desconhecidas para sustentar a dominação, apreender a cosmologia indígena para fins religiosos e desvendar o território ocupado. Foi a partir daí, do contato entre jesuítas e

índigenas que surgiu a língua geral<sup>2</sup>, como alternativa à língua portuguesa, na catequese e na civilização dos povos do novo continente.

Porém, o crescente uso da língua geral no Brasil, no século XVIII e a produção escrita não controlada pelo poder real, bem como a publicação de diversas gramáticas e dicionários começou a inibir a colonização nos moldes pretendidos por Portugal. O tupi, inclusive, começou a ser ensinado no país europeu, que temia que se criasse uma identidade brasileira em torno da língua tupinambá. Afinal, a rápida expansão da língua geral, feita, inclusive pelos bandeirantes, estava homogeneizando linguisticamente o Brasil, ao invés da língua portuguesa como desejava Portugal.

Foi, assim, que Sebastião de Carvalho e Melo, primeiro Conde Oeiras e depois Marquês de Pombal (1699-1782), na função de primeiro-ministro, e sob influência de ideias liberais contidas no livro *O Verdadeiro método de estudar*<sup>3</sup> publicou o Diretório dos Índios em 1755, primeiramente para o Grão-Pará e depois o estendeu a todo o Brasil em 17 de agosto de 1758. Tal ato de política linguística foi responsável pela oficialização do português e pela organização de outro sistema escolar.

Como podemos notar neste fragmento do Diretório dos Índios, a língua portuguesa é vista como civilizadora e capaz de promover a veneração dos bárbaros ao Rei, enquanto que a “diabólica” língua geral é vista como meio se manter os índios na “bárbara sujeição”.

6 - *Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, \* que conquistáraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idioma, \* por ser indisputavel, \* que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; \* e ter mostrado a experiencia, \* que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da lingua do Principe, \* que os conquistou, \* se lhes radica tambem o affecto, a veneraçãõ, e a obediencia ao mesmo Principe. \* Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e solido systema, \* nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, \* que só cuidáraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, \* que chamarãõ geral; \* invençãõ verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, \* permanecessem na rustica, e barbara sujeiçãõ, \* em que até agora se conservávaõ. \* Para desterrar este perniciosissimo abuso, \* será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçõens o uso da Lingua Portugueza, \* naõ consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, \* que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Indios, \* que forem capazes de instrucçãõ nesta materia, \* usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; \* mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recõmendado em repetidas ordens, \* que até agora se naõ observáraõ com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado.\* (ALMEIDA, 1997).*

Nessa perspectiva, a língua portuguesa foi fundada como uma instituição fundamental

<sup>2</sup> A língua geral difundiu-se amplamente pelo sudeste, principalmente em São Paulo, e pela região amazônica (Grão-Pará e Maranhão) até o final do século XVIII. Contudo, a língua geral de base tupi não foi a única no novo continente, outras foram criadas, como a língua geral do México e a língua geral guarani nas Missões, onde hoje é a tríplice fronteira, entre Brasil, Argentina e Paraguai (FREIRE & ROSA, 2003).

<sup>3</sup> *O Verdadeiro método de estudar* de Luís António Verney, publicado em 1746, pregava a utilização do português como língua de ensino ao invés do latim (Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DE PORTUGAL).

na formação do Estado português, legitimando Portugal como nação e sustentando a identidade nacional.

A língua “diabólica”, dessa forma, foi silenciada e o português no Brasil precisou ser reformado para reforçar o domínio de Portugal. Já em Portugal, Pombal instituiu a obrigatoriedade do ensino do português em substituição ao latim.

O Diretório dos Índios foi extinto em 12 de maio de 1798, quando Napoleão Bonaparte estava em plena ascensão na França<sup>4</sup> e quando o documento já tinha atingido seus objetivos, tornando o Brasil menos heterogêneo linguisticamente.

Durante a colonização portuguesa, centenas de línguas desapareceram no Brasil, para que a língua portuguesa se tornasse, cinco séculos depois, hegemônica<sup>5</sup>. No entanto, não se pode esquecer de que as ações, os interesses na nossa língua e a concretização abstrata de uma identidade nacional brasileira foram articulados historicamente com os colonizadores do nosso país. Ademais, a imposição do ensino do português gramatical para transmitir a cultura da metrópole, na construção de uma cultura una e homogênea, selecionou quem deve ter direito à voz e quem deve ser silenciado.

No entanto, a colonização não foi feita pacificamente, isto é, os povos ameríndios não aceitaram as imposições europeias sem reagir. A colonização é um ato de violência e se exerce na força. Assim, os povos colonizados resistiram de todas as formas possíveis, seja física, cultural, ou mesmo silenciosa. Essa resistência também se percebe na língua, afinal

o português que se passou a falar no Brasil traz uma memória europeia, mas historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente (MARIANI, 2004, p. 22).

Assim, a oficialização do português no Brasil, pode ser encarada tanto como uma consequência do colonialismo, como uma forma de resistência à colonização, afinal a língua portuguesa que aqui se desenvolveu apresenta particularidades que comprovam essa

---

<sup>4</sup> A independência dos Estados Unidos (1776), a Inconfidência Mineira (1789) e a Baiana (1798) serviram de alertas para a necessidade de mudança da política colonial europeia. Fatos posteriores à extinção do Diretório dos Índios, como a Independência da primeira colônia europeia na América Latina, o Haiti (1804) e a fuga da Família Real para o Brasil (1808) confirmaram essa tendência.

<sup>5</sup> Vítimas da colonização, os povos que habitavam a costa leste, na maioria falantes de línguas do Tronco Tupi, foram dizimados, dominados ou refugiaram-se nas terras interioranas para evitar o contato. Atualmente, somente os Fulniô (de Pernambuco), os Maxakali (de Minas Gerais) e os Xokleng (de Santa Catarina) conservam suas línguas. Curiosamente, suas línguas não são Tupi, mas pertencentes a três famílias diferentes ligadas ao Tronco Macro-Jê. Os Guaranis, que vivem em diversos estados do Sul e Sudeste brasileiro e que também conservam a sua língua, migraram do Oeste em direção ao litoral em anos relativamente recentes. As demais sociedades indígenas que vivem no Nordeste e Sudeste do País perderam suas línguas e só falam o português, mantendo apenas, em alguns casos, palavras esparsas, utilizadas em rituais e outras expressões culturais. A maior parte das sociedades indígenas que conseguiram preservar suas línguas vive, atualmente, no Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil. Nas outras regiões, elas foram sendo expulsas à medida que a urbanização avançava (SILVA, 2009b).

resistência.

### 1.1.1.2 Descolonização linguística do Brasil

Na Europa, com a I Revolução Industrial e a ascensão da burguesia industrial, que reivindicava maior poder frente à nobreza, as idéias iluministas no final do século XVIII foram difundidas a fim de combater o absolutismo e o mercantilismo. Esses princípios provocaram desde a independência da primeira colônia, os Estados Unidos em 1776, à Revolução Francesa em 1789-1799, que marcou o fim da Idade Moderna e o Início da Contemporânea. Nesse contexto sócio-histórico, o Brasil passou a reivindicar maior autonomia e num contexto específico, que envolveu a vinda/fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, conquistou a sua independência em 1822.

Assim, após a independência do Brasil, surgiu outro ator, outro executor de políticas linguísticas para o português. Pela primeira vez o português, símbolo da identidade nacional portuguesa, era língua em/de duas nações. Contudo, não era a mesma língua, afinal no Brasil, a língua portuguesa foi ressignificada para dar abrigo à nova identidade que surgia e à memória brasileira de construção multiétnica. No Brasil, a língua portuguesa não foi ressignificada apenas à base de influências indígenas<sup>6</sup>. Outras memórias ao longo dos anos foram incorporadas, como a dos negros e a dos imigrantes.

A partir da década de 1550 até a abolição do tráfico negreiro em 1850, através da Lei Eusébio de Queiroz, o Brasil recebeu de forma legal segundo estimativas do IBGE (2000), 4,008 milhões de negros, vindos principalmente de Angola, Guiné, Benin, Nigéria e Moçambique. Somente no período de 1796 a 1855, desembarcaram 2,113 milhões de africanos no Brasil (IBGE, 2000, p. 223). Os negros foram usados como mão de obra escrava no ciclo da cana de açúcar no nordeste, no ciclo do ouro em Minas Gerais e no ciclo do café no Rio de Janeiro e em São Paulo, tendo como principais portos de chegada Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Segundo Lucchesi (2009, p.41), esses quatro milhões de africanos trazidos para o Brasil falavam duzentas línguas. Contudo, fatores como a ausência de vida social e familiar entre as populações de escravos, o incentivo à proficiência em português, a variedade de etnias africanas que conviviam nas senzalas, a maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e a miscigenação racial não permitiram a formação de uma língua crioula no

---

<sup>6</sup> Aryon Rodrigues (1984; 2005) afirma que as principais contribuições de outras línguas na formação do português brasileiro foram no léxico (da fauna, flora, lugares e nomes próprios), além de contribuições para a fonética e fonologia.

Brasil, como ocorreu nas ilhas do Caribe. Assim, para ele, a influência dos africanos no português brasileiro se fez presente principalmente nas variedades populares:

A aquisição precária do português pelos escravos trazidos da África e pelos índios integrados na sociedade brasileira e a nativização desse modelo defectivo de português como língua segunda nas gerações seguintes de seus descendentes endógamos e mestiços desencadearam um processo de transmissão linguística irregular que teve importantes consequências para a formação da atual realidade linguística brasileira, nomeadamente para as suas variedades populares (LUCCHESI, 2009, p. 70-71).

O Brasil, a partir do século XIX, começou a receber imigrantes de outros países, além de Portugal. Os primeiros foram um pequeno número de chineses e suíços. A vinda de estrangeiros para o Brasil se intensificou após a proibição do tráfico negreiro e depois da abolição da escravidão. Por isso, a imigração foi incentivada pelo Estado como forma de substituir a mão-de-obra escrava. Abaixo, podemos ver uma tabela com a quantidade de imigrantes que desembarcaram no Brasil, por nacionalidade, totalizando segundo estimativas, 5,5 milhões nos séculos XIX e XX. Somente na década de 1890, período logo após a promulgação da Lei Áurea, desembarcaram no Brasil cerca de 1,2 milhões de imigrantes europeus (IBGE, 2000, p. 225).

Quadro 1: Quantidade de imigrantes vindos para o Brasil, por nacionalidade, período de imigração e estimativa atual de descendentes

<b>Nacionalidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Estimativa descendentes</b>
Portugueses	1822-1991	1.532.798	
Portugueses (Brasil Colônia)	1500-1817	724 mil	
Italianos	1884-1959	1.507.695	30 milhões
Espanhóis	1884-1959	683.382	20 milhões
Alemães	1824-1969	250.196	18 milhões
Japoneses	1908-1959	188723	1,5 milhão
Árabes	1884-1972	130 mil	8 milhões
Ucranianos	1895-1959	50 mil	1 milhão
Poloneses	1869-1920	60 mil	1,5 milhão
Neerlandeses	1858-1976	14.298	640 mil
Finlandeses	1927-1940	208	90 mil
Suíços	1819-1820	1682	
Bolivianos	a partir de 1950	100 mil	
Coreanos	a partir de 1963	50 mil	250 mil
Chineses	1808; 1950-		350 mil
<b>TOTAL:</b>		<b>5,5 milhões</b>	

Fontes: IBGE, Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000; Revista Época, edição 214, 24/06/2002; Ministério da Justiça. Disponível em:

*<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ33FCEB63PTBRIE.htm>> Acesso em: 26 abr. 2010*

A maior parte dos imigrantes se assentou em áreas agrícolas na região sul do país com destaque para italianos, alemães, eslavos e japoneses, em São Paulo, para trabalhar no comércio.

Tudo isso nos demonstra que ao pensarmos na língua portuguesa falada no Brasil, não podemos esquecer que ela carrega uma nova memória, que também é linguística, na articulação das memórias dos povos que formaram o Brasil, colonizadores, colonizados e imigrantes forçados ou não.

Contudo, ao mesmo tempo que, a partir da descolonização linguística, a língua portuguesa tornou-se uma língua comum a Portugal e ao Brasil, ela não era a mesma nos dois países. Foi exatamente essa dicotomia comum/diferente que gerou diversos conflitos posteriormente, sobretudo ao redor da ideia de unificação da ortografia. Além disso, os (des)acordos ortográficos, como veremos a seguir,(PODE SER FUTURO AQUI?) constituem-se nas primeiras políticas linguísticas para a difusão do português envolvendo ambos os países na sua elaboração. Daí a importância de abordá-los para compreendermos sob quais embates se construíram as atuais políticas de promoção da língua portuguesa, que constituem o foco desta pesquisa.

### 1.1.1.3 Dois Estados, duas línguas, duas ortografias?

Até o início do século XX, a ortografia utilizada na língua portuguesa era a usual, que continha muitas variações, pois cada indivíduo escrevia como achava correto. Porém, a criação de sociedades ortográficas vinha-se alastrando pela Europa desde a década de 1840 (PAGOTTO, 2007, p. 39), impulsionada pela disseminação da escrita – jornais, imprensa, livros – pela II Revolução Industrial, pelas ideias iluministas, pela universalização da educação e pela redução do número de analfabetos. Assim, no final do século XIX inicia-se um intenso debate em torno da padronização ortográfica em Portugal e também no Brasil.

Contudo, apesar das propostas de simplificação ortográfica anteriormente feitas pela Academia de Ciências de Lisboa (ACL), ela só foi possível em 1911, após a Proclamação da República em Portugal (1910).

No mesmo ano, o imortal José Veríssimo, da Academia Brasileira de Letras, contatou a ACL sobre a necessidade de um acordo interagadêmico, porém seu pedido para participar das discussões do projeto não foi nem declinado, nem aceito, simplesmente a resposta foi

postergada e nunca enviada. Aqui, percebe-se sempre que os laços entre ex-metrópole e ex-colônia ainda se mantêm fortes, por parte dos brasileiros e mesmo pelos portugueses ao negar a participação do brasileiro (KEMMLER, 2009).

O decreto português nº 35228 de 8 de dezembro de 1945, que publicou o acordo de 1945, como se poderá observar detalhadamente mais adiante, faz menção à reforma de 1911: “A entrada em vigor, no nosso País, da reforma ortográfica de 1911, que o Brasil não adoptou, trouxe como consequência diferenciações sensíveis no regime da escrita, com prejuízo da unidade intercontinental da língua portuguesa”.

Percebemos isso como uma crítica ao Brasil, por não adotar a reforma de 1911. Porém nem Portugal, nem a ACL procuraram o governo brasileiro ou a ABL. Ao contrário, como fica claro, a ACL ignorou o interesse da ABL de participar da elaboração da reforma ortográfica, sem mencionar que não foi assinado nenhum acordo que obrigasse o Brasil a aceitar tal reforma. Além disso, observamos que os portugueses culpam os brasileiros pelo “prejuízo da unidade intercontinental da língua portuguesa”. Nota-se que esse compõe mais um discurso em que para os portugueses, por ser berço da língua portuguesa e sua filiação ao latim, eles teriam mais saberes sobre ela e o seu futuro e que por isso deveriam impor ao Brasil as mudanças, e ao Brasil caberia apenas aceitar sem contestação. Esse discurso se assemelha muito ao do *Diretório dos Índios* (1758), quando Mariani comenta:

Não se fala em um português-brasileiro. Ele ou não existe aos olhos da metrópole, ou, se existe, precisa ser corrigido, melhorado, reformatado de acordo com os moldes gramaticais portugueses. Aos olhos da metrópole precisa ser a continuidade da imaginária homogeneidade que confere o caráter nacional a Portugal. Mas os processos históricos, como se sabe, são continuidade e mudança, sempre (MARIANI, 2004, p. 33).

Após esse primeiro contato entre a ACL e a ABL sobre a ortografia, houve muitas idas e vindas, aproximações e afastamentos, avanços no sentido de unificação e também retrocessos. Contudo, após essas tantas tentativas sem sucesso, em 1931, a partir de iniciativa da ABL, foi assinado o primeiro acordo ortográfico entre Portugal e Brasil, inclusive, com a participação de diplomatas portugueses e brasileiros, além dos presidentes de ambas as academias, Júlio Dantas da ACL e Fernando Magalhães da ABL. Pelo acordo, a ABL reconhecia a reforma portuguesa de 1911/1920 com modificações propostas por ela.

No decreto brasileiro 20.108 de 15 de junho de 1931, lê-se, no resumo, que o acordo ortográfico visa simplificar a ortografia para facilitar a escrita, afinal, a necessidade de padronização da escrita só foi explicitada no final do século XIX. Nesse mesmo fragmento nota-se a expressão utilizada para referir-se à língua, “idioma nacional”.

O *caput* da norma diz que uma “uniformidade da escrita do idioma nacional” é vantajosa, mas reconhece que “somente poderá ser alcançado se respeitar a história, a etimologia e as tendências da língua, do idioma nacional”, ou seja, que respeite as especificidades da história do país.

No entanto, o acordo de 1931 deixou em aberto muitos pontos que foram complementados por Portugal e pelo Brasil, pois as mudanças ocorreram apenas onde havia consenso e o texto firmado dava margem para que os países incluíssem as questões próprias do português brasileiro e do português europeu. Por isso, Rolf Kemmler (2009, p. 66) afirma que o acordo ortográfico de 1931 estabeleceu uma dupla ortografia.

No início do século XX, a proclamação da República em Portugal trouxe consigo uma nova concepção de Estado, democrático e participativo, em oposição à monarquia, restrita e oligárquica, embora desde o século XVIII, não era mais uma monarquia absolutista. Esse novo modelo de Estado mostrou-se compreensivo à necessidade de implantar uma escrita única no país, para editar seus atos em diário oficial e ampliar o acesso à educação.

Nesse momento histórico, o Brasil vivia o início da segunda república, após quase um século de Monarquia e quarenta anos de República Velha, em que se alternavam no poder presidentes indicados pelas oligarquias, ora de Minas Gerais, ora de São Paulo. A república no Brasil foi proclamada antes, em 1889, porém essa minoria oligárquica se manteve no poder, adiando as reformas estatais e a democratização do Estado. Somente após a ascensão de Getúlio Vargas, pela Revolução de 1930, é que o Estado brasileiro foi reorganizado a partir do sufrágio universal com eleições diretas e amplas, criação de legislação trabalhista e reformas nos sistemas de educação e da saúde. É nesse período, vinte anos após a proclamação da república portuguesa e um ano após a revolução de 1930, que é firmado o primeiro acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa e que ocorre a primeira padronização ortográfica no Brasil.

Os laços históricos entre ambos os países, já descritos aqui, além da maciça imigração portuguesa nos séculos XIX e XX<sup>7</sup>, colaborariam para uma unificação da escrita da língua. Contudo, tal acordo foi assinado em um período histórico de nacionalismo, disputas coloniais na África, revanchismo alemão, após derrota na I Guerra Mundial e ascensão do nazifascismo na Itália, Alemanha e demais países como Espanha, Portugal, além do Varguismo no Brasil e do Peronismo na Argentina<sup>8</sup>. Essa onda nacionalista até o início da segunda metade do século

---

<sup>7</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante os três séculos de colonização imigraram para o Brasil 724 mil portugueses, porém no período de 1822 a 1991 entraram no Brasil, 1.532.798 portugueses. Destes, metade imigrou entre 1901 e 1930.

<sup>8</sup> Benito Mussolini governou a Itália de 1922 a 1943, Adolf Hitler, a Alemanha de 1933 a 1945, Francisco Franco governou a



XX foi a grande responsável pelas divergências entre os dois países após a assinatura do acordo ortográfico. Tanto que, depois de editar os decretos referentes à nova ortografia, o Brasil resistiu a cumprir o acordo e através da Constituição de 1934, estabeleceu como oficial a ortografia em vigor em 1891, ano da primeira constituição republicana.

Tal situação só foi superada quando em 1937 a nova constituição brasileira, como desejava Vargas, abriu caminho para fixar a ortografia acadêmica como oficial e a pedido de Gustavo Capanema, ministro da educação, foi editado o Decreto-lei 292 de 23 de fevereiro de 1938.

Tendo em vista que a entrada em vigor do acordo de 1931 foi superada, ambos os países voltaram a discutir novas regras para tornar a ortografia mais homogênea. Assim, em 29 de dezembro de 1943, foi assinada por Antônio Salazar e o embaixador brasileiro João Neves de Fontoura a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira proposta por Capanema, que previa a base da nova ortografia. Para isso criava uma comissão interacadêmica para elaborar uma reforma e dava instruções para a elaboração do *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, que foi publicado em 1947 nos dois países.

Em 5 de dezembro de 1945, seguindo a convenção, o governo brasileiro publicou o decreto-lei 8.286, que “Aprova o Acôrdo Ortográfico para a unidade da língua portuguesa”.

Enquanto o decreto de 1931 se justificava por “dar uniformidade à escrita do idioma nacional”<sup>9</sup>, o decreto de 1945 tem como justificativa a “unidade da língua portuguesa” e a expressão “acordo”, ora sem qualificativo, ora como ortográfico, ora como interacadêmico aparece já no resumo da lei e no seu corpo e não apenas no anexo como foi no decreto de 1931. É introduzida pela primeira vez a palavra “oficial” dada aos vocábulos que seriam organizados pela ACL e ABL, servindo de padrão à escrita vernácula para o ensino no país e repartições públicas.

Três dias após a publicação da reforma no Brasil, portanto em 8 de dezembro de 1945, Portugal publicou o decreto 35228:

A entrada em vigor, no nosso País, da reforma ortográfica de 1911, que o Brasil não adoptou, trouxe como consequência diferenciações sensíveis no regime da escrita, com prejuízo da unidade intercontinental da língua portuguesa. *A fim de obviar aos inconvenientes da situação criada*, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras tomaram a iniciativa de um *acordo ortográfico* tendente a *restabelecer*, mediante transigências mútuas, a *unidade dos dois sistemas*. (grifos nossos).

Esse decreto português afirma que o acordo vinha “restabelecer a unidade dos dois

---

Espanha de 1936 a 1975 e Antônio Salazar, Portugal, de 1932 a 1968. O primeiro governo Vargas foi de 1930 a 1945, entre a tomada do poder, uma eleição e o Estado Novo e o segundo foi de 1950 a 1954. Juan Domingo Perón governou a Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974, marcando desde o seu primeiro governo toda a política Argentina posterior.

<sup>9</sup> Somente em 1931, o governo brasileiro estipula uma ortografia oficial, ou seja, padroniza a escrita no Brasil.

sistemas” e de certa forma responsabilizava o Brasil pelo “problema da ortografia da língua portuguesa e pelos “inconvenientes” criados.

O texto apresenta pela primeira vez nas legislações que regulam os acordos ortográficos o termo “defesa” ao dizer que negociavam “a Convenção para a unidade, ilustração e defesa”. Porém, não menciona claramente de que, ou melhor, de quem a língua portuguesa deve ser defendida. No entanto ao dizer “defesa do idioma comum”, pode-se deduzir que se busca defender a língua daqueles que não desejam um idioma comum. Considerando que, no início do decreto, o Brasil é responsabilizado pela não adoção da reforma e pelo “problema” da ortografia, além do verbo preconizar, mais adiante e já exposto aqui, ficam claras as marcas de que para os portugueses é necessário um acordo para defender a língua portuguesa dos brasileiros, afinal o acordo “permitiu completar a obra da unidade universal da língua portuguesa”.

Sobre esse acordo de 1945 e sobre as discordâncias entre portugueses e brasileiros, Remmler (2009, p. 73-74) afirma:

Resultado dos dois Vocabulários de 1940 e de 1943, o acordo de 1945 reconciliava as divergências existentes nos dois países, procurando estabelecer uma grafia única. Perante a dificuldade da expressão de duas realidades fonéticas diferentes, foram escolhidas formas únicas predominantes, ora conforme o sistema português, ora conforme o brasileiro. Na realidade, a maioria das soluções adotadas no acordo provinha da parte portuguesa, incluindo, claro, o próprio sistema da ortografia simplificada. Se bem que tenham cedido em alguns pontos de (talvez) menor importância, torna-se óbvio que os negociadores portugueses não se deixaram convencer em outros casos mais importantes, como por exemplo, na velha questão das consoantes mudas, fato que Leão (1946:6) comenta da seguinte maneira: “Não podemos deixar de admitir a necessidade que a Delegação portuguesa teve de ceder em vários pontos a favor da prática brasileira (por vezes desrazoável), como a Delegação brasileira houve de decair também a favor do sistema ortográfico português. Por exemplo, num ponto que, para nós representa quase a essência do Acordo – a conservação das letras mudas ou facultativamente proferidas -, a vitória portuguesa (permita-se-nos a expressão) poderia computar-se numericamente em 90%.

No Brasil, como anteriormente, houve resistência ao novo acordo, que embora fosse obrigatório, não foi posto em prática, tanto que a Constituição de 1946 nem foi escrita na nova regra. Nesse mesmo período, a onda nacionalista brasileira no aspecto linguístico atingia o seu ápice, levando à Assembleia Constituinte a questão de como nomear a língua falada no Brasil, discussão que já vinha desde a independência. Reproduzido abaixo um projeto apresentado na época pelo constituinte Soares Filho:

Considerando que a *língua falada* no País é *um dos mais importantes fatores da unidade nacional e um dos mais fortes característicos da sua independência o direito de modificar pelo uso local*; Considerando que desde a primeira Câmara dos Deputados, em 1826, no Brasil, se vem propondo em sucessivas ocasiões, que a língua falada no país tenha a denominação *de Língua Brasileira*, denominação pela qual se batem há muito tempo muitos e muitos intelectuais brasileiros; Considerando que o Brasil, no fim do século presente, terá uma população de centena e meia de milhões de habitantes e que Portugal não conseguirá somar, então, talvez nem mesmo duas dezenas de milhões; *Considerando que é o português*

*do Brasil e não o português de Portugal, o que está provocando o interesse e a curiosidades mundiais; Considerando que o glorioso Portugal terá mais esta glória de ter dado os elementos precisos para a possível formação de uma nova língua americana, propomos como emenda às Disposições Transitórias: Art. – O Governo nomeará uma Comissão de professores, jornalistas e escritores que, estudando as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil, opinará sobre a questão da denominação de Língua Brasileira, tão insistentemente reclamada por muitos intelectuais e já adotada por uma resolução aprovada pela quase unanimidade do Conselho Municipal do Distrito Federal. Soares Filhos e muitos outros. (Anais da Assembléia Constituinte, v. 25, 1946, p.233 in DIAS, 1996, p. 84) (grifos nossos).*

Nesse projeto de lei, podemos notar novamente a presença da disputa entre a ex-metrópole e ex-colônia, que deixou marcas no Acordo Ortográfico. Podemos notar também que o deputado dialoga com os portugueses e aqueles que são contrários a sua resposta, ao utilizar como argumento responsivo a um “já dito”, de que Portugal já seria glorioso e deveria se sentir mais, graças ao Brasil. Ele utilizou para defender a nomeação de brasileira a língua falada no Brasil, o sentido apresentado por Mariani (2004) em que o português designaria e, logo confundiria nação, povo e língua e também certa ironia, ao dizer que o país europeu já sentiria orgulho ao ter fornecido a base da língua brasileira, que atualmente provoca mais interesse que o português europeu. Soares Filho tenta reivindicar ainda uma superioridade do Brasil através da população, da independência e do interesse mundial que ele desperta, diminuindo Portugal.

Como é de conhecimento de todos, a proposta foi rejeitada, mas pela primeira vez<sup>10</sup> foi feita uma menção à língua em uma Constituição brasileira em dois artigos, como língua nacional.

Antes, a não menção, o silêncio em sua Carta Maior e constitutiva juridicamente, de qual língua deve ser utilizada no país, mostra a força da língua portuguesa, que se impõe de maneira inquestionável, sem a necessidade de uma lei que lhe garanta o caráter oficial, como se parecesse óbvio no Brasil se falar o português. Contudo, o fim desse silêncio na Constituição de 1946, expressa que não seria tão evidente assim e que, a língua falada aqui – subentendido o português pela constituição ser escrita nessa língua – era a da nação brasileira, mesmo que fosse denominada como portuguesa.

Somente em 1955, vencidas as resistências internas, o governo brasileiro promulgou a lei 2623, adotando na prática as regras ortográficas da Convenção de 1943.

A partir daí, fez-se silêncio sobre a ortografia até 1967, ano do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa, em Portugal e do projeto 504/1967 do deputado paulista

---

<sup>10</sup> Apenas a Constituição de 1934 fazia alguma espécie de referência. No “art 150 - Compete à União: Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: (...) d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras”. (grifo meu).

Alceu de Carvalho para alterar novamente a ortografia (REMMLER, 2009).

A ABL seria ouvida e proposita em 22 de abril de 1971, dia do 471º aniversário do descobrimento, um novo acordo que foi firmado entre ABL, ACL e agora com a participação da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL) que previa mais modificações à escrita do português brasileiro, em relação ao português europeu, porém menos que aquelas propostas pelos portugueses.

Esse acordo refletiu as relações diplomáticas luso-brasileiras durante 1964 a 1975. Ambos os países viviam ditaduras e o Brasil apoiava abertamente a posição portuguesa nas guerras de independência das colônias lusas na África, inclusive em diversas votações na Assembleia Geral da ONU. Assim, pela primeira vez o acordo não sofreu maiores críticas ou resistências por parte dos governos e foi cumprido por ambos. Portugal, inclusive, estendeu, através da portaria 519 de 6 de fevereiro de 1973, o acordo às colônias africanas e asiáticas.

Um novo projeto foi discutido em 1974 pelas academias, porém instabilidades políticas no Brasil e em Portugal impossibilitaram a finalização. No Brasil, a ditadura militar já dava sinais de desgaste e em Portugal, as guerras intermináveis de independência das colônias africanas anteciparam o fim do salazarismo. Tanto que em 25 de abril de 1974, a população foi às ruas, dando início à Revolução dos Cravos. Logo em seguida, até 1975, surgiram cinco novos países de língua portuguesa: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Em 1986, o presidente do Brasil, José Sarney e a ABL convidaram os países lusófonos a se reunirem entre os dias 6 a 12 de maio no Brasil para um novo acordo, que não foi posto em vigor e teve duras críticas na sociedade portuguesa. Porém, tal aproximação resultou no encontro em 12 de outubro de 1990 na ACL para a assinatura do atual acordo com a entrada em vigor para 01 de janeiro de 1994. Contudo, após ter seus efeitos adiados por duas vezes, o protocolo modificativo de 2004, estabeleceu que entraria em vigor no ano seguinte após três países ratificarem o protocolo, além de permitir a adesão do Timor Leste. Assim, até 2008, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe o fizeram e o acordo entrou em vigor em 2009. Portugal, logo depois, ratificou o texto e foi seguido pelo Timor-Leste e pela Guiné-Bissau. Restando apenas, Angola e Moçambique.

Como vimos, a ortografia tornou-se um campo de debates, de políticas concretas para a língua portuguesa e também de oposição entre o Brasil e Portugal. É difícil, inclusive, contar as idas e vindas na modificação da ortografia nestas últimas décadas. Os acordos, mesmo que assinados, foram diversas vezes ignorados, quando não refutados pelos signatários. Porém, não foi a questão ortográfica a única durante o século XX a envolver

Portugal, Brasil e a partir de 1975, os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs) como políticas linguísticas para a expansão do português. Mas antes de vermos melhor algumas dessas políticas no segundo capítulo, abordamos o contexto em que elas estão inseridas, atualmente.

Diferentemente da colonização, marcada por aspectos civilizatórios de superioridade dos europeus em contraposição à inferioridade dos demais povos, as atuais políticas para a difusão do português estão inseridas no contexto da globalização, que trouxe profundas transformações ao ambiente linguístico português, como em todos os demais, mundo afora. Por isso, a compreensão dos efeitos e o contexto da globalização são tão importantes para entender as políticas linguísticas atuais.

#### 1.1.1.4 A globalização e o ambiente linguístico

O tempo não caminha mais como antigamente, corre cada vez mais. Há um século Guglielmo Marconi inventava o telégrafo sem fio e fazia a primeira transmissão a rádio, ao mesmo tempo em que uma viagem da Europa a Buenos Aires, pelo famoso vapor *Nord America* levava entre 18 e 19 dias. Hoje nossa relação com o tempo mudou. Alguém vai ao outro lado do mundo em poucas horas e se conversa em tempo real através do celular com uma pessoa nessa mesma distância.

Mas não foi apenas a maneira de se encarar e sentir o tempo que mudou. Nossa noção de espaço também foi alterada com o *Google Earth* e o *Google Street* e a possibilidade de “visitar” qualquer cidade sem sair de casa.

Nesse ambiente pós-moderno, de microeletrônica, engenharia genética, biotecnologia, robótica, nanotecnologia, *software* e *hardware*, a ciência avança rapidamente apresentando-nos uma nova tecnologia a cada semana, que põe à prova os filmes de ficção e a criatividade humana, deixando-os para trás. A internet reduziu espaços, uniu pessoas, diminuiu distâncias, (re)criou “lugares virtuais”, aproximando-nos de espaços distantes. As fronteiras estão em movimento, o mundo se transformou rapidamente nos últimos anos e a velocidade só aumenta.

Contudo, essa constatação de que o mundo ao nosso redor se modifica e se transforma a partir da ação do homem não é recente, pois há tempos o homem observa esse fenômeno e atua sobre a natureza. O diferente é que agora o mundo ao nosso redor, nosso cotidiano muda tão rápido que mal se pode perceber e em escala planetária e global. Até um milênio atrás, não se tinha certeza do seu formato, hoje já se ouve a possibilidade de colonizar a Lua e Marte.

Cecil Rhodes<sup>11</sup> teria realizado seu sonho. De certo, foi o capitalismo global a causa e também efeito da aceleração dessas transformações.

A globalização e os avanços científicos e tecnológicos diminuíram as distâncias espacial e temporal entre os homens, conectaram culturas, possibilitaram trocas e promoveram profundas transformações no comportamento humano. Guattari (apud DINIZ, 2010, p. 37) chega a afirmar que “o capitalismo contemporâneo é mundial (...) porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle”.

Nesse novo ambiente sócio-cultural, o campo linguístico também foi afetado e hoje convivemos com a competição, a cooperação, a interação entre línguas num contexto/enfoque global. A globalização potencializou o multilinguismo, ou mais amplamente o multiculturalismo, já que através dela e de seus avanços tecnológicos, como a internet, os espaços linguísticos foram ampliados e entrelaçam-se e o fluxo de pessoas acelerado. Isso permitiu situações diversas de contato de línguas e discussões sobre o direito de convivência e coabitação entre elas.

Muitos são os pesquisadores que definem globalização. Mas fiquemos com a definição do sociólogo estadunidense Manfred Steger (apud KUMARAVADIVELU, 2006, p. 130), a globalização é

uma série multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, alargam e intensificam interdependências e trocas sociais a nível mundial, ao passo que, ao mesmo tempo, desenvolve nas pessoas uma consciência crescente das conexões profundas entre o local e o distante.

A respeito da globalização, Kumaravadivelu (2006, p. 132-134) destaca três visões. A primeira delas considera a globalização um processo de ocidentalização, defende que uma homogeneização estaria ocorrendo e nela a cultura norte-americana de consumo constitui o centro dominante. Para a segunda visão ou escola, ocorre um tipo de heterogeneização, uma reação das culturas locais e identidades à ameaça da globalização. E finalmente para a terceira escola, há uma tensão entre homogeneização cultural e heterogeneização cultural. Para a última escola,

O global está localizado e o local está globalizado. Acreditam que a transmissão cultural é um processo de dois modos, no qual as culturas em contato modelam e remodelam umas às outras direta ou indiretamente. Afirmando que as forças da globalização e as da localização são tão

---

<sup>11</sup> Cecil Rhodes (1853-1902) foi colonizador e homem de negócios britânico. Foi também personagem essencial na construção das estradas de ferro que ligaram Cairo, no Egito, ao Cabo, na África do Sul. Rhodes foi ainda um dos principais fundadores da companhia *De Beers*, que na atualidade detém aproximadamente 40% de todo o mercado mundial de diamantes, mas que um dia foi responsável por 90% dele. Em sua homenagem, o Reino Unido nomeou duas colônias na África, a Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e a Rodésia do Sul (atual Zimbábue). É dele a famosa frase: “Se possível, colonizaria as estrelas”.

complexas que não podem ser compreendidas na perspectiva limitada de uma dicotomia centro-periferia. O global está em conjunção com o local, e o local é modificado para acomodar o global (KUMARAVADIVELU, 2006, p. 134).

Apesar de a globalização ser um tema ainda bastante complexo – tanto que não apresenta um paradigma dominante definido sobre suas ações – inclusive, de difícil observação pela velocidade das transformações, pode-se notar a presença do caráter homogeneizador da globalização em todas as escolas mencionadas, ou pelo menos parte dele, seja em tensão com a heterogeneização cultural, seja como causa de uma reação heterogeneizadora. De pronto, não restam dúvidas das transformações do local sob os efeitos globais. Todavia, o contrário também ocorre e o global absorve marcas de várias partes do planeta, transmitindo-as a outras partes, unindo povos de diferentes culturas, movendo-as e conectando-as pelo globo.

No ambiente multilíngue global, transitam línguas com diversos *stati* e esferas de atuação, entre eles, línguas locais, de imigrantes, minoritárias, frente às tais línguas nacionais, internacionais, mas apenas uma global: o inglês<sup>12</sup>. Afinal, para que o mundo todo pudesse interagir, foi necessário utilizar algo que expressasse e representasse de certa forma todo esse contexto global que estamos vivendo, da publicidade à informática, conectando povos de línguas e culturas diferentes. Daí a importância do inglês e talvez nada represente tão bem a globalização quanto o status alcançado pela língua inglesa. Por fim, assim como o inglês foi importante para a globalização, a globalização foi fundamental na ampliação do território da língua inglesa, já que ela era a língua oficial da maior potência mundial, os Estados Unidos, carro chefe da economia, sede da maioria das transnacionais e condutor do processo globalizante.

Uma língua alcança um status verdadeiramente global, observa David Crystal (1997, p.2), quando desenvolve um papel especial reconhecido em todos os países. Ou seja, o inglês, em associação com a economia global e entendido como “escolha natural ao progresso”, tornou-se uma língua global, pois se espalhou pelo mundo, feito que nem o latim alcançou. Renato Ortiz (2004, p.1) traduziu bem essa ideia ao afirmar que “a globalização declina-se preferencialmente em inglês”. Assim, o inglês se impõe hegemonicamente como expressão dessa globalização e por isso mesmo não tem a necessidade de uma lei ou políticas que garantam seu espaço, afinal acompanhou a expansão do império britânico nos séculos XIX e

---

<sup>12</sup> O conceito de língua nacional é bastante amplo, mas refiro-me neste momento ao mais difundido que é a língua do Estado-Nação. Língua internacional, seria a língua comum a muitos Estados-Nação ou língua utilizada em um contexto internacional como, por exemplo, em organizações internacionais como a ONU. Alguns conceitos de língua nacional e internacional serão melhor desenvolvidos nos próximos capítulos.

XX e a ascensão dos Estados Unidos como superpotência, principalmente depois da Guerra Fria (1989/1991).

Porém, antes disso, era a língua francesa que desempenhava o papel de língua de comunicação entre nações de diferentes línguas, de diplomacia e também língua de cultura. Tamanha a importância do francês nessa época, que foi a língua pela qual se difundiram as ideias iluministas e revolucionárias francesas. O domínio da língua francesa no mundo perpetuou-se durante os séculos XVII ao XIX e durou até ser superado pela língua inglesa. Alguns acontecimentos marcaram tal transição como a Guerra dos Sete Anos<sup>13</sup>, a Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII e a Independência dos Estados Unidos em 1776<sup>14</sup>. John Adams, presidente americano, inclusive, já profetizava em 1780 que “o inglês estava destinado a ser, no próximo século e nos seguintes, uma língua mundial em sentido mais amplo do que o latim foi na era passada ou o francês é no presente” (CRYSTAL, 2004, p.19; MARIANI, 2004, p. 165).

O francês expandiu-se por questões políticas, econômicas, militares, religiosas, culturais e pelo mesmo motivo entrou em declínio. O marco decisivo dessa disputa entre o francês e o inglês, com prevalência desse último, sem dúvida, foi o Tratado de Versalhes<sup>15</sup>, que pôs fim à I Guerra Mundial e foi o primeiro tratado internacional redigido em inglês.

Com a Europa arruinada pela guerra, os Estados Unidos iniciaram uma virada para se tornarem potência mundial que se concretiza de fato, ao final da II Guerra Mundial após a vitória dos aliados. Porém, a língua inglesa só se tornou hegemônica após o fim da Guerra Fria, com o colapso da União Soviética (URSS) e com a consolidação da globalização nos anos 1990.

Dessa maneira, observamos que o território da língua inglesa tornou-se tão vasto que hoje engloba todo o planeta, mas em diferentes papéis e esferas de poder. Nos países onde é língua materna da maioria da população, como no Reino Unido, nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e alguns países caribenhos, o inglês atinge todas as esferas de

---

<sup>13</sup> A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) foi um conflito internacional entre a Grã-Bretanha, Prússia, Portugal e aliados contra a França, Áustria, Espanha, Rússia e aliados, pela posse de territórios na Europa e pelo controle comercial e marítimo das colônias nas Índias e na América do Norte.

<sup>14</sup> Logo após a independência dos Estados Unidos, surgiu uma polêmica a respeito de qual língua adotar como oficial da nova nação, já que o inglês estaria ligado à colonização. As propostas foram diversas, desde o hebraico, o grego clássico, língua da democracia, o alemão, principal língua na Pensilvânia, ou o *Federal English*, sugerido pelo dicionarista e lexicógrafo Noah Webster, que seria uma língua unificadora, distinta da variação inglesa na ortografia e gramática. John Adams afirmou inclusive que “uma nação tem direito de cunhar novas palavras, como tem o direito de cunhar moedas” (WRIGHT, 2001, p. 142). Porém como afirma Douzet (2005, p.40) o inglês sempre se impôs “sem dor”, sem a necessidade de ser língua oficial, pois o país foi criado e pensado por anglófonos.

<sup>15</sup> Foi o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson (1912-1921) que propôs que o Tratado de Versalhes, além do francês, fosse redigido também em inglês. A Liga das Nações, organização criada em 1919/1920 através do Tratado de Versalhes e precursora da ONU teve como línguas oficiais o inglês e o francês.



conhecimento, educação e trabalho de maneira praticamente absoluta<sup>16</sup>. Nos demais países de colonização inglesa, como Nigéria, África do Sul, Índia e Quênia, ele exerce uma espécie de domínio sobre as demais línguas, sendo considerado língua de prestígio, língua da elite governante e língua oficial de unificação nacional.

Nos países restantes, aqueles que falam outras línguas como o Brasil, Portugal, México, Arábia Saudita, Egito, Indonésia, Alemanha, China e Federação Russa, o inglês destaca-se como primeira língua estrangeira, língua internacional, língua da racionalidade, da modernidade e muitas vezes é visto como “chave para abrir portas para a mobilidade social dentro e através de fronteiras nacionais” (KUMARAVADIVELU, 2006, p. 135).

Destarte, presente em diferentes territórios, o inglês, tornou-se hegemônico em todo o planeta. E por isso mesmo, não há como não existir uma interação, um contato entre o inglês e o português atualmente. De acordo com alguns, o inglês só estava no lugar certo na hora certa (CRYSTAL, 1997), mas de acordo com outros, ele foi a galope nas costas do colonialismo (PENNYCOOK, 1998). De qualquer forma, a posição privilegiada da língua inglesa não tem relação com questões gramaticais ou potenciais do idioma, mas sim com questões materiais, históricas e políticas.

Em outra obra, Crystal (2004, p. 1) explicitou melhor os motivos para que uma língua se torne mundial. Segundo ele, há uma única razão: o poder do povo que a fala e poder significa poder político-militar, tecnológico, econômico e cultural, como na publicidade, ciência, comércio, diplomacia, controle de tráfego aéreo, música e cinema. Nesse caso, o poder político está relacionado diretamente ao colonialismo e poder tecnológico e econômico relacionado à Revolução Industrial. Mas como a língua inglesa tornou-se hegemônica nestas últimas décadas?

Analisando a influência e o poder exercido pelo idioma anglo-saxão, percebemos duas etapas desse processo de hegemonia pós 1990. O primeiro momento seria quando a língua inglesa atinge a hegemonia no início da década antepassada, após o colapso da URSS e do crescimento da globalização. Nota-se aqui uma ampliação clara da territorialidade, do poder da língua inglesa, por múltiplos territórios, uma difusão para todo o globo, exercida, sobretudo, pela hegemonia político-econômico-militar dos Estados Unidos e o crescimento e expansão das transnacionais pelo mundo todo. O inglês rompe de vez as fronteiras nacionais, transformando diversos territórios<sup>17</sup> pelo globo e sendo encarado como imagem da

---

<sup>16</sup> Contudo não se pode ignorar o movimento *English Only*, a favor do monolinguismo, para declarar o inglês língua oficial dos Estados Unidos e também o surgimento do Spanglish falado por imigrantes latinos, assim como o avanço do espanhol, principalmente nos estados austrais estadunidenses.

<sup>17</sup> Aqui referimo-nos ao conceito de território simbólico (HAESBAERT, 2004, p. 4).

globalização, do poder dos Estados Unidos, e por isso sofrerá resistências como a Lei Toubon na França e o Projeto de Lei Aldo Rebelo<sup>18</sup> no Brasil. Tais medidas são encaradas por seus autores como tentativas de reafirmação da identidade e cultura locais, que segundo eles, está sendo “devorada” pelo poder simbólico que o inglês impõe como língua do progresso, da ciência, do futuro, do emprego e da modernidade.

Num segundo momento, a partir da última década, percebemos uma espécie de reterritorialidade do inglês. Ao contrário do que muitos acreditavam há vinte anos, a língua inglesa passou a não mais apoiar-se na economia americana ou na *Commonwealth*<sup>19</sup> para manter seu *status*. Ela se sustenta como global no 1,5 bilhão de pessoas (GRADDOL, 1997, p.10) que a utilizam como língua internacional.

Isso comprova que mesmo o mundo estando “menor” após um processo de uniformização através do inglês, como de certa forma nos mostram as três teorias sobre globalização, um processo de diferenciação e transformação cultural pode ocorrer, inverso ao primeiro. Dessa forma, novos processos identitários emergem, surgem variações locais da língua inglesa que refletem novas identidades, num processo de ressignificação da língua, ligada ao “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 2001), ao “capitalismo mundial integrado” (GUATTARI, 2004), à “modernidade-mundo” (ORTIZ, 2004, p. 11) e ao “território-mundo” (HAESBART, 2007, p. 50). É nesse contexto que a língua inglesa se reterritorializa.

Nessa dimensão glocal<sup>20</sup>, a língua inglesa deixa de ser uma língua americana, deixa de ser estrangeira e passa a representar uma identidade global, criada pela globalização. O inglês passa a pertencer a todos, por sermos todos atingidos por esse processo<sup>21</sup>. Ortiz (2004, p.10) afirma, inclusive, que o inglês passa a constituir-se num idioma interno, autóctone à condição da modernidade-mundo. A língua inglesa começa a ser vista como língua mundial e não mais como língua imperialista, de dominação ou glotocida.

Greice Sousa (2007) vai de encontro a essa afirmação. Segundo ela, nesse processo de globalização, o inglês passa a circular como “língua desenraizada” (REVUZ, 1998, p. 228), “dissociada da história de seus povos” (ARNOUX, 2000). O inglês de acordo com Sousa

---

<sup>18</sup> A Lei Toubon (1994) e o Projeto de Lei Aldo Rebelo (1999) restringiam o uso de idiomas estrangeiros, inclusive no campo privado e por isso causaram muita polêmica e dividiram opiniões. A primeira foi modificada e a segunda ainda tramita no Congresso Nacional brasileiro, sendo aprovada com alterações pela Comissão de Constituição de Justiça da Câmara em dezembro de 2007.

<sup>19</sup> A *Commonwealth* ou Comunidade das Nações é uma organização liderada pelo Reino Unido, chefiada pela rainha Elizabeth II e composta por 54 países, a maioria, antigas colônias britânicas.

<sup>20</sup> O conceito de “glocalização” (Robertson, 1992) surgiu para designar alianças singulares entre o “local” e o “global” (ROBERT, 2007).

<sup>21</sup> Essa(s) língua(s) cujo(s) processo(s) de gramatização está(ão) em pleno curso é(são) chamada(s) de *world english* (RAJAGOPALAN, 2005), *globish* (McCrum; Nèrrière e Gogate apud FREITAS, 2010), *netspeak* (Crystal apud FREITAS, 2010).

(2007, p. 61) funciona a serviço da homogeneização:

Assim, quando dois sujeitos de nacionalidades diferentes se comunicam nesta LI [língua inglesa], no funcionamento dos mecanismos de antecipação que operam nas condições de produção de sua enunciação, eles não “se igualam” a um sujeito de nacionalidade estadunidense. Tais sujeitos “se igualam” aos supostos sujeitos de um espaço imaginário – como efeito da projeção de um “lugar comum”, habitado por uma cultura comum e não marcado por fronteiras geográficas. Este espaço imaginário é projetado em certas situações: a do turista, a das ações previstas pela agenda do executivo e das pessoas bem sucedidas.

Além do surgimento de uma “língua global, observamos fenômenos de alianças entre o global e o local, com o surgimento de novas variações do inglês, novas línguas como o *hinglish*, na Índia e do *singlish*<sup>22</sup> em Singapura. Nesse processo, transmitem-se características locais à língua global, numa espécie de adaptação do inglês, seja adicionando vocabulário local, considerando variações culturais locais, seja mesclando a sintaxe do inglês com a das línguas locais e/ou desenvolvendo diferentes formas de pronúncia. Como reação a isso, há aqueles que defendem o fortalecimento da presença de um inglês padrão, *standard*, essencialmente escrito, impresso, utilizado em jornais e periódicos, internet e *sites* com a finalidade de unificar o inglês em todo o mundo.

É evidente que, nesse processo de contato, a língua inglesa também se modifica. David Crystal (2004, p. 42) destaca que, segundo o *Oxford Dictionary*, o idioma anglo-saxão tem palavras originárias de 350 línguas diferentes e que do ponto de vista lexical, o inglês seria uma língua neolatina, graças aos empréstimos latinos ao longo da história.<sup>23</sup>

Vale ressaltar que a língua inglesa não apagou as identidades e territorialidades locais e nacionais anteriores, por isso destaca-se nessa segunda etapa de ascensão hegemônica do inglês, também um processo de multiterritorialidade. Dentro da territorialidade do inglês, além das variações da língua inglesa exercerem um novo poder simbólico, como já foi dito, outras línguas ressurgem nesse novo contexto de mundo multipolar, multilíngue com a ascensão de novas potências regionais como o Brasil, China, Índia e Federação Russa (SILVA, 2009a, p. 9). No entanto, estamos vivendo apenas o início dessa nova forma do processo globalizante, por isso não se pode desconsiderar esse aspecto temporal.

Dessa forma, a globalização modificou completamente o ambiente linguístico ao redor do mundo a favor do multilinguismo. Não no sentido de promover e garantir direitos às línguas, mas no sentido em que possibilita uma maior interação entre elas. Nesse contexto

<sup>22</sup> O *singlish* é um crioulo de base inglesa que surgiu em Singapura, com incorporações do chinês e o *hinglish* é considerado por enquanto uma variação do inglês com vários léxicos hindis. (RAJAGOPALAN, 2009; CRYSTAL, 2004, p. 38).

<sup>23</sup> Em 1066, a Inglaterra é conquistada pelo Duque da Normandia, Guilherme I. Durante os duzentos anos seguintes, o francês foi a língua das elites governantes e o contato com o franco-normando foi o responsável pela predominância do léxico latino sobre o anglo-saxão (PIRES, 2002, p. 24).

global, sem dúvidas, a língua inglesa é a maior e a mais presente, porém outras línguas convivem, resistem e/ou interagem com ela, de formas aparentemente simples, como dividindo uma mesma placa de trânsito de uma avenida ou mais complexas como é o caso do espanhol nos Estados Unidos.

A língua portuguesa não foge à regra e interage com a língua inglesa. Na maioria das vezes sofre maiores intervenções que propriamente intervém, devido à distinção de poder e campos de atuação. As políticas para a difusão do português estão inseridas nesse cenário político e atuam sobre esse ambiente “dominado” pela língua inglesa.

Depois de termos visto um enfoque histórico da língua portuguesa, dos acordos ortográficos como primeiras políticas linguísticas a nível internacional do português, além de contextualizar o momento atual de globalização sob o aspecto linguístico, encerramos este capítulo apresentando um panorama político do status da língua portuguesa no mundo atual, para compreendermos a dimensão e alcance das políticas linguísticas.

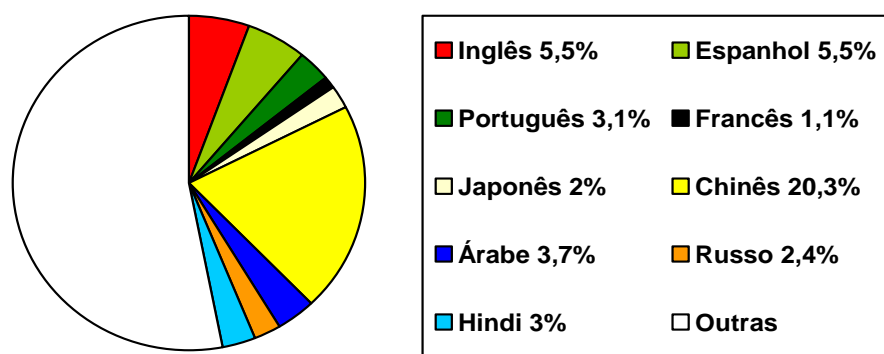
#### 1.1.1.5 Um panorama da língua portuguesa no mundo atual

Partindo de dados a respeito das línguas mais faladas no mundo, observamos que mesmo sendo falada por um pequeno percentual da população mundial, como podemos ver no gráfico 1, apenas 3,1%, o português é a quinta língua mais falada no mundo como materna, atrás do chinês, do espanhol, do inglês e do árabe, nessa ordem<sup>24</sup>. No entanto, quando se leva em consideração os falantes de segunda língua, o inglês salta da terceira, para a primeira posição, confirmando o seu papel como língua global. Percebemos também pelo gráfico 1 a concentração de grande quantidade da população mundial como falantes maternos de pouquíssimas línguas. As oito primeiras línguas em destaque na legenda, congregam 46,6% das pessoas de todo o mundo.

Gráfico 1: Percentual da população mundial falante de cada língua materna

---

<sup>24</sup> O chinês e o árabe, aqui mencionados, compõem na verdade um conjunto de línguas, que por serem bem próximas optei por agrupá-las sob tais denominações.



*Dados: LEWIS. Ethnologue, 2009.*

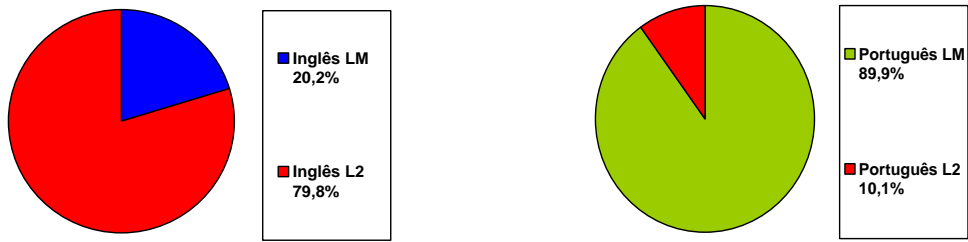
Analisando mais detalhadamente os dados sobre a língua portuguesa, notamos ainda a concentração de falantes em um único país. Os brasileiros falantes de língua portuguesa como materna respondem por 82,4% de todos os falantes de português no mundo todo, que somam 232 milhões de pessoas (LEWIS, 2009; BANCO MUNDIAL, 2009)<sup>25</sup>.

Dessa forma, embora presente em quatro continentes – África, América, Ásia e Europa – a língua portuguesa, atualmente, é dependente da grandeza da economia e da população brasileira e de seus falantes maternos. O que de fato, impulsiona e ao mesmo tempo dificulta a sua internacionalização. Impulsiona, pois o Brasil se apresenta como nova potência mundial nessa nova ordem multipolar. Mas também dificulta, pois em apenas um país se concentra quase a totalidade dos falantes. Nossa observação torna mais interessante à medida que comparamos com outros países e línguas.

Apesar de Os Estados Unidos concentrarem a maioria dos falantes maternos da língua inglesa, 67,2%, ela ainda é língua oficial de outros 52 países e é a segunda língua mais falada no mundo todo (CRYSTAL, 1997). O gráfico 2 mostra que enquanto na Anglofonia, os falantes maternos correspondem por apenas 20,2% dos falantes da língua no mundo, na Lusofonia os mesmos falantes maternos da língua respondem por 89,8%. Esse dado nos revela o prestígio alcançado pelo inglês entre os indivíduos do mundo em comparação com o português.

Gráficos 2 e 3: Participação dos falantes de inglês e de português Língua Materna (LM) e Segunda Língua (L2) entre o total de falantes no mundo das respectivas línguas

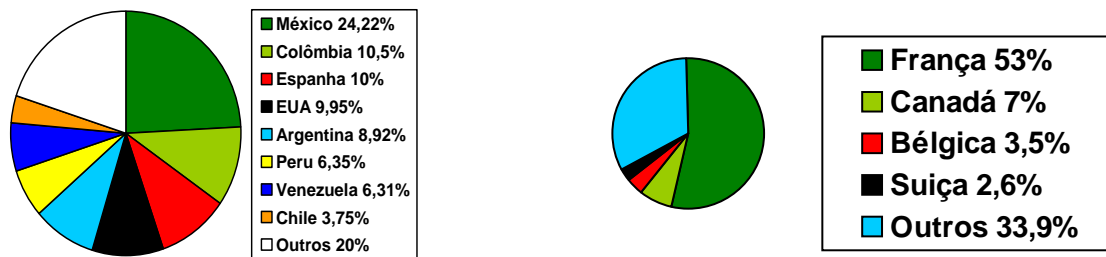
<sup>25</sup> Esse número total de falantes da língua portuguesa leva em consideração além da população dos países lusófonos, os imigrantes lusófonos fora dos países de língua portuguesa e os estrangeiros que falam português como língua estrangeira (LE).



Dados: LEWIS. *Ethnologue*, 2009

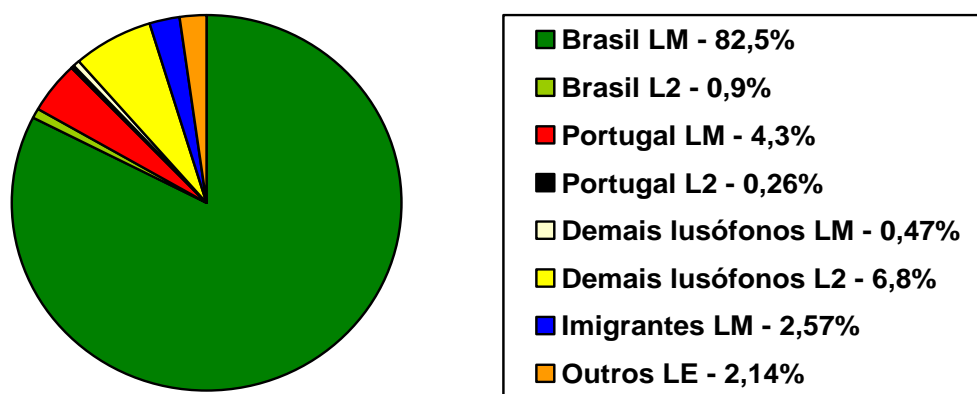
Portanto, a Lusofonia apresenta uma particularidade em relação às demais fonias: a ex-metrópole é bem menor que a maior ex-colônia. Enquanto que na Hispanofonia os falantes estão distribuídos de maneira mais igualitária como, por exemplo, 25% no México e 10% na Espanha, 10% na Argentina e 10% também na Colômbia e na Francofonia, a ex-metrópole, França, detém o maior percentual de falantes e conseqüentemente maior presença na comunidade, na Lusofonia é completamente o inverso. Na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o percentual de falantes está concentrado num único país, que é ex-colônia e não a ex-metrópole. Tal fato, sem dúvidas influencia as políticas linguísticas como no último acordo ortográfico. Abaixo, os gráficos 4 e 5 ilustram o percentual de falantes de cada país participante da Hispanofonia e da Francofonia, respectivamente. E a seguir, o gráfico 6, com a participação de cada país no total dos falantes de português, seja como língua materna ou segunda língua.

Gráficos 4 e 5: Participação de cada país na população da Hispanofonia e da Francofonia, respectivamente



Dados: *The New Times Almanac*; LEWIS. *Ethnologue*, 2009.

Gráfico 6: Distribuição dos falantes de português entre países lusófonos e língua materna/segunda língua



*Dados: IBGE, The New Times Almanac, LEWIS. Ethnologue, 2009 e institutos estatísticos de países lusófonos.*

Como vimos no gráfico 6, somando os falantes de português como língua materna (LM) e segunda língua (L2)<sup>26</sup> de cada país, o Brasil responde por 83,4% dos falantes no mundo, enquanto Portugal apenas 4,5%. De um lado, o Brasil com vasta área, maior população, grande difusão e maior apelo cultural no mundo, com telenovelas, carnaval e futebol; do outro, Portugal, de tradição histórica secular, berço do idioma português e atualmente membro da União Europeia. Logo, é claro que a superação de tais divergências será decisiva para o futuro do português como língua internacional, pelo menos a curto prazo. Como garante o diplomata, chefe da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Departamento Cultural do MRE, Leonardo Lott (2009), Brasil e Portugal devem harmonizar seus interesses, pois “os demais países lusófonos irão atrás” e Portugal já percebeu que “se o Brasil garantir uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, é o português brasileiro que estará lá”. Daí, segundo ele, o interesse do governo português na manutenção do acordo ortográfico de 1990.

Nessa mesma linha de pensamento, José Flávio Sombra Saraiva (2002, p. 19) a respeito da CPLP, as vésperas do governo Lula defendia que

a articulação luso-brasileira é elemento essencial à construção de uma plataforma atlântica, cooperativa e utilitária, na articulação dos projetos pela via da troca de experiência na África, direta, mediando negócios e interesses, valorizando tanto a língua quanto as oportunidades econômicas. Afinal, a retórica não resiste à ausência de projetos.

O gráfico 6 foi desenhado a partir de estimativas populacionais de falantes de

<sup>26</sup> De acordo com Eduardo Guimarães (2007, p. 64), língua materna (LM) “é a língua cujos falantes a praticam pelo faro de a sociedade em que nascem se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes”. Já segunda língua (L2), por oposição seria aquela dominada pelo indivíduo, que não ocupa o papel de língua materna. Numa perspectiva mais discursiva Diniz (2010, p.35) citando Authier-Revuz descreve a LM como “aquela que introduz o sujeito no simbólico, funcionando como 'instrumento e matéria da estruturação psíquica’”.

português tanto como LM quanto L2 nos países lusófonos e no exterior. O primeiro item da legenda refere-se a brasileiros ou lusófonos residentes no Brasil, que têm o português como língua materna. O segundo item, a brasileiros de etnias indígenas, descendentes de imigrantes, surdos ou ainda estrangeiros de países não lusófonos residentes no Brasil, que tenham o português como segunda língua. O mesmo se refere do terceiro ao sexto itens, só que como base tem-se Portugal e os demais países lusófonos. O sétimo item corresponde aos imigrantes de países lusófonos em países terceiros, ou seja, que não sejam lusófonos, como as colônias de portugueses na França, Estados Unidos, África do Sul e Luxemburgo; os brasileiros nos Estados Unidos, Japão e Paraguai, os caboverdianos também nos Estados Unidos ou os timorenses na Indonésia e Austrália, que conseqüentemente são falantes maternos. O último item refere-se a estrangeiros (não lusófonos) residentes em seus países, que falam português como segunda língua.

Observando ainda o gráfico 6, percebe-se que a quantidade de falantes de português nos países africanos lusófonos e no Timor ainda é pequena, pois apesar de responderem por 18% da população da CPLP, eles contribuem com apenas 7,3% dos falantes lusófonos em todo o mundo, levando em consideração o somatório dos falantes, nesses países, de português como LM e L2 (LEWIS, 2009).

Na tabela 2, abaixo, observamos que a maioria da população nos países africanos de língua portuguesa e no Timor Leste ainda não fala português. A tabela 2 foi elaborada a partir de uma tabela semelhante de Ouane (2003), que foi ampliada e atualizada com dados retirados das constituições e sites oficiais de cada país africano. Com ela, podemos ter um panorama da situação político-linguística de cada país de língua portuguesa do continente africano. Nas duas primeiras colunas temos o nome do país e sua população com dados do Banco Mundial (2009). Na terceira coluna temos o número de línguas faladas em todo o território, incluindo línguas alóctones, autóctones, locais e segundas línguas, dados do Ethnologue. A quarta coluna apresenta uma lista com o nome das principais línguas, seja por ser a mais falada ou por ter caráter oficial. As duas colunas seguintes mostram o percentual da população que fala essas línguas seja como língua materna na quinta coluna ou como segunda língua na sexta coluna. As últimas cinco colunas referem-se à possível ou não utilização dessas línguas no ambiente linguístico do país, seja como língua oficial do estado ou de regiões administrativas desse estado, como língua franca, isto é, língua de contato entre falantes de diferentes línguas locais, ou na educação pré-primária, os quatro ou cinco primeiros anos de escolaridade; a primária, os quatro ou cinco anos posteriores e a média, três ou quatro anos antes do ensino superior.



Quadro 2: Panorama político das línguas dos países africanos de língua oficial portuguesa e do Timor Leste

Países	População em milhões (2010)	Número de línguas	Línguas principais	Percentual de falantes		Língua usada como				
				Língua materna	Segunda língua	Língua oficial	Língua Franca	Instrução média		
								Pré-primário	Primário	Médio
Angola	19	41	Umbundu Kimbundu Kikongo Tchocwe Português	38 23 13 5 20	20 45	X	X	X	X	X
Cabo Verde	0,506	2	Crioulo (Caboverdiano) Português	98 Baixo	95	X	X	X	X	X
Guiné-Bissau	1,6	25	Mandinka Balanta Fulacunda Mandjak Crioulo Português	35 30 20 8 10 Baixo	15 70	X	X	X	X	X
Guiné-Equatorial	0,676	14	Fang Bubi Espanhol Francês Português	75 7 Baixo Baixo Baixo	67	X X X	X	X	X	X
Moçambique	23,4	43	Makua Tsonga Ngulu / Lomwe Zulu Sena Chopi Chuwabu Tswa Nyanja Yao Português	35 15 8 8 5 5 4,5 4 3 2,5 Baixo	27	X	X	X X X X X X X X X XX	X	X
São Tomé e Príncipe	0,161	5	Crioulo (São-tomense) Fang Português	85 8 Baixo	95	X	X	X	X	X
Timor Leste	1,2	19	Tetum Mambae Makasae Kemek Bunak Português Bahasa Inglês	30 17 12 6,8 6,7 Baixo Baixo Baixo	55 16 45 8	X X X	X X X	X X X	X X X	X X X

Fonte: Adama Ouane, ampliado e atualizado pelo autor desta dissertação, a partir de pesquisa a legislação e sites dos governos dos países africanos e do Timor Leste, além do LEWIS. *Ethnologue*, 2009.

As recentes políticas linguísticas implementadas pelos países de língua portuguesa, já apresentaram os primeiros resultados como percebemos na própria ampliação da CPLP nesses últimos anos. Atualmente com oito membros permanentes (países em verde no mapa 2, abaixo), a CPLP criou em 2005 a categoria de observadores associados e já conta com a participação de três países: Maurício e Guiné Equatorial desde 2006 e Senegal desde 2008 (países em vermelho). Aliás, a Guiné Equatorial, em julho de 2007, fez do português sua terceira língua oficial ao lado do espanhol (oficial desde a independência em 1968) e do

francês (desde 1998), tornando-se o nono país de língua oficial portuguesa<sup>27</sup>.

Além disso, outros países e territórios têm demonstrado interesse em participar da CPLP como observadores associados. São os países em azul no mapa: Andorra, Croácia, Filipinas, Indonésia, Marrocos, Romênia, Ucrânia e Venezuela, e territórios, de colonização lusa, mas que hoje, fazem parte de outros países: Goa (Índia), Macau (China), Malaca (Malásia) e a Galícia, comunidade autônoma espanhola de relações históricas com Portugal<sup>28</sup>.

A língua portuguesa também ganha espaço como língua estrangeira nos currículos escolares de países vizinhos aos países da CPLP. No Uruguai desde 2008, o ensino de Português Língua Estrangeira (PLE) é obrigatório no sexto ano de ensino primário. Segundo Adriana Natali e Lílían Pinho (2008):

o português está em mais de cem escolas do Uruguai, a maioria públicas, que contam com centros de línguas estrangeiras, mantidos pela Administración Nacional de Educación Pública (Anep). Embora o ensino do português seja optativo, trata-se do idioma estrangeiro que mais tem interessado aos jovens da rede pública (ao lado do inglês), ao terem de incluir outra língua obrigatória em seu currículo. Dos 9.419 alunos que se inscreveram para aprendizado optativo de línguas estrangeiras em 2007, mais de 4 mil escolheram o português.

Porém, a lenta implantação da medida, fez com que Maria Simón, ministra da Educação e Cultura uruguaia anunciasse na 12ª Conferência Ibero-Americana de Ministros da Cultura no dia 22 de abril de 2009 em Portugal que a introdução do português no currículo escolar deverá ser gradual, com prioridade para 2010 nas escolas públicas da fronteira com o Brasil. Ela acredita que em cinco anos todos os estudantes uruguaios estarão aprendendo o português e em onze anos o idioma será de conhecimento generalizado: “Para nós, o ensino cvdo português é o cumprimento de uma das nossas obrigações com o Mercosul e esperamos que os outros também cumpram” (BBC BRASIL, 2009).

O governo da Argentina editou lei semelhante, a de número 26468, em 12 de janeiro de 2009, tornando obrigatório o oferecimento permanente de PLE no sistema secundário em todo o país e nas províncias fronteiriças ao Brasil, também no ensino primário, para que os estudantes possam escolher qual língua estrangeira queiram estudar. As escolas devem, segundo a lei, adaptar-se até 2016.

Já o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, depois de acordo firmado com o Brasil,

<sup>27</sup> A Guiné Equatorial solicitou a alteração de seu status de observador para Estado-membro na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 23 de julho de 2010, afinal o português passou a ser uma das línguas oficiais do país. Contudo tal iniciativa guinéu-equatoriana encontrou forte resistência da opinião pública e acabou sendo adiada, porque o país é governado desde 1979 por Teodoro Obiang, que enfrenta diversas acusações de corrupção. Um novo conflito, assim, foi instaurado no interior da Comunidade.

<sup>28</sup> Em 20 de setembro de 2008 foi fundada a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) por iniciativa da sociedade civil da Galícia. A AGLP define-se como uma “instituição científica e cultural ao serviço do povo galego” que pretende “promover o estudo da Língua da Galiza para que o processo da sua normalização e naturalização seja congruente com os usos que vigoram no conjunto da Lusofonia” (Site da AGLP: <<http://aglp.net/>> Acesso em: 03 de abr. 2010).

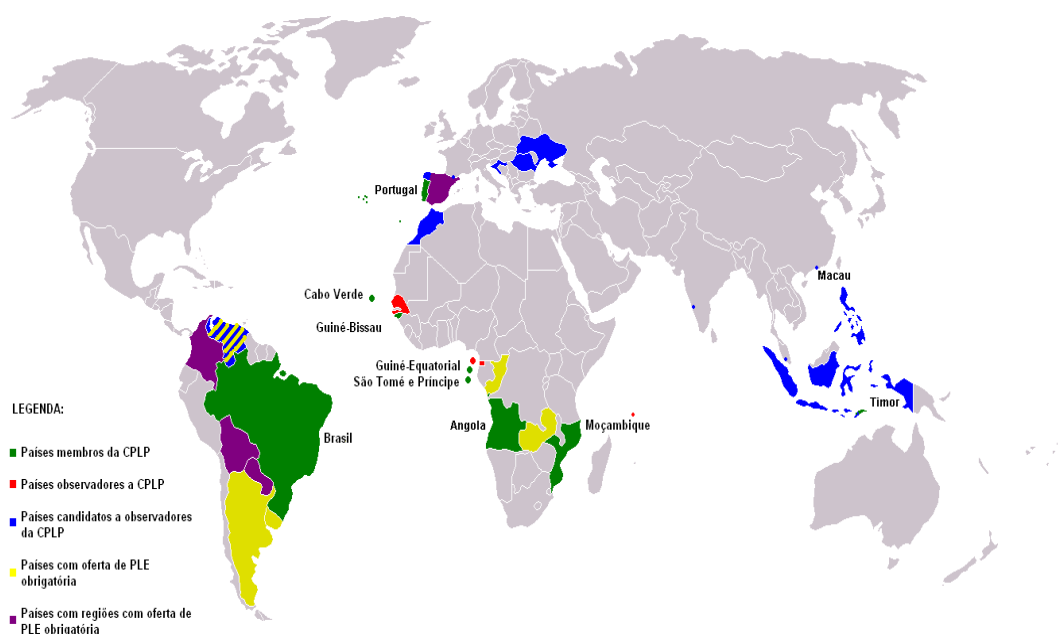
decidiu tornar obrigatória a oferta de PLE nas escolas a partir de 2010. Tal iniciativa estaria condicionada ao apoio do Instituto Camões na formação de professores e na elaboração de material didático. Contudo, João Gomes Cravinho, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, afirmou sobre o tema no jornal *Mundo Português* de 01 de abril de 2008, que: “neste momento, não existem novas verbas que se possam inventar nas instituições referidas (Ministério da Educação e IC). Portanto, temos que encontrar novos mecanismos de financiamento, novos mecanismos de apoio a algo que é imprescindível para a projecção externa de Portugal”. Com isso, o MRE e o MEC brasileiros assumiram, a incumbência de auxiliar na implantação da lei venezuelana. Cresce, assim, a importância do Brasil na América Latina e no ensino do português, como salientou António Braga, secretário português de Estado das Comunicações no jornal *Mundo Português* de 25 de maio de 2009 que “o Brasil tem igualmente a mesma responsabilidade que Portugal em defender a Língua portuguesa. Evidentemente que na Venezuela, Portugal sente essa responsabilidade muito forte, uma vez que temos uma comunidade portuguesa extraordinariamente numerosa e qualificada”.

Na Colômbia, na Bolívia e no Paraguai o ensino é obrigatório nos departamentos de fronteira e na Espanha na comunidade autônoma de Extremadura desde o ano letivo de 2009/2010.

Sem demora, o ministro de Zâmbia – país fronteiriço a Angola e Moçambique – para os Assuntos da Presidência, Ronald Mukuma, em visita a Angola em 16 de abril de 2009, demonstrou interesse em adotar o PLE no ensino primário. Ele argumentou que um maior conhecimento das línguas oficiais fará com que a comunicação “não se torne barreira para o alcance das metas desejadas pelos dois Estados, viradas para o incremento da cooperação e das relações de irmandade entre os respectivos povos” (ÁFRICA 21, 2009).

Recentemente, também, em junho de 2010, os governos de Portugal e da República do Congo – país vizinho a Angola e São Tomé e Príncipe – assinaram um acordo que prevê, a partir de 2011, que a língua portuguesa seja ensinada nas escolas como PLE (RATTNER, 2010).

Completando a legenda do mapa 2, em amarelo estão destacados, os países, onde o ensino de PLE é ou se planeja ser obrigatório; e em roxo, os países, onde o ensino do PLE é obrigatório apenas nas regiões de fronteiras com países lusófonos.



Mapa 2: Países membros, observadores e candidatos a CPLP e aqueles que adotam o português como língua estrangeira. Elaborado pelo autor

Somando a população dos países destacados no mapa acima, chegaremos ao total de 807 milhões, ou seja, 12% da população mundial (BANCO MUNDIAL, 2009). Sendo que a população dos países em que a oferta do ensino de PLE é obrigatória somaria 86,6 milhões. Tal fato torna-se mais relevante se pensarmos que até 2008 nenhum país impunha tal medida.

Além de oficial em nove países – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste e na região de Macau (China) – a língua portuguesa é oficial em algumas organizações internacionais, além da CPLP: União Africana (com outras 5 línguas); União Europeia (com outras 22 línguas); Mercosul (com outras 2 línguas); União das Nações Sul-Americanas - Unasul (com outras 3 línguas); Organização dos Estados Americanos - OEA (com outras 3 línguas); União Latina (com outras 5 línguas); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - SADC (com outras 2 línguas) e a FIFA (com outras 5 línguas).

Todas essas políticas linguísticas em prol de uma internacionalização do português, com tantos atores, e conseqüentemente com muitos interesses em jogo, ora convergentes, ora concorrentes, ora divergentes, demonstram a complexidade desse processo que vem se ampliando, ano a ano, nesta última década.

Para melhor entender esse processo, veremos no próximo capítulo o surgimento do Estado e sua relação com a língua, além da diplomacia cultural como forma de utilizar a cultura na relação entre Estados, para só assim, discorrer sobre as recentes políticas para a

difusão da língua portuguesa.

### 1.1.2 Dos mitos coloniais à CPLP

Nesta segunda parte deste capítulo, lembramos a presença dos mitos coloniais que reforçaram o imperialismo português e embasaram a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Para compreender o contexto de surgimento da Comunidade, retornamos ao passado num momento crucial para o surgimento da organização: a independência das colônias portuguesas na África e o fim do Império Colonial Português.

Com a Revolução dos Cravos, que pôs fim ao Império Português, a ideia de formar uma comunidade ganhou passos concretos, caminhando para o processo de integração dos países de língua oficial portuguesa através da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996, que finalmente abordamos. A Revolução proporcionou ainda a Portugal envolver-se num grande debate sobre o seu futuro, entre o Atlântico e o continente, já que não era mais um império intercontinental e colonialista e retornara às mesmas fronteiras que tinha na Idade Média, na “periferia” da Europa.

Para isso, toda a mitologia colonial portuguesa, bem como a ideologia do lusotropicalismo elaborada por Gilberto Freyre e manipulada pelo salazarismo, seriam ressignificadas para justificar a criação da CPLP, após a descolonização da África, como vemos a seguir. Como narrativa, o mito articula uma memória discursiva, na retomada, ressignificação e circulação dos sentidos, na ritualização dos mitos<sup>29</sup> e sua consequente reatualização.

#### 1.1.2.1 Os mitos coloniais, o imperialismo e o imaginário social portugueses na formação da Comunidade Lusófona

A história portuguesa foi marcada por um imaginário mitológico que remete à fundação do país em 1139, por D. Afonso Henriques, após a batalha de Ourique e foi potencializado pelos descobrimentos nos séculos XV e XVI e pelo sebastianismo. Tanto que sobre essas bases foram construídos os mitos da Quinta Monarquia e do Quinto Império. O primeiro, relacionado ao sebastianismo e o segundo difundido pelo padre Antônio Vieira

---

<sup>29</sup> Segundo Mircea Eliade (2000 [1963], p. 11) “o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do 'princípio'. Em outros termos, o mito narra como graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total (...) ou apenas um fragmento (...) É sempre, portanto, a narrativa de uma 'criação': ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que *realmente* ocorreu, do que se manifestou plenamente” (grifo do autor).

(1608-1697) em que Portugal estaria predestinado a construir um novo império, o cristão, como já houvera o egípcio, o assírio, o persa e o romano.

Portugal iria unir toda a cristandade, vencer os mouros e, numa monarquia de dupla coroa (espiritual e temporal), instalar o reino de Cristo na Terra, estágio preparatório para o Juízo Final (...). A nação portuguesa era instrumento para terminar o projeto divino – converter o orbe em um só rebanho com um só pastor (...). Ou seja, sujeitar todos os povos à mesma ordem que regia idealmente uma monarquia cristã, modelo perfeito de regime, porque análogo do corpo místico de Cristo (LIMA, 2010, p.20 e 27).

Todos esses mitos têm origem na condução do advento da Idade/Império do Divino Espírito Santo, de amor universal, igualdade e inteligência espiritual, pregada pelo monge Joaquim de Fiori (1132-1202), posterior à Idade do Pai e à Idade do Filho, na sua interpretação da Bíblia (MATTOSO, 1993; SCOTT, 2010).

Segundo o joaquinismo, a primeira Idade correspondeu ao governo de Deus, ao poder absoluto. Refere-se ao Velho Testamento e vai até a revelação de Jesus Cristo. A segunda Idade correspondeu à revelação do Novo Testamento e à fundação da Igreja. Os portugueses seriam, assim, o povo eleito por Deus pela revelação de Ourique.

O sonho de Afonso Henriques na narrativa de Ourique era sinal de fundação de um reino pela eleição divina e pelo levantamento popular, faces complementares e concordantes da origem do poder real. Prenunciado no angúrio da Bíblia, anunciado no sonho, reafirmado pelo ermitão, explicitado e amplificado por Cristo, ratificado e confirmado no levantamento como rei e na vitória da batalha, o futuro glorioso e esperado era de aumento do reino e do poder monárquico, mas nas suas mesmas estruturas fundantes (LIMA, 2010, p. 25).

Portugal, enquanto reino cristão, exercia um papel central na difusão do cristianismo e no combate aos muçulmanos na península Ibérica. De certo, o pensamento de Joaquim de Fiori e a revelação de Ourique foram essenciais na construção do sebastianismo e do mito do quinto império.

Contudo, o apogeu português alcançado no século XVI foi curto e logo veio a decadência – expulsão dos judeus, morte de D. Sebastião, União Ibérica e Tratado de Methuen (1703) – mas o mito, que marca a identidade portuguesa, permaneceu e fortaleceu-se, sob um passado glorioso e um presente de esperança no retorno dessa glória: “Menos do que um projeto utópico, a Quinta Monarquia ou Império, por vezes, serviu como fiel da balança para instruir planos políticos, para legitimar o poder real, e, sobretudo, como explicação do destino português” (LIMA, 2010, p.20).

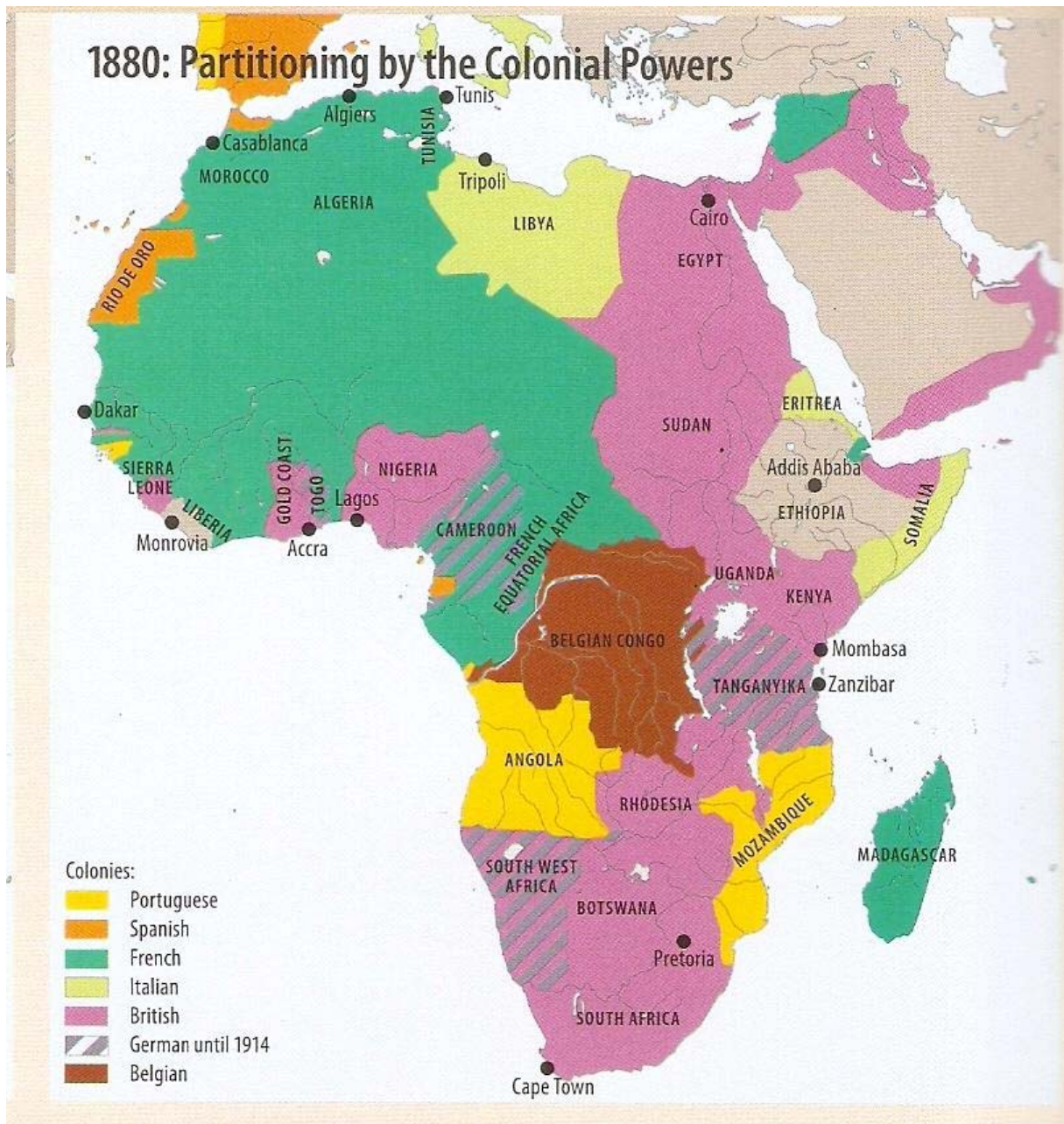
Com a independência do Brasil, Portugal viu chegar ao fim seu grande império transcontinental, restando apenas sob seu domínio, portos na Ásia e regiões litorâneas da África, usadas como entrepostos para enviar mão-de-obra escrava à América até o fim do

tráfico negreiro em 1850.

Nas décadas de 1860 e 1870, com a unificação da Itália e da Alemanha, ressurgiu em Portugal, a possibilidade de uma reunificação ibérica, já que o país estava fragilizado com a perda de sua maior colônia, o Brasil. Contudo, a África garantiria a independência portuguesa e a construção de um novo império. Por isso, com o apoio da Inglaterra, os portugueses ampliaram, após a Conferência de Berlim (1884-1885), seu domínio no continente, avançando para o interior da África. Sobre isso, Marc Ferro (1996, p. 99-101) afirma

Desde a perda do Brasil, a consciência nacional exacerbada de certos círculos portugueses julgava necessário o renascimento de um Império que não cessara de encolher; por outro lado, a recuperação econômica em São Tomé e em Angola, concomitante a uma depressão em Portugal – como, aliás, em toda a Europa –, entre 1873 e 1896, foi um apelo à ação e revigorou uma espécie de microimperialismo, causando uma nova corrida para a África. Esta se manifestou com força na conferência de Berlim, e permitiu a Portugal ficar com uma parte dos despojos, graças a antigas posições conquistadas, mas desproporcional ao poderio do país. É verdade que ingleses e alemães preferiam ver as colônias portuguesas crescerem para dentro do continente africano a deixar a França estender-se infinitamente: e foi o que aconteceu em Angola e Moçambique.

Num contexto amplo, a Conferência de Berlim foi resultado do imperialismo de forte cunho nacionalista na Europa e da II Revolução Industrial, numa corrida das potências europeias, sobretudo da Alemanha, França e Inglaterra por matérias primas e mercados consumidores.



Mapa 3: África após a Conferência de Berlim (1884-1885). Fonte: *Historical Atlas of the World*, 2009

Já num contexto mais restrito, a Conferência de Berlim foi responsável por acelerar a ocupação total da África pela França, Reino Unido, Portugal, Espanha, Bélgica, Alemanha e Itália<sup>30</sup> e também pela manutenção da independência política de apenas dois países africanos: Etiópia e Libéria. Como vimos no mapa 3, tal divisão não respeitou a dinâmica sócio-política

<sup>30</sup> Alemanha e Itália perderam suas colônias para os países da Tríplice Entente, após a I Guerra Mundial, mais precisamente para a França e o Reino Unido. O Congo Belga foi, até 1908, possessão do rei Leopoldo da Bélgica.



da África com milhares de povos unindo etnias rivais num mesmo território e dividindo um mesmo grupo étnico em várias colônias, sob diferentes administrações. Tal divisão, mais tarde, foi a grande responsável por diversas guerras étnicas no continente africano e também pela escolha das línguas europeias como oficiais pelas elites locais para a construção das identidades nacionais baseadas nas fronteiras coloniais.

Portugal foi o grande derrotado da Conferência, pois não foi levado em consideração o direito histórico de descoberta como critério para a ocupação do território. Ademais, foi obrigado a aceitar o princípio da livre navegação dos rios Congo, Zambeze e Rovuna, em território tradicionalmente português e perdeu o controle da foz do Congo, ficando apenas com o pequeno enclave de Cabinda<sup>31</sup>.

Mesmo derrotado em Berlim, Portugal ocupou lentamente suas colônias, pois encontrou diversas dificuldades, como a resistência das elites locais e a falta de recursos humanos e financeiros, para a construção de ferrovias e estradas até o interior.

Tais dificuldades fizeram com que a metrópole europeia criasse o que Perry Anderson (1966) chamou de “colonialismo por procuração”, com a abertura das colônias às potências estrangeiras para a exploração econômica dos territórios e para a construção de bases militares. Esse colonialismo também ficou conhecido como dependente. Por isso, Boaventura de Sousa Santos descreve Portugal como um Estado semiperiférico. Portugal, para ele, “está na fronteira e se alimenta dos fluxos que a atravessa” (FREIXO, 2009, p. 104-105)”.

A importância da África para Portugal cresceu a partir do Ato Colonial e do governo de António de Oliveira Salazar<sup>32</sup>. Esse documento de 08 de setembro de 1930 marcou uma alteração no direito público colonial português. Nas constituições de 1822 a 1911, os territórios portugueses na África e na Ásia são chamados "províncias ultramarinas", frutos de uma política de assimilação. A partir desse momento, passam a ser designados "colônias". O segundo artigo do Ato Colonial afirmava que “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles compreendam, exercendo também a influência moral que eles é adstrita pelo Padroado do Oriente”. De acordo com a Infopédia,

---

<sup>31</sup> Após a derrota em Berlim, Portugal reagiu apresentando o Mapa Cor-de-Rosa, no qual exigia para si os territórios entre Angola e Moçambique, isto é, as colônias inglesas de Rodésia do Norte e Rodésia do Sul, atuais Zâmbia e Zimbábue. Entretanto, em 11 de janeiro de 1890, a Inglaterra apresentou um ultimato a Portugal: se os portugueses não desocupassem os territórios entre Angola e Moçambique, o governo inglês declararia guerra a Portugal. Logo em seguida, o governo português aceitou o ultimato. Fonte: <http://www.eb23-cmdt-conceicao-silva.rcts.pt/sev/hgp/14.1.htm>

<sup>32</sup> António de Oliveira Salazar (1889-1970) foi professor da Universidade de Coimbra; Ministro das Finanças (1928-1932) e Presidente do Conselho de Ministros (1932-1968). Salazar apoiou o golpe militar de 1926 e em 1933, já na liderança do governo, instituiu o Estado Novo, início de um regime autoritário e nacionalista, que ficou conhecido como Salazarismo e só terminou com a Revolução dos Cravos de 1974.

a versão do Ato Colonial "é uma versão mitigada desta concepção", a distinção entre "civilizado" e "indígena" estava já expressa em alguma legislação avulsa, mas a sua inserção neste texto conferia-lhe um carácter permanente. O Estado pretendia criar uma posição que não fosse contestada, numa altura em que a Sociedade das Nações e a Organização Internacional de Trabalho vigiavam Portugal e pressionavam o país para que acabasse com o trabalho forçado nas colónias. Na concepção rácica do negro típica do Estado Novo, este era um "precioso reservatório de energia", uma concepção oficial que chocava com os textos legais. A cultura forçada do algodão, regulamentada em 1926, imposta na década de 30, era um reflexo da eficácia do aparelho de Estado e da exploração desta mão-de-obra.

Mas, apesar de toda essa legislação, no fundo, o Ato Colonial traduziu-se numa centralização do poder no ministro das colónias, em detrimento da ação da Assembleia Nacional e dos governos coloniais.

Esse documento é um instrumento para a criação de uma nova mentalidade colonial, que só veio a ser preterida depois da Segunda Guerra Mundial, com o fim do imperialismo, que, por sua vez, precipitou o fim do Ato Colonial, revogado na revisão em 1951 da Constituição de 1933.

O Estado Novo imperialista, nacionalista e centralizador de Salazar, que se iniciou em 1933, criticava o assimilacionismo oitocentista, reconhecendo direitos e garantias aos povos considerados primitivos e selvagens pelas ideologias racistas do "darwinismo social" do século XIX. Ademais, Salazar implantou uma política de emigração para a África, organizou eventos como as *Semanas Coloniais* e a *Exposição do Mundo Português* em 1940 e estabeleceu uma missão civilizadora, a partir do Decreto-Lei no 22465/1940, influenciado por ideias de darwinismo social, em voga na época, expressando o dever de Portugal em levar a civilização às colónias (MATTOSO, 1993).

Na elaboração dessa ideologia, Salazar contou com o apoio de diversos intelectuais, sendo que o principal foi o sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre, que em 1951, aceitou, sob duras críticas dos intelectuais brasileiros, o convite do regime salazarista para visitar as colónias portuguesas na África e Ásia (SCOTT, 2010, p. 331-332). Depois dessa viagem, ele publicou duas obras *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953) e *O Luso e o Trópico* (1961).

Freyre elaborou, então, o luso-tropicalismo, em que afirmou que a colonização portuguesa foi cordial e sem preconceitos raciais, ao contrário dos demais países europeus. Para ele "o português (...) seria menos um povo imperialmente europeu que uma gente já ligada pelo sangue, pela cultura e pela vida a povos mestiços e extra-europeus" (FREYRE, 1953, p. 25). Para Freyre, o português criou um "modo próprio de estar no mundo", como descreveu Adriano Moreira (apud CASTELO, 1998), pois graças a sua história, ele tinha

ausência de orgulho racial, versatilidade, pragmatismo, carácter contemporizador e uma propensão à miscigenação que de certa forma originara-se no passado étnico e cultural

português, de povo indefinido entre Europa e a África, e que se formou pela miscigenação de vários outros povos – celtas, romanos, visigodos, fenícios, judeus e árabes (FREYRE apud FREIXO, 2009, p. 129).

Assim, Freixo concluiu que “o português tropicalizou-se sem deixar de ser europeu”. De fato, o escritor pernambucano estava deslumbrado com o poderio português e com a colonização de três continentes, pois afirmou, inclusive que “o mundo que o português criou (...) constituiu-se em uma unidade de sentimentos e cultura” que “contribuiria para abrandar as durezas do sistema do trabalho escravo” (FREIXO, 2009, p. 129)<sup>33</sup>.

Claudia Castelo (1998) alerta, no entanto, que a teoria de Freyre surgiu de uma interpretação equivocada da realidade e foi manipulada politicamente pelo salazarismo para reforçar a mitologia portuguesa não sendo, assim, concebida com tal finalidade. Portanto, ela conclui:

o luso-tropicalismo, teoria “inventada” com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do povo português, além de ter servido interesses político-ideológicos conjunturais durante o Estado Novo, ajudou a perpetuar uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa, concedendo-lhe a autoridade “científica” de que até aí não dispunha. A influência do luso-tropicalismo ter-se-á alargado, progressivamente, do campo cultural para o campo político, e deste para o das mentalidades (CASTELO, 1998, p. 14).

Ao redor dessa construção ideológica, Salazar desenvolveu a ideia de um Portugal plurirracial, pluricontinental, uno, indivisível e progressista que abarcava as colônias na África e Ásia. Soma-se a isso a crença em um terceiro império português, dessa vez em África, depois dos outros dois: do Império da Pimenta, dos condimentos, das benfeitorias na África e Índias e do Império do Brasil.

Salazar soube muito bem, como afirmou Freixo (2009, p. 83-84 e 174), aproveitar a mitologia portuguesa para justificar sua política colonial. Castelo (1998, p. 132), inclusive, afirma:

Através do recurso a uma linguagem profusamente valorativa, por vezes anacrônica, quase sempre absoluta, e apoiado numa leitura subjacente e instrumental da história, o discurso oficial do Estado Novo glorifica um certo passado do povo português (a fundação, a nacionalidade, os descobrimentos, a restauração), liga-o ao presente e eterniza-o. Na época da expansão, Portugal teria renunciado à tranquilidade vivida dentro de suas fronteiras e sofrido por amor da humanidade, espalhado o seu espírito cristão e civilizador.

Dentro dessa concepção, Freyre (1953, p. 141-142) atribuía à língua portuguesa um papel fundamental como expressão da cultura miscigenada tanto no Brasil como na África e Ásia:

---

<sup>33</sup> Enquanto tais afirmações eram ouvidas em Lisboa, Portugal explorava a África, enviando mão-de-obra para o trabalho em minas nas colônias inglesas. Ato esse proibido tanto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) quanto pelo próprio Ato Colonial de 1930.

Uma língua de tal amplitude não pode deixar de ser expressão de vasta cultura transnacional. Não pode deixar de ser veículo da civilização que denomino luso-tropical, para a distinguir daquelas que são apenas projeções imperiais de Estados ou de nações europeias nos trópicos ou no Oriente. Para estas já não há futuro, nem perspectivas. O imperialismo europeu já não encontra nos trópicos, populações inermes dispostas e ser dominadas e exploradas por brancos que se supõem superiores a gentes de cor (...). O português, por ter sabido sempre ligar a estes valores os da Europa, ao sangue das mulheres de cor, seu sangue de brancos desde a Europa (...) criou culturas luso-tropicais. (...) Daí o amor com que a língua portuguesa é falada nos trópicos por pretos, pardos, amarelos, vermelhos, morenos que nessa língua exprimem seus sentimentos mais íntimos e não apenas suas ideias convencionais.

Essa construção ideológica elaborada por Gilberto Freyre foi essencial para a nova política colonial portuguesa a partir de 1951 com a reforma do Ato Colonial de 1930, que passou a basear-se na ideia de que as colônias formavam “na realidade, todas um só Portugal, cada vez mais consciente de sua unidade, dentro da qual cabem arrojos de diversidade” (FREIXO, 2009, p. 131).

Tal pensamento, de que as colônias africanas representavam um sentimento nacional português formado entre Europa e África, foi o responsável, ao lado do colonialismo dependente, por retardar a saída de Portugal da África (FREIXO, 2009). Afinal, na década de 1960, enquanto França, Inglaterra, Espanha e Bélgica já haviam concedido a independência à maioria das colônias, Portugal insistia no discurso de que a África era parte do país indivisível, negando até a sua condição colonial e delegava às potências ocidentais o direito de co-exploração das colônias. A África como parte indivisível do Portugal-império era fundamental para desfazer o sentimento de pequenez do Portugal-Europa. Como ilustração dessa intensa propaganda de que Portugal não é um país pequeno, basta olharmos o mapa 4, abaixo, editado pelo Estado Novo, em 1935, em que compara a superioridade territorial de Portugal e suas colônias/províncias de ultramar à Alemanha, Inglaterra, Espanha e França, sobrepondo seus mapas ao da Europa. Esta é mais uma clara demonstração do imaginário social português acerca da grandiosidade do país.



Mapa 4: Portugal não é um país pequeno. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (Autor Henrique Galvão)

A mitologia criada em torno de um Portugal civilizador está tão presente nos portugueses que Armindo Monteiro<sup>34</sup> (apud CASTELO, 1998, p. 132), neste fragmento de *O pensamento do ministro das Colônias - Reconstrução do império* critica aqueles que não se submetem à crença de um Portugal glorioso.

Solicitada entre a tendência humildemente continental e outra largamente marítima e universal, a grei preferiu sacrificar-se no mar para alargar os limites da FÉ e do IMPÉRIO. Na era de quatrocentos e de quinhentos, soldados e missionários, vincularam o nome de Portugal a todos os cantos da terra, e pelo seu espírito heroico e apostolização abriram um novo ciclo de relações e até nas ideias dos povos. Mas uma época de “apagada e vil tristeza” diminui o facho central que devia iluminar toda a obra dos antepassados e comunicar o seu valor às gerações que passam. Negou-se Cristo, como se uma nação latina pudesse viver sem o seu espírito. Em vez da unidade criadora, a mesquinha luta de facções. Em vez da dignidade própria duma nação que é a terceira potência colonial, a vergonha duma via mesquinha semeada de revoluções e tumultos.

Contudo, o salazarismo inicia a década de 1970 já em crise, com o avançar das guerras de independência na África, com o envio cada vez maior de soldados ao continente, o financiamento à guerra, a perda de apoio da opinião pública ao regime e com o isolamento internacional, já que ganhava cada vez mais apoio na ONU o princípio de autodeterminação

<sup>34</sup> Armindo Rodrigues de Sttau Monteiro (1896-1955), mais conhecido como Armindo Monteiro, foi um professor universitário, empresário, diplomata e político que exerceu importantes funções durante o regime do Estado Novo, incluindo as de Ministro das Colônias, de Ministro dos Negócios Estrangeiros e de embaixador de Portugal em Londres, durante a fase inicial da Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, Pedro Aires, 2000).

dos povos<sup>35</sup>, contrariando a propaganda interna de décadas atrás do “orgulhosamente sós”, como afirmava Salazar enquanto buscava apoio externo (OLIVEIRA, 2007; SCOTT, 2010, p. 358-359). Com o afastamento de Salazar em 1968, por motivo de doença, assumiu o governo seu ministro de ultramar, Marcello Caetano (1906-1980), que manteve a política colonial.

Em 1974, o general António de Spínola (1910-1996), então ex-governador militar da Guiné-Bissau e ministro de ultramar, publicou o livro *Portugal e o Futuro* em que defendia a criação de uma comunidade de países que reunisse Portugal às colônias na África e Ásia. Desse modo, Spínola (1974, p. 200, 201, 228 e 232) afirmou:

Para o efeito conviria desfazer, desde já, o equívoco decorrente da visualização que nos revela como País eminentemente europeu, quando afinal, constitucionalmente, a maioria dos cidadãos é africana e é na África que se situa a quase totalidade do território nacional. Tudo então ficaria claro, coerente e aceitável, pois seríamos finalmente iguais a nós próprios: um país pluricontinental, com estados na Europa, em África e na Ásia, cujo desenvolvimento e autonomia aceleraríamos, para com esses estados formarmos uma comunidade em que todos beneficiaríamos das posições e potencialidades do todo português (...). Haveremos de continuar em África. Sim! Mas não pela força das armas, nem pela sujeição dos africanos, nem pela sustentação dos mitos contra os quais o mundo se encarna. Haveremos de continuar em África. Sim! Mas pela clara visão dos problemas no quadro de uma solução portuguesa (...). Defendemos, por isso, uma solução do problema nacional baseada numa ampla desconcentração e descentralização de poderes em clima de crescente regionalização de estruturas político-administrativas dos nossos Estados africanos, num quadro de raiz federativa.

Essa comunidade seria semelhante à que propôs a França antes da independência de suas colônias, como forma de manter alguma influência mesmo após a independência, e que só foi concretizada com a criação da Organização Internacional da Francofonia em 1970. Porém, Spínola defendia uma comunidade centrada em aspectos políticos e econômicos, enquanto que o socialista Joaquim Barradas de Carvalho (1982 [1974], p. 66-67) sugeria uma comunidade centrada em aspectos culturais e civilizacionais, pensamento publicado em *Rumo de Portugal: a Europa ou o Atlântico ?*:

Propomos, portanto, a criação de uma autêntica Comunidade Luso-Brasileira e, se possível, uma futura Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Nela todas as partes se reencontrariam na mais genuína individualidade linguística e civilizacional. *É esta a condição para que Portugal volte a ser ele próprio* (...). Os regimes políticos, e até os sociais, passam. A Língua e a Civilização ficam.

<sup>35</sup> Suhayla Viana (2008) afirma que mesmo durante a Política Externa Independente dos governos de Jânio Quadros (1961-1961) e João Goulart (1961-1964) em que o Brasil se distanciou dos Estados Unidos e se aproximou dos países do Sul, o Brasil manteve uma postura incoerente, não se posicionando a favor da independência das colônias portuguesas. Sobre as votações na ONU a respeito da autodeterminação das colônias portuguesas, o chefe da Divisão das Nações Unidas do Itamaraty entre 1965 e 1968, o embaixador brasileiro Ovídio de Andrade Melo (2009, p. 37) afirma: “Continuavam ainda votando a favor de Portugal, naquela cadente questão, a África do Sul do apartheid e o Brasil, tão somente. A única companhia que, assim, acabamos tendo naquela votação anual era péssima (...). Alegávamos ‘não poder votar contra Portugal por puro sentimentalismo, porque era nosso vovozinho, nosso ancestral’. Frente a essa desculpa canhestra, os africanos podiam, com toda razão, enfurecer-se e indagar: ‘E a África, com o imenso contingente de afrodescendentes que existe no Brasil, mais de metade da população total, não é também considerada pelos diplomatas brasileiros como vovozinha, uma simpática velhota ancestral?’”.

Ambas as propostas fizeram parte de um debate ainda maior sobre o futuro das colônias e de Portugal, no período pré e pós-revolucionário.

Após a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, liderada pelo Movimento das Forças Armadas<sup>36</sup>, o general Spínola assumiu a presidência da Junta de Salvação Nacional, à frente do governo provisório que administrou Portugal até 1975. Ele insistiu na criação de uma comunidade a fim de manter um liame político com as províncias ultramarinas, mas acabou não resistindo às pressões para a independência das colônias.

Terminaram, assim, 41 anos do regime fascista de Salazar, graças, sobretudo, às guerras de independência na África.

A revolução dos Cravos trouxe consigo a esperança de um novo Portugal, mais real e menos mitológico, mas também a apreensão de perder a segurança garantida pelos mitos. Afinal, como afirmou Mircea Eliade (2000 [1963]), o mito primeiro refere-se ao passado e depois a um futuro fabuloso. Portugal, assim, defrontou-se com uma realidade mais dura que aquela do salazarismo.

Eliade (2000 [1963]) e Lima (2010) nos mostram, ainda a importância de viver o mito, ritualizá-lo para torná-lo real e inserir o homem num tempo sagrado, um universo transcendental, em que repetir os feitos dos deuses e dos heróis é possível:

A rememoração e a reatualização do evento primordial ajudam o homem (...) a distinguir e reter o *real*. Graças à repetição contínua de um gesto paradigmático, algo se revela como *fixo* e *duradouro* no fluxo universal. Através da repetição do que foi feito *in illo tempore*, impõe-se a certeza de que algo *existe de uma maneira absoluta*. Esse “algo” é “sagrado”, ou seja transumano e transmudano, mas acessível à experiência humana (...) Esse mundo “transcendente” dos Deuses, dos Heróis e dos Ancestrais míticos é acessível porque o homem (...) não aceita a irreversibilidade do Tempo. Como constatamos por diversas vezes, o ritual abole o Tempo profano, cronológico, e recupera o Tempo sagrado do mito (...) A revolta contra a irreversibilidade do Tempo ajuda o homem a “construir a realidade” e, por outro lado, liberta-o do peso do Tempo morto, dando-lhe a segurança de que ele é capaz de abolir o passado, de recomeçar sua vida e recriar seu mundo (...) Os mitos, em suma, recordam continuamente que eventos grandiosos tiveram lugar sobre a Terra, e que esse “passado glorioso” é uma parte recuperável. A imitação dos gestos paradigmáticos tem igualmente um aspecto positivo: o rito força o homem a transcender os seus limites, obriga-o a situar-se ao lado dos Deuses e dos Heróis míticos, a fim de poder realizar os atos deles. Direta ou indiretamente o mito “eleva” o homem (grifos do autor) (2000 [1963], p. 125 e 128).

O passado maravilhoso fundado em uma eleição divina – paradoxalmente como uma *História do futuro* – permitia saudades de um futuro glorioso anunciado e previa uma esperança que era presente desde o passado. Em outras palavras, o sonho profético e sua interpretação postulavam que o passado, o presente e o futuro participavam de uma mesma ordem, de uma mesma matriz (ad)vinda de Deus e desde sempre, pois Deus é Eterno, anunciadas – ainda que não compreendidas, pois o tempo dos homens é imperfeito (grifo do autor) (LIMA, 2010, p. 26).

<sup>36</sup> A Revolução dos Cravos foi liderada por militares de baixa patente em sua maioria, que ficaram conhecidos como *capitães de abril*. Entre eles estão: o capitão Salgueiro Maia (1944-1992) e o major Otelo Saraiva de Carvalho (1936-). Contudo, após o cerco do palácio do governo pelos capitães, António Spínola negociou a ida de Marcello Caetano para o Brasil, assumindo controle do país, numa atitude que garantiu o apoio dos demais militares (SECCO, 2004).

O mito era a garantia do tempo sagrado e a negação do tempo de um Portugal decadente. Como afirma Renan (1997, p. 19): “o esquecimento, diria até o erro histórico são um fator essencial na criação de uma nação e é por isso que o progresso dos estudos históricos é muitas vezes um perigo para a nacionalidade”. Daí a importância dos mitos na produção de um esquecimento do que de fato ocorreu, “refazendo” a história.

O mito, assim, era parte dos portugueses. Por isso, a Revolução dos Cravos, mesmo com a crença positiva em relação ao futuro de qualquer revolução, trouxe um grande trauma (LOURENÇO, 1988) e produziu um homem desorientado em seu passado e em seu futuro, e fragmentado em si mesmo pela falta de referências, muito bem representado na obra literária de Lobo Antunes (1997; 2005 e 2007) em *Memória de Elefante* (1979), *Os Cus de Judas* (1979), *Fado Alexandrino* (1983), *O Auto dos Danados* (1985), *As Naus* (1988) e *O Esplendor de Portugal* (1997) e de Lídia Jorge (2004) em *O Dia dos Prodígios* (1980) e *A Costa dos Murmúrios* (1988).

Se pensarmos na segurança que os mitos deram na formação da identidade portuguesa, na modernidade,

o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado. Composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas (...). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (...) Somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis (HALL, 2002, p. 12 e 13).

Sobre Portugal, após o regime salazarista, numa disputa de ideias, Freixo (2009) e Secco (2005) descreveram um país receoso num futuro de integração à Comunidade Europeia, hoje União Europeia, em prol do abandono de um passado de política voltada para o Atlântico. Sobre esse sentimento português, Boaventura de Sousa Santos (apud FREIXO, 2009, p. 105) disse: “em termos simbólicos, Portugal estava demasiado longe da Europa para ser colonizador consequente e estava demasiado próximo de suas colônias para ser plenamente europeu”.

Sem as colônias, os portugueses acreditaram que para pôr fim ao atraso econômico do país, era necessário abandonar os séculos de política atlântica e se aproximar da Europa. Somente com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986 e com a ascensão de Mário Soares e do Partido Socialista à presidência da República no mesmo ano, que o país começou a consolidar uma comunidade com suas ex-colônias. Para Freixo (2009, p.30), nesse contexto, uma Comunidade Lusófona seria um “meio de Portugal aumentar sua negociação na



União Europeia e no Sistema Internacional”, ou seja, seria fundamental para Portugal, exercer o seu tradicional papel de “estar na fronteira”. A política europeia e a atlântica poderiam assim, se tornar complementares para o fortalecimento do país, sob bases que não seriam coloniais (SCOTT, 2010, p.167-168), pelo menos oficialmente. Portugal poderia tirar vantagens de sua semiperiferia.

A proposta ganhou impulso com o fim da Guerra Fria e o surgimento da globalização, em que os países teriam a necessidade de se unirem para se fortalecerem, numa ordem mundial comandada hegemonicamente pelos Estados Unidos.

Surgia em Portugal um intenso debate sobre as bases para a construção dessa nova comunidade e o modo de reunir os países lusófonos, envolvendo pensadores e literatos como Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980), Adriano Moreira (1922-), mas principalmente Agostinho da Silva (1906-1994), Eduardo Lourenço (1923-) e Alfredo Margarido (1928-). Esses três últimos pensadores portugueses divergem sobre o verdadeiro papel e função de uma comunidade lusófona.

Agostinho da Silva, filósofo, tentou resgatar o papel mitológico de Portugal e a contribuição que uma comunidade dessas daria ao mundo. Poeta místico, meio profeta, Agostinho da Silva defendeu

a ideia de um Portugal-língua – concretizado por uma “Comunidade Lusófona” como uma espécie de “Quinto Império” revisitado – que deveria cumprir a missão histórica que Portugal-território, por suas limitadas possibilidades atuais, não teria mais condições de cumprir: a de integrar toda a humanidade e construir a fraternidade universal (FREIXO, 2009, p.25).

Para ele, Portugal deteria a missão de liderança na construção do Portugal-ideia, afinal seria o povo eleito: “se no passado, Portugal unificou o mar, sua tarefa futura será a unificação do mundo pelo espírito, pela língua, constituindo-se a nação portuguesa como a pátria virtual de quantos a falam” (Varela apud FREIXO, p. 140 e 141). E o Brasil seria peça fundamental, o centro desse Quinto Império, a Ilha dos Amores. (FREIXO, 2009, p. 146).

Nesse sentido, a lusofonia faria parte de um cenário ainda maior já que seria a essência para a construção da fraternidade universal. Nota-se aqui a participação do luso-tropicalismo freyreano na construção do pensamento agostiniano, pois assim como o primeiro, o último defendeu a visão de uma colonização portuguesa cordial e fraterna.

Enquanto isso, Eduardo Lourenço defende abertamente o papel dos mitos, mas apenas para a existência de um ideal comunitário que suplantasse algo que fosse essencialmente português: “lusofonia sem um mínimo de mitologia cultural compartilhada, só pode ser comunidade na ordem prática da comunicação, não na do espírito e na do imaginário que são

a sua essência” (FREIXO, 2009, p. 149). Ademais, afirma:

Nação pequena que foi maior do que os deuses em geral o permitem Portugal precisa dessa espécie de delírio manso, desse sonho acordado que, às vezes, se assemelha ao dos videntes (...). Poucos povos serão como o nosso tão quixotescos, quer dizer, tão indistintamente Quixote e Sancho. Quando se sonharam sonhos maiores do que nós, mesmo a parte de Sancho que nos enraíza na realidade está sempre pronta a tomar os moinhos por gigantes (LOURENÇO, 1994, p. 23).

Afinal, o ensaísta membro da ACL responde temeroso à utilização da ideia de um destino imperial português: “para que tal espaço (lusofonia) se articule não poderia haver comuns pretensões hegemônicas, já que aquilo que o sustenta, a língua comum, não é propriedade de ninguém” e afirmando a importância de todos os falantes lusófonos na construção de uma identidade comunitária acrescentou que “nós não somos ninguém sem uma língua que fazemos nossa” (FREIXO, 2009, p.159 e 163).

Eduardo Lourenço (1994, p. 21-22), afirma que os portugueses apresentam uma hiperidentidade no plano imaginário, por causa do déficit de identidade real, que não foi alterada com a Revolução dos Cravos:

O fim de um império de quinhentos anos, o regresso obrigatório ao nosso espaço europeu do século XV não deram lugar a nenhum reexame ou exame espetacular da nossa *imagem*, embora ela sofresse, mesmo sem eles, uma metamorfose inegável (...). A *nova* imagem de Portugal – refiro-me menos à que *os outros* têm de nós mesmos que àquela que *nos acompanha* na nossa ação e presença dentro de nós e no mundo – não altera em nada a estrutura da *hiperidentidade* que desde pelo menos o século XVI nos caracteriza. Perdemos um império, é um fato, mas perdemos-lo menos na realidade do que pode parecer, porque já antes o tínhamos, sobretudo, como imaginário.

Ele propõe, resignificando o destino imperial português, uma identidade real, baseada em uma “lusofonia polifônica, em que diferentes vozes deveriam ser escutadas” e que esse seria um sonho português a ser sonhado (FREIXO, 2009, p.163 e 171). Nele a lusofonia ganha um sentido multilíngue.

Já Alfredo Margarido enxerga em uma comunidade lusófona um “novo mecanismo de dominação sobre os demais países de língua portuguesa, como se ela fosse um patrimônio exclusivamente seu:

Basta considerar com atenção o percurso dos acordos ortográficos, para encontrar a mesma inquietação, a republicana de ontem ou até anteontem, a fascista e agora a democrática: assegurar o controle da língua, obrigar os demais locutores a aceitar as regras portuguesas. A língua nasceu em Portugal e pertence aos portugueses. Não se consegue aceitar o simples princípio de que a língua pertence àqueles que a falam (MARGARIDO, 2000, p.6-7).

Para ele, os portugueses perderam a dominação política e econômica sobre as colônias, mas tentam manter sua dominação através da língua:

A criação da lusofonia, quer se trate da língua, quer do espaço, não pode separar-se de uma certa carga messiânica, que procura assegurar aos portugueses inquietos um futuro senão promissor, em todo o caso razões e desrazões para defender a lusofonia (...). Respeitando um velho movimento de submissão cultural, não puderam os portugueses furtar-se ao modelo tradicional, tendo criado, após 1974, a lusofonia (MARGARIDO, 2000, p. 12).

Margarido explora, inclusive, a ideia de lusofonia como nova forma de dominação, utilizando como exemplo a questão da imigração, pois a identidade lusófona não garante cidadania portuguesa, “a língua não constitui passaporte” (MARGARIDO, 2000, p. 77; FREIXO, 2009, p.167-168).

Dessa forma, a lusofonia para o escritor e poeta seria “como revitalização de uma nostalgia do império, resultante do vazio ideológico decorrente do processo de descolonização e da amputação do componente imperial da nação portuguesa” (FREIXO, 2009, p.164), ligando sempre a recusa da pequenez geográfica: “A ideia do ‘Império’ insistiu sempre em recusar a nossa pequenez geográfica (...). Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua ‘grandeza’” (MARGARIDO, 2000, p. 28).

Afinal, como Albert Memmi (2007, p. 162), afirma “se decidimos compreender o fato colonial, é preciso admitir que ele é instável, que seu equilíbrio é incessantemente ameaçado. Pode-se compor com todas as situações”. Nessa perspectiva é possível enxergar a lusofonia, apenas como uma nova face do velho colonialismo, numa clara negação ao fim do império colonial.

Margarido (2000, p.7) justifica seu argumento questionando a falta de revisão da história colonial por parte dos portugueses e convoca:

Sejamos (...) o mais realista possível, rejeitando a auto-complacência, ou o paternalismo, que não são mais que formas de colonialismo atrasado. Aceitemos a leitura crítica do passado, o que será sempre ocasião para impedir que alguns dos nossos melhores vícios se transformem em virtudes. O exemplo mais característico reside no delírio das “descobertas”, como se os Outros só tivessem existido por obra e graça da nossa intervenção marítima ou terrestre”.

Busca-se, assim, “manter o colonialismo, fingindo abolir o colonialista (...). O recurso à língua portuguesa não seria uma operação autônoma, mas até o elemento central da alienação destinada a manter o escravo no seu lugar de sempre” (MARGARIDO, 2000, p. 76). Margarido (2000, p. 77-78) é mais duro ao dizer:

Ao exaltar a qualidade da língua, os colonialistas pretendem em primeiro lugar reduzir as qualidades das línguas Outras, operação que permite cobrar um ágio aos utilizadores da língua nobre. O princípio seria este: quem, não sendo português, utiliza a língua portuguesa, deve exaltar a tarefa dos portugueses, renunciando a qualquer operação histórica crítica. Nesta construção mitificadora, os portugueses não recebem, nem exigem, nem roubam nada. São eles quem dá tudo: a civilização, a religião, a cultura, a língua, os subsídios, quando não os capitais...

O filósofo marxista Alfredo Margarido propõe, portanto, uma análise crítica do passado, a partir da alteridade e uma reconstrução da memória portuguesa de potência gloriosa e civilizadora à nação invasora, dominadora e exploradora. Nessa nova memória, os “Outros” advindos desse processo histórico seriam iguais e teriam os mesmos direitos sobre a língua que falam, que não é a mesma língua portuguesa falada na Europa.

Margarido desempenha um papel importante, como cidadão português, ao identificar a vitalidade desse imaginário mitológico português nos dias de hoje, que embora pareça inaceitável, ainda é forte em Portugal e pelo princípio do dialogismo (BAKHTIN, 2009), é inseparável da ideia de lusofonia, que se pretende criar.

Nessa mesma direção Castelo (1998, p. 140) afirma: “Libertados da componente colonialista que o Estado Novo lhe imprimiu, (os mitos/um modo português de estar no mundo) servem agora para justificar a criação formal de uma comunidade lusófona com propósitos culturais, econômicos e de cooperação em matéria de política externa”.

Já numa perspectiva das relações internacionais Mônica Lessa e Hugo Suppo (2007, 235-236) citando Marcel Merle em *La Politique Étrangère*, consideram

a afirmação da identidade a primeira necessidade vital que toda coletividade política resente “para melhor se distinguir de seus vizinhos e, sobretudo, de seus rivais” (1984, p. 150). Essa identidade é forjada por meio da língua, da cultura, da religião e da história. Frequentemente, a identidade nacional será invocada como justificativa ideológica ou simples camuflagem de uma política de potência”. Existe a ideia de que ela tem missão a cumprir além de suas fronteiras nacionais: o “destino manifesto”, para os Estados Unidos; o “messianismo revolucionário”, para a URSS; a “missão civilizadora”, para a França. Desse ponto de vista, a política interna determina a externa e provoca o choque entre numerosos messianismos existentes.

Dessa forma, a lusofonia pode representar a ressignificação da missão portuguesa colonial, um messianismo, que pode ser comparado ao destino manifesto dos Estados Unidos<sup>37</sup>.

Contudo, aqueles que veem a lusofonia como algo positivo, parecem não estar atentos a esses argumentos. Para eles, nesse novo conceito de lusofonia estariam reunidas diferentes culturas e etnias a partir de algo compartilhado por todos: a língua portuguesa. Mais que um aspecto comum, a lusofonia reivindicaria um sentimento, uma memória constituída comumente a partir de uma história colonial de expropriação, mas principalmente de formação de nações, de nacionalismos e de identidades, semelhante ao que descreveu Renan (1997), ao retratar, ao referir-se à nação.

---

<sup>37</sup> O Destino Manifesto consiste numa crença divina de que os americanos deveriam liderar o mundo. Essa ideologia foi muito utilizada para justificar o expansionismo dos Estados Unidos a partir do século XIX.

A lusofonia aproximaria povos distantes, tornando-os irmãos pela história e pela intimidade que é falar a mesma língua. Nesse sentido, Enilde Faulstich (2001, p.118) descreve essa percepção da lusofonia como aquilo que “(...) localiza em todos os portos tocados pelos portugueses, nos quais a língua foi disseminada, como espaço de lusofonia. Nesses, os sujeitos são identitários de uma cultura ibérica que, em maior ou menor grau, formou a cidadania do Estado-nação”.

Entretanto Carlos Alberto Faraco (2009, p. 8) rebate duramente esse pensamento totalmente positivo a respeito da lusofonia:

Nesse discurso de exaltação e celebração, não há, evidentemente, espaço para uma leitura crítica da exploração colonial. Ou do papel central que os luso-brasileiros exerceram no tráfico internacional de escravos africanos durante 300 anos; não há espaço para discutir o estado de imensa miséria social, econômica e cultural em que foram deixados, no momento da independência, os territórios africanos e asiáticos que estiveram sob o domínio português; não há espaço para deixar visíveis a ideologia e as práticas racistas do colonialismo português na África; não há também espaço para compreender a heterogeneidade dos diferentes países, salvo se ela puder ser reduzida ao exótico e devidamente folclorizada (a culinária, por exemplo); e, mais ainda, não há espaço para se reconhecer e discutir o fato de que a língua portuguesa funciona socialmente também como forte fator de discriminação e exclusão nas sociedades em que é falada.

Mesmo com posições divergentes, não resta dúvida de que toda essa discussão em torno da lusofonia, da CPLP e das políticas linguísticas para a difusão e promoção da língua portuguesa, envolve os portugueses e o sentimento nacional marcado pelo histórico imaginário mitológico e seu papel civilizatório.

É justamente resgatando e trabalhando essa memória, bem como no contexto da globalização, como já vimos, que em 1996, surgiu a CPLP, a partir do esforço do ex-ministro da Cultura do Governo Sarney, ex-governador do Distrito Federal e na época embaixador brasileiro em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, em um momento delicado. Portugal queria ressignificar as ideias de Gilberto Freyre de que há um “modo português de estar no mundo para justificar essa nova intenção de Portugal: lusofonia” (FREIXO, 2009, p.24); o Brasil estava mais interessado em se integrar ao Mercosul e os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs) estavam temerosos com tal proposta quinze anos após o fim das guerras de independência (FEIJÓ SOBRINHO, 1997; SARAIVA, 2001). Tudo isso demonstra o quão complexa é a situação em que foi/está inserida a CPLP.

Conheçamos agora, o funcionamento e os objetivos da CPLP, cujas declarações e resoluções da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e do Conselho de Ministros constituem os *corpora* de análise desta pesquisa.

### 1.1.2.2 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Histórico e Funcionamento

Sete anos depois da primeira reunião, em São Luís (MA), de países lusófonos em torno da língua, seguindo como exemplo a Organização Internacional da Francofonia criada em 1970<sup>38</sup>, os Chefes de Estado e Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe reunidos no dia 17 de julho de 1996, em Lisboa, fundaram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Nessa reunião, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países assinaram a *Declaração Constitutiva* da CPLP, que deixava claro os objetivos da organização em três pilares:

- a) a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; b) a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; c) a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

De acordo com o Estatuto da Comunidade (art.1º e 6º), a CPLP é “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros” e tem como princípios norteadores:

- a) igualdade soberana dos Estados membros; b) não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; c) respeito pela sua identidade nacional; d) reciprocidade de tratamento; e) primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social; f) respeito pela sua integridade territorial; g) promoção do desenvolvimento e h) promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A organização tem duas categorias de participação: membros e observadores. Apenas pode ser membro da organização, Estado-nação que tenha a língua portuguesa como oficial. Já a categoria de observador divide-se entre observador associado e observador consultivo. Podem ser candidatos a observador associado Estados, organizações internacionais, universais ou regionais, organismos intergovernamentais e entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autônomos que partilhem os respectivos princípios orientadores e objetivos da CPLP (art. 7º). Já a categoria de observador consultivo, criada em 2005, pode ser atribuída às organizações da sociedade civil interessadas nos objetivos prosseguidos pela CPLP.

Entre os observadores associados estão, com a data de admissão: Guiné-Equatorial (2006), Maurício (2006) e Senegal (2008). Abaixo, a lista dos atuais 46 observadores

---

<sup>38</sup> Criada em 1970, após o processo de descolonização, a Organização Internacional da Francofonia (OIF) composta, atualmente, por 55 países membros, tinha como parâmetro a *Commonwealth* Britânica, fundada em 1931. A intenção da OIF, além da simples união de países com passados coloniais comuns é a promoção da língua francesa pelo mundo e mesmo uma defesa frente ao crescimento da importância política da língua inglesa.

consultivos que, como podemos ver, é bem diversa em relação ao seu campo de atuação:

Academia Brasileira de Letras	Fundação Oriente
Assistência Médica Internacional - AMI	Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Portuguesa	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República Portuguesa	Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação
Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP	Fundação Portugal-África
Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos - Concórdia	Fundação Roberto Marinho
Círculo de Reflexão Lusófona	Instituto Internacional de Macau
Comissão InterPaíses/ Países de Língua Oficial Portuguesa-CIP/PLP Fundação Rotarianos São Paulo	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB
Comunidade Médica de Língua Portuguesa	Instituto de Higiene e Medicina Tropical
Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa	Médicos do Mundo
Confederação da Publicidade dos Países de Língua Portuguesa	Organização Paramédicos de Catástrofe Internacional
Conselho Empresarial da CPLP	Real Gabinete Português de Leitura
Fórum da Juventude da CPLP	Saúde em Português
Fundação Agostinho Neto	Sociedade de Geografia de Lisboa
Fundação Amílcar Cabral	União das Misericórdias de Portugal
Fundação Bial	União dos Advogados de Língua Portuguesa - UALP
Fundação Calouste Gulbenkian	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Fundação Champalimaud	Universidade Federal da Bahia – UFBA
Fundação Eduardo dos Santos – FESA	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa	Associação “Abraço” (Associação de Apoio a Pessoas com HIV/SIDA)
Fundação Mário Soares	Associação “Mares Navegados”
Fundação Novo Futuro	Instituto Marquês de “Valle Flôr”

Sobre a sua estrutura, a CPLP, segundo o artigo 8º do seu estatuto, é composta pelos seguintes órgãos de direção e executivos: a) a Conferência de Chefes de Estado e de Governo; b) o Conselho de Ministros, que reúne os chanceleres ou ministros das relações exteriores e negócios estrangeiros dos Estados-membros; c) o Comitê de Concertação Permanente, composto por um representante de cada Estado-membro para acompanhar os trabalhos da organização; d) o Secretariado Executivo, eleito para mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados-membros.

Além desses órgãos, a CPLP tem outros quatro: e) a Assembleia Parlamentar, composta por representantes em igual peso do parlamento nacional de cada Estado-membro; f) as Reuniões Ministeriais, constituídas pelos ministros e secretários setoriais de cada membro como Educação, Saúde, Agricultura; h) a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, composta por representantes dos membros para tratar assunto específico de cooperação como o Combate à Aids e g) o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, idealizado em 1989 para promover internacionalmente a língua portuguesa.

Por reunir países em torno do passado colonial, ou seja, ex-metrópole e ex-colônias, a

organização lusófona reúne Estados-membros com diferentes realidades sociais e econômicas, como Moçambique e Guiné-Bissau, classificados pela ONU em 2008 entre os dez mais pobres do mundo, com baixa expectativa de vida, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e altas taxas de analfabetismo, além de países como o Brasil, oitava economia do mundo (Banco Mundial), mas de grande desigualdade social, e ainda Portugal, com indicadores sociais elevados se comparados à França, à Austrália e ao Japão. Abaixo, podemos ver alguns dos principais indicadores sociais e econômicos dos países lusófonos.

Quadro 3: Indicadores demográficos dos países de língua oficial portuguesa

Países	População (milhões) 2009	Crescimento da população 2005-2010	Analfabetismo 2009	Expectativa de vida (anos M/F) 2010	IDH 2010
Angola	18,497	2,6%	30%	46/50	0,403
Brasil	193,733	0,9%	10%	69/76	0,699
Cabo Verde	0,505	1,4%	15%	69/74	0,534
Guiné-Bissau	1,610	2,2%	48%	47/50	0,289
Guiné Equatorial	0,676	2,6%	7%	49/52	0,538
Moçambique	22,894	2,3%	45%	47/49	0,284
Portugal	10,632	0,1%	5%	76/80	0,795
São Tomé e Príncipe	0,162	1,6%	11%	64/68	0,488
Timor Leste	1,133	3,2%	49%	61/63	0,502

Fonte: Banco Mundial e UNDP.

Quadro 4: Indicadores econômicos dos países de língua oficial portuguesa

Países	PIB (em milhões de US\$) 2009	Crescimento do PIB (média anual) 2008	Renda per capita (US\$) 2009
Angola	75.492	13,3%	4.081
Brasil	1.594.489	5,2%	8.230
Cabo Verde	1.549	2,8%	3.064
Guiné-Bissau	836	3,5%	519
Guiné Equatorial	10.412	11,4%	15.397
Moçambique	9.790	6,7%	428
Portugal	232.873	0%	21.903
São Tomé e Príncipe	190	5,8%	1.171
Timor-Leste	558	13,2%	492

Fonte: Banco Mundial

Na época das negociações para a fundação da CPLP, Fernando Mourão (1995, p. 165) citando Celso Amorim, disse que “o bom conhecimento linguístico permitirá, ademais, o



incremento do intercâmbio comercial e científico entre os países lusofalantes. Esse é, a propósito, um dos objetivos fulcrais da formação da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa”. A língua portuguesa foi vista como meio de união e aperfeiçoamento das relações internacionais entre os países para assim melhor enfrentarem a globalização que se anunciava. Os países lusófonos sabiam que o inglês estava assumindo um papel hegemônico e que o melhor caminho para resistirem à onda globalizante era unirem-se em prol do português. Afinal, o português para os africanos, falantes desse idioma, já era visto como uma língua de afirmação de suas culturas, pois os diferenciava das nações africanas ao redor, falantes de inglês e francês, além, é claro, de ser elemento unificador e constituidor de uma nacionalidade, de uma identidade, unindo diversas etnias em um Estado-nação forjado a partir do colonialismo.

A língua em comum seria o importante elemento responsável por aproximar e unir países tão distantes, de culturas diferentes para cooperação também na área econômica, mas principalmente na educacional e cultural. Mourão (1995, p. 163) afirma ainda que “o uso do português em diferentes regiões do planeta surge como um elemento unificador das posições de cada Estado lusofalante nas suas inserções, não excludentes, em outros espaços regionais”. Ou seja, o Brasil seria porta de entrada de Portugal e dos países africanos na América Latina, assim como os africanos lusófonos seriam para o Brasil e Portugal na África e Portugal porta de entrada para Brasil e os africanos na União Europeia. Ele completou ainda que “a língua tem o papel de liame ao aproximar culturas, algumas de natureza tridimensional, como é o caso da cultura brasileira, e ao dar substantividade a espaços localizados em três continentes, para não falar de presenças históricas” (MOURÃO, 1995, p.165).

Nessa virada de milênio, a CPLP ganhou um novo membro: o Timor Leste. Esse país tinha proclamado sua independência em 1975, à época dos países africanos, mas foi no mesmo ano invadido pela Indonésia, que proibiu e coibiu o uso do português, que, por sua vez, acabou se tornando língua de resistência. Em 1999, a ONU elaborou um referendo, em que 75% dos timorenses decidiram pela independência, dessa vez da Indonésia. Assim o Timor Leste, após ocupação dos capacetes azuis da ONU, aderiu à CPLP e à própria ONU em 2002 e fez do português, ao lado do idioma nacional, o tetum, suas duas línguas oficiais<sup>39</sup>. A CPLP ganhou, assim, uma porta de entrada às nações da Ásia, fundamental para as suas políticas de valorização da língua portuguesa. Agora, pela primeira vez, o português era

---

<sup>39</sup> No Timor Leste, o bahasa, língua da vizinha e antiga invasora Indonésia, e o inglês, língua global e da vizinha Austrália são utilizadas como língua de trabalho no país, isto é, ao lado do português e do tetum também tem um status político importante.

língua oficial em oito países de quatro continentes, sendo esse último membro, o Timor Leste na fronteira com a Oceania, atualmente, o único continente sem países de língua portuguesa.

Atualmente, a CPLP vem ganhando espaço no cenário internacional graças à prioridade dada pelo governo Lula às relações com países africanos e ao crescimento econômico de Angola, proporcionado pelo fim da guerra civil em 2002.

## 1.2 A Política Linguística para a expansão do português

*O COI abriu a seus 300 funcionários a possibilidade de aprender russo, por causa dos jogos de Inverno em Sochi, em 2014, e português, em função das Olimpíadas de 2016, no Rio. Acredite. Cinco optaram pelo russo, e cerca de... 200, pelo português.*  
Ancelmo Gois – O Globo 24 de janeiro de 2010

*A China decidiu apoiar o reconhecimento do português como língua de trabalho da ONU.*  
Coluna Panorama Político – O Globo de 22 de abril de 2010, p. 2.

Cultura e linguagem há um bom tempo, sobretudo na segunda metade do século XIX para cá constituem-se num campo de intensos debates entre as ciências humanas. Com elas o indivíduo constrói o mundo, enxerga o universo ao seu redor e o compartilha com as outras pessoas do grupo, transmitindo aos seus descendentes tudo aquilo que aprendeu, recebeu e desenvolveu durante seu período de vida. As duas caminham lado a lado, entrelaçam-se. São elas que diferenciam o homem dos demais animais, que unem indivíduos de um grupo étnico e também o que os diferencia de outro grupo (VELHO; VIVEIROS DE CASTRO, 1980). É a Cultura que nos fez homens e o que nos faz interagir no mundo com os outros seres humanos.

Muitos foram os estudiosos das Ciências Sociais que tentaram definir a Cultura. Edward Tylor em *Primitive Culture* de 1871, definiu cultura como gestos, músicas, conhecimento, moral, crenças, arte, história e língua, adquiridos pelo homem como membro da sociedade e por isso é vivida e transmitida como uma tradição comum.

O antropólogo belga Lévi-Strauss (2008 [1958]) analisou a Cultura como sistemas estruturais, definindo-a como “um sistema simbólico, que é uma criação acumulativa da mente humana”, sendo que caberia ao estudioso da Cultura descobrir e decodificar “na estruturação dos domínios culturais, os princípios da mente que geram essas elaborações culturais” (LARAIA, 2004, p. 61). Já o americano Clifford Geertz, acrescentou que “os homens são geneticamente aptos a receber um programa, que chama cultura” sendo preparados para viver muitas vidas, mas ao final viveram uma só (LARAIA, 2004, p. 62-63). Ele discorda de Lévi-Strauss na forma como estudamos a cultura, que para ele, deve ser interpretada como uma análise textual.

Quanto à língua, Benveniste (1991) e Lévi-Strauss (2002) mostram que somente ela torna possível a sociedade. Ela revela e simboliza as especificidades, necessidades e valores íntimos, descreve literalmente como um grupo enxerga o mundo, interpreta e compartilha suas impressões, sensações, memórias, emoções e angústias sobre o espaço e tempo vital e a

existência humana. Por isso, a linguagem acaba sendo um importante aspecto cultural de união, expressão e firmamento da identidade de um grupo.

Assim, ao analisarmos esses autores, podemos verificar que a língua desempenha um importante papel no sistema cultural, já que é ela que traduz e ordena o cosmos que cerca o indivíduo, sendo a principal forma de expressão e transmissão cultural de um povo.

Por esse aspecto sócio-cultural, percebemos que a língua acaba tendo um papel fundamental no surgimento do Estado Nacional, nos séculos XV e XVI e após a Revolução Francesa, tanto na delimitação das fronteiras quanto elemento agregador de indivíduos, como ocorreu em Portugal.

No presente capítulo, abordamos a língua enquanto política estatal, na consolidação dos interesses do Estado, bem como as políticas para a difusão do português, cujos discursos começamos a analisar no capítulo seguinte. Para isso, retornamos ao surgimento do Estado nacional, do nacionalismo e o papel da diplomacia cultural no século XX, após o fim do imperialismo tradicional de colonização. Veremos ainda a história da difusão cultural através dessa diplomacia nos países lusófonos até as recentes medidas de promoção da língua portuguesa nesta última década, que motivaram esta pesquisa.

### 1.2.1 O Estado e a política linguística

Com o surgimento dos Estados Nacionais, a língua e o aspecto cultural tornam-se questão de Estado, muitas vezes na busca da afirmação de uma identidade nacional em contraposição às demais nações. Torna-se necessário, assim, um modelo de língua seja para manter o país unido, ou mesmo para fins burocráticos, como emitir documentos e produzir leis (BAGNO, 2008, p. 33), sem mencionar a necessidade da normatização da língua para fins de colonização. É nesse período de formação do Estado nacional e das Grandes Navegações que surgem as primeiras gramáticas das línguas europeias, como mostra Sylvain Auroux (1992):

Quadro 5: A formação dos Estados-nacionais e a gramaticalização

País / língua	Ano de fundação do Estado-nação <sup>40</sup>	Primeiras gramáticas (ano)	Primeiros livros impressos (ano)
França / francês	843	Barton (1409); Palsgrave (1530)	1476
Inglaterra / inglês	927	Bullokar (1586); Greaves (1594)	1474

<sup>40</sup> Apesar da França e da Inglaterra, enquanto Estado-nação terem sido fundados durante a Idade Média, a concepção de Estado moderno que conhecemos hoje, só foi possível com o Estado absolutista, no início da Idade Moderna.

Florença / florentino	1115	Alberti (1437-1441); Fortunio (1510)	
Portugal / português	1140	Oliveira (1536); Barros (1540)	1489
Espanha / espanhol	1492 (reconquista)	Nebrija (1492); Busto (1533)	1483
Países Baixos / neerlandês	1580 (independência)	Laurensz (1584); Van Heule (1625)	

*Fontes: AUROUX, Sylvain. A Revolução Tecnológica da Gramaticalização, 1992 e BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna, 2010.*

A língua deixa de ser apenas expressão cultural de um grupo, com vida e modificação cultural, passa a se submeter aos interesses do Estado e conseqüentemente ao grupo dominante que controla o mesmo Estado. Hannah Arendt (apud BHABHA, 1997, p. 50-51) afirma que a sociedade da nação no mundo moderno é “aquele domínio curiosamente híbrido onde os interesses privados assumem significação pública”. A língua torna-se uma arma, seja na manutenção desse grupo no poder e controle, ou na consolidação da nação, da identidade nacional, frente ao imperialismo de outras nações. Bourdieu (1996, p. 32) diz que é no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial.

Podemos observar, adiante, como alguns estudiosos do século XX viam a relação língua-Estado, como o escritor francês de idioma provençal, prêmio Nobel de Literatura em 1904 e defensor das línguas regionais francesas, Frédéric Mistral e o geógrafo francês Vidal de La Blache. Mistral dizia que “a língua é o mais poderoso instrumento de conquista, porquanto permite impor ideias e valores sem contestação”. Já La Blache, nas vésperas da I Guerra Mundial afirmava que “o papel de um país no mundo se mede pelo número de indivíduos que falam sua língua” (SOUZA, 2001, p. 12).

Com esses discursos podemos notar a importância dada à língua no processo de colonização e no imperialismo, sobretudo de nações europeias nos demais continentes. Esse imperialismo teve como consequência a assimilação linguística e a adoção de idiomas europeus como línguas nacionais de países africanos e asiáticos, como na Índia e em Angola, mesmo após o surgimento de movimentos nacionalistas de independência após a II Guerra Mundial. Em muitos desses países, a estrutura do Estado foi construída pelos colonizadores e seria custoso modificá-la.

O Estado surge buscando a obediência de seus indivíduos e apresenta-se como meio de consolidação e concretização do futuro das nações, um futuro sem limites, do povo e da cultura e a garantia de sua continuidade (BAUMAN, 2005, p. 27-28).

A nação, como dizia Ernest Renan (1997, p.40), é um plebiscito diário, um eterno poder de exclusão, frente a um poder de pertencimento. Resultado de um longo passado de

esforços, a nação é um desejo de viver junto, vontade de continuar valer a herança que recebemos. A nação seria incompleta, um projeto a exigir uma vigilância contínua, um esforço a fim de assegurar que a exigência fosse ouvida e obedecida. Se não fosse o poder do Estado de segregar, selecionar e classificar, dificilmente existiria a comunidade nacional. Se o Estado era a concretização do futuro da nação, era também condição para a existência de uma nação.

Podemos inferir, então, que o Estado, aparentemente através de políticas linguísticas, não exerce apenas o controle da língua, mas com isso irá impor alterações que tentarão afetar a cultura do grupo, que serão ou não em longo prazo absorvidas pelo conjunto de indivíduos.

A política linguística aplicada por um Estado pode ter como objetivos a fixação de uma escrita para campanha de alfabetização; enriquecimento do léxico, com busca de vocábulos para substituir os estrangeirismos; padronização, com a escolha de uma variação ou dialeto a se tornar a versão nacional da língua; ou a luta contra influências estrangeiras.

O Estado afirma e confirma uma identidade nacional e conseqüentemente uma língua, a língua nacional. Afinal, identidade traz segurança, como afirma Bourdieu (1996, p.31). Dessa forma, as demais identidades são submetidas a sua proteção, ou melhor, controle, o que só endossa a superioridade da identidade nacional. Bourdieu (1996, p.31) foi ainda mais longe ao afirmar que a língua oficial que se impõe de maneira imperativa, sendo a única legítima naquela jurisdição, contribui para reforçar a autoridade que fundamenta sua dominação.

Para isso, o grupo dominante utilizará instituições estatais, paraestatais ou aliadas ao Estado para promover as alterações necessárias à garantia dos seus interesses, da escola à universidade, do ensino à aprendizagem, das músicas à rua e da imprensa à TV.

O linguista americano-norueguês Einar Haugen (apud CALVET, 2007, p. 33), a partir da década de 1960, foi um dos primeiros linguistas a estudar as políticas linguísticas e a propor as primeiras teorias. Para ele toda política linguística para ser concretizada deve ser acompanhada do planejamento linguístico, ou seja, da aplicação prática da política e acrescenta que é no seio da nação que se encontram os meios oficiais para desenvolver um planejamento linguístico. Ele introduz os conceitos de planificação do *corpus*, isto é, do corpo da língua como o léxico, sintaxe, escrita ou do *status*, que é o grau de importância que o Estado confere à língua.

Louis-Jean Calvet (2002) vai ainda mais longe às afirmações de Haugen e nos mostra que todo planejamento linguístico passa por uma descrição, seguida por uma reflexão feita pelos linguistas. Já aos políticos caberia a decisão de modificar essa situação, atuando sobre o ambiente linguístico, na sua presença simbólica, que para ele é o espaço de manifestação da língua, ou seja, a rua, placas, cartazes, jornais, escolas.

O linguista franco-tunisiano denomina o planejamento linguístico de gestão *in vitro* da língua que, segundo ele, é feita pelos linguistas e concretizada pelos políticos. Essa gestão *in vitro* diferencia-se da gestão *in vivo* que, para ele, é “feita pelos falantes através de suas competências linguísticas e de acordo com suas necessidades” (CALVET, 2002, p. 142-143).

Calvet (2007, p. 71) advertirá sobre a dificuldade que terá uma gestão *in vitro* quando não for assimilada pelo falante, ou seja, contrária à gestão *in vivo*:

Os instrumentos de planejamento linguístico aparecem, portanto, como a tentativa de adaptação e de utilização *in vitro* de fenômenos que sempre se manifestaram *in vivo*. E a política linguística vê-se, então diante, ao mesmo tempo, dos problemas de coerência entre os objetivos do poder e as soluções intuitivas que são frequentemente postas em praticas pelo povo, bem como do problema de certo controle democrático, a fim de não deixar os *decisores* fazerem o que bem entendam.

As influências do Estado na língua vão desde o *status* que ele concede a uma língua à intervenção no seu *corpus*. Como exemplos do primeiro, temos o caráter de oficial ao neerlandês, ao alemão e ao francês na Bélgica, ou a adoção de línguas europeias por países africanos, além das políticas para a difusão de uma língua pelo mundo, como aquelas, objeto desta pesquisa. Já sobre o segundo, temos como exemplo a reforma que Kemal Atatürk (1881-1938) promoveu na Turquia na década de 1920, quando consolidou um idioma turco, de alfabeto latino, tentando se contrapor às fortes influências árabes e persas no país, ou ainda a lei Toubon e as comissões ministeriais de terminologia na França, na busca de contrapor a influência do inglês, sobretudo o domínio do idioma anglo-saxão nos léxicos tecnológicos e científicos. Além de qualquer modificação na escrita de um idioma como os acordos ortográficos (RUBIN; JERNUDD, 1971, p. XVIII; CALVET, 2007).

Muitos são os exemplos concretos de interferência do Estado na língua e com o português não foi diferente. Nosso idioma está marcado por interferências estatais desde a época colonial, seja nos decretos do Marquês de Pombal em 1755, com a proibição da “diabólica” como vimos no capítulo 1.1, seja na busca da consolidação de um estado brasileiro pós-independentista, como se preocupou Sílvio Romero quando foi deputado (MOTA, 2001, p.102-103). Ou ainda, em 1938, na proibição da língua materna dos imigrantes, que aqui chegaram nos séculos XIX e XX, feita por Getúlio Vargas, no temor de uma divisão do país.

O convívio entre o português e as línguas autóctones africanas, ou entre o português e o tetum no Timor-Leste, os diversos acordos ortográficos, a criação das Libras, o projeto de Lei de Aldo Rebelo a respeito das restrições ao uso de estrangeirismos, ou mais recente, o desafio enfrentado por todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na

tentativa de unificar a escrita do idioma, para consolidar o português como idioma internacional (CALVET, 2003, p. 105) também são exemplos de políticas voltadas para a língua portuguesa.

Como vimos nessa primeira parte do capítulo 1.2 e também no item 1.1.1.2, a língua teve durante a história muita serventia para as elites estatais e foi essencial na consolidação do Estado nacional, além de componente chave na colonização de povos europeus. Desse modo, a língua e o político sempre estiveram juntos. Entretanto, a independência das colônias na África, Ásia, América e Oceania e conseqüentemente o fim do imperialismo tradicional, encerrou o papel da língua como instrumento de colonização e conquista, pelo menos de forma aberta e direta.

Ao passo que o colonialismo perdia espaço no século XX, a diplomacia cultural, que é a promoção e difusão pelo Estado de sua cultura no exterior, o conquistava. A língua, dessa forma, reassume o importante papel de instrumento do Estado nacional fora de suas fronteiras, mas num outro contexto<sup>41</sup>.

### 1.2.2 A Diplomacia Cultural: uma maneira de fazer política linguística no exterior

Um dos pioneiros a estudar a Diplomacia Cultural no Brasil foi o diplomata brasileiro Edgard Telles Ribeiro, em 1989<sup>42</sup>. Por isso, dialogaremos com a sua obra para discutir o conceito de Diplomacia Cultural<sup>43</sup>.

Nessa obra, o diplomata brasileiro reconhece a diplomacia cultural como instrumento para alcançar objetivos políticos e econômicos: “A diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica” (RIBEIRO, 1989, p. 23). Numa perspectiva realista das relações internacionais, a diplomacia cultural transforma-se numa poderosa ferramenta para os interesses do Estado, a fim de garantir mais poder a ele. Afinal, apesar de “quase intangível a nível de resultados imediatos, a diplomacia cultural está sempre enraizada em considerações e prioridades bastante concretas” (RIBEIRO, 1989, p.

---

<sup>41</sup> A identidade nacional atualmente não está mais restrita nas fronteiras do Estado Nacional, pelo contrário, ela é fluida e se manifesta no rádio, no cinema, na TV, no marketing, na música, na internet, bem como as línguas no ambiente global como vimos no capítulo anterior.

<sup>42</sup> Lessa e Suppo (2007, 232-233) apresentam diversos trabalhos pioneiros sobre diplomacia cultural no Brasil, entre eles: “A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica” (1989), “Política cultural externa e atores transnacionais: o caso da fundação Ford no Brasil”, ambos de Mônica Herz e “Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana” (1993) de Gerson Moura.

<sup>43</sup> A ideia da diplomacia cultural se insere num processo amplo que Joseph Nye (2004) chamou de *soft power*. Segundo ele, essa forma de poder se contrapõe ao *hard power*, isto é, ao poder militar e econômico de um Estado. São exemplo de *soft power*, além da difusão da música, cinema, literatura e língua, a difusão de valores, como a democracia, a própria imagem de prosperidade de um país, ou a cooperação técnica em áreas como a educação, saúde, agricultura, esportes e tecnologia.



25).

Para comprovar a importância da diplomacia cultural num momento em que o Brasil não apresentava grandes investimentos na área, Edgard Telles Ribeiro relaciona os efeitos dessa política com dois temas das relações internacionais, entre outros: paz e comércio.

Sobre o comércio, o diplomata afirma:

Embora seja difícil comprovar a existência de uma relação direta entre eventos culturais e operações comerciais bem sucedidas, a difusão cultural indiscutivelmente permite reforçar junto ao consumidor uma sensação de familiaridade, graças à qual produtos – e não somente produtos: bens e serviços, alternativas turísticas – circulam com mais facilidade (RIBEIRO, 1989, p. 29).

E aproveita para criticar duramente a falta de uma diplomacia cultural brasileira mais ativa: “o Brasil vende produtos – ao passo que a França, por exemplo, vende ideias e produtos, na esteira dessas ideias. (RIBEIRO, 1989, p. 28) e “o Brasil, não pode dar-se ao luxo de contar unicamente com a qualidade de seus produtos, por mais bem embalados que sejam. (RIBEIRO, 1989, p. 29).

Se acreditarmos no capitalismo como melhor sistema de produção econômica para promover a igualdade entre os indivíduos pela competição e trabalho, não é difícil imaginar a cultura como uma mercadoria, uma forma de propaganda para ampliar as relações comerciais do nosso país. De fato ela pode servir muito bem a esse propósito, como nos mostra a indústria cultural de hoje ou mesmo Hollywood. Contudo, se preferirmos considerar as desigualdades intrínsecas do sistema capitalista, poderemos enxergar a cultura como uma forma de exercer dominação ideológica em prol da obtenção de vantagens econômicas. Sobre isso Pierre Milza (apud. LESSA; SUPPO, 2007, p. 237) afirma:

A cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, a saber, a produção, a difusão e o consumo de objetos simbólicos criados por uma sociedade, constitui em primeiro lugar um agente ou fator das relações internacionais na medida em que forja mentalidades e orienta o sentimento público. Mas ela é ao mesmo tempo um desafio ou, se preferirmos, um terreno de enfrentamento sobre o qual intervêm diversos grupos e forças antagonistas na ação que se opera de forma explícita, ou, mais comumente, de maneira oblíqua ou oculta (1980, p. 362).

Concluem Lessa e Suppo (2007, p. 223) que “a cultura, portanto, entendida como um sistema de valores, é um poderoso fator de influência na política externa dos países e, por conseguinte, um elemento de aproximação ou conflito entre os Estados” .

Já, sobre a relação da paz com a cultura, Telles Ribeiro (1989, p.23-24) é demasiadamente otimista ao questionar:

cultura e paz são temas que se tocam e se confundem dentro e fora dos domínios da diplomacia, com frequentes áreas de convergência. Se uma das finalidades mais insistentemente proclamadas da política externa de virtualmente todos os países é contribuir

para a preservação da paz mundial através do fortalecimento de mecanismos de compreensão mútua, cabe indagar: existirão melhores instrumentos para estimular a compreensão mútua do que o apoio a um ativo intercâmbio cultural? O caminho da paz não passaria pelas grandes vias de conhecimento mútuo trilhadas pelos homens, independentemente das fronteiras que os separem?.

Ainda que reconheça a dificuldade de contabilizar os resultados de uma cooperação cultural, a resposta do diplomata é positiva, liberal e ignora a capacidade ideológica da cultura de exercer poder sem contestação, mesmo quando ele diz que “o poderio militar ou econômico de uma nação tende a intimidar, a cultura seduz” (RIBEIRO, 1989, p.26).

Não nos restam dúvidas de que a cultura ao ser considerada como conceito antropológico traz maior compreensão do outro e conseqüentemente de nós mesmos enquanto seres humanos. Afinal, é justamente o que nos faz diferentes uns dos outros e diferentes das outras espécies de seres vivos, já que somos os únicos seres culturais. Mas não parece esse o objetivo da diplomacia cultural, pelo menos não o principal, já que destina-se a alcançar vantagens políticas e econômicas para o Estado. Como mostra Telles Ribeiro sobre a cooperação técnica, uma área da diplomacia cultural:

a oferta de cooperação técnica de um país tem melhores possibilidades de aceitação e penetração se estiver amparada por uma projeção dos valores culturais desse país. No caso brasileiro, o desperdício decorrente da falta de um apoio cultura para esses projetos é especialmente lamentável (RIBEIRO, 1989, p.29-30) (pois) torna-se importante multiplicar os mecanismos de que dispomos para consolidarmos nossa presença internacional (RIBEIRO, 1989, p. 33).

McMurry e Lee (apud LESSA; SUPPO, 2007, p. 229) afirmam “que as relações culturais constituem um terreno de cooperação, de propaganda nacional e/ou de vetor de dominação e/ou de penetração estrangeira”. Lessa e Suppo (2007, p. 245) concluem que

O que realmente interessa é a penetração cultural e a “clientelização”, seja de uma grande parcela da população – no caso do modelo norte-americano (a cultura de massa) –, seja das elites e dos Estados – no caso do modelo francês. Por outro lado, observa-se que até países periféricos, como o Brasil, investem em política cultural.

Depois de refletirmos sobre a ideia de que diplomacia cultural está relacionada a atender os interesses políticos e econômicos do Estado e que nem sempre isso pode ser considerado positivo, pelo menos por aqueles indivíduos/nações alvos dessa política, conheçamos finalmente as políticas de promoção e difusão da língua portuguesa pelo mundo. Como essas políticas estão inseridas no contexto da Diplomacia Cultural, preferimos apresentá-las sob uma perspectiva do Estado. Por isso as descreveremos a partir de cada um dos seus atores responsáveis: os países de língua oficial portuguesa e a CPLP.

### 1.2.3 Políticas linguísticas para a promoção do português

Portugal foi o primeiro país a implantar políticas, no início do século XX, para a difusão do português sem estar relacionada, pelo menos diretamente ao contexto colonial tradicional. O Brasil, poucos anos depois, também começou a editar políticas linguísticas com a mesma finalidade. Contudo, foi só a partir do governo Lula (2003-2010) que as políticas brasileiras se intensificaram, ganharam novas frentes além dos tradicionais leitorados e centros culturais, graças à ampliação de seu orçamento. Foi também com o governo Lula que as políticas brasileiras transbordaram efetivamente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para outros ministérios como o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MinC), causando, inclusive, alguns conflitos, que abordaremos ainda neste capítulo. Já os demais países de língua oficial portuguesa ainda engatinham nessas políticas, apesar de o destaque de Angola, nestes últimos anos.

Ademais, como vimos, além dos Estados, a CPLP também apresenta políticas para isso e, também depois do governo Lula, tenta ser um lugar de convergência e somatório das políticas linguísticas dos seus Estados membros.

#### 1.2.3.1 Políticas linguísticas de Portugal para a difusão e promoção da língua portuguesa

A primeira medida de Portugal para a difusão da língua portuguesa fora do contexto colonial foi a criação, em 1921, do primeiro leitorado, na Universidade de Rennes<sup>44</sup>. Seguiram-se a criação de leitorados também em universidades na Alemanha, Itália e Reino Unido. A partir de 1929, com a criação da Junta da Educação Nacional, os leitorados passaram à sua responsabilidade e coordenação. A Junta foi sucedida pelo Instituto para a Alta Cultura (1936-1952), depois Instituto de Alta Cultura (1952-1976) e Instituto de Cultura Portuguesa (1976-1980) e Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1980-1992), para finalmente dar lugar à criação do Instituto Camões em 1992 (IC, 2010).

O Instituto Camões (IC) criado no âmbito do Ministério da Educação e Ciência, em 1994 passou a ser subordinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre seus objetivos e competências estão

- a) difusão da língua e cultura portuguesa; b) promover o Português como língua de comunicação internacional; c) supervisionar a atividade dos centros culturais portugueses no estrangeiro; d) conceber, desenvolver e gerir a rede de leitores e professores de língua e cultura portuguesa; e) promover e apoiar o ensino básico e secundário de português no

---

<sup>44</sup> Leitorado é um programa que financia a permanência de professores leitores em universidades estrangeiras para o ensino da cultura e língua de um país (SÁ, 2009, p. 31).

estrangeiro; f) coordenar a participação portuguesa em eventos culturais no estrangeiro; g) conceder bolsas e subsídios a cidadãos nacionais e estrangeiros para o apoio ao ensino e difusão da língua e cultura portuguesa; h) participar em atividades de organizações internacionais; i) apoio à edição de textos de difusão da língua e cultura portuguesa no estrangeiro. Além dessas a partir de 2007, com o novo regimento do IC, são acrescentados: j) coordenação da rede de docência do português no estrangeiro ao nível do ensino básico e secundário num futuro próximo; k) estabelecer programas de apoio à criação de departamentos de português em Universidades estrangeiras e à contratação local de docente; l) desenvolver sistemas de avaliação e certificação de competências pedagógico-didáticas de ensino do português, em articulação com Universidades portuguesas e estrangeiras; m) promover e coordenar cursos de língua portuguesa e outros conteúdos culturais, recorrendo, quando necessário, a novas plataformas tecnológicas (IC, 2010).

Esse instituto, atualmente, apresenta 59 Centros de Cultura e Língua Portuguesa espalhados por 35 países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, Etiópia, França, Hungria, Índia, Itália, Japão, Luxemburgo, Polónia, Marrocos, México, Moldávia, Namíbia, Nigéria, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Senegal, Suécia, Tailândia e Venezuela e em todos os países lusófonos. Além desses centros, o IC mantinha em 2009, 204 leitores (128 na Europa, 30 na África, 24 na Ásia, 21 na América e 1 na Oceania) em 63 países. A função dos leitores, além do ensino de português em instituições universitárias, é a difusão e promoção da língua portuguesa em coordenação com os Centros Culturais e com as representações diplomáticas (Lei Orgânica do Instituto Camões - Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho, Artigo 20º; IC, 2010).

O governo português criou por protocolo assinado em 2 de Março de 1999, - portanto depois do brasileiro Celpe-Bras – entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação, representados respectivamente pelo Instituto Camões e pelo Departamento de Educação Básica, e a Universidade de Lisboa, o Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira (CAPLE), responsável pelo exame de proficiência em PLE. O sistema de avaliação português apresenta cinco diplomas/níveis (inicial, elementar, intermédio, avançado e universitário) de certificação de PLE<sup>45</sup>.

Portugal divulgou, ainda em 2009, a criação do fundo da língua portuguesa, com aporte de trinta milhões de euros para a promoção da língua.

### 1.2.3.2 Políticas linguísticas do Brasil para a difusão e promoção da língua portuguesa

<sup>45</sup> O governo francês criou o certificado de proficiência em língua francesa o DELF/DALF em 1985, o italiano o CELI em 1987 para língua italiana, o espanhol o DELE em 1988 para língua espanhola, o argentino o CELU em 2004, também para língua espanhola. O primeiro certificado de proficiência em inglês, foi ESOL Examinations da Universidade de Cambridge, criado em 1858. (Fonte: Sites dos exames de proficiência)

A promoção da língua portuguesa como política feita pelo Brasil teve início<sup>46</sup> a partir da transformação do Serviço de Cooperação Intelectual, instituído no Itamaraty pela portaria de 8 de junho de 1937 durante a gestão de Pimentel Brandão na Divisão de Cooperação Intelectual do Departamento Diplomático e Consular através do Decreto-lei 791 de 14 de outubro de 1938 na gestão do ministro Oswaldo Aranha<sup>47</sup>.

Foi justamente a partir da criação da Divisão de Cooperação Intelectual que o Brasil inaugurou, em 22 de agosto de 1940 em Montevideu, o *Instituto de Cultura Uruguayo Brasileiro*, o primeiro centro de divulgação da cultura e língua brasileira no exterior, que se mantém em funcionamento até hoje. Primeiramente foi aberta uma biblioteca brasileira e pouco tempo depois foram contratados professores de nível superior sob a supervisão de Antônio Houaiss. Depois dos cursos de português brasileiro e literatura brasileira, foram criados cursos de história do Brasil, geografia do Brasil, fonética, cultura brasileira e tradução. Nesses setenta anos de funcionamento o instituto ensinou língua portuguesa a 60 mil pessoas (ICUB, 2009).

Em 05 de maio de 1943, foi editado o Decreto-lei 12343 sobre o Regimento da Secretaria de Estado do Itamaraty sob a gestão Oswaldo Aranha, estipulando as atribuições de cada órgão do ministério. De acordo com o artigo 11 desse regulamento à Divisão de Cooperação Intelectual competia:

I – o estudo das questões de cooperação intelectual, especialmente das relativas ao intercâmbio literário, artístico e científico entre o Brasil e os países estrangeiros; II – a representação do Ministério, pelo respectivo Chefe da Divisão, na Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual; III – a obtenção de dados e informações sobre a cultura brasileira para sua divulgação no exterior; IV – o incremento do intercâmbio intelectual com os centros culturais estrangeiros; V – a negociação de atos internacionais sobre assuntos relativos à cooperação intelectual; VI – a elaboração das exposições de motivos concernentes a esses atos; VII – a vigilância da fiel execução dos mesmos; VIII – a organização de fichas dos intelectuais brasileiros, das associações culturais do Brasil e dos institutos congêneres que, no exterior, se interessam por assuntos brasileiros; IX – a organização de bibliotecas brasileiras oferecidas a universidades e institutos culturais estrangeiros; X – o intercâmbio de professores e alunos das universidades e outros estabelecimentos de ensino nacionais com os países estrangeiros; XI – a criação de bolsas de estudo e sua fiscalização; XII – a organização de conferências de caráter cultural a serem realizadas no Palácio Itamaraty; XIII – a divulgação de informações relativas ao movimento intelectual entre o Brasil e os países estrangeiros.

Nesse período inicial, a divulgação da língua portuguesa no exterior ainda era bastante

<sup>46</sup> A diplomacia cultural, no entanto, é uma preocupação da chancelaria brasileira, desde a criação na década de 1920 do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, órgão precursor da Unesco, na Sociedade das Nações (LESSA, 2002, p. 89-97).

<sup>47</sup> Segundo Flávio de Oliveira Castro (2009, p.369), “o cerne da Reforma de Oswaldo Aranha, e que constituiu um marco histórico no processo evolutivo da organização do Ministério das Relações Exteriores, ficou expresso nos artigos 7º e 8º do Decreto-lei 791. Por força dos citados artigos fundiram-se em uma só as carreiras diplomáticas e consular, pois ficou determinado que os trabalhos do Ministério das Relações Exteriores seriam executados por funcionários pertencentes ao seu Quadro Único, e por pessoal extranumerário, admitidos na forma da legislação em vigor e que esse Quadro Único seria organizado na forma da tabela anexa ao Decreto-lei em referência”.

discreta e apoiada na divulgação da cultura brasileira – principalmente a música e a literatura – ou da própria cooperação intelectual, através do intercâmbio de professores e alunos, apoio a artistas e a organização de bibliotecas brasileiras em universidades estrangeiras.

O início da política de difusão da cultura e principalmente da língua pelo Brasil não pode ser desassociado do contexto político do Estado Novo, marcado pelo nacionalismo, que no campo da política linguística encontra paralelo na proibição da utilização da língua materna por imigrantes e descendentes, através do decreto 406 de 4 de maio de 1938<sup>48</sup> e principalmente pelo não cumprimento dos (des)acordos ortográficos de 1931 e 1943 e no campo da diplomacia cultural o Acordo Luso-Brasileiro assinado em 4 de setembro de 1941.

Esse início da política de promoção da língua portuguesa no exterior feita pelo governo brasileiro também não foi um fato isolado do contexto mundial, como veremos a partir de agora.

A política linguística do Estado francês a nível mundial, iniciou-se séculos antes com os subsídios que Luís XIII (1601-1643, rei desde 1610) e Luís XIV (1638-1715, rei desde 1643) concediam às entidades religiosas para a promoção da cultura e da língua nas suas missões pelo mundo e posteriormente ao apoio dado à Aliança Francesa, a partir de sua criação em 1883 (RIBEIRO, 1989; CALVET, 2007; SILVA, 2008). Sem dúvidas, a França foi o primeiro país a promover a sua língua no exterior sem estar relacionado diretamente ao colonialismo no final do século XIX. Em 1910 é criada no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) francês, uma divisão para a promoção da língua e cultura francesas no exterior. Segundo Telles Ribeiro (1989, p. 54), já no pós Primeira Guerra Mundial, 36% do orçamento do MNE tinha essa finalidade e em 1987 alcançou a cifra de 50%. Toda essa política francesa de promoção da cultura e língua está marcada pela tentativa de recuperar o prestígio que a França vem crescentemente perdendo desde a Guerra dos Sete Anos, passando pelo Tratado de Versalhes e pela Segunda Guerra Mundial, como vimos no capítulo 1.1.

Após a iniciativa francesa, foi a vez de Portugal, como já vimos, Alemanha e Reino Unido iniciarem políticas de promoção de suas língua no exterior.

A Alemanha fundou a *Deutschen Akademie* em 1925, mas foi apenas após a Segunda Guerra, com a sua transformação em 1951 no Instituto Goethe, que a política de promoção da língua alemã deslanchou (RIBEIRO, 1989, p. 56-58).

Já o Reino Unido fundou a rádio *British Broadcasting Corporation* (BBC) em 1922

---

<sup>48</sup> O Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, conhecido como “Lei da Nacionalização”, exigiu o ensino em língua nacional, proibiu a circulação de revistas e livros em língua estrangeira e decretou o fechamento das escolas estrangeiras no país. Já, o Decreto nº 1.545, de 15 de agosto de 1939, instruiu os Secretários Estaduais de Educação para a construção de escolas públicas nas áreas de colonização estrangeira determinando o estímulo do patriotismo.

que transmitia programas em inglês, e que em 1932 passou também à condição de Canal de TV internacional. Em 1934 foi criado também o Conselho Britânico, até hoje o responsável por apoiar iniciativas que visam divulgar a cultura, a língua ou áreas de interesse do Reino Unido. Diferentemente dos demais, o Reino Unido não mantém centros para o ensino de língua, como as Alianças Francesas, provavelmente pelo caráter global que a língua inglesa assumiu atualmente. Como afirma John Mitchell (apud. RIBEIRO, 1989, p.92), “o fato de países terem suas línguas faladas em grande escala além fronteiras pode não ser uma vantagem, pois o país não se sente estimulado para enfatizar o estudo da língua porque ela já é altamente difundida”.

Como podemos perceber, a política brasileira para a promoção da língua e cultura encontra correspondentes em outras partes do mundo e não por acaso teve início no mesmo período em que os Estados Unidos resolvem, sob a presidência de Franklin D. Roosevelt, (1933-1945) mudar sua política externa em relação à América Latina, antes marcada pela “Política do *Big Stick*” e agora pela “Política da Boa Vizinhança”. Foi assim que, em 1938, é criada a Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado, que teve como primeiras iniciativas o intercâmbio de professores e alunos para a América Latina (RIBEIRO, 1989, p. 61-65)<sup>49</sup>. Mas, assim como o Reino Unido, a política americana também, não se baseava na fundação de centros para o ensino de língua. Afinal, após a Segunda Guerra, o ensino da língua inglesa foi país a país, nas escolas, ocupando o lugar do francês como língua estrangeira<sup>50</sup>.

Após a discussão dos motivos do início da promoção da língua portuguesa pelo Brasil, prossigamos agora com a apresentação do contexto histórico das políticas brasileiras para a difusão do português.

Com o Decreto nº 1 de 21 setembro de 1961, o ministro San Tiago Dantas criou o Departamento Cultural e de Informações (DCInf) ligado à Secretaria Geral de Política Exterior, ao lado das secretarias gerais adjuntas específicas para cada uma de três regiões geográficas para organismos internacionais e para assuntos econômicos. O DCInf passa a ter três divisões: Divisão de Cooperação Intelectual (DCInt), Divisão de Difusão Cultural (DDC)

---

<sup>49</sup> Telles Ribeiro (1989, p. 63-65) prossegue nas ações estadunidenses para a promoção do país no exterior. 1941: Criado o cargo de encarregado de relações culturais. 1942: Fundação da Rádio Voz da América. 1953: Criada a *United States Information Agency* (USIA) ligada ao Conselho de Segurança Nacional, relacionada à Guerra Fria e a tática de propaganda anticomunista.

<sup>50</sup> Debora Cabral (2010) afirma que desde o Império do Brasil, o inglês e francês ocupavam papéis de destaques como línguas modernas de ensino no Brasil, mas até 1942 havia uma forte presença dominante do Latim e do Grego. Segundo ela não houve nenhuma prescrição formal para o ensino de inglês como língua estrangeira no Brasil, mas depois da II Guerra Mundial, principalmente a partir da década de 1960 o inglês passa a ter mais força por questões políticas – alinhar-se aos países capitalistas e por deter o campo científico da linguística aplicada nas áreas de pós-graduação.

e Divisão de Informações (DI).

É com essa estrutura administrativa que é criado em 1965 o primeiro leitorado brasileiro na Universidade de Toulouse<sup>51</sup> (MRE. DPLP, 2010). Até então a política de promoção da língua portuguesa baseava-se apenas nos Centros de Estudos Brasileiro (CEBs).

Nos anos seguintes, o Departamento Cultural passou por diversas transformações organizacionais e administrativas devido aos sucessivos governos e gestões dos ministros de relações exteriores, mas sem apresentar nenhuma grande alteração prática na política de promoção da língua portuguesa, até pelo menos o final dos anos 1986 na reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos países lusófonos para o início das conversações para a assinatura do acordo ortográfico de 1990.

A Revolução dos Cravos e a independência das colônias portuguesas na África e consequentemente a escolha do português como língua oficial dessas novas nações, aumentou a presença política da língua portuguesa no mundo e deu ao Brasil e a Portugal a oportunidade de, ao lado de agora mais cinco países, elaborar políticas linguísticas de promoção do português a nível multilateral. Afinal, até essa data a política linguística brasileira de promoção da língua portuguesa pautava-se apenas na expansão modesta e/ou tentativa de manutenção dos seus Centros de Estudos Brasileiros e rede de Leitorados, devido ao escasso orçamento.

Desse modo, a década de 1990 foi marcada por duas situações bem distintas para a diplomacia cultural brasileira. Enquanto o Brasil demonstrava apoio ao multilateralismo para “a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”, participando da criação da CPLP em 1996, nessa mesma década, os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique reduziam investimentos destinados ao Itamaraty para tal propósito e iniciaram a privatização de alguns Centros de Estudos Brasileiros, que foram incorporados por universidades estrangeiras ou transformados em Institutos Culturais, de direito privado, sendo, assim, abandonados à própria sorte (LIMA; MARQUES; PINTO; PAES, 2008).

Os CEB's remanescentes deram lugar aos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), ligados ao Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. Tanto os CCBs quanto os Institutos Culturais têm como missão o ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil, a difusão da Literatura Brasileira, a distribuição de material informativo sobre o Brasil, a organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais, a coedição

---

<sup>51</sup> Somente em 1999 foi criado um instrumento para regular os leitorados: a Portaria nº 2 de 29 de março de 2009, que foi posteriormente revogada pela Portaria nº 1 de 20 de março de 2006 (MRE. DPLP, 2010).



e distribuição de textos de autores nacionais, a difusão de nossa música erudita e popular, a divulgação da cinematografia brasileira, além de palestras, seminários e outros. O que diferencia é que os primeiros são subordinados diretamente ao chefe da missão diplomática brasileira, enquanto que os segundos são entidades sem fins lucrativos de direito privado que, embora autônomas, cumprem missão cultural em coordenação com as missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas (MRE, 2010).

Foi apenas com a eleição de Lula em 2003 que a política linguística brasileira ganhou novos rumos, diversificando-se, bem como as políticas da própria CPLP. Tal efeito causal pode ser comprovado pela *Declaração de Apreço ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva*, aprovada na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em 23 de julho de 2010, no anexo I.

Entre as primeiras medidas do Ministro Celso Amorim, escolhido por Lula para chefiar o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi assinar o Decreto 4759 de 21 junho de 2003, que criou a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), que segundo Castro; Castro (2009, p. 289) mostrou ser a CPLP uma das prioridades da gestão Celso Amorim<sup>52</sup>.

Atualmente, o Brasil do governo Lula apoia os Núcleos (privados) de Estudos Brasileiros em algumas universidades estrangeiras e mantém vinte e um Centros Culturais Brasileiros nos seguintes países: África do Sul, Angola, Bolívia, Cabo Verde, Chile, El Salvador, Espanha, Finlândia, Guiana, Guiné-Bissau, Haiti, Itália, México, Moçambique, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Tomé e Príncipe e Suriname, e planeja implantar outros três: Guatemala, Timor-Leste e Tunísia. Além de completar o orçamento dos sete Institutos Culturais: Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (Bogotá), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (Buenos Aires), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (São José), Instituto Cultural Brasil Venezuela (Caracas), Instituto Brasil-Itália (Milão), Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (Montevidéu) e o Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (Quito). De acordo com o diplomata Leonardo Lott (2009), esses centros e institutos já formaram 120 mil alunos em língua portuguesa brasileira.

Abaixo, apenas para fins de comparação, listamos alguns países que apresentam instituições para a promoção de suas línguas no exterior, como o Instituto Camões ou o Departamento Cultural do Itamaraty, bem como o ano de fundação dessas instituições e o

---

<sup>52</sup> Celso Amorim autorizou a abertura em julho de 2006 de uma Missão Permanente brasileira junto à sede da CPLP em Lisboa, como prova da importância prioritária da organização para o novo governo. Tal medida foi seguida pela Guiné-Bissau (outubro/2007), Timor-Leste (janeiro/2009), Portugal (janeiro/2009) e Angola (setembro/2010).

tamanho de sua rede de ensino.

Quadro 6: Instituições para promoção da cultura nacional no exterior

País	Instituição	Ano de fundação	Rede de ensino	Número de estudantes da rede de ensino completa
França	Aliança Francesa	1883	1071 centros em 133 países	450 mil
Alemanha	<i>Deutschen Akademie</i> / Instituto Goethe	1925/1951	129 centros em 81 países	175 mil
Portugal	Junta Nacional de Educação / Instituto Camões	1929/1992	19 centros culturais em 15 países + 49 centros de língua em 33 países	155 mil
Reino Unido	Conselho Britânico	1934	223 centros em 109 países	
Brasil	Departamento Cultural do Itamaraty	1938/1940	28 centros e institutos em 28 países	30 mil
Itália	Instituto Italiano de Cultura	1940/1945	93 centros em 59 países	
Japão	<i>Japan Foundation</i>	1972	20 centros em 19 países	
Espanha	Instituto Cervantes	1990	58 centros em 45 países	
República Tcheca	Centros Thecos	1993	24 centros em 21 países	
Hungria	Instituto Cultural Húngaro		18 centros em 17 países	
Polônia	Instituto Adam Mickiewicz	2000	22 centros em 19 países	
Romênia	Instituto Cultural Romeno	2003	17 centros em 15 países	
China	Instituto Confúcio	2004	282 centros e 272 salas de aula em 88 países e regiões	
Finlândia	Instituto de Cultura Finlandesa e Institutos Acadêmicos	2005	17 centros em 17 países	
Turquia	Instituto Yunus Emre	2007	6 centros em 6 países	

Fonte: Sites das instituições mencionadas. Acessos em jun. e jul. 2010 e KADRI, 2007.

Como podemos observar, durante a década de 2000, vivemos um novo *boom* na criação dessas instituições, por países como Polônia, Finlândia, Turquia e a própria China, que, apesar de ter criado o Instituto Confúcio apenas em 2004, já conta com 282 centros para a difusão da língua chinesa.

O governo Lula também tem ampliado significativamente o número de leitorados brasileiros em universidades estrangeiras, que eram 40 em 2006 (30 países), 45 em 2008 e atualmente 53 (2010) em 36 países. Os professores de língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras que atuam no exterior são selecionados anualmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) e

pelas instituições acadêmicas no exterior, para um período de dois anos, renovável por mais dois. Os leitorados brasileiros são coordenados pelo Departamento Cultural do MRE, que também coordena o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que já trouxe para estudar nas universidades públicas brasileiras quatro mil estrangeiros, principalmente dos PALOP (LOTT, 2009). Abaixo as universidades estrangeiras com leitores brasileiros:

Quadro 7: Relação das Universidades com Leitorados subsidiados pelo Itamaraty (2010)

Universidade Nacional de Assunção (Paraguai)	Universidade de Concepción (Paraguai)
Universidade Católica de Assunção (Paraguai)	Universidad Externado de Colombia (Colômbia)
Universidade de Buenos Aires (Argentina)	Universidade de Córdoba (Argentina)
Universidade da Guiana (Guiana)	Universidade de Cuyo (Argentina)
Universidade Autônoma Gabriel René Moreno (Bolívia)	Pontificia Universidade Católica (Chile)
Universidade de Havana (Cuba)	Universidade das Índias Ocidentais (Barbados)
Universidade das Índias Ocidentais (Jamaica)	Universidade Nacional Agrária (Nicarágua)
Universidade das Índias Ocidentais (Trinidad e Tobago)	Universidade Federal do Haiti (Haiti)
Universidade Nacional Mayor de San Marcos (Peru)	Universidade de Piura (Peru)
Universidade Nacional do Altiplano (Peru)	Universidade Autônoma – UASD (República Dominicana)
Universidade da Costa Rica (Costa Rica)	Universidade da Califórnia (Estados Unidos)
Instituto Politécnico Nacional (México)	Universidade de Trier (Alemanha)
Universidade Eötvös Lorand (Hungria)	Universidade de Aarhus (Dinamarca)
Universidade de Primorska (Eslovênia)	Universidade de Essex (Reino Unido)
King’s College, Londres (Reino Unido)	Birbeck College (Reino Unido)
Universidade de Londres (Reino Unido)	Universidade Queen Mary (Reino Unido)
Universidade Swansea, Gales (Reino Unido)	Universidade de Manchester (Reino Unido)
Universidade Estadual de Moscou (Federação Russa)	Université Paris III (França)
Université de Paris XIII (França)	Université de Nantes (França)
Université de Paris X, Nanterre (França)	Université de Paris VIII (França)
Université de Lion II (França)	Université Blaise Pascal (França)
Universidade Karolina (República Tcheca)	Universidade de Bolonha (Itália)
Universidade Nacional Taras Shevchenko (Ucrânia)	Universidade de Varsóvia (Polônia)
Universidade de Zagreb (Croácia)	Ghana Institute of Languages (Gana)
Universidade Abomey-Calavi (Benin)	Universidade Amílcar Cabral - Grupo Lusófona (Guiné-Bissau)
Universidade do Estado de Lagos (Nigéria)	Universidade Obafemi Awolowo (Nigéria)
Instituto Superior de Tecnologia de Moçambique (Moçambique)	Instituto Superior Politécnico (São Tomé e Príncipe)
Escola Normal Superior (Côte I’voire)	Universidade de Maurício (Maurício)
Universidade de Bamako (Mali)	Kenyatta University (Quênia)
Universidade Libanesa (Libano)	Universidade de Hanói (Vietnã)
Universidade do Estado (Armênia)	Universidade de Iaundê (Camarões)

Universidade de Estudos Internacionais de Pequim (China)	Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão (China)
Universidade de Pequim (China)	Universidade das Comunicações (China)
Universidade de Queensland (Austrália)	Universidade Victoria (Nova Zelândia)

*Fonte: Departamento Cultural do MRE, 2010.*

O mapa 5 ilustra, nos pontos vermelhos, os locais onde o governo português mantém seus centros culturais e leitorados pelo mundo e nos pontos azuis os correspondentes brasileiros. Dessa forma, é fácil observar o maior investimento português em comparação com o do governo brasileiro.

Nota-se também que, enquanto os centros e leitorados portugueses se concentram na Europa, os brasileiros estão principalmente localizados na América Latina, mas em menor quantidade. Essa concentração na Europa, provavelmente se explica pelo fato de o português europeu ser língua oficial da União Europeia e pela política do bloco europeu de fazer com que cada cidadão fale pelo menos duas línguas estrangeiras, além dos programas de intercâmbio intracomunitário<sup>53</sup>. Essa configuração é um forte indício de que diante das políticas portuguesas e brasileiras para promoção do português, a Europa se tornou o espaço de promoção da variante europeia, enquanto que a América Latina, o espaço de promoção da variante brasileira.

Já os círculos maiores representam, marcam os locais de prioridade para a expansão da rede de centros no exterior e para a difusão da língua, tanto por Portugal – Europa, África e Argentina, como pelo Brasil – América Latina e África.

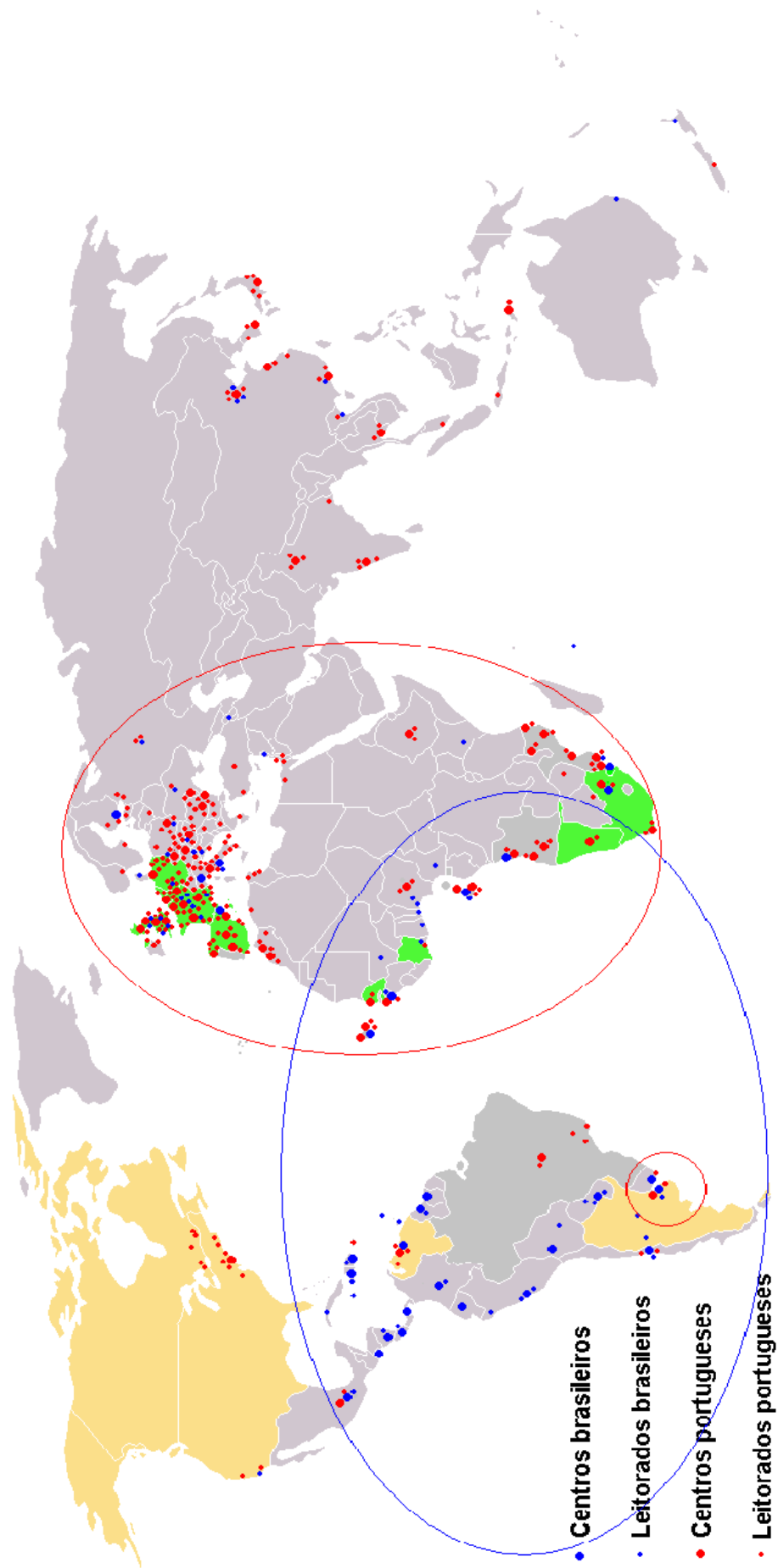
No mesmo mapa, podemos observar países em verde, que são aqueles que assinaram convênios com o Instituto Camões/Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal para elaborar projetos que visem ao ensino de português em escolas públicas – África do Sul, Alemanha, Bélgica, Côte D'Ivoire, Espanha, França, Países Baixos, Namíbia, Reino Unido, Senegal e Suazilândia. Já os países de amarelo assinaram acordos com instituições locais, com o apoio do IC para o mesmo fim – Argentina, Canadá, Estados Unidos e Venezuela.

<sup>53</sup> A União Europeia, da qual Portugal faz parte, dentro de sua política visando ao multilinguismo já lançou os seguintes programas para o desenvolvimento das línguas europeias: a) Programa Língua (1990-1994): formação de professores europeus em outros países da comunidade e concessão de bolsas a estudantes universitários, para o mesmo fim. b) Programa Sócrates 1ª fase (1995-1999) e 2ª fase (2000-2006): cooperação entre estabelecimentos de ensino, bolsas no estrangeiro para formação contínua de professores, elaboração de instrumentos de aprendizagem e ensino. c) Programa se distinguiu em três níveis de ação: Comenius (ensino básico e secundário), Erasmus (ensino superior), Grundtvig (ensino de adultos e outros percursos educativos). d) Programa Leonardo da Vinci 1ª fase (1995-1999) e 2ª fase (2000-2006): ensino de línguas para a formação profissional e o local de trabalho, a fim de garantir, sobretudo mobilidade profissional além das fronteiras nacionais da União Europeia. e) Programa Cultura: Tradução de obras literárias de e para línguas europeias. f) Programa Erasmus Mundus 1ª fase (2004-2008) e 2ª fase (2009-2013): Programa de ação para reforço da qualidade de ensino superior europeu e a promoção da compreensão intercultural, através da cooperação com países de fora da comunidade. Tal programa inclui, além de línguas, outras áreas do conhecimento (SILVA, 2009c, p.1078-1079).

De acordo com Leonardo Lott (2009), atual chefe da DPLP/MRE, apesar do baixo orçamento do Departamento Cultural do MRE, de vinte milhões de reais, que passarão a quarenta milhões em 2010<sup>54</sup>, o Brasil tem feito o possível dentro de sua missão que é buscar os melhores benefícios econômicos da língua portuguesa. Ele afirmou que a próxima meta é fazer do português língua oficial de organizações internacionais. Por isso, desde já, para utilizar a língua portuguesa na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Organização

---

<sup>54</sup> Leonardo Lott (2009) afirma ainda que o orçamento atual do Instituto Camões é de trinta e nove milhões de euros e que o da Aliança Francesa alcança um bilhão de euros.



Mapa 5: Institutos, centros de cultura e leitorados portugueses e brasileiros pelo mundo (2010)  
 Elaborado pelo autor a partir de dados do Departamento Cultural do Itamaraty e do Instituto Camões, 2010.

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o governo brasileiro irá custear a tradução para as línguas oficiais dessas instituições. Lott (2009) garantiu ainda que, a pedido do presidente Lula, 70% do orçamento do Departamento Cultural do MRE, ou seja para a difusão da língua e cultura brasileira no exterior, deve ser investido nas relações internacionais prioritárias do Brasil hoje, que são nessa ordem: a América do Sul, América Latina, África e países em desenvolvimento.

Diferentemente dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique, o governo Lula parece apresentar um plano estratégico para a ampliação da Rede Brasileira de Ensino no Exterior, que tem como opção a preferência pela abertura de novos Centros Culturais ao invés de Institutos de Cultura, de direito privados. Ainda, assim, o governo Lula, auxilia financeiramente os Institutos Culturais criados pelo seu antecessor. Tal plano estratégico se insere em outro maior, que vai ao encontro das atuais mudanças na ordem mundial com a ascensão dos BRICs e já tem extensa literatura a respeito, como Vizentini (2003; 2005), Almeida (2004), Cervo (2003; 2004; 2005), Moniz Bandeira (2005), Lima (2006), Saraiva (2007), Vigevani; Cepaluni (2007), Mapa (2009) e Velasco e Cruz (2010), para citar só alguns.

O governo Lula também tem apresentado diversas políticas para a promoção da língua portuguesa a nível internacional coordenadas por outros ministérios como o Ministério da Educação: a instituição da Comissão da Língua Portuguesa (COLIP) em 2004, a inauguração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em 2010, e fundação da TV Brasil Internacional em 2010, além da manutenção do Exame de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras), criado no governo de Fernando Henrique.

Há décadas o MRE, o MEC e o MinC cooperam nessa área, como mostra Telles Ribeiro (1989, p. 92) ao citar o Ajuste Tripartite de 1987. Contudo, nem sempre tais medidas são feitas sem levantar desavenças entre eles. Como de fato ocorreu em 2005, quando o MEC, através da COLIP, propôs a criação do Instituto Machado de Assis (IMA), semelhante ao Instituto Camões para coordenar a política. Tal proposta gerou um conflito entre o MEC e o MRE, que só foi resolvido após a intervenção da Casa Civil, que decidiu pela prerrogativa de competência do MRE de coordenar as políticas na área.

Tal conflito é compreensível, pois a difusão e ensino da língua nacional no exterior perpassa as competências dos ministérios das relações exteriores, da educação e da cultura. Tanto que até 1994, o IC estava ligado ao Ministério da Instrução até ser transferido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e diversos institutos como o Instituto Yunus

Emre da Turquia está ligado aos Ministérios do Turismo e da Cultura turcos.

Conheçamos a partir de agora essas outras iniciativas políticas do Brasil, que nos serviu de estímulo para esta pesquisa, como o certificado de proficiência em português estrangeiro – Celpe-Bras (1994/1998), a Comissão da Língua Portuguesa do MEC – Colip (2004/2007), o Museu da Língua Portuguesa (2006), a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, a TV Brasil Internacional (2010) e a tentativa frustrada de criar o Instituto Machado de Assis – IMA.

O exame de proficiência em português brasileiro, Celpe-Bras foi criado através da portaria do MEC 1787/1994. Contudo, apesar de o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros ter sido instituído nessa portaria, a primeira aplicação do teste só foi feita em 1998, no governo de Fernando Henrique, depois da portaria do MEC 643/1998, que determinou a expedição do certificado pela Secretaria de Educação Superior. O Celpe-Bras, ano a ano, tem apresentado cada vez mais candidatos. Desde o primeiro exame em 1998 até 2008, saltou de 127 a 4865 candidatos, o que significa um crescimento de 3800% (ALMEIDA; MELLO, 2009). Em 2009, o ministro da Educação, Fernando Haddad determinou que, a partir do segundo semestre do mesmo ano, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) seja o responsável pelo exame. Atualmente, o exame é aplicado em 19 universidades nacionais e 26 países (2008).

Outra iniciativa brasileira foi a Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa ou simplesmente Comissão da Língua Portuguesa (Colip), criada pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, através da portaria 4056 de 29 de novembro de 2005, depois de uma reunião do MEC em 17 de junho de 2004 com renomados linguistas convidados. Seus objetivos são desde a apresentação de propostas para promoção internacional do Brasil, a produção de ações culturais, a difusão do Brasil linguístico, a estruturação do Instituto Machado de Assis, a proposição de diretrizes para formação inicial e continuada de professores de língua portuguesa, o incentivo de projetos de pesquisa sobre as variantes linguísticas brasileiras, a revisão e implementação dos PCN's de língua portuguesa centrados no domínio das práticas de língua oral e escrita, o fomento de pesquisa e produção de materiais pedagógicos, o fomento de pesquisa sobre metodologia de ensino, o refinamento dos sistemas de avaliação do MEC e a supervisão das ações sobre ensino de língua portuguesa implementadas pelo MEC.

A Colip em acordo entre o MEC e o MRE constitui também a comissão nacional do Brasil no IILP. Composta por dezessete linguistas, um diplomata e um representante do Ministério da Cultura, ela é coordenada pelo diretor do Departamento de Política da Educação



Superior (Depes/Sesu), Godofredo de Oliveira Neto e constituída pelos membros a seguir:

Quadro 8: Composição da COLIP

Nome	Instituição	Área ou cargo
I - Ataliba Teixeira de Castilho	USP	História e gramática da LP
II - Carlos Alberto Faraco	UFPR	Linguística aplicada
III - Dinah Maria Isensee Callou	UFRJ	Linguística histórica
IV - Eni de L.Pulcinelli Orlandi	Unicamp	Análise do discurso
V - Evanildo Cavalcante Bechara	UERJ / ABL	Gramática da língua portuguesa
VI - Gilvan Müller de Oliveira	UFSC	Política linguística
VII - Godofredo de Oliveira Neto	UFRJ / MEC/ IILP	Literatura brasileira
VIII - Ingedore G. Villaça Koch	Unicamp	Linguística textual
IX - José Carlos Santos de Azeredo	UERJ	Gramática da língua portuguesa
X - José Luiz Fiorin	USP	Análise do discurso
XI - Luiz Antônio Marcuschi	UFPE	Linguística aplicada/textual
XII - Maria Helena Weber	UFRGS	Comunicação e Política
XIII - Paulo Coimbra Guedes	UFRGS	Ensino da língua portuguesa
XIV - Renata Gérard Bondim	MEC	
XV - Ronaldo Teixeira da Silva	MEC	Secretário Executivo
XVI - Stella Maris B. de F. Ricardo	UnB	Alfabetização e letramento
XVII - Suzana Alice M. Cardoso	UFBA	Dialectologia
XVIII - Jorge Geraldo Kadri	MRE	Embaixador brasileiro na Guiné-Bissau
XIX - Alfredo Manevy	MinC	

*Fonte: Site do MEC e Currículos Lattes dos membros*

Contudo, a Colip que se reuniu poucas vezes, a primeira em 17 de junho de 2004 e a última em 2008, não se reúne desde então (AZEREDO, 2011). Mas já nessa primeira reunião foi instituída a comissão e elaboradas as diretrizes para a política linguística do Brasil, que no aspecto internacional ficaram estabelecidas pela comissão de acordo com o item cinco da ata da reunião:

5.1 políticas de leitorado, publicação de periódicos sobre a língua portuguesa do Brasil, tradução de textos literários brasileiros para outras línguas; 5.2 políticas que priorizem o intercâmbio linguístico e cultural com os países da América Latina e com países de África, particularmente com os países lusófonos; 5.3 produção de ações culturais que promovam e deem visibilidade a identidade e representação do Brasil linguístico”.

Já o Museu da Língua Portuguesa, inaugurado em 20 de março de 2006 na Estação da Luz em São Paulo (SP), representa as ações de outro ministério brasileiro nas políticas de promoção e difusão da língua portuguesa no exterior, o Ministério da Cultura (MinC). O

projeto de construção do museu foi feito numa parceria do Governo do Estado de São Paulo e da Fundação Roberto Marinho e recebeu apoio do MinC, da CPLP e dos seus Estados membros. O Museu da Luz tem como único equivalente o *Afrikaans Language Museum*, fundado em 1975 em Paarl na África do Sul (SILVA SOBRINHO, 2008, p. 496) e atualmente já é o museu brasileiro mais visitado com mais de meio milhão ao ano (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA).

Visitando o museu, percebe-se que a sua ideia não é retratar somente a língua falada no Brasil, mas também a história do surgimento do português desde as Guerras de Resistências (194 a 19 a.C.) na invasão da Península Ibérica pelo Império Romano, até a difusão internacional do português, com os nove países e outros territórios de língua portuguesa. Para Silva Sobrinho (2008, p. 497) o Museu da Língua Portuguesa “pode ser tomado como um instrumento linguístico na medida em que, assim como a gramática e o dicionário intervém na relação entre língua, sujeito e Estado”. Ele ainda destaca a importância desse museu para o português, pois “como instrumento linguístico no qual se pode observar o espetáculo da língua, esse museu produz um arquivo da língua e do saber sobre ela” (SILVA SOBRINHO, 2008, p. 498). Pretende-se então tratar a língua como um patrimônio imaterial.

Outra iniciativa do governo do Brasil, dentro da promoção da língua portuguesa, é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB<sup>55</sup>, que receberá os primeiros alunos no primeiro semestre de 2011, em Redenção no estado do Ceará. A cidade foi escolhida por ser a primeira a abolir a escravidão. A Unilab é uma proposta do governo Lula para aumentar a integração do Brasil com os demais países lusófonos. Assim, a universidade contaria com 150 cargos docentes de todos os países da CPLP, 208 técnico-administrativos e metade de todo seu corpo discente, de cinco mil estudantes, seria proveniente dos países lusófonos, principalmente dos PALOP e do Timor-Leste e do território de Macau, enquanto que a outra metade seria de brasileiros. A Unilab ofereceria primeiramente os cursos de Agronomia, Enfermagem, Licenciatura Plena em Ciências da Natureza e Matemática, Engenharia e Gestão. Além dos países lusófonos outros países já apresentaram interesse em participar da iniciativa como a África do Sul, Burundi, Gana, Lesoto e Madagascar (UNILAB).

Já a TV Brasil Internacional (2010), o primeiro canal de televisão internacional

---

<sup>55</sup> As disputas entre Portugal e o Brasil também deixou marcas no nome da Unilab. Inicialmente a universidade era chamada de Universidade Luso-Afro-Brasileira ou Universidade da Lusofonia, depois passou a ser nomeada provisoriamente de Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, até que em 20 de julho de 2010, a lei número 12289, de criação da instituição, estabeleceu o nome de Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, apagando o vocábulo “luso” e reforçando o sentido “internacional” da universidade.

inteiramente em língua portuguesa, semelhante aos canais BBC (Reino Unido), RTVE (Espanha), RAI (Itália), Canal Cinq (França) e NHK (Japão) teve suas transmissões iniciadas no dia 24 de maio de 2010 primeiramente para o continente africano. Esse canal, segundo o governo (BRASIL. TV BRASIL, 2010) tem por objetivo a difusão da cultura e informações sobre o Brasil, sobretudo para os cerca de três milhões de brasileiros que vivem no exterior.

A última medida brasileira que abordaremos aqui é o Instituto Machado de Assis – IMA, que não saiu do papel, devido a conflitos de competências entre o MEC e o MRE. A ideia de criar o IMA, semelhante ao Instituto Camões e ao Instituto Cervantes, surgiu no MEC do primeiro governo Lula. Tal proposta ganhou elogios do chefe de governo português José Sócrates nos termos da Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira, realizada na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005, em que ele afirmou “o Instituto Machado de Assis, (...) buscará promover a Língua Portuguesa e a cultura lusófona. Trata-se de uma Instituição que proporcionará também às entidades portuguesas competentes, designadamente o Instituto Camões, um parceiro privilegiado nessa área”.

Segundo o site do MEC (2010), a formulação de um projeto para a criação do IMA foi deliberado na Colip em dezembro de 2005. Assim, ficou estabelecido que a missão do IMA, ainda de acordo com o mesmo site seria:

formular e coordenar as políticas de promoção da Língua Portuguesa no Brasil e no mundo; induzir, catalisar e organizar a pesquisa em Língua Portuguesa; ser referência em Língua Portuguesa para o ensino e formação de professores; promover atividades científicas e culturais, no Brasil e no mundo, visando à promoção e difusão da Língua Portuguesa.

O IMA deveria, de acordo com as diretrizes da Colip, formular e coordenar políticas para a língua portuguesa no Brasil e no mundo em quatro eixos: difusão e ensino, documentação, pesquisa e políticas. E, em consonância com o MRE, deveria difundir a língua portuguesa em quatro frentes: “nos países não lusófonos; em colaboração com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP; por meio de projetos e acordos culturais; e em países estrangeiros onde vivem minorias brasileiras” (MEC, 2010).

Entretanto, a proposta de criar o IMA gerou um conflito entre o MEC e o MRE, que atualmente é o único a deter a competência de promover e divulgar a cultura e a língua do Brasil no exterior. A proposta foi, assim, engavetada pelo presidente Lula, segundo Lott (2009), apesar de continuar no site do MEC pelo menos até março de 2010<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Leticia Pinheiro (2009, p. 5, 8 e 9) afirma que atualmente pode-se notar na tomada de decisão da política externa brasileira a participação de outros atores, além do Itamaraty. “Isso se deve à união de três variáveis que influenciaram a definição de preferências e interesses nacionais: a liberalização econômica, a intensificação do processo de globalização e o fim da Guerra

Como podemos observar, foi no governo Lula que se ampliaram significativamente as ações para a difusão internacional da língua portuguesa. Contudo, essas ações, que envolvem três ministérios, como vimos, parecem às vezes desarticuladas, provavelmente pelo intenso e recente crescimento do Brasil como potência regional, que levou ao governo necessidade de elaborar rapidamente uma política mais eficaz de promoção da língua. Dessa forma, o Brasil estaria ainda acertando o caminho para uma política coesa.

O diplomata Leonardo Lott (2009) reconhece que embora haja uma política clara do atual governo brasileiro para a promoção internacional do português, não há uma clareza nas ações ministeriais do MRE, MEC e do MinC que se tornaram concorrentes. Além disso, ele lembra que como as ações da CPLP, as medidas brasileiras ainda se limitam pelo baixo orçamento.

Antes de encerrar este capítulo, vale ressaltar que embora essas políticas tenham se intensificado apenas no governo Lula (2003-2010), elas se inserem nas duas diretrizes, nos dois pilares centrais da política externa brasileira, pós a crise de 1929 e a Revolução de 1930: a política desenvolvimentista e a busca da autonomia (PINHEIRO, 2004; LIMA, 2005; CERVO, 2008; VIGEVANI; CEPALUNI, 2010). Esse primeiro, no entanto, sofreu grandes transformações a partir dos anos 1970 para cá, sobretudo logo após o fim da Guerra Fria (1989-1991), com a ascensão do capitalismo neoliberal.

Essas diretrizes se apoiam na crença difundida entre as elites brasileiras de que o Brasil é um país predestinado a ser uma grande potência, uma liderança global, graças à

---

Fria. (...) A liberalização econômica brasileira iniciada nos anos noventa (do século XX) estimulou setores econômicos, políticos e sociais a exercerem direta ou indiretamente maior influência sobre o processo de tomada de decisões centrado em questões internacionais. (...) A intensificação da globalização tem agravado a possibilidade de fenômenos internos terem um impacto além das fronteiras nacionais, levando a uma maior interação e, por vezes, a conexão entre o plano interno e internacional. O fim da ordem bipolar, com o fim da Guerra Fria, que marcou por quase 50 anos as relações internacionais, permitiu que diversos temas, cuja importância e natureza eram antes analisados à luz da disputa ideológica chegassem à agenda política externa dos Estados, como o meio ambiente, os direitos humanos, a saúde, os direitos das mulheres e etc. Atualmente, praticamente em todos os ministérios se encontra uma área de assessoria internacional, geralmente dirigida por um diplomata de carreira, empregado temporariamente. Por outro lado, já existe por parte do próprio Itamaraty uma política de recrutamento de técnicos especialistas para a carreira diplomática, a fim de melhorar a capacidade de negociação do país em temas convencionais” Pinheiro afirma ainda que isso não seria possível se não fosse um quarto elemento: “o retorno ao regime democrático em 1985. As demandas, até então reprimidas pelo controle das políticas por parte do regime autoritário, que impedia a participação política direta de setores organizados da sociedade, passaram pouco a pouco a ocupar a agenda de definição das políticas públicas, inclusive a política externa. Além disso, a necessidade de fazer frente aos novos desafios da diversificação da agenda, que exigiu dos diplomatas uma especialização além de suas atribuições, impulsionou os representantes do Estado a buscar uma assessoria das organizações da sociedade civil. Essa participação ocorreu de duas formas distintas: na condição de ator propriamente e, portanto, de coautor das decisões, ou somente na qualidade de participante indireto no debate, condição que permite exercer algum grau de influência(...) Dessa forma, sindicatos, organizações não governamentais, movimentos sociais organizados, entre outros estão participando da construção de decisões e estratégias da política externa brasileira”. Pinheiro finalmente conclui: “a agenda contemporânea da política externa brasileira parece exigir a construção de uma nova cultura institucional que, por meio de uma maior sinergia, consegue reunir competências específicas diversas em nome de objetivos comuns, assim como um debate democrático sobre as prioridades de atuação e de construção de estratégias de ação inclusivas, cooperativas e promotoras do desenvolvimento do país” (tradução nossa). De fato, estamos vivendo esse processo. Mas vale lembrar que ele não exclui ou elimina os conflitos que dele possam surgir, como podemos ver no desentendimento entre o MEC e o Itamaraty.

dimensão natural de sua população e seu território. Soma-se a isso o imaginário de que o Brasil é um país pacífico, de diálogo, pois se encontra em um “ambiente regional relativamente pacífico” (LIMA; HIRST, 2009, p. 43), já que, o Estado brasileiro resolveu suas disputas territoriais com seus vizinhos no início do século XX, portanto há mais de cem anos, e ainda, por via diplomática e não por conflitos militares<sup>57</sup>.

Esse imaginário é compartilhado e alimentado pelo Itamaraty, como mostra, Zairo Cheibub (1985) ao descrever três períodos da diplomacia brasileira. A primeira fase ele chamou de “período patrimonial” que se caracteriza pela participação da elite imperial e da “nobreza” na diplomacia brasileira, numa relação próxima entre interesses privados e públicos. A segunda fase seria aquela dominada pelo Barão do Rio Branco, que ele chamou de “período carismático”. Esse período se deu no início da república e consiste numa fase de transição para o terceiro período, chamado de “burocrático racional”, em que consistiu a carreira diplomática, a partir de 1910.

É justamente nessa fase de transição, no período denominado “carismático”, que se iniciou a construção de uma tradição, baseada no Itamaraty como único e mais competente em assuntos exteriores. Esse fator, sem dúvidas, foi muito importante para a continuidade de uma política externa brasileira durante tanto tempo e blindou o MRE das barganhas políticas em cada alternância de governo, sendo que a chefia do ministério na maior parte das vezes foi ocupado pelo critério de competência.

Contudo, ainda que possamos traçar pontos em comum na política externa brasileira, durante todo esse longo período, em torno do desenvolvimento e da autonomia, Maria Regina Lima (2005) e Vigevani; Cepaluni (2007) fazem uma distinção entre os governos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), ainda que seja pequena. Enquanto FHC seria mais marcado pela estratégia da “autonomia pela participação”, isto é, a busca de maior credibilidade no sistema internacional, participação/criação em/de diversos fóruns, como a CPLP, e a adesão a tratados internacionais como a OMC (1995) e a Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (1998), para assim, se contrapor a “autonomia da distância” do Brasil durante o governo Sarney (1985-1990); o governo Lula apesar de manter a estratégia da credibilidade, foi mais focados na estratégia da “autonomia pela diversificação”, ou seja, busca de novos parceiros e formação de coalizões Sul-Sul.

A ampliação do espaço da língua portuguesa está inserida tanto nesse amplo contexto

---

<sup>57</sup> Se pensarmos também na contribuição de Da Matta (1984, p. 95-105 e 1997) podemos perceber que é da própria cultura brasileira a modalização, a malandragem, o “jeitinho” a ideia de não desagradar ninguém, evitar dizer não, tentar mediar. De acordo com Marcel Merle (1981), esses aspectos culturais e sociais podem muito bem influenciar a política externa de um país.

quanto nesse contexto mais restrito de “autonomia pela diversificação” do governo Lula. Desse modo, tais políticas linguísticas podem ser encaradas como um *soft power* e a língua portuguesa como uma ferramenta para aumentar o poder no Brasil e atrair novos parceiros que seriam “conquistados pela língua”, além dos programas de cooperação técnica na área de educação, como a Unilab.

O Brasil, assim, aposta sua liderança, no que Nye (2004) chamou de *soft power*, em contraposição à ausência de *hard power*, poderes militares e econômicos:

Quando países legitimam seus poderes aos olhos dos outros, eles encontram menos resistência para as suas vontades. Se a cultura e a ideologia de um país são atrativas, outros acompanham prontamente. Se um país pode formar regras internacionais que são compatíveis com seus interesses e valores, suas ações parecerão mais legítimas aos olhos dos outros. Se suas instituições usam e seguem regras que estimulam outros países a mudar ou limitar suas atividades no caminho de suas preferências, ele não precisará despende muitos *carrots* e *sticks* (poderes econômico e militar)” (NYE, 2004, p. 10-11) (tradução nossa).

Esse talvez seja um bom caminho para pensarmos a intensificação das políticas linguísticas de expansão do português por parte do Estado brasileiro.

### 1.2.3.3 Políticas dos PALOP e do Timor-Leste para a difusão e promoção da língua portuguesa

Os países africanos de língua oficial portuguesa e o Timor-Leste ainda não apresentaram significativas políticas internacionais para a promoção do português, a não ser através da CPLP. Afinal, eles ainda se esforçam para ensinar o idioma à totalidade de suas populações e combater o analfabetismo.

Em Angola, por exemplo, apenas 40% da população; em Moçambique, 27% e no Timor-Leste 15% da população dominam a língua portuguesa. Há ainda, nos países de língua oficial portuguesa, 25,814 milhões de cidadãos que não falam português, como materna ou segunda língua, sobretudo nos PALOP e no Timor-Leste (LEWIS, 2009). O analfabetismo na Guiné-Bissau atinge o índice de 35,4% (2007) e em Moçambique, 55,9% (2007) da população com mais de 15 anos, como pudemos ver na tabela do capítulo 1.1, sobre os indicadores sociais dos países lusófonos.

Contudo, Angola, que inclusive assumiu a presidência da CPLP (2010-2012), tem apresentado maior interesse em participar das decisões da CPLP sobre a difusão e expansão da língua portuguesa nesses últimos anos. O país, inclusive, foi o responsável pela adoção, por parte do governo de Zâmbia, da oferta de PLE para o ensino nas escolas do país. Com o

fim da guerra civil angolana em 2002, o país vem apresentando fortes índices de crescimento econômico, já é a sexta economia do continente africano (Banco Mundial, 2008) e provavelmente assumirá uma postura mais ofensiva nos próximos anos na expansão da língua portuguesa no exterior, ao lado de Portugal e Brasil.

#### 1.2.3.4 Políticas da CPLP para a difusão e promoção da língua portuguesa

Além dos países de língua oficial portuguesa, a CPLP também apresenta políticas com essa finalidade, entre elas podemos destacar, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP (1989/1999), o Acordo Ortográfico de 1990 (2009), firmado no seu âmbito e o Plano de Ação de Brasília (2010).

Entre todas essas iniciativas, a principal delas, sem sombra de dúvidas é o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), idealizado pelo então presidente brasileiro, José Sarney no encontro dos países lusófonos em São Luís em 1989, sua existência foi prevista na Declaração Constitutiva de 1996, mas só foi autorizada a sua fundação em 1999 e, de fato, só passou a existir a partir de 2005. Sua sede é na cidade de Praia, em Cabo Verde.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto da CPLP, o IILP tem como “objetivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais”. O instituto é chefiado por diretor executivo, eleito pelo Conselho de Ministros em sistema de rotatividade entre os membros que, segundo o estatuto, deve ser uma “alta personalidade dos Estados membros, preferencialmente com experiência em políticas de Língua Portuguesa”. O IILP é orientado ainda por um Conselho Científico, composto por representantes governamentais e/ou pelos coordenadores das comissões nacionais de cada um dos oito Estados membros. Essas comissões nacionais são formadas no âmbito de cada país e são compostas por instituições governamentais e privadas de setores ligados ao campo de atuação do IILP (artigos 5º ao 7º do Estatuto do IILP).

Apesar de todos os esforços, o IILP, desde a sua idealização e fundação, ainda não garantiu seu espaço na atuação da promoção da língua portuguesa. Como afirmou Leonardo Lott, chefe da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), do Departamento Cultural do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, no III Encontro Nacional sobre Políticas de Língua(s) e Ensino na UnB em novembro de 2009: o orçamento do IILP é apenas o suficiente para que se “mantenha a placa” na sede em Cabo Verde, pagar o diretor e funcionários. Ele

conclui que o “IILP não é uma grande promessa” (LOTT, 2009).

Pelo visto, as sucessivas tentativas, acordos e resoluções para o funcionamento do instituto, provam que não há ainda um consenso ou talvez mesmo interesse dos países lusófonos de transformar o IILP no principal responsável pelas políticas de difusão da língua portuguesa no mundo, submetendo-se, assim, a ele, as ações do Instituto Camões de Portugal e do Departamento Cultural do MRE do Brasil. A mais recente prova disso foi a Resolução sobre a Reestruturação do IILP, assinada na XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP em 20 de julho de 2009. Essa resolução reconheceu a inoperância do instituto e estabeleceu um grupo de trabalho para elaborar um estudo e sugerir mudanças.

A segunda medida que gostaríamos de tratar aqui é o Acordo Ortográfico de 1990, cujo contexto histórico foi apresentado no primeiro capítulo. Por isso, acrescentaremos apenas mais algumas informações.

Em 2009, após a ratificação de pelo menos três países do protocolo modificativo de 1998, entrou em vigor o acordo ortográfico assinado em 1990, que unificou grande parte da escrita do português. A unificação da ortografia era necessária segundo o site da CPLP para aumentar a presença da língua portuguesa no mundo, principalmente nas organizações internacionais a nível mundial. Esse pensamento permeia desde o primeiro acordo em 1931. Entretanto, não foi o acordo ortográfico que impediu uma política linguística unificada para o português a nível mundial, mas sim os seguintes fatores: a) a falta de uma política de Estado e investimentos no setor, principalmente do Brasil como país que concentra 83% (SILVA, 2009a) dos falantes de língua portuguesa no mundo; b) os conflitos entre Brasil e Portugal, herança da colonização, na disputa pela coordenação desse processo político, que acabaram opondo ambos os países e que inclusive foi responsável pelo não cumprimento de dois acordos ortográficos anteriores.

Além disso, esse acordo ortográfico também encontrou muitas resistências, principalmente em Portugal. Como exemplos dessa resistência, temos a petição à Assembleia da República Portuguesa em 20 de maio de 2008 assinada por Vasco Graça Moura e outros 33.053 cidadãos que “Apresentam um manifesto em defesa da língua portuguesa contra o Acordo Ortográfico”. Esse manifesto, no anexo J, continuou a circular e alcançou 113 mil assinaturas até ser rejeitado pelo legislativo português.

O relatório nº 154/12ª/CESC de 08 de abril de 2009 (p.16) do deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) sobre o tema destaca que a iniciativa dos peticionários se deve ao fato, nas palavras deles, de que o acordo ortográfico “fere irremediavelmente a nossa identidade multissecular e o riquíssimo legado civilizacional e histórico”. No relatório ainda



podemos ver nos anexos uma extensa literatura pró e contra o acordo ortográfico. Entre aqueles contrários podemos citar os professores António Emiliano da Universidade Nova de Lisboa, o professor João Andrade Peres, catedrático de linguística da Universidade de Lisboa e a professora Isabel Pires de Lima, catedrática de literatura da Universidade do Porto. Destes, Emiliano (apud ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA; DUARTE, 2009, anexo 7), é o mais inflamado ao afirmar “é um acordo imperialista, criado sem atenção à situação dos PALOP e de Timor, que mina as atitudes de cooperação e parceria subjacentes à fundação da CPLP” e “implica sujeição de Portugal & *alii* aos ditames e interesses do Brasil, por razões de peso demográfico e económico → conceito do Brasil como 'motor da Lusofonia' → concepção totalitária da CPLP”. Como sabemos, tal reação é porque este último acordo ortográfico, pela primeira vez, exigiu maiores alterações na ortografia portuguesa do que na brasileira, embora ambas sejam mínimas.

Além dessa reação contra o acordo ortográfico, pesquisa encomendada pelo Jornal Correio da Manhã em março de 2009 mostra que 57,3%<sup>58</sup> dos portugueses são contrários à mudança ortográfica (CORREIRO DA MANHÃ, 2009). Ana Scott (2010, p. 47) também percebe grande nacionalismo entre os portugueses quando se trata da língua portuguesa. Segundo ela, os portugueses tratam o português falado no Brasil, como “português brasileiro” em contraposição a “nossa língua portuguesa” em relação ao português europeu. Ela ilustra um fato que aconteceu quando o filólogo português “Fidelino de Figueiredo esteve no Brasil e foi interrompido no meio de sua palestra por um universitário que lhe pediu para falar mais devagar, argumentando ser muito difícil entendê-lo com todo aquele “sotaque”. A resposta do professor foi disparada à queima-roupa: “Alto lá! A língua é nossa. O sotaque é de vocês!” (SCOTT, 2010, p. 47).

Todos esses fatos ilustram um pouco de um sentimento que, sem dúvida, é compartilhado por muitos portugueses. Não podemos dizer aqui que é comum a todos, pois com certeza não é, mas essa reação contra o acordo ortográfico, contra uma possível “sujeição ao Brasil” em defesa da língua portuguesa, comprova a perpetuação da memória colonial no imaginário português, de certa superioridade e um sentimento de posse sobre a língua que na

---

<sup>58</sup> Essa pesquisa foi realizada pela empresa Aximage em março de 2009 via telefone com 600 portugueses de todo o país. Dos portugueses que participaram da pesquisa 57,3% disseram ser contrários a reforma ortográfica, 30,1% são a favor, 11% disseram que não são nem a favor, nem contra e 1,6% não tem opinião a respeito. A reação contra o acordo é ainda maior quando os portugueses são questionados se usarão as novas regras. Assim, 66,3% disseram que não utilizarão a nova regra, enquanto que 22,1% disseram que escreverão da maneira prevista, 6,8% utilizarão as novas regras em apenas alguns casos e 4,8% não manifestaram opinião. Se analisarmos por faixa etária, a maior percentagem contrária ao acordo é a de 18 a 29 anos, com 65% e a menor é a de mais de 60 anos com 49,2%. “Os portugueses com formação superior têm maior aceitação do acordo, com 35% favoráveis às mudanças, enquanto no resto da população apenas 25,5% tem uma posição favorável” (CORREIO DA MANHÃ, 2009).

verdade é de quem a fala, ainda nos dias de hoje, mesmo que a maioria dos portugueses não pensa assim.

É nesse sentido que Boaventura de Sousa Santos (apud SCOTT, 2010, p. 49) se posiciona contrário ao acordo e à sua motivação, por achá-lo desnecessário ao entendimento dos lusofalantes. Ele afirma “‘Libertem a língua!’ Em sua opinião, a língua portuguesa deveria 'ser deixada em paz', entregue à diversidade que permite que nos entendamos todos em português, independentemente das regras ortográficas que estejam em vigor”.

A última medida por nós abordada é o Plano de Ação de Brasília, elaborado durante a *Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, ocorrida entre os dias 26 e 28 de março de 2010 em Brasília. Tal conferência foi organizada no âmbito da CPLP, pelo governo brasileiro, mas contou com a participação da sociedade civil de todos os países da CPLP, representada pela ABL, ACL, professores, editores, jornalistas, políticos e demais interessados. Esse Plano de Ação, que se encontra no anexo G, tem por objetivo traçar diretrizes para a atuação conjunta dos países lusófonos para a promoção e difusão da língua portuguesa nos próximos anos. O Plano é dividido em seis partes, a saber: I) Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; II) Estratégias de Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa; III) Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; IV) Difusão pública da língua portuguesa; V) Importância da língua portuguesa nas diásporas e VI) Participação da sociedade civil.

Tantas medidas, além de comprovarem a atualidade desta pesquisa, mostram a sua pertinência e nos estimulam a uma reflexão a partir do ethos dos enunciadores dessas políticas num passado que sempre envolveu relações de superioridade e dominação de uma nação por outras, como vimos. Assim, é primordial analisarmos os discursos da CPLP para a difusão da língua portuguesa no contexto da globalização, lusofonia, diplomacia cultural e multiculturalismo/ multilinguismo.

## 2 PARTE II - DISCURSIVIDADES E A CONSTRUÇÃO DE PODER DA CPLP

### 2.1 O discurso como campo de análise

*Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse. Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-ma do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha.*  
Livro do Desassossego por Bernardo Soares. Fernando Pessoa

Muitos são os sentidos para discurso. No senso comum, discurso é um pronunciamento feito em público, por exemplo, aquele habitual em casamentos, aniversários, demais comemorações ou despedidas. O termo pode representar ainda qualquer conjunto de textos, agrupados por temas como o discurso cristão, por campo de estudo, o discurso político, ou por ponto de vista, o discurso petista, ou por locutor, o discurso das Nações Unidas ou o discurso da CPLP.

Contudo, entendemos discurso como a maneira de conceber a linguagem, que segundo Maingueneau (2008, p. 52-56) apresenta oito características básicas: é uma organização transfrásica, é orientado, é uma forma de ação, é interativo, é contextualizado, é assumido em relação ao sujeito e ao interdiscurso e é regido por normas.

Dizer que o discurso é **uma organização transfrásica**, é tê-lo como não restrito à ordem das frases. Sua estrutura está além, à medida que depende da organização do grupo social, no qual está inserido, do plano do texto, do enunciado, da argumentação e do diálogo.

O discurso é **orientado**, pois se desenvolve no tempo e em determinado lugar, tem uma finalidade que garante certa linearidade embora transgressões sejam possíveis. Além disso, é concebido enquanto uma posição assumida pelo locutor em relação ao dizer, ao mundo, à sociedade e ao destinatário.

Podemos notar com esse conceito a importância da ideologia para os estudos do

discurso. Althusser (1983 [1970]) descreve a ideologia como uma forma de distanciar o indivíduo da realidade, distorcendo as suas condições reais de existência. Ademais, a ideologia é material, pois existe através de um aparelho, como a escola, a igreja, a família ou o sindicato. Ela é, portanto, concreta. Ela interpela indivíduos como sujeitos. Isto é, sua existência só é possível através do sujeito. Dessa forma, somos todos sujeitos ideológicos. O discurso ganha, assim, o sentido também de uma instância de materialização da ideologia.

Orlandi (2007, p. 47), assim, resume a relação ideologia-sujeito-língua:

sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade; não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados.

Da mesma forma que o discurso é orientado, ele também pode ser considerado desorientado em relação ao sujeito, já que o inconsciente do sujeito também age sobre ele deixando, inclusive, diversas marcas materiais no texto.

Caracterizar o discurso, por sua vez como **uma forma de ação** é vê-lo mais do que uma forma de representar o mundo, mas também como uma forma de ação sobre determinada situação e alguém. Assim toda enunciação é um ato e se relaciona com diversos atos não verbais.

Ademais, o discurso é **interativo**, isto é, todo discurso se desenha a partir da interação entre o EU-VOCÊ. Tal característica pode ser melhor perceptível na interação oral, na conversação em que há um diálogo claro de perguntas e respostas. Contudo, todo discurso é destinado a alguém, mesmo que esse destinatário não seja conhecido ou reconhecido na sua personalidade, como em um panfleto amplamente distribuído.

Mais do que destinado a alguém como algo já definido, o discurso também se modifica a partir do destinatário ocorrendo assim uma troca, um diálogo que de certa forma, segundo Maingueneau (2008 [1984]) se dá através de uma negociação entre locutor e destinatário que busca a compreensão. Levando em consideração essa característica constitutiva do discurso, somos obrigados a pensar o destinatário como parceiro do locutor, daí a melhor designação para ambos seria coenunciador, ou seja, um par de enunciadores mútuos.

O discurso também é **contextualizado**, isto significa que não há discurso descontextualizado. De acordo com essa característica, não há discurso das políticas linguísticas para a difusão do português nesta última década que não esteja inserido no

contexto da globalização e que não contribua para a formação desse contexto.

Outra característica fundamental do discurso é que **não há discurso sem sujeito**. Todo discurso remete a um sujeito que assume a responsabilidade do dizer, uma espécie de fiador, mesmo que o dito seja uma brincadeira ou ironia. Ademais, é ao redor desse sujeito que se desenvolvem as relações temporais, espaciais e modais da enunciação.

Como ato de linguagem, o discurso é ainda, **regido por normas** de comportamento e relacionamento social e cultural. Essas regras agem sobre a interatividade dos coenunciadores e refletem na forma de dizer, como por exemplo, nos gêneros discursivos. Esses constituem-se em padrões pré-determinados histórico-sócio-culturalmente que visam garantir a comunicação entre os coenunciadores. Esses padrões vão desde maneiras de tratamento e abordagem, seleção lexical a formas de organização espacial do texto.

Além de tudo isso, o discurso é assumido como **interdiscurso**. Essa característica pode ser encarada como uma continuidade da interação. Como vimos, o discurso é dialógico em relação aos coenunciadores, mas também é dialógico em relação aos outros discursos anteriormente e posteriormente constituídos. Isso é o que Maingueneau (2008 [1984]) chama de primado do interdiscurso. Não há discurso originário, isto é, que não remeta a outro, que não tenha seu sentido modificado por outro ou que modifique o sentido de outro, mesmo que tenha sido produzido anteriormente, seja como citação, paráfrase, comentário, tradução, paródia, reformulação, crítica, refutação ou simples diálogo. Portanto, todo discurso se constitui como interdiscurso e se entrelaça numa rede discursiva que apesar de finita, beira à infinitude de tão ampla, onde não há nem uma origem e nem um fim.

Partindo do mesmo princípio, Authier-Revuz (1998) elaborou dois conceitos importantes. Segundo a autora, todo discurso seria heterogêneo. Mas essa heterogeneidade discursiva se daria de duas formas distintas: uma constitutiva e outra mostrada. A heterogeneidade constitutiva parte de um princípio semelhante ao do interdiscurso, de que todo discurso é constituído por outros discursos numa relação dialética. Já a heterogeneidade mostrada seria aquela possível de se identificar, através de marcas materiais no texto, como as aspas, por exemplo.

A partir dessas oito características básicas, Foucault, Pêcheux e Maingueneau elaboraram outros conceitos interessantes para o estudo da linguagem enquanto discurso. Tendo em vista que o problema desta pesquisa está centrado na figura do enunciador de políticas para a difusão da língua portuguesa, utilizamos três desses conceitos, todos relacionados diretamente à constituição do enunciador: formação discursiva, memória discursiva e competência discursiva. Grosso modo, o enunciador e conseqüentemente seu

discurso se inserem numa formação discursiva, que produz sentidos circulados de acordo com a memória discursiva, discursos esses elaborados a partir da competência discursiva desse enunciador. Todavia, como para Maingueneau cada discurso se constitui pelo interdiscurso, ou seja, ele se constitui sempre no diálogo com outros discursos historicamente construídos, adotaremos o nome para cada um desses conceitos de (inter)discursivo.

Porém, o primeiro deles, a formação (inter)discursiva, apresenta forte polêmica na AD. Como afirma Roberto Baronas (in SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 46)

é possível constatar que um de seus (da AD) conceitos mais caros, o de formação discursiva, foi abandonado no início dos anos oitenta na França. As razões para sua renúncia, apontadas por tais narrativas, nem sempre muito claras, vão desde a alegação de que a formação discursiva possui um caráter eminentemente taxionômico até a resistência de uma relação conflituosa entre marxismo e Michel Foucault.

De certo, o conceito de FD assumiu um caráter polêmico entre seus dois principais formuladores: Michel Pêcheux e Michel Foucault. Há quem afirme que Pêcheux teria reformulado o conceito criado por Foucault em *A Arqueologia do Saber* (1969) com base no conceito althusseriano de ideologia. Mas Baronas (in SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 53) nos mostra que ambos os conceitos, apesar de terem surgidos nos efervescentes anos de 1960 na França e terem semelhanças, advêm de matrizes distintas e que seria uma enorme coincidência utilizarem o mesmo nome. Seguindo ele, o conceito de FD foi primeiro abordado por Pêcheux em um artigo de 1968, elaborado em conjunto com outros autores.

Não nos interessa questionar a originalidade da utilização da FD, que provavelmente é um aspecto preliminar de tanta polêmica entre a AD de Foucault e a AD de Pêcheux, mas sim de compreender a contribuição de cada abordagem da FD para a análise do discurso como um todo.

Foucault desenvolve um conceito de FD na busca não apenas das possibilidades de enunciados, mas da condição de existência desses enunciados. Tais condições históricas referem-se desde a legitimidade dos enunciadores aos atos discursivos em si. Diferentemente dos althusserianos, Foucault (1986 [1969]) não está preocupado com o materialismo histórico numa forma linear dos atos, mas sim na descontinuidade do discurso em produzir regularidade ao mesmo tempo em que ocorrem dispersões. Assim, “Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas,

teremos uma formação discursiva” (FOUCAULT apud GREGOLIN, 2006, p. 90).

O enunciado é o conceito central da FD foucaultiana e mantém com ela uma relação dialética. Afinal “não há enunciado em geral, livre, neutro e independente, mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo” (FOUCAULT, 1986, p.114 apud SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 30).

A FD funcionaria então como

uma lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que define as regularidades que validam os seus enunciados constituintes; por sua vez, tais regularidades instauram os objetos sobre os quais elas falam, legitimam os sujeitos para falarem sobre esse objeto e definem os conceitos com os quais operarão e as diferentes estratégias que serão utilizadas para definir “um campo de opções possíveis para reanimar os temas já existentes... permitir, com um jogo de conceitos determinados, jogar diferentes partidas (FOUCAULT, 1986 [1969], p.45).

Para Foucault, a FD é responsável por dar unidade a um conjunto de enunciados, articulando conseqüentemente enunciadores e enunciados a partir da circulação dos sentidos pela memória discursiva. Tal conceito, como mostra Maingueneau e Charaudeau (2008, p. 241), “procurava contornar as unidades tradicionais como “teoria”, “ideologia”, “ciência” para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras historicamente determinadas”.

Já para Pêcheux (2009 [1975]), as condições sócio-históricas não podem ser apreendidas como acessórias na constituição dos sentidos, já que são elas que determinam o sentido. A ideologia, assim, ganha um caráter central no conceito de FD desenvolvido por Pêcheux. Desse modo, palavras, expressões e dizeres só adquirem seus sentidos a partir da FD em que foram produzidos e que também estão imersos seus enunciadores. “As FDs materializam (no discurso) o ideológico presente nas formações sociais, nas relações do homem com o mundo” (DRESCH in INDURSKY; FERREIRA, 2007, p. 95).

Pêcheux (2009 [1975]) destaca, assim, o papel do sujeito falante, a posição do sujeito discursivo como sujeito histórico capaz de interpelar, de ser dominado e até ser assujeitado por uma ideologia mesmo que não perceba. É justamente a partir dessa constatação que Pêcheux conclui que o sujeito discursivo pode ser suscetível ao esquecimento, ou seja, ele interpreta mal seu discurso à medida que pensa ser o criador e a origem do sentido do seu discurso, enquanto ignora ser apenas um instrumento de vento na luta de classes. Assim, a FD é responsável para Pêcheux (2009 [1975], p. 147) a partir das ideias de Althusser como aquilo

“*que pode e deve ser dito* (articulando sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc) a partir de uma posição dada na conjuntura social” (grifos do autor).

Tanto Pêcheux quanto Foucault não descartam o conflito, a aliança, a dominação ou o simples contato entre duas ou mais FDs. Mas novamente aí temos uma diferença entre eles. Diferentemente de Foucault, Pêcheux vê a possibilidade de diversas FDs comporem, interligadas, um mesmo espaço, a que ele chamou de formação ideológica (FI). Isso se daria porque a FD, como vimos, comporta aquilo que pode e deve ser dito, isto é, uma visão de mundo compartilhada por um grupo social, embora não dominada pelo sujeito falante. Logo, seria não apenas provável, mas talvez até fundamental a existência de outra FD opositora ou aliada.

De Nardi (in INDURSKY; FERREIRA, 2007, p. 160) afirma que

as formações ideológicas (...) ao materializarem a Ideologia, formam um conjunto complexo e heterogêneo, o qual comporta posições de classes muito diversas que vão “negociando” espaços por um duplo movimento de desigualdade-subordinação (movimento esse marcado pela contradição) entre regiões ideológicas, onde o que ocorre não é a manutenção do idêntico e por ele a sobreposição da ideologia dominante às demais, mas antes, pela reprodução dessas relações de desigualdade-subordinação entre as regiões, a dominação de uma ideologia que se impõe à medida em que “retarda/impede” a transformação.

Assim, Pêcheux, por exemplo, uniria numa ampla FI, a burguesia em oposição ao proletariado, numa disputa de sentidos, que passa pela negação, reformulação, reprodução, transformação, repetição e assim por diante. A FD não seria, desse modo, um espaço fechado, afinal é atravessado por elementos do interdiscurso, sob a forma de pré-construídos e discursos transversais, ou seja, “ela é constitutivamente 'invadida' por elementos provenientes de outros lugares, isto é, de outras formações discursivas” (PÊCHEUX apud CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2008, p. 241).

Tal característica garante à FD um aspecto heterogêneo capaz de deter em si mesma a contradição. Novamente aí, a memória discursiva teria um papel essencial.

Nesse debate, Helena Brandão (1999, p. 49) afirma que

o conceito de FD regula, dessa forma, a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua”. Isso leva a constatar que uma FD não é “uma única linguagem para todos” ou “para cada uma sua linguagem”, mas que numa FD têm-se “várias linguagens em uma única”.

Já Courtine (apud BRANDÃO, 1999, p. 50) comparando Foucault e Pêcheux, conclui



que a FD é heterogênea a ela própria e por isso é dividida, instável e contraditória por excelência. É nessa contradição que se insere a historicidade dialética marxista.

Cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas. Repetindo ainda Foucault (1986 [1969], p. 187), “analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições: é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”. É nesse sentido, ainda, que ele vê uma FD como um “espaço de dissensões múltiplas” em que atuam oposições (a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e heterogeneidade) cujos níveis e papéis devem ser descritos não com objetivos de nivelá-las ou pacificá-las em formas gerais de pensamento, mas de demarcar “o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem, as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam” (p. 192) (BRANDÃO, 1999, p. 50-51).

Como vimos, a polêmica em relação ao conceito de FD gira em torno do papel do conceito marxista de ideologia. Independente de ocupar ou não o centro do conceito, podemos inferir que em todas as formulações admite-se o embate nas FDs, seja pela contradição, pela dispersão ou pelo assujeitamento. É esse embate de vozes, essa contradição, regularidade e dispersão em torno dos enunciados e conseqüentemente dos enunciadores que nos interessa nesta pesquisa, para compreender a(s) polêmica(s) em torno do sentido da língua portuguesa e também os poderes que sustentam essas políticas linguísticas.

Maingueneau (2008 [1984]), para fins metodológicos, agrupou as formações discursivas em universo discursivo, em que todas se interagiriam numa dada conjuntura. Esse universo discursivo finito, mas impossível de ser apreendido devido ao seu tamanho, seria composto por campos discursivos, que reuniriam formações discursivas concorrentes, em confronto, alianças ou aparente neutralidade, como os campos discursivos da biologia ou da antropologia. Cada campo discursivo poderia ser recortado em um espaço discursivo em que formações discursivas se relacionariam “diretamente”. O espaço discursivo comporia o objeto ideal para a análise do linguista.

Quanto à **memória (inter)discursiva**, é ela que faz circular os discursos e sentidos dentro da FD. Podemos pensar a memória (inter)discursiva de duas perspectivas: a primeira seria intratextual, em que a memória seria responsável pela coerência e coesão do texto, a segunda seria história, mais ampla, e faria referência ao primado do interdiscurso. Para Maingueneau (2008 [1984]), essa segunda memória é tomada em dupla memória. A memória externa articula FD anteriores e a memória interna articula enunciados produzidos no interior da mesma FD, formulando assim o intradiscurso. A memória discursiva é, portanto, sempre interdiscursiva e ao mesmo tempo constitutiva. Não se trata de uma memória psicológica, mas de uma memória que insere o enunciado na história para permitir a sua circulação e por que

não ressignificação do discurso.

Helena Brandão (1999, p. 99) complementa:

A noção de memória discursiva, portanto, separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua à medida que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos.

Eni Orlandi (2008, p. 51-61) em seus estudos sobre memória e formação discursivas destacou a importância do silêncio na produção desses efeitos de sentido. De acordo com a autora, podemos distinguir três formas de silêncio: o constitutivo, o local e o fundador.

O silêncio constitutivo é aquele que se apaga ao dizer. “Toda fala silencia” (ORLANDI, 2008, p.57). O silêncio local refere-se à censura. É a proibição de que alguns sentidos circulem. Já o silêncio fundador “não imprime um recorte no seu modo de significar. O silêncio fundador não recorta, ele significa em si. E é ele, afinal, que determina a política do silêncio: é porque significa em si que o “não-dizer” faz sentido e faz um sentido determinado. É o silêncio fundador, portanto, que sustenta o princípio de que a linguagem é política” (ORLANDI, 2008, p.58-59). Para melhor explicar o silêncio fundador Orlandi (2008, p. 59) faz referência ao ato de nomear dos europeus durante a colonização e seus efeitos de sentido:

O silêncio do nomear faz intervir o “interdiscurso” do outro (o europeu), fazendo-nos significar (quer queiramos quer não) na história dos “seus” sentidos. Dessa forma, ele intervém no jogo da memória: o brasileiro, para significar, tem como memória (domínio do saber) o já-dito europeu. Essa é a “heterogeneidade” que o constitui desde a origem. A sua fala é falada pela memória do outro (europeu). É no cruzamento da verticalidade do enunciado – construído lá fora e em que a história distribui o já-dito – com a horizontalidade da enunciação (formulação de seus sentidos) que o “nativo” intervém, presentificando sentidos.

Podemos entender, assim, a dimensão dos efeitos desse silêncio na utilização da própria língua portuguesa, como língua do Brasil, do Timor-Leste e dos PALOPs. Como afirma Mariani (2004, p. 24): “a língua da metrópole, hegemônica, continua produzindo seus efeitos na história da ex-colônia, pois, para descrever e contar essa outra história, é necessário inscrevê-la num universo simbólico, que não é outro senão o de práticas significativas já previamente constituídas”. Contudo, por mais que as memórias do colonizado na língua portuguesa, sejam muitas vezes acionadas a partir da memória do colonizador, é totalmente possível a criação de novos elos e sentidos por esse sujeito “colonizado”.

É a memória (inter)discursiva de uma FD que faz circular os sentidos de língua portuguesa, retomar ou apagar, silenciar ou ressignificar. De um jeito ou de outro, ora

apagando, ora retomando, é a memória (inter)discursiva que mantém, recupera o discurso colonial sobre a língua portuguesa, como mostra o capítulo 2.3 desta segunda parte.

Já a **competência (inter)discursiva** grosso modo é a “aptidão de dominar as regras de uso da língua em diversas situações”. Mas para Maingueneau (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 102) é a “aptidão, historicamente definida, de um sujeito para produzir e interpretar enunciados que decorram de uma formação discursiva determinada (concebida em termos de posicionamento)”. Para ele (MAINGUENEAU, 2008 [1984]) competência não se refere ao sujeito individual, mas sim a uma posição dentro do sistema de formação a ser preenchida pelo sujeito discursivo. A competência, por sua vez, seria também interdiscursiva, pois é necessário ao enunciar em uma FD saber tratar as que são concorrentes e as adversárias.

Essa “aptidão para produzir e interpretar enunciados de maneira adequada às múltiplas situações de nossa existência” (MAINGUENEAU, (2008 [1998], p. 41) é adquirida através de nossa inserção e ação na sociedade, já que como seres sociais, crescemos em sociedade.

De acordo com Maingueneau (2008[1984]) o sujeito tem três tipos de competências: a competência genérica, a competência linguística, isto é, o domínio da língua, além de um conhecimento sobre o mundo, ou seja, uma competência enciclopédica.

A relação entre essas três competências é a responsável pela nossa interação verbal neste mundo numa dupla dimensão de produção e interpretação dos enunciados. Essa interação se dá de maneira tão integrada que se torna impossível traçar limite entre as três competências. É justamente nessa interação que uma competência pode suprir a deficiência de outra. São essas três competências que compõem uma competência mais abrangente que chamamos de competência (inter)discursiva.

A competência enciclopédica é aquela que nos mostra que o cargo de presidente é o mais importante em nosso país, que fomos colonizados pelos portugueses e que o Brasil é um país em ascensão nas primeiras décadas do século XXI. Além disso, a competência enciclopédica é também responsável pelo nosso entendimento do que possa ser irônico, piedoso, amoroso ou mesmo representar raiva de acordo com cada sociedade e cultura.

A competência genérica é o conhecimento para identificar um gênero e saber como agir, interagir e que posição tomar em relação a ele.

Dessa forma, grande parte de nossa capacidade comunicativa está nos gêneros de discurso presentes em nossa cultura. Eles, por sua vez, visam organizar e facilitar a comunicação. Assim, o conhecimento sobre eles não é só importante como também necessário para a compreensão e resposta a um enunciado, ou seja, para desempenhar um

papel social.

É a competência genérica que nos faz saber que um romance é composto por um enredo, que tem início, meio e fim ou que uma declaração visa enunciar algo. No entanto, o gênero discursivo não diz respeito apenas a um texto gráfico, mas sim a qualquer forma de comunicação e interação entre seres humanos. Assim, utilizamos a competência genérica também durante uma aula em que nos são apresentados dois papéis: aluno e professor, ou ainda durante a paquera ou o sexo em que também nos são apresentados papéis que podem ser iguais ou distintos, de acordo com o sexo e a sexualidade dos participantes.

A competência linguística é a responsável pelo conhecimento de língua. Como as demais, ela também é composta de níveis que nada tem a ver com a capacidade de cada indivíduo, mas sim com a cultura, o local, a classe social, a idade ou o conhecimento da língua em questão em suas variantes. Essa competência é a responsável pelo conhecimento dos significados e significantes de uma língua, pela morfossintaxe, fonologia e grafia.

Vale ressaltar também que essas competências podem ser desenvolvidas, aprimoradas através da aprendizagem, mas que dificilmente, para não dizer impossível, teremos seu domínio completo em todos os seus níveis.

A fim de esclarecer a noção de competência discursiva e desfazer mal-entendidos, Maingueneau (2008 [1984], p. 58-59) enumera algumas de suas características: a) não se refere à biografia do enunciador; b) “autores com biografia diferentes podem partilhar a mesma competência e um mesmo autor pode ser associado a várias”; c) “a representação que os sujeitos se fazem de seu pertencimento não coincide necessariamente com sua situação efetiva”; d) a competência confere um lugar privilegiado à heterogeneidade, afinal, através dela, é possível articular enunciadores, textos de um mesmo enunciador, diversas partes de um mesmo texto; e) ultrapassa o limite do evidente.

No capítulo 2.3, observamos como as três competências do enunciador são fundamentais para a construção da imagem de um (super)enunciador em nosso *corpus* de análise, cujo domínio da competência linguística permite a produção de enunciados sem embreagens, como se projetassem no infinito e cuja ampla competência enciclopédica, sem a menção de qualquer fonte ou intertextualidade, transmite uma imagem de onipotência do enunciador, aquele que tudo sabe a respeito da língua portuguesa.

### 2.1.1 O Ethos discursivo

Quando alguém fala, constrói uma imagem de si mesmo que não precisa ser explícita,

mas que é captada pelo coenunciador por meio da sua competência linguística, da sua competência genérica e também da sua competência enciclopédica, isto é, o seu conhecimento a respeito do enunciador. Portanto, essa imagem é construída, a partir do enunciado, não apenas do que foi dito, mas principalmente como foi dito. Assim, o modo de enunciação seria a maneira de dizer, que remete a uma maneira de ser.

Todavia, essa imagem, que a partir de agora chamaremos de *ethos*, refere-se ao sujeito discursivo e não ao sujeito empírico. Por isso, existe espaço para manobras, já que os papéis sociais que requerem dos indivíduos comportamentos distintos em ambientes diferentes da sociedade nada têm a ver com essa imagem, mas sim com a formação (inter)discursiva. É nesse sentido que Foucault (apud SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 28) determina a posição do sujeito discursivo no enunciado:

(...) Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente nem funcionalmente. Ele não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena com o corpo invisível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar em a cada uma (1986 [1986], p. 109).

O *ethos* nos interessa nesta pesquisa, pois é através da sua construção, a partir da materialidade linguística, que esse enunciador busca tanto a legitimação do seu dizer quanto a adesão do coenunciador a sua posição discursiva que implica também um universo de sentidos, ainda que o enunciador não faça isso totalmente consciente. Afinal, como vimos, o enunciador como sujeito discursivo, pode ser assujeitado por uma ideologia ou mesmo ser movido pelo seu inconsciente.

Essa persuasão do coenunciador, através da construção de um fiador, com caráter e corpo, que garanta o discurso, busca a sua incorporação ao discurso e à formação discursiva do enunciador e do enunciado. Sousa-e-Silva e Rocha (2009, p. 14) explicam o processo de incorporação elaborado por Maingueneau:

(i) o discurso, por meio de seu corpo textual, faz o enunciador encarnar-se, dá-lhe corpo; (ii) o coenunciador é levado a incorporar, assimilar um conjunto de esquemas que definem uma forma concreta e específica de se inscrever no mundo e de entrar em relação com os outros; (iii) essas duas primeiras incorporações asseguram a incorporação da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso, “o coenunciador não é somente um consumidor de ideias: ele acede a uma maneira de ser por meio de uma maneira de dizer”.

Dessa forma, como vimos, essa imagem de enunciador, o fiador, fonte legitimante do dizer deve ter, para Maingueneau, caráter e corpo. Contudo, esse corpo jamais pode ser confundido com o autor enquanto indivíduo corporificado, pois sua corporalidade remete a “uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva”, (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p. 47) logo, “especificado sócio-historicamente: uma maneira de circular, uma disciplina tácita do corpo que o destinatário constrói, apoiando-se num conjunto difuso de estereótipos, avaliados positiva ou negativamente (MAINGUENEAU, 2010, p. 80) enquanto que seu caráter “corresponde a (um) conjunto de traços 'psicológicos' que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer”.

Isso significa que podemos identificar nas declarações e resoluções da CPLP (nossos *corpora* de análise) as características de um enunciador declarante e de um enunciador resolutivo. Mais do que identificar uma imagem de enunciador, podemos analisar, por meio dos enunciados, o seu processo de incorporação dialeticamente constituído entre enunciador e coenunciador. Esse processo, por sua vez, só ocorre porque o enunciador busca através do seu caráter e corpo convencer o coenunciador a quem se declara, a quem se resolve ou ao leitor da declaração e da resolução. A partir daí, podemos descrever, enquanto sujeito discursivo, o enunciador de políticas linguísticas da CPLP, para assim, compreender os sentidos que circulam na formação discursiva do texto analisado.

Tendo em vista que o ethos é construído sob as bases da enunciação, Maingueneau (in MOTTA; SALGADO, 2008, p. 15-18) conclui que é perfeitamente possível a existência de um ethos pré-discursivo, referente às expectativas e estereótipos do coenunciador sobre o discurso do enunciador. Ele acrescenta que mesmo que o coenunciador desconheça o enunciador, o simples conhecimento do gênero já provoca uma expectativa no coenunciador. O ethos pré-discursivo se diferenciaria, então, do ethos discursivo que está baseado no enunciado. Esse por sua vez poderia ser captado pelo coenunciador através de sua competência discursiva ou ser mostrado, dito explicitamente, pelo enunciador.

Um bom exemplo, talvez um dos mais clássicos para entender o ethos e a incorporação decifrada por Maingueneau, é aquele referente ao discurso político. O político para adquirir o apoio do povo constrói uma imagem que pode ser de político popular, de fala do povo e com um jeito que o aproxima desse mesmo povo ou uma imagem de pessoa escolarizada, conhecedor dos problemas do país e suas soluções.

Para melhor entendermos esse processo, observemos um exemplo recente entre os brasileiros. O ex-presidente Lula construiu, através de seus discursos por todo o Brasil, uma imagem de um Lula amigo, íntimo e conhecedor dos problemas brasileiros. Para isso,

utilizava o célebre aposto *Meus amigos e minhas amigas*, além de um vocabulário popular e piadas, entre outros elementos. Tal corpo criado por Lula é bem diferente daquele mais estereotipado de presidente da República, de fala difícil para transmitir uma imagem de sábio e capaz de governar o país. Como o de seus antecessores, esse novo ethos de presidente construído por Lula, visa envolver o coenunciador numa relação de confiança. Contudo, enquanto os demais construíam um corpo pela autoridade na distância, Lula construiu um presidente confiável pela proximidade, um presidente do povo, envolvendo ainda mais o coenunciador, à medida que este é capaz de se identificar com o ethos do Lula presidente, e se sentir representado por ele como se estivesse diante de um espelho. Ocorre, assim “a incorporação do coenunciador à comunidade dos que aderem a esse discurso, que com ele fazem corpo” ((apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 272)

Maingueneau (2010, p. 79-98), em sua mais recente pesquisa, nos traz outro bom exemplo para a compreensão do ethos: os enunciados de site de relacionamento. Nesses sites como [disponível.com](http://disponivel.com) <<http://disponivel.com/web/>> e [metade ideal](http://metadeideal.uol.com.br/) <<http://metadeideal.uol.com.br/>>, o sujeito falante é interpelado a fazer uma descrição de si mesmo, uma espécie de apresentação de quem seja. Para isso diversos campos são preenchidos, tais como data de nascimento, altura, signo, cidade, orientação sexual. Esses campos são o que chamamos de fechados, isto é, permitem apenas um número limitado de respostas, como o signo que só pode ser uma entre doze opções. Porém, também há alguns campos abertos, ou seja, de combinações infinitas para preenchimento, destinados aos comentários e observações extras.

Depois de fazer uma imagem de si mesmo, o enunciador pode passear por outras imagens e escolher alguma que seja de seu interesse a fim de estabelecer uma relação sentimental (em geral sexual e afetiva). Mas, desta vez, já na qualidade de coenunciador desses perfis. Alguns sites apresentam ainda um sistema de cruzamento de dados, fornecendo uma lista de pessoas possivelmente semelhantes.

Esses sites de relacionamento são um exemplo de ethos que diríamos por excelência, pois neles o enunciador deve produzir um enunciado que seja uma imagem de si, um corpo com altura e peso, uma imagem, no caso um ethos dito, mostrado, de como o enunciador se enxerga. Maingueneau (2010, p. 81) afirma que o enunciador desses perfis

busca fazer destinatários aderirem a uma apresentação de si valorizada, numa situação de competição, sem que o gênero imponha uma cenografia. Não surpreende que nesse tipo de situação o ethos discursivo exerça um papel essencial: para além do enunciado, é com um sujeito apreendido em seu movimento, em seu estilo pessoal, que o público deve entrar em contato.

Essa imagem construída não necessariamente é a mesma daquela imagem feita por seus amigos e conhecidos a partir de seu discurso e comportamento. Como vimos, cada sujeito falante pode construir diversas imagens, variados ethos de acordo com finalidade e intenção de cada enunciado.

Esses sites de relacionamento também são bons para entendermos a distinção entre o ethos pré-discursivo e o ethos discursivo. Quando o coenunciador consulta uma dessas fichas, itens como altura e peso, ele espera uma resposta em metros, centímetros e quilos, de acordo com um padrão de altura e peso para homens e para mulheres. Mas pode ser surpreendido com uma resposta diferente, criativa e não convencional. Essa expectativa sobre o dizer é o que Maingueneau chama de ethos pré-discursivo.

Esse ethos pré-discursivo também é perceptível na construção de uma imagem de par ideal que o sujeito falante muitas vezes acaba criando quando procura alguém nesses sites. Não nos referimos aqui àqueles espaços preenchidos no próprio site a respeito do tipo de pessoa que procura, mas às expectativas que o sujeito tem ao navegar por um site desses. Assim, mesmo inconscientemente, o sujeito cria essa imagem de par ideal a partir de suas experiências e seus desejos, inclusive frustrações. Desse modo, ele personifica uma pessoa de altura X, peso Y, romântica, não fumante, torcedora do time W, do signo Z, do bairro K, da orientação política E, da profissão U, que diga H e faça J. Tal ethos pré-discursivo acaba se tornando tão forte que muitas vezes ofusca o ethos discursivo durante a conversa, o bate-papo com alguém, fazendo com que a relação não evolua e ampliando a frustração do indivíduo-coenunciador.

Na construção do ethos, isto é, de uma imagem, de um corpo e voz que visam à adesão do coenunciador ao dizer do enunciador há uma cena da enunciação<sup>59</sup> e como tal podemos perceber que ela pressupõe sempre um enunciador(es), coenunciador(es) e também um espaço e um tempo. Esses enunciadores, espaço e tempo, contudo não são estáticos. Eles estão em completo movimento, num emaranhado de enunciações possíveis. Afinal, como seres humanos, estamos inseridos no universo da linguagem.

---

<sup>59</sup> Maingueneau (2008 [1998], p. 85-86) descreve três espécies de cenas da enunciação: a englobante, a genérica e a cenografia. A cena englobante refere-se ao tipo de discurso que o enunciado está inserido: publicitário, literário, político. A cena genérica refere-se ao gênero discursivo do enunciado: jornal, carta, romance e etc. Essas duas cenas formam o que Maingueneau (2008 [1998], p. 87) chama de quadro cênico. Elas são responsáveis pelo espaço de sentido do enunciado, à medida que transmitem, por exemplo, os papéis, uma posição de enunciador e coenunciador. Já a cenografia diz respeito à enunciação propriamente dita para confrontar o leitor. A cenografia é aquilo que enlaça enunciador, coenunciador e enunciado, validando-os e legitimando-os. Entretanto, a cenografia sofrerá alterações de acordo com as duas cenas discursivas anteriores: a cena englobante e a cena genérica. Ela pode apresentar um estatuto privilegiado num discurso publicitário ou sofrer menos controle dos participantes de um debate devido à proximidade dos coenunciadores e da invisibilidade dos enunciados, como nos mostra Maingueneau (2008 [1998], p. 88).



Assim, num debate político transmitido pela TV há alternância da posição de enunciador e coenunciador entre os participantes. Já sob outra perspectiva, pode-se afirmar que os participantes são enunciadores em relação aos coenunciadores telespectadores.

Agora, se observarmos os cartazes de propaganda abaixo, além do interdiscurso evidente, podemos notar que o EU do enunciado *Eu quero você* em cada cartaz permanece o mesmo<sup>60</sup>, enquanto que o VOCÊ varia à medida que acontecem diversas enunciações a partir de cada leitor. Assim, o leitor do cartaz se colocará no lugar de coenunciador, apontado pelo desenho.

Comprovamos ainda, com esses cartazes, que um mesmo enunciado pode integrar diferentes formações discursivas e portanto, diversas cenografias, ideologias e memórias, numa rede de significados.



Figura 1: Cartazes de propaganda com o enunciado “Eu quero você” Fontes: Figura A <<http://www.forumcamelot.com/viewtopic.php?f=2&t=2172>>; Figura B <<http://www.spellrpg.com.br/forum/viewtopic.php?f=26&t=1244>>; Figura C <<http://www.coisasdavidia.com.br/blog/>>; Figura D <[http://comunidade.sol.pt/blogs/oidotsuc/archive/2006/12/30/I-WANT-YOU\\_2C00\\_-I-WANT-YOU\\_2C00\\_-I-WANT-YOU.aspx](http://comunidade.sol.pt/blogs/oidotsuc/archive/2006/12/30/I-WANT-YOU_2C00_-I-WANT-YOU_2C00_-I-WANT-YOU.aspx)>; Figura E <[http://karatus.blogspot.com/2009\\_03\\_01\\_archive.html](http://karatus.blogspot.com/2009_03_01_archive.html)>; Figura F <[http://anapaulacaggiano.blogspot.com/2010\\_07\\_01\\_archive.html](http://anapaulacaggiano.blogspot.com/2010_07_01_archive.html)>. Acessos em: 06 jan. 2011.

Dentre tantas possibilidades e combinações, uma bastante comum é enunciar a

<sup>60</sup> Nessa afirmação estamos considerando que o leitor de cada cartaz possa identificar o significado da figura com a mão estendida, bem como o que representa e o contexto em que se insere.

respeito de uma enunciação, dizer sobre o dito, dizer sobre o feito. Por exemplo, quando um jornalista escreve a seguinte manchete *Presidente do STF decide manter Cesare Battisti preso* temos um enunciador jornalista e um coenunciador leitor do jornal. Mas também podemos perceber que tal enunciação só foi possível a partir de outra, que ela remete. Assim, o ato do presidente do STF de manter Cesare Battisti preso também constitui uma enunciação na forma de sentença judicial de tempo e espaço bem diferente da anterior, na qual o enunciador é o presidente do STF e o coenunciador são os advogados de Cesare Battisti que solicitaram a sua soltura e todos aqueles que podem ter acesso à decisão, como a imprensa. Para isso é empregada a terceira pessoa.

Da mesma forma como no exemplo acima, encontramos diversas declarações e resoluções que empregam a terceira pessoa, isto é, que pelo seu modo de enunciar remetem a uma outra enunciação. Essa “sobreposição” de enunciações permite a existência de dois enunciadores e também dois coenunciadores. Tal processo e seus efeitos discursivos nos *corpora* selecionados serão melhor analisados no capítulo 2.3.

No momento, basta notarmos que todos esses enunciados contêm marcas da enunciação, marcas de pessoa, de espaço e de tempo, que nos permitem identificar e analisar todas as enunciações entrelaçadas como a terceira pessoa, a designação *Presidente do STF*, o verbo no presente.

Outros, porém, são tão ancorados na enunciação que dependem dela para fazer sentido. O enunciado *Eu estarei lá* só cumprirá a sua função se o coenunciador souber quem fala, quando fala e em que local fala. Maingueneau (2008 [1998], p. 108) chama de embreagem “esse conjunto de operações pelas quais um enunciado se ancora na situação de enunciação” e de embreantes ou dêiticos, “os elementos que no enunciado marcam essa embreagem”. Podemos identificar três tipos de embreantes: os pessoais, os espaciais e os temporais, como já mencionamos.

Entre os embreantes de pessoas estão os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, os determinantes com suas formas no masculino e feminino, no singular e no plural. Os embreantes temporais ou dêiticos temporais são as marcas de passado, presente e futuro acrescentados aos verbos ou palavras e expressões referentes ao tempo como *hoje* e *amanhã*.

Já os embreantes espaciais ou dêiticos espaciais são palavras que se referem ao lugar de onde se dá a enunciação como *aqui*, *lá*, *isso* e *aquele*.

Como vimos, existem enunciados embreados que fazem referência à enunciação. Da mesma forma, existem enunciados não embreados, isto é, aparentemente isolados da sua situação de enunciação.

Os enunciados *não embreados* não são interpretados em relação à situação de enunciação; eles procuram construir universos autônomos. Evidentemente, eles têm um enunciador e um coenunciador, e são produzidos em um momento e lugar particulares, mas *apresentam-se* como se estivessem desligados de sua situação de enunciação, sem relação com ela” (MAINGUENEAU (2008 [1998], p. 114) (grifos do autor citado).

Segundo Maingueneau (2008 [1998], p. 115) esse plano não embreado é muito comum em textos científicos e nos verbetes de dicionários. Ele alerta ainda que o verbo no presente não indica que o enunciado ocorreu no momento que o enunciador disse a frase, como vimos na manchete *Presidente do STF decide manter Cesare Battisti preso*. O jornalista, aqui emprega o presente justamente como recurso para transmitir isso e aproximar o coenunciador do fato ocorrido.

Para Maingueneau (2008 [1998], p. 115) a utilização desse presente não dêitico “indica que o enunciado é considerado como sempre verdadeiro, em todas as situações de enunciação e para qualquer enunciador”.

Concluimos, assim, que de acordo com Maingueneau (2008 [1984], p. 93) a dêixis enunciativa, parte da ideia que todo “ato de enunciação supõe a instauração de uma dêixis espaciotemporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo”. Ele, entretanto, nos alerta que não se trata das datas e dos locais em que foram produzidos os enunciados efetivos, por mais que o estatuto textual dos enunciadores coincida com a realidade biográfica dos autores.

Essa dêixis, em sua dupla modalidade espacial e temporal, define de fato uma instância de enunciação legítima e delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua enunciação (...). De maneira ou de outra, trata-se de estabelecer uma cena e uma cronologia conformes às restrições da formação discursiva (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 93-94).

A observação do sistema de embreagem em um texto constitui assim, um importante meio de análise das declarações e resoluções da CPLP, pois como vimos, o modo de dizer remete a um modo de ser. Logo, um enunciado sem embreagem, como o do nosso *corpus*, amplia o poder coercitivo do enunciado, como se quisesse, por meio disso, apagar ou superar as polêmicas constitutivas de todo e qualquer discurso, daí a ideia de que nessas declarações e resoluções identificamos um (super)enunciador. Observamos melhor como se dá esse processo no capítulo 2.3.

Observamos e comprovamos, até aqui em diversos exemplos e através de vários elementos, discursos como a cenografia, o ethos e os dêiticos o quanto o discurso é interativo, dialético. Mas essa interação ocorre sem qualquer conflito?

### 2.1.2 Polêmica e interincompreensão

Após a percepção da primazia do interdiscurso sobre o discurso, Maingueneau (2008 [1984]) define um processo de interincompreensão generalizada a partir da interação existente no espaço discursivo, isto é, nossa interação com outros discursos se dá a partir do simulacro, que nada mais é do que a maneira como o interpretamos. Desse modo, nunca saberíamos o que ele realmente é, mas sim a nossa interpretação do que ele seria. Essa é a ideia de interincompreensão. Para Maingueneau (2008 [1984], p. 103)

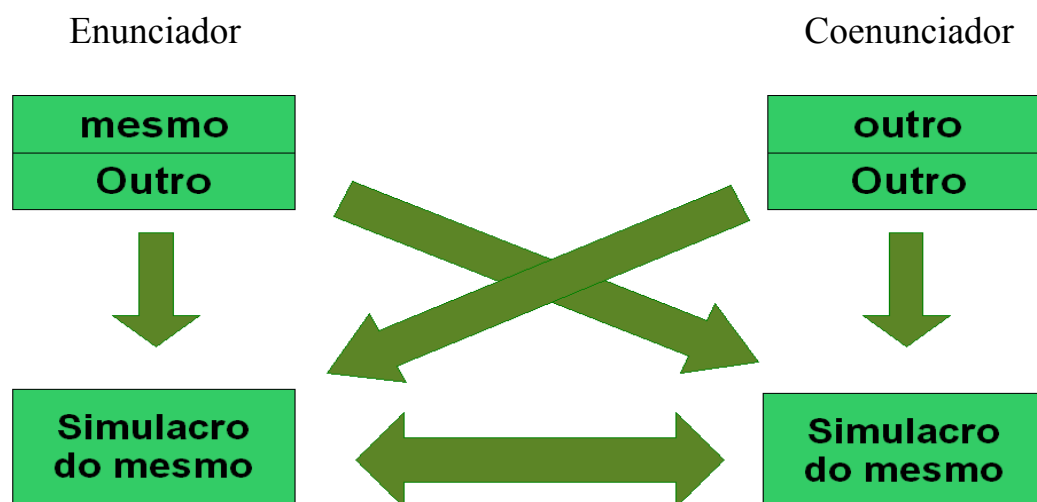
A cada posição discursiva se associa um dispositivo que faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são ‘compreendidos’ no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele.

Bakhtin (2009 [1977], p.117) já tinha dito que “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém (...) Através da palavra, defino-me em relação ao outro”. Entretanto, Bakhtin não chegou a pensar na ideia de interincompreensão generalizada na interação humana, que só foi possível a partir da proposta de Maingueneau.

A interação, assim, ocorre pela tradução. Daí, surgem dois conceitos: o discurso-agente, aquele que se encontra em posição de tradutor e o discurso-paciente, aquele que é assim traduzido; é por definição em proveito do primeiro que se exerce a atividade de tradução.

Maingueneau (p. 104) faz um alerta sobre o sentido de tradução por ele empregado. Não se trata de uma tradução do outro no mesmo. Muito menos de uma tradução interlinguística, de um idioma a outro. Afinal há tradução de uma língua para ela mesma.

Abaixo elaboramos uma ilustração para melhor compreendermos a ideia da interincompreensão.



Esse esquema mostra como ocorre a interpelação entre os sujeitos discursivos. Aquele que enuncia, Maingueneau (2008 [1984]) chama de mesmo, aquele a quem se dirige o enunciado é chamado de outro, com letra minúscula. O Outro, com letra maiúscula, faz referência ao inconsciente psicanalítico que não dominamos. Quando os sujeitos discursivos interagem, eles o fazem através de simulacros, que são construídos pelo mesmo e pelo nosso outro. É sob tal constatação que Maingueneau (2008 [1984]) desenvolveu a ideia de interincompreensão. Sempre enxergamos o mundo da nossa forma, sempre enxergamos e debatemos com o outro através de um simulacro.

A partir dessa ideia, poderíamos concluir o quanto é complexa a interação humana. Cada indivíduo, ainda que faça parte de uma cultura ou compartilhe semelhanças com os demais indivíduos de sua espécie, etnia, grupo ou região, apresenta uma visão de mundo única, que inclusive não está nem sob o seu controle, se levarmos em consideração a ação do seu inconsciente.

Dessa forma, não seria difícil relacionar os conflitos entre indivíduos à ideia da interincompreensão elaborada por Maingueneau, conflitos que vão desde relacionamentos sentimentais, sobretudo afetivos e fraternos ou mesmo a interpretação de um “simples” poema.

Contudo, como seres humanos, a interação não é apenas permitida e possível, mas também essencial para sermos humanos, bem como importante para a vida em sociedade. Como vimos no início do capítulo 2.3, a cultura, a partir da interação nos faz diferentes dos outros animais e demais humanos. Assim, vivemos numa situação dialética de interação: ao mesmo tempo em que há a necessidade da repulsa, há a da aproximação, o entendimento, o

equivoco. Somos seres sociais e como tais, vivemos momentos de solidão e de multidão. Se a interincompreensão é constitutiva, a interação é necessária, essencial e também constitutiva.

Tal complexidade que é a interação também faz parte do discurso, no que Maingueneau (1997 [1987], p. 122) chamou de polêmica. Segundo o linguista francês, o enunciado pelo primado do interdiscurso contém uma memória polêmica de vozes em oposição e também aliança, numa disputa de sentidos. Logo, da mesma forma que o interdiscurso é algo constitutivo do discurso, a polêmica também seria a partir da interincompreensão. E por isso mesmo, nem sempre a polêmica poderia ser percebida pelo coenunciador a não ser que fosse mostrada, marcada, da mesma forma como ocorre com o interdiscurso, que só é percebido pela heterogeneidade mostrada, numa relação intertextual, explícita, através de aspas ou do verbo *dicendi*, por exemplo. Caberia, assim, ao analista do discurso levantar as marcas da polêmica deixada no enunciado através de seu conhecimento da teoria do discurso.

Um bom exemplo dessa memória polêmica constitutiva são as piadas sobre portugueses no Brasil e sobre brasileiros em Portugal, ditas sempre num tom jocoso de superioridade daquele que diz em oposição à inferioridade do outro. Essas piadas apresentam uma memória polêmica, uma disputa de vozes em torno da colonização portuguesa no Brasil, opondo colonizados e colonizadores. Essas vozes, como percebemos, são retomadas e compartilhadas por aqueles que contam essas piadas e a partir do ethos podem receber a adesão também de seus coenunciadores. O analista do discurso poderia através do primado do interdiscurso e da interincompreensão constitutivos elaborar uma relação entre essas piadas e a polêmica em torno da colonização.

Nesta pesquisa, destacamos entre diversos elementos que podem ser concebidos como marcas da polêmica, a intertextualidade, o vocabulário, as designações e o tema de um discurso.

A intertextualidade, diferente da interdiscursividade, que é constitutiva, baseia-se nas marcas deixadas na materialidade linguística, por meio do intertexto, isto é conjunto de fragmentos citados efetivamente por um discurso.

A intertextualidade enquanto polêmica pode ser analisada como um elemento de argumentação, isto é, ela é tomada pelo enunciador enquanto aliança ou oposição à outra voz. A utilização de uma voz, a citação, não é feita sem propósito, muito menos sem o posicionamento do enunciador citante, afinal a todo o momento somos chamados a decisões e a tomadas de posições. E quando nos posicionamos, retomamos vozes em disputas restaurando a polêmica.

Assim, a intertextualidade se daria por meio das relações que a competência discursiva define como legítimas. Afinal, o “campo discursivo define uma certa maneira de citar” e “o discurso particular constrói para si (o passado específico), atribuindo-se certas filiações e recusando outras” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 81).

Para fins práticos, distinguimos dois tipos de intertextualidades. Uma interna, relacionada à memória discursiva interior ao campo discursivo e a outra externa, quando se instaura um diálogo com outros campos.

Da mesma forma que a intertextualidade não se dá por acaso, a utilização do vocabulário e, sobretudo a designação e os temas abordados, não podem ser encarados apenas com a finalidade da comunicação ou transmissão de uma mensagem.

Mikhail Bakhtin (1895-1975) foi quem introduziu a teoria marxista nos estudos da linguagem, levando em consideração, sobretudo, a questão da ideologia. Para Bakhtin (2009 [1977], p. 31) “tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”. Bakhtin instaura, assim, o que podemos chamar de relação dialética entre ideologia e signo. Sem signo não há ideologia, da mesma forma que não existe um signo que não seja ideológico. Logo, “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico” (BAKHTIN, 2009 [1977], p.32).

Quanto à palavra, Bakhtin (2009 [1977], p. 36) afirma que, por ser neutra, pode ser preenchida por qualquer espécie ideológica. Dessa forma, “a palavra é um fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. Por conseguinte, “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (BAKHTIN, 2009 [1977], p.34).

Como vimos, Bakhtin traz a perspectiva do signo enquanto ideograma e quando entramos no campo ideológico não é difícil imaginar a polêmica instaurada. Sob a perspectiva de Foucault, podemos pensar o vocabulário como componente de uma FD, cujo papel é fundamental nas regularidades e dispersões dos significados. Desse modo, os sentidos circulam em uma FD a partir de um vocabulário selecionado pela própria FD, reunindo o conjunto de enunciados permitidos.

O próprio ato de designar, de nomear ou de escolher um referente precede a tomada de

posicionamentos. Um exemplo que já se tornou clássico, muito estudado por Cleudemar Fernandes (2007) é a designação da ação do Movimento dos Sem Terra como ocupação ou invasão de terras como forma de reivindicação da reforma agrária.

Como mostra Guimarães (2003, p. 40):

O processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como um confronto de lugares enunciativos pela própria temporalidade do acontecimento. Este confronto recorta e assim constitui um campo de “objetos”. Se se mudam os lugares enunciativos em confronto recorta-se outro memorável, outro campo de “objetos” relativos a um dizer.

Krieg-Planque (2010) aborda a questão da polêmica no vocabulário a partir do conceito de fórmula, que seriam “formulações (discursivas) que, pelo fato de serem empregadas em um momento e num espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9).

Como formulação discursiva, inferimos que essas fórmulas se constituem em uma FD e por isso mesmo a cristalização e sua constituição como referente social não apagam a polêmica discursiva. Tendo em vista que as fórmulas contribuem para a construção de questões políticas e sociais como afirmou Krieg-Planque, a sua própria utilização amplia a polêmica ao seu redor. Como exemplo, basta lembrarmos da ascensão da fórmula *globalização*. Durante a década de 1990, após o colapso da URSS, o surgimento do neoliberalismo de Ronald Reagan (presidente estadunidense de 1981-1989) e Margareth Thatcher (primeira ministra britânica de 1979-1990) e a expansão das multinacionais, não se falava em outra coisa. Todos tinham interesse em saber o que é *globalização* e seus efeitos. Assim, a cristalização só ampliou a polêmica ao seu redor, fazendo com que até hoje tenhamos debates e embates calorosos sobre o que seja *globalização*.

Krieg-Planque (2010, p. 101-103) nos mostra ainda a quantidade de polêmicas possíveis em torno das fórmulas, para citar algumas delas: a) disputas de FDs pela paternidade da fórmula, seja como afirmação ou rejeição própria ou da FD adversária; b) a recusa de enunciar; c) (in)aquedação da fórmula à coisa que ela designa; d) em torno do modo de predicação ou da rejeição da predicação, como por exemplo a rejeição à fórmula *racista*; e) reconhecimento social ou não da fórmula, por exemplo, os franceses preferirem a fórmula *mundialização* à *globalização*; f) a fórmula não participa de um único processo discursivo, pode ser entendida também como não fórmula; g) os diversos sentidos dados a cada fórmula por cada grupo ou FD, devido à polissemia do signo linguístico.



Courtine (apud KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 103), nesse sentido, nos mostra que a intensidade da polêmica no discurso político:

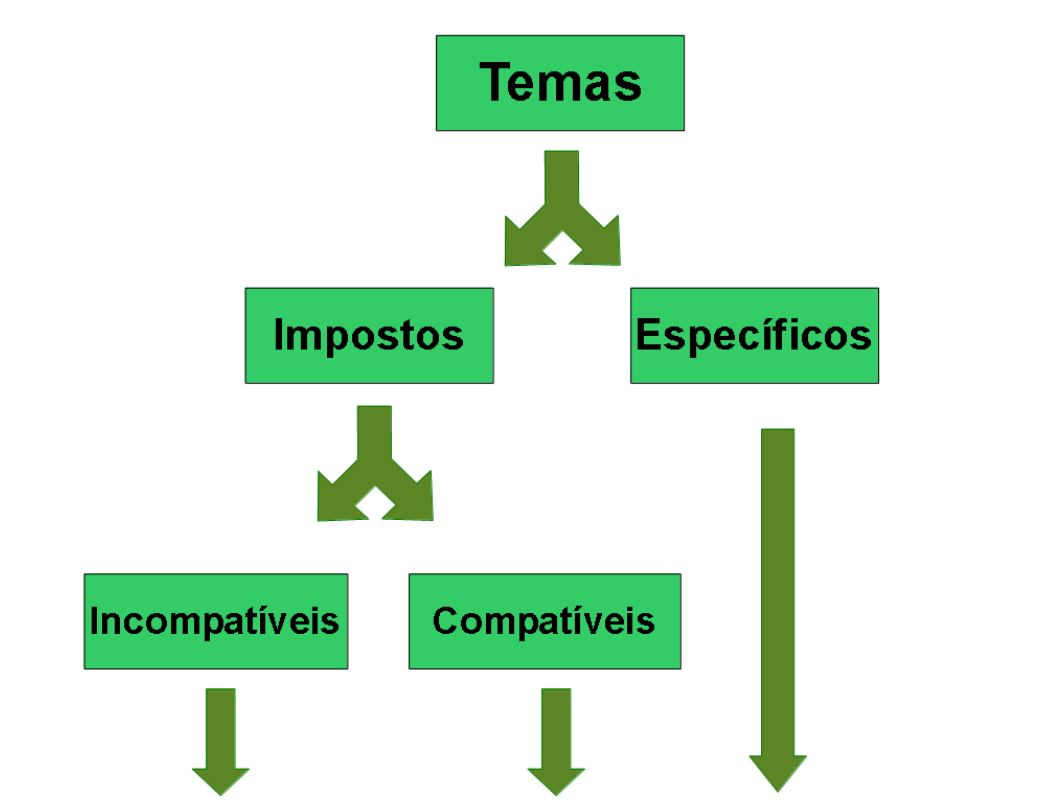
como guerra ideológica de posição, em que a refutação se faz “pela denegação” (demarcando suas palavras em relação à palavras dos outros, opondo suas palavras às do outro, lutando palavra a palavra, como se avança, passo a passo, numa guerra de trincheiras...), ou como uma guerra ideológica de movimento, na qual os efeitos de polêmica se produzem “rela reversão” (apoderando-s das palavras do adversário, fazendo-as suas, voltando-as contra ele, lutar pegando o outro pela palavra...) (Courtine, 1981:107)

Além da intertextualidade, do vocabulário, da fórmula, das designações, os temas também podem ser polêmicos. Foucault (1986 [1969]) já tinha observado a permanência de certos temas e os pensou em relação às FDs.

Grosso modo, a noção de tema refere-se àquilo que o discurso trata. Maingueneau (2008 [1984], p. 85), todavia, afirma que o importante não é o tema, mas o seu tratamento semântico dentro do sistema de restrições que se insere numa formação discursiva.

Baseado na ideia de que todo discurso “que quer ser aceito é obrigado a impor-se um certo número de temas”, Maingueneau (2008 [1984], p.88) afirma que todo campo discursivo impõe-se alguns temas que devem ser tratados pelo discurso, nem que seja de maneira marginal.

Dessa forma, temos a seguinte articulação de temas em relação ao espaço discursivo e a sua FD:



## Integrados pela proposição      Sistema de restrições

Partindo do princípio que um discurso integra semanticamente todos os seus temas, estes são divididos em dois conjuntos: os temas impostos e os temas específicos. Os impostos, por sua vez, dividem-se em incompatíveis e compatíveis. Esse último grupo integra-se através do sistema de coerções, porém os incompatíveis, pela proposição de que todos são integrados. Já os temas específicos são próprios do discurso e por isso mesmo, mantêm uma relação semântica privilegiada com o sistema de coerções.

Esse sistema de coerções ou restrições de circulação temática é uma construção discursiva que afeta todos os níveis da linguagem, inclusive a utilização ou não de referentes intratextuais, isto é, “à maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 99). Tal sistema se relaciona diretamente com a FD, afinal “cada formação discursiva tem uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de passar de um tema a outro...” (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 101).

Com vimos, alguns temas são impostos e incompatíveis e isso só é possível pelo princípio da polêmica constitutiva visto anteriormente. É justamente essa polêmica que buscamos compreender nos documentos da CPLP sobre a expansão da língua portuguesa.

Após discutirmos o discurso como um campo de análise e alguns dos conceitos essenciais para a nossa análise sobre quais as relações de poder e as polêmicas em torno dessas políticas, avancemos sobre o *corpus*, como o recortamos e nossos primeiros olhares sobre o mesmo.

## 2.2 Primeiras reflexões e olhares sobre o *corpus*: as declarações e resoluções da CPLP

*Amo a língua portuguesa (...) Eu até queria não ter aprendido outras línguas: só para que a minha abordagem do português fosse virgem e límpida.*  
Clarice Lispector – A descoberta do mundo

Nesta última década, como vimos, o Brasil tem-se empenhado em ampliar rapidamente a presença da língua portuguesa no mundo. Por causa disso, uma série de políticas linguísticas foi implantada, tais como a criação da Comissão da Língua Portuguesa – COLIP (2004-2007), a proposta de fundação do Instituto Machado de Assis (2004), ambas no Ministério da Educação e a inauguração da TV Brasil Internacional (2010), no âmbito do governo brasileiro ou a inauguração do Instituto Internacional de Língua Portuguesa em Cabo Verde (1999-2005), a entrada em vigor do acordo ortográfico de 1990 (2009) e o Plano de Ação de Brasília (2010), no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Podemos observar no anexo K, a cronologia da difusão e promoção da língua portuguesa no mundo e notar a intensificação nos últimos anos e por que não dizer nos últimos meses.

### 2.2.1 A CPLP como fonte para esta pesquisa

Como reflexo dessas políticas, tem-se a produção de muitos textos a respeito do assunto, que vão desde notícias de jornais e revistas, leis e projetos de leis, artigos jornalísticos e acadêmicos, discursos de autoridades, entrevistas, sites até blogs governamentais e privados.

Contudo, tendo em vista que o campo de estudo deste trabalho é o político-linguístico, por isso mesmo, os problemas da pesquisa relacionam-se às decisões do Estado e não à opinião de jornalistas e literatos. Assim, sentimos a necessidade de estudar o discurso oficial do Estado, no caso, do governo à frente do Estado no período estudado. Afinal, ele é o único capaz de fazer política linguística (CALVET, 2007).

Sabemos que são nove os Estados-nação que adotam o português como língua oficial e, certamente, todos definem políticas linguísticas para o seu respectivo âmbito de ação. Evidentemente que nesses países a língua portuguesa, por questões históricas, além de ser oficial, desempenha outros papéis. Em Portugal, é língua nacional; no Brasil, é ressignificada como português brasileiro; nos PALOPs, é língua de unidade nacional ao redor das dezenas de etnias que formam esses países.

Para atender aos objetivos desta pesquisa – contribuir para a compreensão do papel de

políticas linguísticas da CPLP na configuração do que seja a expansão do português no mundo contemporâneo, identificar as vozes que atravessam a norma jurídica para construir a coerção discursiva e analisar as imagens de enunciador da CPLP em relação às políticas linguísticas, pois pelas premissas levantadas essas imagens refletem a polêmica, a univocidade e a heterogeneidade – limitamo-nos aos textos produzidos pela CPLP, a partir dos pontos que descrevemos a seguir.

Primeiramente, ela reúne todos os nove Estados-nação de língua portuguesa (oito como permanentes e um como observador); tem a língua portuguesa como oficial - condição *sine qua non* para ser membro e participar da organização; tem como um dos objetivos promover a língua portuguesa; atua no cenário internacional como cooperadora de organizações como a UNESCO, a Comunidade Iberoamericana e a ONU; é um fórum, um espaço de discussões, de concertação de opiniões sobre assuntos variados, inclusive opiniões opostas, mas visando à convergência para a elaboração de metas e atuação conjunta do bloco; é resultado de um longo processo histórico para a formação de uma comunidade lusobrasileira. Assim, representa um acúmulo de debates sobre o tema antes mesmo de sua fundação.

Além dos aspectos citados, a CPLP é espaço amplo de muitos assuntos, o que permite mensurar a importância do tema “promoção da língua portuguesa” para o bloco, em questões como a AIDS, a fome, o comércio e o meio ambiente. Ela é, ainda, segundo pensadores, literatos e políticos a base para a construção do que eles chamam de lusofonia.

### 2.2.2 A coleta de *corpus* no Portal da CPLP

Como fonte para a coleta de *corpus*, utilizamos o novo portal da CPLP na internet, <[www.cplp.org](http://www.cplp.org)>, no ar desde 2008. Acessando-o no dia 26 de janeiro de 2010, podemos notar a abrangência de temas que envolvem a organização, além da língua portuguesa. O portal contém notícias sobre saúde e ajuda humanitária, além do apoio da CPLP a vários eventos, como a Conferência Internacional Infante-Juvenil. Ele representa também um completo instrumento de pesquisa a respeito da organização, detalhando cada ação da Comunidade. A figura 2 reproduz a página inicial do portal.

**Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**  
CPLP

Página Inicial | Organização | Estados-membros | Político Diplomático | Cooperação | Língua Portuguesa | Circulação | Plataformas | Comunicação

**Canais**

- Secretário Executivo
- Conferência de Chefes de Estado e de Governo
- Conselho de Ministros
- I Sessão Assembleia Parlamentar
- Comité de Concertação Permanente
- Secretariado Executivo da CPLP
- Reuniões Ministeriais
- Reunião de Pontos Focais de Cooperação
- Eventos Institucionais
- IILP
- Emprego

**Página Inicial**  
» Página Inicial

Destaque

**Conferência Amílcar Cabral**  
O Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, participou numa conferência para assinalar o 37.º aniversário do assassinato de Amílcar Cabral, uma iniciativa promovida pela Fundação Mário Soares e a Associação Guineense para a Paz e a Democracia. Após palavras proferidas por Mário Soares e pelo presidente [ver mais]

Notícias

Presidência da CPLP prepara actividades comemorativas do Ano Internacional da Biodiversidade. No âmbito do Ano Internacional da Biodiversidade proposto pela Organização das Nações Unidas para o corrente ano, o go... [ver mais]

CPLP ultima instalação do Centro de Formação Médica Especializada. O Director de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, desloca-se à cidade da Praia, entre 25 e 28 de Janeiro, para u... [ver mais]

Comunicados do CCP sobre a catástrofe no Haiti e sobre o ataque em Angola. O Comité de Concertação Permanente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido na sua 129ª sessão or... [ver mais]

Proccolo CPLP / INAG. O Secretariado Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, recebeu a visita da Ministra do Ambiente e Ordenament... [ver mais]

Brasil condecora Luís Fonseca. O Governo brasileiro CPLP assina acordo com OMS. O Secretário Executivo da

**Contactos**

Rua de São Caetano, nº32  
1200-829 Lisboa  
Portugal  
Telf: + 351 21 392 85 60  
[contacte-nos]

**Momento CPLP em Bissau**  
07 a 14 de Dezembro de 2009

**Gestão Sustentável das Terras**  
FAO

**Virtual Congress**  
HIV/AIDS

**CONFÉRENCIA INTERNACIONAL INFANTO-JUVENIL**

**C I P S**  
CENTRO DE INFORMAÇÃO EM PROTECÇÃO SOCIAL

**Propriedade Industrial**

Figura 2: Reprodução da página inicial do Portal da CPLP. Fonte: <www.cplp.org> captada em 26 de janeiro de 2010.

Como foi dito no capítulo 1.1 desta dissertação, a CPLP tem como órgãos, desde a criação, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, o Comité de Concertação Permanente, o Secretariado Executivo e posteriormente foram inseridas a essa lista as Reuniões Ministeriais Setoriais, a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (2002), o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2005) e a Assembleia Parlamentar (2007). No lado esquerdo da página inicial do portal, aparece uma lista de atalhos para as páginas de alguns órgãos da CPLP, como podemos ver na figura 2.

No alto da página, logo abaixo do nome do portal, encontram-se informações mais detalhadas sobre a organização e também toda a estrutura do site. Nessa barra podem-se ver nove abas, todas escritas com a grafia do português europeu e listadas a seguir na ordem: *Página inicial*, *Organização*, *Estados-membros*, *Político Diplomático*, *Cooperação*, *Língua Portuguesa*, *Circulação*, *Plataformas*, *Comunicação*.

Algumas dessas abas estão divididas em itens, como é o caso da aba *Organização* que está dividida da seguinte forma: 1) Histórico – Como surgiu? 2) Órgãos, 3) Objectivos, 4)

Secretariado Executivo, 5) Observadores Associados, 6) Observadores Consultivos, 7) Cidadania, 8) Acordos, Protocolos e Convénios e 9) Comunicação e Informação, como podemos ver abaixo:



Figura 3: Reprodução da página inicial do Portal da CPLP, com destaque para a aba Organização. Fonte: <www.cplp.org> captada em 26 de janeiro de 2010.

Na aba *Estados-membros*, tem-se um atalho com uma ficha com dados históricos, geográficos e estatísticos de cada um dos oito membros permanentes da CPLP na seguinte ordem: 1) Angola, 2) Brasil, 3) Cabo Verde, 4) Guiné-Bissau, 5) Moçambique, 6) Portugal, 7) São Tomé e Príncipe e 8) Timor-Leste.

Na aba seguinte - *Político Diplomático*, são observados os seguintes itens:

1. Comité de Concertação Permanente
2. GIC-GB (Grupo Internacional de Contato sobre a Guiné Bissau)
3. Grupos CPLP
4. Missões de Observação Eleitoral
5. Organizações Internacionais
6. Boa-Vontade (não apresenta qualquer referência ou subitem)

## 7. Estratégia Conjunta UE-África: Dez Desafios para o Sucesso

E na aba *Cooperação*, os seguintes:

1. Reunião de Pontos Focais de Cooperação
2. Cooperação na CPLP – uma visão estratégica pós-Bissau
3. Relatório de Actividades de Direcção de Cooperação – Janeiro-Junho 2009
4. Programa Indicativo de Cooperação
5. Plano Estratégico de Cooperação
6. Plano Estratégico de Cooperação em Saúde – PECS/CPLP
7. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
8. Programa de Cooperação Técnica CPLP/FAO
9. Ações da Sociedade Civil

Já a aba *Língua Portuguesa* contém os seguintes itens, como aparecem na figura 4.



Figura 4: Reprodução da página inicial do Portal da CPLP, com destaque para a aba *Língua Portuguesa*. Fonte: <www.cplp.org> captada em 26 de janeiro de 2010.

A aba *Circulação* contém um item, *Estudo sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP*, e as demais, *Plataformas* e *Comunicação* não apresentavam itens.

Entre todas as abas do site, encontramos em duas delas conteúdos relevantes aos objetivos desta pesquisa: *Organização e Língua Portuguesa*.

Observando as divisões da aba *Língua Portuguesa*, percebe-se que a primeira, denominada Promoção e Difusão, apresenta um texto introdutório que contém as ações da instituição para a promoção da língua portuguesa. A segunda divisão – Acordo Ortográfico – faz menção ao acordo ortográfico em vigor e apresenta links para a íntegra do acordo assinado, o protocolo modificativo, além de perguntas e respostas sobre o tema. A terceira divisão – Centros de Línguas – mostra uma lista de seis links para os respectivos sites: Instituto Camões, Centros Culturais portugueses, Biblioteca Digital Camões, Centros Culturais brasileiros, Institutos culturais brasileiros e Acervo literário – Domínio Público – Ministério das Relações Exteriores do Brasil. A quarta divisão - Concurso Terminemos este Conto - apresenta um texto sobre um concurso literário, organizado pela CPLP. A quinta divisão faz menção ao Prêmio anual Fernão Mendes Pinto, organizado pela Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP) em parceria com a CPLP, destinado a uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado que “contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa”. A sexta divisão encontrava-se vazia no momento em que o site foi acessado. As demais divisões são, na verdade, atalhos para três sites: Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP; Museu da Língua Portuguesa e Observatório da Língua Portuguesa, que ou são iniciativas da Comunidade, como o primeiro, ou projetos apoiados por ela, como os últimos.

A aba *Organização* nos chama atenção, pois relata a história da CPLP e mostra a sua estrutura de funcionamento (assunto tratado no capítulo 1.1). Contudo, é nessa aba também que se pode ter acesso a documentos da organização, como acordos, convênios, protocolos e declarações, produzidos pelos órgãos que compõem a CPLP, inclusive a Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

Dentre todos os oito atuais órgãos da comunidade, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo é o hierarquicamente superior e mais importante, pois reúne os presidentes e primeiros-ministros de todos os países, ou seja, as maiores autoridades governamentais<sup>61</sup>. Além disso, é o primeiro e mais antigo fórum da organização e um dos dois únicos órgãos – o outro é o Conselho de Ministros – que pode modificar o estatuto da CPLP.

As conferências ocorrem ordinariamente, de dois em dois anos e extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros em local escolhido de acordo com um

---

<sup>61</sup> Foi na primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governo em 1996 que foi fundada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.



rodízio entre os membros. São competências da Conferência, segundo o 10º artigo do estatuto da CPLP:

- a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP; b) Adotar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros; c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP; d) Eleger, dentre os seus membros, um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos; e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

Em cada conferência são discutidos e assinados acordos de cooperação e feitas resoluções e declarações temáticas, cujas decisões são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros. Ao final de cada conferência, todas as decisões são reunidas na declaração final, que leva o nome da cidade sede, com exceção da primeira que recebeu o nome de Declaração Constitutiva. Essas declarações fornecem um retrato periódico das políticas, inclusive linguísticas, desde a primeira conferência em 1996, até a última e oitava em 2010. Abaixo, a lista de todas as Conferências de Chefe de Estado e de Governo da CPLP, com local e data:

- 1ª Conferência - Lisboa, Portugal – 16 e 17 de Julho de 1996
- 2ª Conferência - Praia, Cabo Verde – 16 e 17 de Julho de 1998
- 3ª Conferência - Maputo, Moçambique – 16 e 17 de Julho de 2000
- 4ª Conferência - Brasília, Brasil – 31 de Julho a 1 de Agosto de 2002
- 5ª Conferência - São Tomé, São Tomé e Príncipe – 26 e 27 de Julho de 2004
- 6ª Conferência - Bissau, Guiné Bissau – 16 e 17 de Julho de 2006
- 7ª Conferência - Lisboa, Portugal – 25 de Julho de 2008
- 8ª Conferência - Luanda, Angola – 23 de Julho de 2010

O outro órgão com competência de modificar o estatuto da CPLP é o Conselho de Ministros, que reúne os ministros de relações exteriores ou negócios estrangeiros dos oito Estados membros da organização. Esse órgão tem como objetivos e competências:

- a) coordenar as atividades da CPLP; b) supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP; c) definir, adotar e implementar as políticas e os programas de ação da CPLP; d) aprovar o orçamento da CPLP e do IILP; e) formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP; f) recomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo; g) eleger o diretor executivo do IILP; h) convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objetivos e programas da CPLP; i) realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência (artigo 12º do estatuto da CPLP).

O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros, sendo que nos

anos pares, a reunião ordinária é no mesmo local e data da Conferência de Chefes de Estado e de Governo como podemos ver abaixo na lista de reuniões já realizadas do Conselho de Ministros.

Reuniões Ordinárias:

- Iª Reunião - Lisboa, Portugal - 16 de Julho de 1996
- IIª Reunião - Salvador, Brasil - 17 e 18 de Julho de 1997
- IIIª Reunião - Praia, Cabo Verde - 13 a 17 de Julho de 1998
- IVª Reunião - Cascais, Portugal - 22 de Julho de 1999
- Vª Reunião - Maputo, Moçambique - 16 de Julho de 2000
- VIª Reunião - São Tomé, São Tomé e Príncipe - 31 de Julho de 2001
- VIIª Reunião - Brasília, Brasil - 30 de Julho de 2002
- VIIIª Reunião - Coimbra, Portugal - 17 e 18 de Julho de 2003
- IXª Reunião - São Tomé, São Tomé e Príncipe - Julho de 2004
- Xª Reunião - Luanda, Angola - Julho de 2005
- XIª Reunião - Bissau, Guiné Bissau - Julho de 2006
- XIIª Reunião - Lisboa, Portugal - 2 de Novembro de 2007
- XIIIª Reunião - Lisboa, Portugal - 24 de Julho de 2008
- XIVª Reunião - Cidade da Praia, Cabo Verde - 20 de Julho de 2009
- XVª Reunião - Luanda, Angola - 22 de Julho de 2010

Reuniões Extraordinárias:

- Iª Reunião Extraordinária - Nova Iorque, EUA - 26 de Setembro de 1996
- IIª Reunião Extraordinária - Díli, Timor-Leste - 20 de Maio de 2002
- IIIª Reunião Extraordinária - Lisboa, Portugal - 1 de Novembro de 2004
- IVª Reunião Extraordinária - Lisboa, Portugal - 18 de Junho de 2006
- Vª Reunião Extraordinária - Praia, Cabo Verde - 25 de Março de 2009
- VIª Reunião Extraordinária - Brasília, Brasil - 31 de Março de 2010

Assim como na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, nas Reuniões do Conselho de Ministros, as decisões são tomadas por consenso e esse último deve responder perante a Conferência, apresentando relatórios frequentes. A cada reunião são produzidos documentos entre acordos, protocolos e um Comunicado Final.

Essas declarações, resoluções, comunicados, acordos e declarações finais de cada

conferência e reunião ministerial podem ser encontradas na aba *Organização* no item Órgãos nos subitens Conferência de Chefes de Estado e de Governo e Conselho de Ministros.

Observando todos os documentos assinados em cada conferência e reunião do Conselho de Ministros, têm-se 111 documentos nas conferências e 232 documentos nas reuniões<sup>62</sup>. Quase todos estão disponíveis no site <www.cplp.org>.

Dentre todos os 284 documentos, todos listados nos anexos A e B, recortamos como *corpus* de análise aqueles apenas cujos títulos referem-se à promoção e a difusão da língua portuguesa, a saber:

Quadro 9: Lista dos *corpora* de análise desta pesquisa

<b>Título do Documento</b>	<b>Ocasião</b>
Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa	5ª Conferência (2004) / IX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2004)
Declaração sobre a Língua Portuguesa	7ª Conferência (2008) / XIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2008)
Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa	VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (2010) / 8ª Conferência (2010)

Vale ressaltar que apesar do *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa* (espécie de anexo do anterior) da VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (2010) / 8ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo (2010) também fazer referência no seu título à expansão do português, ele foi excluído da lista de *corpora* desta pesquisa por constituir-se em um gênero completamente diferente daqueles utilizados pela CPLP e por isso mesmo não encontra nenhum paralelo na organização, o que requereria uma outra análise.

Antes de realizarmos o recorte interno do *corpus* a fim de selecionarmos as sequências discursivas para a análise, propomos observar esses documentos enquanto um gênero discursivo, gênero esse estabelecido não apenas de acordo com as regras próprias de cada gênero, mas também com as normas do Direito Internacional Público.

<sup>62</sup> Os 59 documentos da V (2004), da VII (2008) e da VIII (2010) Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP também fazem parte das Reuniões do Conselho de Ministros, como pode ser observado nos anexos A e B. Isso se deve ao fato de que nos anos pares ambos reúnem-se no mesmo local e data. Assim, no total, somando os documentos das conferências e das reuniões e retirando aqueles comuns a ambos temos 284 itens.

## 2.3 “A língua portuguesa nunca dorme”<sup>63</sup>: A construção discursiva de uma polêmica

*Língua portuguesa*

Olavo Bilac

*Última flor do Lácio, inculta e bela,  
És, a um tempo, esplendor e sepultura:  
Ouro nativo, que na ganga impura  
A bruta mina entre os cascalhos vela...*

*Amo-te assim, desconhecida e obscura.  
Tuba de alto clangor, lira singela,  
Que tens o trom e o silvo da procela,  
E o arrollo da saudade e da ternura!*

*Amo o teu viço agreste e o teu aroma  
De virgens selvas e de oceano largo!  
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,*

*em que da voz materna ouvi: "meu filho!",  
E em que Camões chorou, no exílio  
amargo,  
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!*

Para esta pesquisa, selecionamos, como vimos no capítulo anterior, cinco documentos de três gêneros distintos: duas resoluções, duas declarações e um plano de ação. Os dois primeiros gêneros são bastante utilizados pela CPLP e pelo Direito Internacional Público e apresentam forma semelhante, e por isso daremos maior ênfase.

### 2.3.1 O poder normativo e a construção da CPLP

#### 2.3.1.1 Os gêneros resolução e declaração de organizações internacionais

O Direito Internacional Público, como as demais áreas do direito, apresenta uma relação de fontes que embasam direitos e princípios. Segundo Celso Mello (2004, p. 203), citando Norberto Bobbio, “são fontes do direito aqueles fatos ou aqueles atos aos quais determinado ordenamento jurídico atribui a idoneidade ou a capacidade de produzir norma jurídica”. Entre as fontes estão os tratados, os costumes, os atos unilaterais, os princípios do

---

<sup>63</sup> Essa frase foi proferida pelo Embaixador António Aguiar Patriota, atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil no Governo Dilma (2011) durante a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Brasília entre os dias 25 e 30 de março de 2010, quando ainda era Secretário-Geral do MRE.

direito, a analogia e a jurisprudência internacional, sendo que o tratado entre as fontes do Direito Internacional é a principal e Celso Mello (2004, p.212) acrescenta que é também a mais democrática, pois conta com a participação direta dos Estados na sua elaboração.

De acordo com o artigo 2º §1º, alínea “a” da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, “tratado é um acordo internacional concluído entre Estados em forma escrita e regulado pelo Direito Internacional, consubstanciado em um único instrumento ou em dois ou mais instrumentos conexos qualquer que seja a sua designação específica”. Assim como a lei, o tratado tem efeitos jurídicos.

Como vimos, tratado é o nome dado aos acordos solenes, porém acordos específicos podem receber outras denominações como: convenção – que cria normas gerais; declaração – que cria princípios jurídicos ou afirma uma atitude política comum; acordo – usado para tratados de cunho econômico, financeiro, comercial e cultural; estatuto – empregado para tratados coletivos estabelecendo normas para tribunais internacionais e organizações internacionais. Além desses, têm-se outros nomes, que não nos interessam neste momento, como: o ato, o pacto, o protocolo, o *modus vivendi*, a concordata, o compromisso, a troca de notas, a carta e o convênio.

A Convenção de 1969, aprovada pelo Congresso brasileiro em 17 de julho de 2009 é a que legisla sobre tratados, descrevendo as características desse ato internacional como veremos a seguir.

Para que o tratado seja válido, devem-se observar os seguintes aspectos:

a) capacidade das partes: só podem estabelecer tratados, Estados, beligerantes, alguns territórios e unidades estatais autorizados e organizações internacionais, a partir da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais de 1986; b) habilitação dos agentes signatários: só podem assinar tratados Chefes de Estado e de Governo, ministros das Relações Exteriores, chefes de missão diplomática com os Estados em que estão acreditados; chefes de missões permanente em organizações internacionais, ou plenipotenciários nomeados pelo Chefe de Estado e/ou de Governo; c) o objeto do tratado deve ser lícito e possível: é nulo o tratado que violar norma de direito internacional e d) deve haver consentimento mútuo das partes, não sendo possível o erro, o dolo ou coação.

Quanto às partes, os tratados podem ser bilaterais ou multilaterais, sendo que esse último pode conter uma cláusula para futuras adesões de outros países. Quanto à forma, o tratado apresenta duas partes: o preâmbulo e o dispositivo. Na primeira, enunciam-se as razões e as finalidades e enumeram-se as partes e na segunda, está o texto propriamente dito, as normas, em formato de artigos. Quanto a sua normatividade, aos indivíduos nacionais e a Estados terceiros, eles só atingem o indivíduo depois de sua incorporação pelo direito interno de cada Estado e só se aplicam a Estado terceiro, se o terceiro assim o quiser.

Como os Estados são soberanos, isto é, não há autoridade que os obrigue a cumprir algo, a obrigatoriedade dos tratados está baseada no princípio de *pacta sunt servanda*, ou seja, a palavra dada deve ser cumprida.

O idioma de redação dos tratados é escolhido de acordo com a seguinte convenção: a) quando as partes têm o mesmo idioma é redigido nessa língua – como é o caso da CPLP, b) quando as partes têm línguas diferentes existem duas possibilidades, ou se redige em tantas línguas quantas forem as dos contratantes, ou se escolhe um terceiro idioma, incomum às partes.

As fases para a elaboração de um tratado são: a negociação, a assinatura, a ratificação, a promulgação, a publicação e o registro. Em tratados multilaterais, cada Estado pode fazer reservas, isto é, ressalvas à parte do texto a que não irá se submeter, mas apenas durante a fase de negociação, pois uma vez redigido o acordo, o congresso nacional de cada Estado deve aprovar ou recusar em sua totalidade o que foi acordado. A convenção de Viena afirma ainda que um Estado não pode invocar o seu direito constitucional para não executar o tratado ratificado.

Celso Mello (2004, p. 212) nos alerta que tem observado que os Estados, atualmente, têm abandonado os tratados formais pelos comunicados intergovernamentais mais informais.

Ele considera ainda uma outra fonte do Direito Internacional Público, além das tradicionais aqui citadas: as decisões das organizações internacionais, que são denominadas resoluções (MELLO, 2004, p.303). Elas são normas obrigatórias para os Estados-membros das organizações, independente de qualquer ratificação por sua parte. Afinal, as organizações internacionais têm, por base, tratados assinados pelos Estados e, uma vez constituídas, têm personalidade internacional distinta. Por isso, seriam atores independentes do sistema internacional, ao lado dos Estados.

Como podemos ver, resolução de organizações internacionais e declaração são documentos de Direito Internacional Público, derivados dos tratados. No caso abordado, os documentos selecionados são derivados da Declaração Constitutiva e do Estatuto da CPLP. Esses documentos são escritos em reuniões internacionais pelos representantes dos Estados participantes. Logo, a redação desses documentos é feita de forma coletiva. Cada declaração e resolução têm um preâmbulo que anuncia os participantes, o local e a data do encontro. Ao final, o documento é datado e assinado pela maior autoridade presente de cada país.

Para prosseguirmos na descrição do *corpus*, observaremos a declaração e a resolução de organização internacional, como gêneros discursivos. Afinal como afirma Bakhtin (1997, p. 282)

ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

Já Maingueneau (2008, p. 59-61) afirma que o gênero discursivo é muito útil, pois como instrumento, conjunto de regras definidas e compartilhadas pelo grupo para organizar o modo de dizer promove uma economia cognitiva e assegura a comunicação. Entre suas características, Maingueneau (2008, p. 65-66) destaca uma finalidade reconhecida, o estatuto de parceiros legítimos, o lugar e o momento legítimos, um suporte material e uma organização textual. De modo resumido pode-se considerar que a finalidade reconhecida do gênero declaração, por exemplo, é declarar algo, já o estatuto de parceiros legítimos da resolução é o enunciador que decide algo, logo que se impõe e um coenunciador, que se submete. Já o lugar e o momento legítimos desses dois gêneros são abordados mais adiante. Por fim, o suporte material seria um documento escrito e assinado em um papel e posteriormente divulgado no site da CPLP e a organização textual diz respeito à modos de registro escrito que envolve aspectos verbais e não verbais e o modo de encadeamento do texto em diferentes níveis.

Como podemos observar, a declaração e a resolução, apesar de semelhantes na forma – ambas contam com um preâmbulo, justificativas e o dispositivo, além de serem redigidas na terceira pessoa do plural – apresentam o estatuto do enunciador aparentemente distinto.

A resolução, segundo Maria Helena Diniz (2005), “é uma recomendação ou ato jurídico unilateral e autônomo de um organismo internacional que tem obrigatoriedade relativamente aos Estados soberanos que o compõe”. A resolução, diferente da declaração constitui-se norma jurídica obrigatória, isto é, as resoluções da CPLP sobre a língua portuguesa expressam a política linguística da comunidade para o português.

Já as declarações finais e outras sobre a língua portuguesa são usadas para consagrar ou afirmar posição comum de alguns Estados acerca de fatos determinados. Para o diplomata Paulo Portela (2010), a declaração “pode não vincular juridicamente como tratado quando, em análise feita no caso concreto, seja entendida como mera enunciação de preceitos gerais”. Elas, no entanto, consagram princípios comuns que, de certa forma, norteiam o sistema legal e jurídico e as ações dos Estados. Todavia, pelo preceito do *soft law*<sup>64</sup>, a declaração, mesmo que

---

<sup>64</sup> Segundo Salem Nasser (200-?, p. 15), “as normas do direito internacional, especialmente as contidas nos tratados internacionais, serão consideradas *soft* se possuírem uma ou várias das seguintes características: disposições genéricas de modo a criar princípios e não propriamente obrigações jurídicas; linguagem ambígua ou incerta impossibilitando a identificação precisa de seu alcance; conteúdo não exigível, como simples exortações e recomendações; ausência de

não tenha a carga coercitiva de uma resolução, ganha importância semelhante, pois traça um norte e enumera princípios.

Agora que compreendemos, de modo amplo, a função da declaração e da resolução para uma organização internacional e as características básicas desses gêneros discursivos, podemos pensar a respeito da coerção exercida pelo enunciador desses documentos. Afinal, como vimos, a resolução e também a declaração se analisarmos como *soft law*, constituem um ato coercitivo.

### 2.3.1.2 O efeito coercitivo da norma jurídica no discurso direto e indireto

Observando esses dois gêneros abordados em nossa pesquisa e também outros semelhantes, percebemos que costuma ocorrer uma modalização no ato de ordenar, coagir, provavelmente porque dificilmente um ser humano aceitaria o que o outro mandasse, ou se submeteria a outro por livre e espontânea vontade. Ademais, como vimos, é necessário para qualquer discurso convencer e buscar a adesão do seu coenunciador, para legitimar seu dizer, como vimos no capítulo 2.1.

Dessa forma, identificamos duas formas de enunciar um ato coercitivo legal numa relação do tempo verbal com a modalização: 1) verbo na primeira pessoa: o sujeito histórico<sup>65</sup> coincide com o enunciador, aquele que diz é o mesmo que manda, que decide, contudo há necessidade de modalizar, deixando na materialidade linguística uma marca em nome de quem se fala, o enunciador age como representante, como se falasse em nome de alguém; 2) verbo na terceira pessoa: o sujeito histórico e enunciador são diferentes, aquele que diz a norma, não é o mesmo que manda, que decide. O primeiro invoca um enunciador como se passasse a palavra a ele a fim de transmitir a mensagem. Nesse caso, pode haver também a modalização com acréscimo de uma expressão em nome de algo ou alguém, como em (1).

Vale ressaltar ainda que nesses gêneros é comum também uma outra forma de modalização que consiste em enumerar uma série de justificativas para a lei, como forma de tornar os coenunciadores menos submissos ao enunciador imperativo.

No primeiro modo de enunciação, apesar de falar em primeira pessoa, a carga imperativa do ato recai sobre o algo ou alguém em nome de quem se fala, ainda que a decisão tomada e anunciada dependa apenas do sujeito histórico. Tomemos como exemplo o

---

responsabilização e de mecanismos de coercibilidade (tribunais)". Nasser alerta ainda que apesar de serem nomeadas de resolução, as resoluções de organizações internacionais, também se enquadrariam no *soft law*. O importante aqui é que independentemente do aspecto coercitivo ou não, ambas representam os enunciadores CPLP.

<sup>65</sup> Diferenciamos sujeito histórico, aquele que elaborou a norma, do sujeito empírico, que é aquele, muitas vezes anônimo, que redigiu o texto.



preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

*Nós, representantes do povo brasileiro*, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, *promulgamos*, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (grifos nossos).

Como podemos ver, o tempo verbal utilizado da norma mais importante vigente no Brasil, a quem todas as demais normas se reportam está na primeira pessoa do plural *Nós (...)* *promulgamos*. Mas, como também se pode observar ocorre uma modalização pelo uso de *representantes do povo brasileiro*. O poder empírico imperativo do enunciador recai sobre o povo brasileiro, afinal os enunciadores são representantes deles, falam em nome do povo e em último caso a soberania conquistada por esse povo, como se o *nós* só pudesse promulgar por ser representante do povo brasileiro. O sujeito histórico que elaborou a norma, os deputados constituintes, é o mesmo que diz, que enuncia, que manda e se impõe como forma de lei maior.

Já no segundo modo de enunciação, a carga imperativa recai sobre o enunciador, para quem o sujeito histórico passa a palavra. Portanto, o tempo verbal utilizado está na terceira pessoa. Vejamos agora o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948, mesmo gênero discursivo de parte do nosso *corpus*.

#### Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo; Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum; Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão; Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla; Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades; Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso, *A Assembléia Geral proclama* (grifos nossos).

Como podemos observar, aqui o enunciador que ele que diz, não é o mesmo sujeito histórico que elaborou a norma, a Assembleia Geral da ONU. Esse último invoca um

enunciador para dizer por ele. Esse enunciador, por sua vez apresenta duas funções: uma narrativa e outra imperativa. O enunciador narra um fato que parece ter presenciado, como se fosse um observador privilegiado do acontecido. A segunda função refere-se justamente ao caráter imperativo da norma, que desta vez recai sobre esse enunciador, e não mais sobre o povo ou mesmo sobre Deus.

Portanto, podemos concluir que quando se trata de enunciar uma medida impositiva referente ao gênero lei ou semelhantes, é comum uma modalização seja pela utilização do tempo verbal em terceira pessoa, distanciando o enunciador do sujeito histórico ou ainda pela forma de dizer em nome de alguém quando o verbo está na primeira pessoa e o enunciador coincide com o sujeito histórico.

Todavia, a utilização da primeira forma mencionada de lançar mão de algo/alguém ou mesmo um ser superior para garantir o imperativo de dizer somente é possível quando há um nexos entre o sujeito histórico e esse algo/alguém. Dessa forma, só é possível que se diga em nome do povo e esse dito seja reconhecido enquanto imperativo se existir o princípio da soberania e neste caso também os da representatividade e da democracia. Do mesmo modo que um monarca do século XVI só dirá em nome de Deus, se seus súditos acreditarem e conferirem autoridade a esse Deus.

Contudo, quando pensamos na questão normativa sob o aspecto internacional, percebemos o quão é difícil abordar, falar em nome de um Deus, ou mesmo da soberania, ou de um povo, já que o sistema internacional é composto por diversas nações soberanas com milhares de povos que praticam diversas religiões. Da mesma forma, torna-se complicado falar em democracia, já que ela constitui um princípio ocidental e não é o tipo de governo de todas as nações do globo. Logo, parece necessário e até mesmo lógico a utilização de alguém que “fale por eles”.

Portanto, ao observarmos diversos enunciados com essa carga impositiva legal, como declarações da Assembleia Geral da ONU, resoluções do Conselho de Segurança da ONU, constituições e leis ordinárias brasileiras e estrangeiras, percebemos que quando se refere à questão internacional, raramente se encontra um texto que não utiliza um enunciador que assume essa força representativa para anunciar as normas coercitivas. O que estamos tentando dizer é que, pelo que observamos, as normas internacionais, na maioria das vezes utilizam um enunciador diferente do sujeito histórico/autor, assim como a forma verbal utilizada está em terceira pessoa. Esses traços tem a ver com a competência genérica e linguística que permitem essas observações de caráter mais geral.

O nosso *corpus* não foge dessa constatação. O sujeito histórico, autor da norma,

Chefes de Estado e de Governo da CPLP ou os chanceleres, invoca um enunciador para dizer, em forma do discurso indireto, o que eles decidiram, como podemos ver na sequência discursiva em negrito, no fragmento a seguir:

**VII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**  
**Lisboa, 25 de Julho de 2008**  
**DECLARAÇÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA**

Preâmbulo:

**Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique reuniram-se na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008.**

*Considerando* a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização;

*Reconhecendo* a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, cujos valores fomentam a aproximação dos povos;

*Considerando* a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional, ditada pela sua pertença a múltiplas matrizes geopolíticas;

*Assumindo* o papel das línguas na criação de mercados e oportunidades de negócio, e na integração económica e social;

*Confirmando* o poder da Educação definida por padrões de referência de qualidade;

*Tendo em conta* que se celebra, em 2008, o Ano Internacional dos Idiomas;

*Recordando* os objectivos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP);

Dispositivo:

**DECLARAM**

**1. A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela integração, inclusão e estruturação, com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como *Língua Global*; (...)**

O enunciador do discurso da CPLP tem função narrativa e imperativa. Sua função narrativa o enquadra como observador da reunião dos representantes de cada país da CPLP e consequentemente da decisão tomada: “Os Chefes de Estado e de Governo (...) reuniram-se na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008”. Enquanto que sua função imperativa o possibilita impor-se sobre o coenunciador, “Os Chefes de Estado e de Governo **DECLARAM**”, a partir de uma imagem de sujeito que tem o poder de declarar, que por fim legitima seu dizer. Mas como se dá essa função imperativa do enunciador?

Para Maingueneau (apud SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 12):

o estatuto do enunciador e do coenunciador depende da competência discursiva: cada discurso, de acordo com a competência (inter)discursiva, define o estatuto que o enunciador deve conferir e o estatuto que ele confere a seu coenunciador para legitimar seu dizer. Esse processo tem duas dimensões, uma institucional e outra intertextual.

Como vimos, é sobre o enunciador das declarações e resoluções internacionais que recai o imperativo, o poder coercitivo do enunciado e não sobre um referente, em nome de quem se fala<sup>66</sup>. O enunciador exerce então a função de fiador/garantidor do imperativo do enunciado. É nele que o imperativo se concentra. Por conseguinte, é ele que dialoga com o coenunciador que se submete a essas regras.

Ademais, esse enunciador de resolução e declaração de organização internacional detém uma posição de autoridade, pois através do gênero, a validade do dito se impõe coercitivamente, como no gênero lei. Bakhtin (1997, p. 301) nos mostra que o querer-dizer do enunciador se realiza acima de tudo na escolha de um gênero discursivo, isto é, no modo de enunciação. Dessa forma, a palavra deixa de ser neutra e recebe do gênero, do modo de enunciação uma expressividade – emoção, juízo de valor – típica do gênero.

Todos sabemos que, antes de o conhecimento científico tornar-se hegemônico em nossa sociedade, o conhecimento religioso desempenhou esse papel, inclusive influenciando o Estado, até que foi substituído pelo primeiro. Portanto, hoje o Estado, pelo menos no ocidente, é marcado pelo laicismo, enquanto que no passado tinha uma religião oficial. Dessa forma, era comum centrar-se em Deus e depositar Nele a confiança. Sob o aspecto político, durante muito tempo, Deus também foi utilizado como fiador/garantidor do imperativo das leis e das normas. A própria Constituição do Império do Brasil diz “Em nome da Santíssima Trindade” ou durante o absolutismo, os monarcas europeus eram vistos como representantes de Deus na Terra.

Em tempos de democracia e de laicização do Estado, torna-se inapropriado fazer de Deus fiador/garantidor do caráter imperativo das leis e construir um ethos de representante de Deus. Daí, recorre-se ao povo e a princípios como a democracia, a representatividade e a soberania, como vimos na constituição brasileira de 1988. Leonardo Brant (2008, p. 26) vai ao encontro desse pensamento quando comenta a imagem do fiador na Carta das Nações Unidas, tratado de fundação da ONU, de 26 de junho de 1945:

A apresentação dos atores [Nós, os Povos das Nações Unidas] é original, essencialmente democrática e republicana. Já não se invoca a divindade como na frase vestibular de tantos tratados do passado, nem se assume o título usual de “altas partes contratantes”, qual acontecera ainda no pacto da organização predecessora, a Sociedade das Nações.

Vimos também que sob o aspecto da norma internacional é complicado utilizar um

---

<sup>66</sup> Apesar de Bakhtin (2009, [1977], p. 163-165) afirmar que a coerção está no discurso direto, já que esse permite uma série de elementos que o indireto não consegue apreender em toda sua essência, como o emotivo e o afetivo, os gêneros que circulam no campo jurídico utilizam o discurso indireto, mantendo um forte tom imperativo e coercitivo.

fiador/garantidor, já que ela deve se impor sobre diferentes povos e culturas que não compartilham a mesma religião e princípios civis.

Assim, o enunciador dessas resoluções e declarações ganha uma carga imperativa maior, já que deve, ao menos aparentemente, estar acima, inclusive da soberania dos países, algo que por si só já é absoluto e ordena o sistema internacional. Ademais, os seus coenunciadores são os países soberanos membros da organização, conferindo-lhes poder para agir também em outros países já que trata da promoção da língua portuguesa em todo o mundo. O enunciador, portanto constrói um ethos que representa a autoridade quase sem limites sobre a língua portuguesa, afinal o seu limite são as fronteiras do mundo.

Além do discurso indireto e sua relação com a coerção da norma jurídica, observamos outras características comuns dos enunciados das declarações e resoluções da CPLP sobre a língua portuguesa: a) enunciado não embreado e desligado da enunciação do preâmbulo; b) verbos no presente não dêitico, no gerúndio ou no infinitivo, sem marca temporal; c) ausência de intertextualidade; d) poucas referências ao próprio texto:

**VI REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
Brasília, 31 de março de 2010**

Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção  
da Língua Portuguesa

**Preâmbulo:**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), **reunido** em Brasília na sua VI Reunião Extraordinária, no dia 31 de Março de 2010:

Em cumprimento às decisões contidas na “Declaração sobre a Língua Portuguesa”, **adotada** na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de Julho de 2008;

Cientes de que a promoção e difusão da língua portuguesa **constituem** um dos três objetivos gerais estabelecidos nos Estatutos da Comunidade;

**Reafirmando** a assunção de políticas partilhadas para a projeção da língua portuguesa como língua global;

**Reiterando** que a ação conjunta nessa matéria **deve guiar-se** pelos pressupostos do realismo na fixação de objetivos, do pragmatismo em sua execução e da persistência na concertação política necessária;

**Ressaltando** que a dimensão interna e a externa da ação conjunta **devem ser** complementares;

**Registrando**, com satisfação, a conclusão dos trabalhos de revisão dos Estatutos e do Regimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com vistas **a dotá-lo** de meios para **transformar-se** em um instrumento útil às políticas comuns e nacionais dos países da CPLP nas diversas vertentes da promoção, da difusão e da projeção da língua portuguesa;

**Tendo recebido** o relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, **convocada** pela XIV Reunião do Conselho de Ministros (“Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo”, Praia, 20 de Julho de 2009) e **realizada** em Brasília, de 25 a 30 de Março de 2010;

**Havendo examinado** as recomendações **formuladas** pelas delegações oficiais à Conferência, **reunidas** em seu segmento técnico-governamental nos dias 29 e 30 de Março de 2010;

Conscientes de que tais recomendações **se beneficiaram** do exame prévio por todos os Estados Membros de sugestões de peritos sobre estratégias para a difusão do ensino da língua portuguesa e sua implantação em organismos internacionais, assim como sobre o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, em atenção à “Declaração da Praia”;

**Expressando** seu reconhecimento pela contribuição dos peritos e pelo empenho das delegações à Conferência na formulação de recomendações consensuais para a atuação da Comunidade em favor da projeção da língua portuguesa como língua global;

**Dispositivo:**

**DECIDE:**

1. **Tomar** nota do relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.
2. **Recomendar** à VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, a adoção do “Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”, em anexo à presente Resolução.
3. **Acolher** a proposta de Portugal de organizar uma II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, a realizar em 2012.

**Feita** em Brasília, a 31 de março de 2010.  
(grifos nossos)

Como pudemos observar na Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (2010) e também nos anexos C ao F, o enunciado do dispositivo não é embreado, isto é, não apresenta nenhuma marca temporal, nem espacial e, por isso mesmo, se desliga do preâmbulo. Esse sim, o preâmbulo, apresenta uma marca temporal e espacial bem definida, o dia e o local da reunião dos Chefes de Estado e de Governo e/ou dos chanceleres. Ademais, no texto não encontramos qualquer intertextualidade, o enunciador não faz referência intertextual a qualquer documento, mas podemos apreender interdiscursividades relacionadas a colonização portuguesa e a outros documentos da própria CPLP. No dispositivo da resolução e da declaração há poucas referências ao próprio texto. Assim, são utilizados poucos pronomes pessoais e pronomes indefinidos.

Todas essas características reforçam o poder imperativo do enunciador, pois dão um sentido de amplitude ao enunciado. A ausência de qualquer embreagem distancia o enunciado da sua enunciação, transmitindo uma ideia de dizer ao infinito, a todos e a qualquer momento. Dessa forma, o enunciador é aquele que diz ao infinito, um dizer universal em seu alcance.

### 2.3.2 O ethos do (super)enunciador da CPLP

### 2.3.2.1 O (super) enunciador da Resolução e Declaração da CPLP sobre língua portuguesa

Inspirado na máxima do Zaratustra de Nietzsche (1998 [1883-85], p. 35) de que somente a morte de Deus abriria caminho para o super-homem, ousamos chamar o enunciador estudado de (super)enunciador.

Nietzsche (1998 [1883-85]), sob uma perspectiva niilista, descreve o super-homem como uma forma de superação, por si mesmo, do homem humilde, submisso, resignado, servil da tradição judaico-cristã. O super-homem é um ser não apenas virtuoso, mas consciente de suas virtudes, inclusive sob o viés político.

Para Nietzsche, Deus como ente superior foi criado pelo homem “para lhe dar a ilusão de segurança, a garantia de permanência, em um mundo contingente e cambiante, que se postula a igual inferioridade dos homens, sua igualdade” (GUERRA FILHO, 2003, p.2). Deus seria, dessa forma, um porto seguro para um homem sem virtudes.

Entretanto, apesar de Carlos Escobar (2000, p. 298) nos alertar que “o super-homem é impossível entre os homens – sua fecundidade bacante e cósmica, sua repugnância tanto pelo heroísmo quanto pela indiferença – e não se viu e não se verá um só dos seus sinais nos discursos e nas práticas humanas”, os estudos de Nietzsche nos possibilitam refletir sobre o enunciador em questão.

Esse (super)enunciador das declarações e resoluções da CPLP sobre a língua portuguesa não necessita de um fiador/garantidor ou mesmo justificativas para as decisões e dizeres. Como o super-homem, ele não necessita se posicionar como representante de Deus ou de qualquer outro, ele se impõe por si só, tendo ainda, uma (super)competência interdiscursiva, marcada por uma competência enciclopédica, de articulação de outros discursos sem o uso de qualquer intertextualidade e por uma competência genérica e linguística, que tem como marcas o discurso indireto, o enunciado não embreado e desligado da enunciação do preâmbulo, verbos no presente não dêitico e a ausência de referências ao próprio texto. Essa (super)competência e (super)memória discursivas ampliam ainda mais o seu imperativo.

Bakhtin (2009 [1977], p. 150-151) comenta sobre o discurso indireto, que está associado esse (super)enunciador:

O discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos da sua integridade

linguística e da sua autonomia estrutural primitivas. A enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido.

Como podemos ver, o discurso citado pelo (super)enunciador conserva a sua autonomia, mas com ele se reconfigura, amplia seu caráter imperativo, através de outra enunciação com novas regras sintáticas, estilísticas e composicionais, como vimos, por exemplo, na utilização de um enunciado não embreado e verbos no presente não dêitico. Bakhtin (2009 [1977], p. 152) vai ainda mais adiante quando questiona:

Como, na realidade apreendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida? Encontramos justamente nas formas do discurso citado um documento objetivo que esclarece esse problema. Esse documento, quando sabemos lê-lo, dá-nos indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na “alma” do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua. O mecanismo desse processo não se situa na alma individual, mas na sociedade, que escolhe e gramaticaliza – isto é, associa às estruturas gramaticais da língua – apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes a constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada.

Podemos concluir assim, que o (super)enunciador advém de um processo histórico de organização sócio-política do poder absoluto para o poder democrático, que intervém no modo de enunciação e gramatização da língua. Essa intervenção no modo de enunciar, que podemos identificar uma série de elementos marcados no discurso, como vimos, está voltada para a manutenção do poder imperativo do (super)enunciador. Por sua vez, por ser social, o (super)enunciador é compartilhado pela sociedade contemporânea de modo geral, e pelas comunidades de língua portuguesa, na circulação de uma memória “lusófona”, que por fim é a base da constituição de um processo identitário supranacional.

Mainueneau identificou a figura do hiperenunciador em alguns tipos de enunciado, que nada tem em comum com o nosso (super)enunciador. Mainueneau (2008 [2004]) ao analisar o uso da citação e seus dois planos de interação: o dos procedimentos (critérios enunciativos, tipográficos, sintáticos e prosódicos: discurso direto, indireto, indireto livre) e o dos lugares (gêneros, posicionamentos) observou um sistema de citação singular que ele chamou de particitação (participação + citação). Mainueneau (2008 [2004], p. 94-95) enumera uma série de características da particitação; a) o enunciado “citado” é autônomo, pois ou ele originalmente é ou foi extraído autonomamente de um texto; b) a citação deve ser



reconhecida como tal pelos alocutários, sem que se indique a fonte ou se utiliza verbo *dicendi*; c) o locutor que cita demonstra adesão ao enunciado e com o seu alocutário pertence a uma comunidade que se define, de maneira privilegiada por compartilhar tal tesouro; d) esse tesouro e a sua comunidade correspondente recorrem a um hiperenunciador que garanta menos a verdade e mais a validade do enunciado. Tais características são melhores compreendidas quando Maingueneau (2008 [2004], p. 96-108) exemplifica as particitações: provérbios, adágios jurídicos, tesouro bíblico, slogan, grito da torcida, a oração. Como podemos ver, tais enunciados diferem daqueles encontrados no nosso *corpus* de análise. Enquanto que Maingueneau (2008 [2004], p. 109) descreve o hiperenunciador “ como uma instância que, por um lado, garante a unidade e a validade da irreduzível multiplicidade dos enunciados do tesouro, e por outro, confirma os membros da comunidade em sua identidade, pelo simples fato de eles manterem uma relação privilegiada com ele”, o nosso (super)enunciador refere-se ao caráter imperativo enquanto enunciador de políticas internacionais, baseado na sua competência e memória discursiva singulares.

Para melhor compreendermos esse (super)enunciador, torna-se importante, por que não dizer necessário para esta pesquisa, observar a construção da sua imagem no discurso, suas posições discursivas, que interpelam o coenunciador a respeito da promoção e difusão da língua portuguesa.

Após observarmos as características dos gêneros discursivos e o efeito imperativo da Resolução e Declaração de organização internacional, passemos agora a analisar os enunciados a partir do ethos discursivo do enunciador, da posição discursiva do enunciador. Primeiramente, identificamos cada um dos cinco documentos selecionados, numerados na ordem de sua produção, de acordo com a forma abaixo:

- 1 – Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reunida em São Tomé, em 26 e 27 de julho de 2004.
- 2 – Declaração sobre a Língua Portuguesa da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reunida em Lisboa em 25 de julho de 2008.
- 3 – Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo, do Conselho de Ministros, reunido em Praia em 20 de julho de 2009.
- 4 – Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa do Conselho de Ministros, reunido em Brasília em 31 de março de 1010.

Em seguida, para facilitar a manipulação do *corpus* de análise, todos os parágrafos de

cada um dos documentos selecionados ganharam um código que se inicia com SD, de sequência discursiva e é seguido por um número referente a um dos cinco textos analisados separados por um ponto de outro algarismo que corresponde ao parágrafo recortado no texto como podemos ver nos anexos L ao O.

### 2.3.2.2 Enunciadores mais visíveis da CPLP

Depois de dividirmos os enunciados para melhor observá-los, percebemos que poderíamos agrupar as SDs em quatro/perfis mais visíveis de enunciadores, a partir dos seus enunciados, como foi feito por Isabel Rodrigues (2002, p. 55) no seu estudo sobre o sentido de língua de sinais e surdos. Assim, essas vozes recuperadas poderiam ser agrupadas nos seguintes perfis abaixo:

**Enunciador ufanista** – Afirma o poder da língua portuguesa, de forma muitas vezes, exagerada, mas também apaixonada. Para isso, retoma uma história gloriosa da língua portuguesa e traz pelo interdiscurso, algumas memórias do passado das conquistas portuguesas.

**Enunciador defensor** – Tem a necessidade de defender a língua portuguesa de algo/alguém que por sua vez constitui uma ameaça as suas aspirações.

**Enunciador apreensivo** – Demonstra preocupação, temor, inquietação, receios referentes à política linguística que ele almeja.

**Enunciador idealista-apaziguador** – Apresenta os desejos, aspirações, objetivos, as metas da política linguística para a difusão da língua portuguesa como forma de apaziguar os embates no interior do discurso.

Contudo, vale ressaltar que outras maneiras de nomear esses enunciadores são possíveis. Dessa forma, por exemplo, o enunciador apreensivo, pode também ser chamado de preocupado, inquieto. Ademais, um enunciador não exclui o outro, afinal, eles constituem, na verdade, posições de um mesmo enunciador, o (super)enunciador, que por sua vez se insere numa ampla formação ideológica.

Os quadros 10 e do 12 ao 14 apresentam as afirmativas subjacentes associadas aos enunciadores ufanista, defensor, apreensivo e idealista-apaziguador com a respectiva numeração dos enunciados, de acordo com os parágrafos e de acordo com cada documento, por exemplo, SD2.1. Com a finalidade também de facilitar a consulta aos enunciados correspondentes a cada enunciador, marcamos nos anexos L ao O de verde as sequências discursivas correspondentes ao enunciador ufanista, de amarelo ao enunciador defensor, de vermelho ao enunciador apreensivo e de azul ao enunciador idealista-apaziguador.

### 2.3.2.2.1 O Enunciador ufanista

Definimos o enunciador ufanista como aquele que afirma o poder da língua portuguesa, de forma, muitas vezes, exagerada, mas também apaixonada. Para isso, ele retoma uma história gloriosa da língua portuguesa e traz pelo interdiscurso, algumas memórias do passado das conquistas portuguesas. Seu discurso é assim atravessado por memórias discursivas de outras línguas e formações discursivas.

Apesar desse enunciador se diferenciar do idealista-apaziguador, ele o completa, na medida que esse mira no futuro, no que vai ser, enquanto aquele retoma o passado, aquilo que foi e/ou é, assumindo, assim uma relação bem próxima.

Quadro 10: Enunciador ufanista

Número das sequências discursivas	Afirmativas associadas ao enunciador ufanista
SD1.2	Tendo em conta o <i>carácter fundamental</i> das actividades de promoção e difusão da <i>Língua Portuguesa para o fortalecimento da CPLP no plano internacional e para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação política e da cooperação entre os seus Estados membros;</i>
SD1.3	<i>Congratulando-se com as iniciativas da Sociedade Civil dos Estados membros a favor da promoção e difusão da Língua Portuguesa;</i>
SD1.8	<i>Registrar, com satisfação, as actividades desenvolvidas pelo Secretariado Executivo junto das entidades da sociedade civil interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa e, nesse particular: - Aplaudir a Fundação Roberto Marinho e demais parceiros do Projecto Estação da Luz da Nossa Língua pela iniciativa de criar, na cidade de São Paulo, um centro internacional de referência da Língua Portuguesa; e - Louvar a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) pelos seus esforços para que a Língua Portuguesa seja incluída nos exames de acesso às universidades norte-americanas.</i>

SD2.2:	Considerando <i>a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa</i> face aos desafios crescentes colocados pela globalização.
SD2.3:	Reconhecendo <i>a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, cujos valores fomentam a aproximação dos povos</i> ;
SD2.4:	Considerando <i>a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional</i> , ditada pela sua pertença a <i>múltiplas matrizes geopolíticas</i> ;
SD2.5:	Assumindo <i>o papel das línguas na criação de mercados e oportunidades de negócio, e na integração económica e social</i> ;
SD2.14:	O seu compromisso na concertação de programas que promovam, na cena internacional, <i>o valor cultural e económico do Português</i> , designadamente através de projectos comuns suportados pelas tecnologias de informação e comunicação;
SD2.16:	A necessidade de continuada concertação diplomática no sentido de, em conjunto, se desenvolverem programas que permitam a permanente ligação das diásporas às culturas dos seus países de origem e a sua simultânea integração nos países de acolhimento, tendo em consideração que <i>a Língua Portuguesa é um factor de união das diásporas dos diferentes Estados membros da CPLP</i> ;
SD3.2:	Reafirmaram que <i>a Língua é um meio fundamental de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores comuns</i> , numa perspectiva aberta e universalista.
SD3.3:	A utilização progressiva do <i>português como língua de trabalho em organizações internacionais</i> , de cariz universal ou regional, é uma realidade. É um <i>idioma falado em mais de vinte instituições internacionais</i> , nomeadamente na União Africana, na União Europeia, na União Sul-Americana de Nações (UNASUL), na Organização dos Estados Americanos e nas Cimeiras Ibero-Americanas. Concordaram que a CPLP e os Estados membros têm que ser mais ambiciosos, em particular no sistema das Nações Unidas.
SD3.5:	A CPLP é uma Comunidade de <i>mais duzentos milhões de pessoas que tem na língua comum uma marca da sua individualidade</i> . A diversidade linguística e cultural é necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fenómenos de massificação propícios à constituição de centros de poder político de participação muito reduzida.
SD3.8:	Visa-se, nuns casos, a promoção da <i>língua enquanto instrumento vital de aquisição de conhecimentos técnicos e científicos</i> e, noutros, a <i>sua própria difusão, coexistindo em harmonia com outros idiomas nacionais</i> .

O ufanismo se caracteriza por certos temas e o tratamento dado a eles, como por exemplo, seus modos de adjectivar, a utilização de hipérboles e de léxicos apropriados, como *louvar* e *aplaudir* (SD1.8). Esses traços linguísticos são utilizados pela propaganda ufanista na busca de adesão e, conseqüentemente, no apagamento das polémicas. O enunciador vangloria-se, atribui a si mesmo grandes méritos, sempre num sentido que extrapola, cria uma desmedida, podendo causar, inclusive, efeito de arrogância e vaidade.

Nessas sequências discursivas, a língua portuguesa é apresentada como língua internacional, graças à dimensão e à vocação internacionais da própria língua. A dimensão internacional da língua portuguesa refere-se ao pertencimento a diferentes e múltiplas matrizes geopolíticas, isto é, a língua portuguesa pertence a diversas regiões do globo e é falada, atualmente em quatro continentes – Europa, América, África e Ásia.

Tal afirmativa, de estar presente em muitos continentes ou matrizes geopolíticas, não torna, no aspecto linguístico, a língua portuguesa melhor que outras línguas que não sejam faladas em tantos continentes, porém traz ao discurso um aspecto político, uma demonstração de poder do português. Essa suposta grandiosidade da língua portuguesa, também demonstrada no título deste capítulo com a frase do chanceler brasileiro Antônio Patriota, quando afirma que “O português nunca dorme”, de certa forma, instaura um diálogo com outros discursos sobre outras línguas, já que é comum dizer que o inglês e o francês<sup>67</sup> são falados nos cinco continentes, ou que no Império Britânico, o sol nunca se punha<sup>68</sup>.

O quadro 11 mostra algumas das línguas mais faladas no mundo como materna versus o número de países e continentes em que é língua oficial. Como podemos ver, a língua portuguesa ocupa a sétima posição em número de falantes, mas se for considerada sua presença como oficial em continentes, ela salta para a segunda posição, perdendo apenas para o inglês e ocupando o mesmo lugar do francês. O importante disso tudo é que nessa competição entre línguas, existem muitas variáveis possíveis para compará-las, mas o enunciador ufanista tende a utilizar aquelas que apresentam maiores vantagens, aparentemente, para a língua portuguesa. Ele tende a selecionar pontos de vista em que o português pareça superior às demais línguas do mundo, embora o estatuto político da língua permaneça inalterado. Como exemplo disso temos a SD2.3 ao dizer que a língua portuguesa pertence a “múltiplas matrizes geopolíticas” ou ainda a SD3.18 ao afirmar que o português “é um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais”.

Calvet (2007) mostra que no ambiente por ele caracterizado de guerra das línguas é comum aos nacionalistas convictos, de maneira geral, utilizar variáveis ou dados que aparentemente favoreçam sua língua frente às demais. Logo, essa não é uma característica restrita apenas ao enunciador de políticas linguísticas do português. Dessa forma, o

---

<sup>67</sup> Embora a língua francesa esteja presente em caráter oficial em países de quatro continentes, a Organização Internacional da Francofonia afirma que a língua francesa está presente nos cinco continentes, pois a organização também reúne as ex-colônias francesas na Ásia, como o Laos, Camboja, Vietnã e o Líbano, que não tem a língua francesa como oficial (LEWIS, 2009).

<sup>68</sup> Essa mesma afirmação também foi usada por Carlos V (1500-1558), rei da Espanha e Imperador do Sacro Império Romano e Filipe II (1527-1598), rei da Espanha de 1556 a 1598 e rei de Portugal de 1580 a 1598, sobre o Império Espanhol “El Imperio donde nunca se ponía el Sol” Fonte: História de España (HISTÓRIA SIGLO 20).

enunciador francês preferirá dizer que sua língua é falada em 27 países ao invés de dizer que apenas a décima sexta mais faladas em número absoluto de indivíduos, ou o enunciador alemão preferirá dizer que existem 114 ganhadores de língua alemã do prêmio Nobel, sendo 12 de literatura, ao invés de dizer que sua língua é falada apenas na Europa (LEWIS, 2009; PRÊMIO NOBEL, 2010; DEUTSCHLAND, 2010).

Quadro 11: A presença das línguas em países e continentes.

Língua	Número em milhões de falantes maternos (Ethnologue, 1995)	Número de países em que é oficial	Número de continentes em que é oficial
Chinês	1213	3	1
Espanhol	329	20	3
Inglês	328	54	5
Árabe	221	24	2
Hindi	182	1	1
Bengali	181	2	1
Português	178	9	4
Russo	144	2	1
Japonês	122	1	1
Alemão	90,3	5	1
Francês	67,8	27	4
Italiano	61,7	3	1

*Fonte: Elaborado pelo autor a partir do New York Times Almanac 2009 & Ethnologue 2009.*

O mesmo tom ufanista aparece na utilização de números que tentam afirmar/comprovar essa grandiosidade da língua portuguesa, como “mais de duzentos milhões de pessoas” ou “mais de vinte instituições” falam/utilizam a língua portuguesa (SD3.18 e SD3.20). De certo, a utilização de números na argumentação transmite certa credibilidade, relacionada às ciências exatas. Porém, mesmo tendo acesso a números precisos a respeito das variáveis expostas, fornecidos pelos institutos de estatísticas dos Estados membros da CPLP, o enunciador prefere utilizar a expressão “mais”, dando um efeito hiperbólico, isto, é exagerado. Dessa forma, a expressão “língua falada por mais de duzentos milhões”, não provoca o mesmo efeito no coenunciador que “língua falada por 230 milhões de pessoas”. O mesmo ocorre na expressão “É um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais”.

Já a “vocalização internacional” da língua remete à história e às conquistas portuguesas.

Como vimos, os vocábulos não são empregados indistintamente num discurso, por isso mesmo seus sentidos são explorados pelo sujeito dentro de uma formação (inter)discursiva. Eles estão relacionados, ainda, aos sentidos que fazem circular dentro da FD e do campo discursivo. Segundo o dicionário Houaiss (2007), o vocábulo *vocação* tem os seguintes sentidos:

1 ato ou efeito de chamar(-se); denominação 2 apelo ou inclinação para o sacerdócio, para a vida religiosa 3 disposição natural e espontânea que orienta uma pessoa no sentido de uma atividade, uma função ou profissão; pendor, propensão, tendência 4 disposição, pendor, talento 5 chamamento de alguém para exercer certa função obrigatória ou para a posse de um direito.

Como pudemos ver, vocação tem um sentido de disposição natural e espontânea, propensão, tendência. Sem dúvidas, dizer que uma língua tem uma disposição natural ou propensão internacional é dar a ela um sentido de poder, se levarmos em consideração que uma língua remete a uma identidade nacional, a um Estado, a uma comunidade que compartilha elementos de identidade e de cultura. Dessa forma, dizer que o português tem uma vocação internacional é o mesmo que dizer que é intrínseca à língua uma disposição para representar diversas identidades e conectar distantes culturas. Todavia, é difícil pensar numa vocação internacional da língua portuguesa, sem lembrar os seus papéis históricos desde a fundação de Portugal, como língua colonizadora. Novamente aqui atua a memória discursiva do enunciador fazendo circular os sentidos de língua da sua formação ideológica.

Esse resgate da colonização traz consigo interdiscursos sobre os motivos e a missão colonizadora portuguesa dialogando, assim, com o pensamento de diversos pensadores tais como o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre (1940; 1961 e 2006); o Portugal-língua, que manteria viva a missão do Portugal-território, de Agostinho da Silva (2009); a hiperidentidade na sociedade portuguesa, de Eduardo Lourenço (1994; 1999 e 2001) e o direito português sobre a língua, de Adriano Moreira (2009). Todos exaltando de uma forma ou de outra o papel de Portugal na história.

Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, a história da colonização portuguesa está impregnada por uma mitologia própria e profunda que retorna à fundação de Portugal, passando pela Idade do Espírito Santo de Joaquim de Fiore, em que Portugal teria como missão trazer à Terra uma época de amor universal e inteligência espiritual até a ideia do quinto império. Tais discursos relacionam a colonização portuguesa a aspectos religiosos que inflamam o poder de Portugal e a função da língua portuguesa. A língua ganha um papel mitológico com Gilberto Freyre na concretização de um universo português, civilizado, positivo e fraterno:

É uma língua, portuguesa, que já se tornou a de toda uma vasta comunidade – a luso-tropical – com características que a têm destacado cada dia mais das línguas simplesmente neolatinas, pela crescente tropicalização das suas vozes, dos seus sons, do seu modo de corresponder a estilos e a conveniências de populações de várias origens étnicas e culturais integradas em países quentes, dentro das normas de interpretação ou de tolerância que tornam possível uma *pax lusitana*. Diferente da romana e principalmente da britânica (Gilberto Freyre, *O luso e o trópico*, 1961, p. 216).

Portanto, quando o enunciador ufanista utiliza “vocação” retoma um sentido e um valor de língua portuguesa, resgatando-os do passado colonizador português, que foi responsável por expandir e difundir a língua portuguesa. Como afirma Eni Orlandi (2008 [1990], p. 42)

A relação com a história é dupla: o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no “futuro”, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que não é assim mera percepção do mundo ou representação do real.

A memória discursiva aqui cumpre um papel primordial. É justamente através dela que se pode recuperar nesse processo um discurso glorioso, potencializá-lo resignificando-o para assim projetá-lo no futuro como um discurso atual.

O enunciador ufanista demonstra também o apoio da sociedade civil para as suas políticas, trazendo-a como aliada do seu discurso, como podemos ver nas SD1.3 e SD1.8. Além disso, nomeia duas fundações, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (SD.1.8), numa clara demonstração de que não está só, tentando transmitir através disso maior credibilidade ao coenunciador, na conquista de sua adesão. Mais um efeito de vanglória.

Essas sequências discursivas, ainda, apresentam diversas funções da língua portuguesa, demonstrando de certa forma também o seu poder de exercer papéis tão distintos. Muitos sentidos de língua ganham força no discurso sobre política linguística, como o sentido econômico e também o cultural (SD2.14), que não deixa de ser econômico, a partir da indústria cultural. Ademais, a língua portuguesa é vista como língua de trabalho em organizações internacionais (SD3.3) e meio de união das diásporas dos diferentes países lusófonos (SD2.16), instrumento vital para a aquisição de conhecimento técnicos e científicos (SD3.8), meio para a difusão cultural, projeção internacional de valores (SD3.2) e meio para a criação de mercados e oportunidades de negócios e integração econômica e social (SD2.5).

Como resultado de tudo isso, temos um efeito de homogeneidade, como se a língua falada nos nove países de língua oficial portuguesa fosse a mesma, ignorando as suas variedades e particularidades. Mais do que uma convergência entre as línguas, busca-se, o



apagamento das diferenças, da heterogeneidade, ao passo que ocorre a valorização da homogeneidade do interior da comunidade, o fortalecimento da CPLP e o aprofundamento da amizade mútua (SD1.2). Isso é possível a partir da língua portuguesa, potencializada pela sua “vocação internacional” capaz de unir países tão distantes em diferentes continentes, sendo reforçada pela participa o da sociedade civil e sua atua o como aliados. O enunciador ufanista ignora os processos de descoloniza o linguística (ORLANDI, 2009) na forma o de uma língua nacional. Ele busca, portanto, a coincidência de discursos, apesar da heterogeneidade fundante da CPLP, devido   diversidade de povos e conseqüentemente de culturas, que falam português.

#### 2.3.2.2.2 O Enunciador defensor

Definimos o enunciador defensor como aquele que defende a língua portuguesa de algo/alg m, que por sua vez constitui uma ameaça as suas aspira oes.

Quadro 12: Enunciador defensor

Número das sequências discursivas	Afirmativas associadas ao enunciador defensor
SD2.16:	A necessidade de continuada concerta�o diplomática no sentido de, em conjunto, se desenvolverem programas que permitam a permanente liga�o das diásporas às culturas dos seus países de origem e a sua simultânea integra�o nos países de acolhimento, tendo em considera�o que <i>a Língua Portuguesa � um factor de união das diásporas dos diferentes Estados membros da CPLP</i> ;
SD3.5:	A CPLP � uma Comunidade de mais duzentos milhões de pessoas que tem na língua comum uma marca da sua individualidade. <i>A diversidade linguística e cultural � necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fen�menos de massifica�o propícios � constitui�o de centros de poder político de participa�o muito reduzida.</i>
SD3.6:	<i>Defender a língua comum � uma forma de democratiza�o do sistema internacional. � igualmente um meio de aumentar a influência conjunta da Comunidade, num momento de recomposi�o da distribui�o do poder � escala global.</i>

Nas sequências discursivas acima há a tentativa de constru o de uma defesa da identidade comum a todos os que falam o português, buscando uma coesão entre os lusofalantes. Tal iniciativa está centrada no emprego do verbo defender.

Tendo em vista que o EU se forma em oposi o ao OUTRO, o enunciador defensor

tenta articular alianças através de uma oposição àqueles que de certa maneira “atacam” a língua portuguesa. A partir daí, o enunciador busca justificar os motivos para a sua defesa em difundir a língua portuguesa.

Para isso, o enunciador lança mão de um tema que é imposto ao seu campo discursivo: o multiculturalismo/multilinguismo.

De acordo com o cientista político Andrew Heywood (2010, p. 95) o termo multiculturalismo surgiu pela primeira vez no Canadá em 1965 “para descrever uma forma específica de se lidar com a questão da diversidade cultural”. Já segundo Milena Doytcheva (apud ALVES, 2010, p. 145) a palavra “multiculturalismo começou a ser usada em inglês nas décadas de 1970 e 80, em publicações do Canadá e Austrália, designando as políticas públicas destinadas a valorizar a diversidade cultural de que se compunham as sociedades daqueles dois países, somente sendo registrada no *Oxford English Dictionary* em 1989”.

Como percebemos, o paradigma do multiculturalismo só ganhou grande destaque no cenário político mundial nos anos 1990, relacionado à marginalização dos grupos e culturas minoritárias e à imigração, sobretudo na União Europeia, e após o surgimento dos direitos humanos de terceira geração<sup>69</sup>.

Um dos pioneiros a introduzir essa temática na política internacional foi Jacques Rigaud, funcionário do Ministério de Assuntos Culturais da França que elaborou em 1979 um relatório sobre a necessidade de introduzir o multiculturalismo na diplomacia cultural francesa, publicado em 1980 no formato de livro como o título de *Les Relations Culturelles Extérieures*. Na concepção de Rigaud (apud AMARAL, 2008; apud MAPA, 2009, p.88) a idéia de troca de culturas deve prevalecer em detrimento da defesa da política de difusão da língua, que foi tão marcante no governo francês ao longo do século XX: trata-se de um reconhecimento da interdependência das culturas, onde a “promoção das culturas estrangeiras passou a impor-se, em primeiro lugar, como instrumento de defesa da diversidade cultural e, em seguida, para facilitar a difusão da cultura francesa no exterior”, mediante a “constatação de que a globalização é fenômeno massivo e assimétrico, capaz de propiciar perigosa uniformização”.

Heywood (2010, p. 95) chama atenção para o multiculturalismo está mais para uma arena de debates ideológicos, isto é, mais próximo a um tema, do que propriamente uma

---

<sup>69</sup> Norberto Bobbio em *A Era dos Direitos* (1992) descreve três gerações de direitos humanos. Os de primeira geração são os direitos políticos, que se inserem no contexto de reivindicações da Revolução Francesa (1789-1799). Os de segunda geração são os direitos sociais, inseridos no contexto da II Revolução Industrial, no século XIX e conquistados a partir das reflexões em torno do marxismo. Os de terceira geração são os chamados direitos difusos que surgiram após a II Guerra Mundial (1939-1945) e referem-se a conquistas relacionadas ao meio ambiente, bioética e multiculturalismo.

ideologia em si. Contudo, essa constatação não elimina o seu potencial ideológico e polêmico, pelo contrário o transforma em uma fórmula (KRIEG-PLANQUE, 2010).

Desse modo, vemos o multiculturalismo/multilinguismo como uma formulação discursiva cristalizada, cujos sentidos na maioria das vezes apresentam uma carga positiva, afinal, é justamente atrás desse efeito positivo que o enunciador defensor utiliza a fórmula. No entanto, como vimos no capítulo teórico, a cristalização de uma expressão ou vocábulo não elimina ou engessa a sua polêmica, pelo contrário a amplia, já que como fórmula passa a se inserir em diversas FDs como afirmação ou negação e ser tema central de muitos debates sobre o(s) seu(s) sentido(s), paternidade e efeitos. É ao encontro desse pensamento que Alves (2010, p. 145) afirma, que “embora pudesse ter um sentido meramente descritivo de sociedades etnicamente plurais, o termo se disseminou no discurso contemporâneo com tons político-programáticos, adquirindo feições normativas, com deslocamento e expansão do significado de ‘cultura’”.

Heywood (2010, p. 106-113), dessa maneira, nos apresenta diversas correntes e entendimentos divergentes e polêmicos em torno da fórmula multiculturalismo: o multiculturalismo liberal, o multiculturalismo pluralista e o multiculturalismo cosmopolita.

Enquanto o multiculturalismo liberal baseia-se no individualismo, em uma tolerância que não é moralmente neutra, na distinção entre o público e o privado e em valores ocidentais como a democracia; o multiculturalismo pluralista baseia-se na ideia de que não há superioridade moral das crenças ocidentais, democracia, liberdade individual e direitos humanos, além da política da indiferença. Já o multiculturalismo cosmopolita está centrado no hibridismo, isto é, que cada cultura pode oferecer na construção de uma consciência global.

Além dessas correntes multiculturais divergentes, o multiculturalismo também instaura polêmicas com os seus críticos: liberais, que o vêem como uma ameaça ao individualismo, aos conservadores como ameaça ao nacionalismo e os feministas, que acreditam que o multiculturalismo preserva crenças patriarcais. Todos esses negam o seu sentido e se negam a enunciá-lo.

Apesar das diferentes abordagens do multiculturalismo, todas baseiam-se na constatação de que há diversidade na humanidade e essa diversidade é positiva. Esse tema, todavia, se o considerarmos na perspectiva pluralista, a qual nos filiamos, é incompatível à expansão de uma língua, já que partimos do princípio que a expansão de uma língua avança sobre o espaço de outras.

Levando em consideração o tipo ideal weberiano (WEBER, 1992 [1904]), uma situação multilinguística ideal seria aquela em que não haveria intervenção a favor ou contra

uma determinada língua, isto é, as línguas conviveriam, sem a intervenção de um elemento externo, muitas vezes o próprio Estado. De certo, esse tipo ideal serve apenas como meio para imaginarmos uma possível convivência entre as línguas num ambiente multilíngue, já que como vimos a história está marcada pela imposição da língua nacional, pela colonização linguística e pela perseguição e, mais recentemente, pela proteção das línguas minoritárias.

Dessa forma, o multiculturalismo integra-se a esse discurso não como argumento para proteger as línguas minoritárias dos países lusófonos, perante o domínio da língua portuguesa, mas para justificar as políticas de expansão do português num mundo cada vez mais homogêneo. Desse modo, no discurso da CPLP, o mundo estaria homogêneo, o que tornaria a difusão de uma língua como a portuguesa não apenas positiva, como também necessária (SD3.6).

Prosseguindo nossa análise podemos identificar, no âmbito do contato de línguas, duas formações discursivas opostas, uma que demos o nome de colonial e a outra de multicultural. A primeira está baseada numa relação de poder entre as línguas, poder político e ideológico e conseqüentemente de dominação.

Essa formação discursiva comportaria tanto discursos referentes à colonização europeia em que as línguas do colonizado sofreriam de um déficit linguístico, isto é, como afirma Bethania Mariani (2007, p. 241) seriam primitivas, tradicionais e subdesenvolvidas, quanto discursos do colonizado exaltando a miscigenação, fruto da colonização, como forma de reação<sup>70</sup>. Por mais que se invertam os centros de poder, as posições discursivas, por mais que em um discurso o europeu seja civilizador e em outro vilão, ou o brasileiro civilizado pelo europeu ou vítima, na FD colonial, a relação de poder permanece, bem como o preconceito e a discriminação. A homogeneidade prevalece sobre a heterogeneidade. Logo, o sentido de língua se dá de forma dialética, numa relação de poder. Assim, há línguas civilizadoras vs. línguas primitivas, línguas de cultura vs. línguas sem cultura, línguas desenvolvidas vs. línguas desenvolvidas, línguas com tradição literária vs. línguas ágrafas.

Já na formação discursiva multicultural, ao contrário da anterior, não haveria

---

<sup>70</sup> Quando falamos em discurso colonial, sem dúvidas a primeira imagem que vem em nossas mentes é o discurso do europeu colonizador, civilizador e superior. Contudo, dentro dessa ideia de que o colonial representa uma relação de poder, de superioridade, de etnocentrismo a FD colonial pode muito bem comportar uma série de discursos e enunciados opostos, centrados também no colonizado, numa posição superior. Como exemplos disso temos o luso-tropicalismo freyreano ou o pensamento de Agostinho da Silva de que o Brasil é não só civilizado, mas como um país do futuro, ou o auto-orientalismo japonês na tentativa de fortalecer o EU frente aos outros ocidentais e não japoneses; ou ainda a versão chamada de orientalismo oriental de que o Japão compensaria a inferioridade em relação ao ocidente pela superioridade aos não ocidentais (RUSSEL e IWABUCHI apud SASAKI, 2009, p. 122-124). Outro exemplo disso seria o drama do colonizado em autoafirmar-se na busca de um mito positivo que negue o mito negativo do colonizador tratado por Memmi (2007, p. 177-181) ou por fim aqueles discursos nacionalistas de superioridade independentes de se inserirem num contexto colonial. No entanto, o discurso europeu colonial mitológico constitui-se como o discurso fundador de todo esse processo dialógico. Daí o nome que demos a essa FD, que poderia também ser chamada de formação discursiva etnocêntrica.

aparentemente relação de poder entre as línguas, não haveria uma língua melhor, mais civilizada, original. Essa formação estaria centrada na diversidade como fator positivo e na convivência pacífica entre a diferença. A heterogeneidade prevalece sobre a homogeneidade. A língua é vista como expressão cultural, não importando se tem escrita, gramática, milhares de sites na internet ou se é oficial em várias organizações internacionais. Todas as línguas são iguais em direitos, e diferentes, porque a humanidade comporta essas diferenças. É justamente essa FD que impõe ao campo discursivo de política linguística o tema multiculturalismo/multilinguismo.

Não podemos nos esquecer de que essa FD foi constituída em relação à anterior, ou melhor, numa reação à anterior. É justamente por isso, que Heywood (2010, p. 99) afirma que o multiculturalismo é um desdobramento do pós-colonialismo: “a importância do pós-colonialismo foi que ele procurou contestar e subverter as dimensões culturais do governo imperial por meio do estabelecimento da legitimidade de ideias e correntes políticas não ocidentais e, por vezes, antiocidentais”.

Desse modo, essa FD, rompe com o eurocentrismo, com o etnocentrismo, inclusive com o etnocentrismo às avessas<sup>71</sup> da FD colonial, propondo novos sentidos de língua e de sujeito falante.

Vale ressaltar que essas FDs não se restringem ao campo discursivo dos estudos da linguagem, mas constituem discursos recorrentes durante a história, relacionando culturas e povos diferentes e atravessam outros campos discursivos.

A questão do multiculturalismo/multilinguismo é atualmente um tema tão imposto ao campo discursivo das ciências da linguagem e conseqüentemente da política linguística que na 8ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP em 22 de julho de 2010 em Luanda foi feita a *Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP*<sup>72</sup>. A declaração, como podemos ver no anexo H, reconhece a diversidade cultural e o multilinguismo interno dos países de língua oficial portuguesa “como fatores de enriquecimento a serem protegidos e valorizados”.

---

<sup>71</sup> Etnocentrismo é um conceito antropológico utilizado para descrever a avaliação pelo indivíduo de uma cultura diferente da sua a partir de seus valores. Tal julgamento discriminatório ocorre numa posição de superioridade desse indivíduo em relação aos demais. É a ausência de alteridade. Roberto Da Matta (1981) descreve o etnocentrismo às avessas como um julgamento em que o indivíduo se coloca em posição de inferioridade em relação ao outro. Esse tema também foi abordado por Memmi (2007, p. 162-164) no que ele chamou de “amor pelo colonizador e ódio de si”.

<sup>72</sup> No dia 9 de dezembro de 2010, o presidente Lula editou o decreto nº 7.387 instituindo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Tal inventário é de responsabilidade do Ministério da Cultura e visa a “identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Essa medida é resultado da mobilização da sociedade civil brasileira, desde o início da década de 2000, pelo menos, e é a primeira medida em prol do multilinguismo a nível nacional no Brasil, sem estar relacionado ao ensino ou restrito às línguas indígenas. Vale ressaltar que no mesmo ano, o IBGE não cedeu às pressões da sociedade civil para elaborar o primeiro censo linguístico do Brasil, no Censo de 2010, alegando alto custo.

Essa declaração, assim, reconhece que há heterogeneidade, porém ela é circunscrita na homogeneidade da CPLP, isto é, no fato de que todos os países da Comunidade têm a língua portuguesa como oficial. Desse modo, apesar de todos os países da CPLP serem culturalmente heterogêneos, só podemos falar de uma heterogeneidade interna na comunidade, porque existe uma CPLP a partir de um critério de homogeneidade, que é a língua portuguesa, afinal o recorte da comunidade se dá através da língua. Logo, a heterogeneidade está num segundo plano. Se fosse o elemento que prevalecesse, não haveria CPLP, pois não haveria elemento em comum que unisse países tão distintos e longínquos geograficamente.

Ademais, somente em julho de 2010, portanto, catorze anos após a fundação da CPLP e após as declarações e resoluções sobre a difusão e promoção da língua portuguesa, que os Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa sentiram a necessidade de dizer, de afirmar a heterogeneidade da Comunidade. Pelo princípio do dialogismo, podemos encarar esse dito como uma resposta àqueles sujeitos que questionam a ausência de políticas que visem o multilinguismo e que pressionam por uma abordagem do tema. Isso pode ser comprovado pelo uso da intertextualidade, não muito comum nas declarações anteriores, mas muito presente nesta última, sobre o multilinguismo, principalmente na citação de documentos ou discussões da Unesco, ONU e Aliança das Civilizações defendendo o multiculturalismo/multilinguismo. Além disso, se observarmos o título da declaração, podemos ver que está centrado na solidariedade, mas solidariedade não é o mesmo que igualdade.

Portanto, a FD multicultural pressiona e impõe o tema do multilinguismo no discurso da CPLP, mas não é capaz de superar a FD colonial. Nessa declaração isso pode ser visto claramente no item 9 da declaração em questão: “(os Chefes de Estado e de Governo declaram) reafirmar a função crucial da Língua Portuguesa na gênese da CPLP, na sua construção, no seu futuro e como elemento impulsionador de convergência na diversidade” Ou seja, apesar de haver o reconhecimento da diversidade cultural na Comunidade, a defesa da homogeneidade cultural persiste.

Retornando a análise da SD3.20 e da SD3.21, podemos avançar também na discussão sobre “os centros de poder político de participação muito reduzida”. O enunciador defensor utiliza o argumento da necessidade da diversidade para justificar a presença da língua portuguesa num mundo cada vez mais homogêneo. O enunciador descreve um sistema internacional de pouca participação e com um poder central. De acordo com Morgenthau (apud NOGUEIRA; MESSARI, 2005), um dos principais teóricos de Relações internacionais, o sistema internacional é um conjunto de Estados, que se define a partir do interesse nacional,

que em fim último é a sobrevivência do Estado, garantido pela conquista de poder. Como atualmente vivemos num sistema unipolar, centrado em uma única superpotência, essa ordem mundial centralizada a que o enunciador defensor se refere é a liderada pelos Estados Unidos. Logo, há também aqui uma referência à língua do centro de poder, no caso, a inglesa.

No mesmo sentido caminha Fernando Cristóvão (2008, p. 35), imortal da ACL e ex-presidente do ICALP, hoje Instituto Camões, quando dispõe entre os benefícios da Lusofonia, “(a melhor resistência) às invasões de outros grupos linguísticos de ambições hegemônicas, que agora são, sobretudo, de caráter comercial e cultural, mas poderão voltar a transformar-se em projetos de dominância territorial”.

Vale ressaltar ainda que a crise econômica de 2008 e a ascensão de novas potências como China, Brasil e Índia mostram que há possibilidade de uma nova reconfiguração dessa ordem, seja pela multipolaridade ou mesmo pela unimultipolaridade<sup>73</sup>. Dessa forma, a difusão da língua portuguesa seria uma forma tanto de defender a diversidade do mundo quanto de garantir um espaço aos países lusófonos nesse momento crucial, tanto que o enunciador dialoga com a formação discursiva multicultural para justificar a inserção da língua portuguesa no mundo de olho numa possível redistribuição do poder global.

Por último, nas SD3.5 e SD3.6 não há nenhuma preocupação com os malefícios dessa política e apesar de dialogar com a formação discursiva multicultural, permanece uma relação de poder, seja de distinção entre aqueles que buscam o poder, ou de dominação daqueles que não alcançam esse poder. A política linguística, assim deve defender a língua portuguesa dos avanços dessa língua central e torná-la um instrumento para ampliação do poder dos países lusófonos no mundo, como também pode ser visto na SD1.2.

Novamente, como no enunciador ufanista, há a tentativa de produzir um efeito de homogeneidade. Contudo, esse efeito dessa vez não se refere a questões intra-comunitárias a fim de unir os países de língua oficial portuguesa, a partir de pontos comuns, mas sim busca uma homogeneidade em relação ao exterior, busca uma identidade em relação ao outro que se encontra fora da CPLP.

Isso também pode ser observado na SD2.16 ao dizer: “a Língua Portuguesa é um factor de união das diásporas dos diferentes Estados membros da CPLP”. A língua portuguesa torna-se primordial da formação de um novo EU, composto por todos os seus falantes, independentes da etnia, nacionalidade ou cultura, numa situação de imigração. Dessa maneira, ela seria responsável por criar uma identidade “lusófona”, bem como fortalecê-la frente a um

---

<sup>73</sup> Samuel Huntington (2000) foi o primeiro a descrever uma ordem unimultipolar. Segundo ele, seria uma ordem em que existiria uma única superpotência, mas com outras potências, necessárias a manutenção da segurança e da paz.

## OUTRO.

Essa nova relação entre EU-OUTRO pela língua portuguesa se daria tanto num contexto de imigração intra-comunitária como extra-comunitária. Na primeira situação, a língua uniria e conseqüentemente fortaleceria as duas ou mais comunidades lusófonas distintas num país de acolhimento. Já na segunda situação o português atuaria na diminuição das diferenças identitárias entre indivíduos lusófonos de países distintos, auxiliando na aproximação e na incorporação, por exemplo, de brasileiros em Portugal.

Em ambos os casos, o EU é um eu lusófono, falante de português, já o OUTRO, na primeira situação são os demais estrangeiros em Portugal e na segunda situação os estadunidenses em seu próprio país e indivíduos de outras nacionalidades<sup>74</sup>. A língua portuguesa, desse modo, torna-se também um instrumento de defesa e de proteção das comunidades lusófonas em diásporas dos indivíduos e comunidades externas à CPLP. Mas isso só é possível porque a língua portuguesa garante um efeito de homogeneidade entre todos os luso-falantes independente de sua cultura.

Podemos concluir, desse modo, que o tema do multiculturalismo/multilinguismo, imposto pelo campo discursivo, ao invés de afirmar a heterogeneidade existente na comunidade, é trazido para reforçar a construção da homogeneidade dentro da CPLP, desvalorizando a diferença inerente aos povos. Isso ocorre porque o multilinguismo aqui é levado em consideração apenas nas relações externas da comunidade.

Por fim, o enunciador defensor na busca de construir uma homogeneidade lusófona, articula um inimigo externo, relacionado à concentração de poder e à língua inglesa, de quem deve se defender. Ao passo que retoma os mitos, a memória discursiva da colonização na defesa da língua em prol da homogeneidade esses discursos se inserem na FD colonial.

### 2.3.2.2.3 O Enunciador apreensivo

Definimos o enunciador apreensivo como aquele que constrói sentidos de que há algo a reear referente à política linguística almejada.

---

<sup>74</sup> Tal processo identitário também pode ser analisado a partir do conceito de *altercasting* do teórico construtivista das Relações Internacionais Alexander Wendt. O construtivismo leva em consideração aspectos subjetivos das sociedades, como a cultura e a identidade na análise do sistema internacional. Esse por sua vez está em constante movimento. Desse modo, para Wendt, “as ações e táticas levadas a cabo por *ego* com o intuito de moldar os papéis de *alter* (...) Essa lógica segue a teoria do espelho da formação de identidade, já que nas palavras do autor, a identidade de *alter* é o reflexo das práticas de *ego*; mudando as práticas, *ego* começa a conseguir alterar a concepção que *alter* tem de si mesmo’ (Wendt apud MOTA, 2009, p. 60). É justamente nessa relação alter-ego que se constrói uma identidade “lusófona” resignificada a partir do colonialismo a nível interno e externo à CPLP que manteria os países unidos. Mariana Mota (2009, p. 114), vai adiante quando afirma que a “união dos países da CPLP só foi possível por causa possibilidade de alteração das estruturas e identidades anteriormente vividas entre Portugal e suas ex-colônias”.



Para desfazer qualquer mal entendido, vale lembrar que esse enunciador apreensivo se refere ao modo de enunciar e ainda que a maneira de dizer remeta a uma maneira de ser, o enunciador representa apenas a imagem de uma parcela dos enunciados. Desse modo, ao analisar o enunciador de políticas linguísticas da CPLP, devemos levar em consideração o conjunto de enunciadores, que foi por nós separados apenas para fins metodológicos. Juntos, por sua vez, esses enunciadores constituem o ethos de um (super)enunciador mais ousado, destemido e até petulante, de política propositiva e reativa, do que propriamente apreensivo e preocupado, como pudemos ver na própria articulação de elementos linguísticos, apresentada na primeira parte deste capítulo e nas duas imagens de enunciadores observados anteriormente.

Depois dessa explicação, voltemos agora, a análise da imagem apreensiva desse enunciador de políticas linguísticas da CPLP, que como pode-se ver, ao lado do enunciador idealista-apaziguador, apresentam a maior quantidade de seqüências discursivas. Isso de certa forma mostra a importância da posição apreensiva do enunciador na formação das políticas linguísticas para a expansão do português.

Quadro 13: Enunciador apreensivo

Número das seqüências discursivas	Afirmativas associadas ao enunciador apreensivo	Apreensão do enunciador
SD1.2	Tendo em conta o carácter fundamental das actividades de promoção e difusão da Língua Portuguesa para o fortalecimento da CPLP no plano internacional e para o <i>aprofundamento da amizade mútua, da concertação política e da cooperação</i> entre os seus Estados membros;	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD1.5	Considerando que a <i>materialização</i> de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa através do IILP, é um dos objectivos gerais da CPLP; e	Concretização das políticas.
SD1.6	<i>Havendo identificado a necessidade</i> da adopção de medidas que confirmam um maior dinamismo ao IILP e, em particular, a dotação do Instituto dos meios humanos e materiais necessários <i>para o eficaz cumprimento</i> da sua missão;	Concretização das políticas. Eficácia do IILP
SD1.7	(DECIDE:) <i>Reiterar</i> o compromisso de apoiar projectos ou acções <i>concretas</i> voltadas para o fortalecimento da Língua Portuguesa nos Estados membros, especialmente em Timor-Leste;	Concretização das políticas.
SD1.14	Instar os Estados membros que ainda não o fizeram	Concretização das

	a <i>contribuírem</i> para o Orçamento do <i>IILP</i> , de forma a <i>garantir o seu adequado funcionamento</i> .	políticas.
SD2.2:	Considerando a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa <i>face aos desafios crescentes colocados pela globalização</i> ;	Desafios crescentes colocados pela globalização.
SD2.9:	A assunção de políticas <i>partilhadas</i> , marcadas pela <i>integração, inclusão e estruturação</i> , com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como Língua Global;	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD2.10:	A sua actuação <i>conjunta</i> no processo de efectiva mundialização da Língua Portuguesa, nomeadamente, através:	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD2.13:	Da concertação de programas <i>comuns</i> para o Ensino do Português como Língua Estrangeira, com a criação de uma rede de professores certificados dos Estados-Membros da CPLP e a difusão <i>dos sistemas de certificação</i> do Português como Língua Estrangeira;	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD2.14:	O seu <i>compromisso na concertação</i> de programas que promovam, na cena internacional, o valor cultural e económico do Português, designadamente através de projectos <i>comuns</i> suportados pelas tecnologias de informação e comunicação;	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD2.15:	O compromisso, nos espaços da CPLP, <i>de partilha de experiências e de esforços</i> no sentido de serem definidas políticas de ensino que visem especificamente a aprendizagem da Língua Portuguesa, nomeadamente através da formação especializada dos professores para o ensino do Português como Língua Não Materna (Língua Segunda);	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD2.16:	A necessidade de <i>continuada concertação diplomática</i> no sentido de, <i>em conjunto</i> , se desenvolverem programas que permitam a permanente ligação das diásporas às culturas dos seus países de origem e a sua simultânea integração nos países de acolhimento, tendo em consideração que a Língua Portuguesa é um factor de união das diásporas dos diferentes Estados membros da CPLP;	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD2.17:	O seu regozijo pela futura entrada em vigor do	Atuação conjunta e

	Acordo Ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de <i>cooperação, com vista a partilhar metodologias para a sua aplicação prática.</i>	cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD2.18:	A necessidade de <i>medidas concretas</i> relativamente ao compromisso da desejável unificação do vocabulário científico e técnico em Língua Portuguesa.	Concretização das políticas para a difusão do português.
SD2.19:	A sua <i>confiança no IILP</i> , quer no acompanhamento da aplicação prática do Acordo Ortográfico, coordenando a apresentação de relatórios periódicos, quer na adopção de um Plano Estratégico para a Gestão da Língua Portuguesa que esteja ao serviço, entre outros, das políticas supra referidas, com vista à sua apresentação na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em 2009. Neste contexto, os Estados membros da CPLP reiteram a necessidade de serem criadas as respectivas Comissões Nacionais adstritas ao IILP e de que seja assegurada a operacionalidade daquelas já criadas.	Eficácia do IILP.
SD3.4:	A acção <i>conjunta</i> nesta matéria deve guiar-se pelos seguintes pressupostos: <i>realismo nos objectivos a fixar, pragmatismo na forma de os executar e persistência na concertação da acção política necessária.</i>	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países. Concretização das políticas.
SD3.6:	Defender a língua comum é uma forma de democratização do sistema internacional. É igualmente um meio de aumentar a influência <i>conjunta</i> da Comunidade, num momento de recomposição da distribuição do poder à escala global.	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD 3.9:	<i>As dimensões interna e externa</i> da acção <i>conjunta</i> deverão ser complementares. As decisões que tomamos para <i>melhorar a eficácia</i> do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) contribuirão para <i>reforçar a concretização destes objectivos.</i>	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países. Eficácia do IILP. Concretização das políticas.
SD3.12:	Este relatório abordará também o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, particularmente no que respeita aos <i>constrangimentos relativos à elaboração do</i>	Elaboração do vocabulário ortográfico comum.

	<i>vocabulário ortográfico comum, enquanto pressuposto da sua aplicação.</i>	
SD4.5	<i>Reiterando que a ação conjunta nessa matéria deve guiar-se pelos pressupostos do realismo na fixação de objetivos, do pragmatismo em sua execução e da persistência na concertação política necessária;</i>	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países. Concretização das políticas.
SD4.6	<i>Ressaltando que a dimensão interna e a externa da ação conjunta devem ser complementares;</i>	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.
SD4.11	<i>Expressando seu reconhecimento pela contribuição dos peritos e pelo empenho das delegações à Conferência na formulação de recomendações consensuais para a atuação da Comunidade em favor da projeção da língua portuguesa como língua global;</i>	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas entre os países.

Nessas sequências discursivas, podemos notar primeiramente a presença e o uso extensivo de vocábulos, substantivos e adjetivos, que afirmam ou referem-se à união dos países da comunidade e ao intercâmbio de ações, através de expressões como políticas partilhadas (SD2.9), integração (SD2.9), inclusão (SD2.9), ação e atuação conjunta (SD2.10, SD4.5 e SD4.6), programas comuns (SD2.13), projetos comuns (SD2.14), partilha de experiências (SD2.15), concertação (SD2.13, SD2.14, SD2.16 e SD3.4), mecanismo de cooperação (SD1.2 e SD2.17), influência conjunta (SD3.6). O enunciador, ao afirmar isso de maneira tão incisiva, parece apreensivo, inquieto com as ações da CPLP, que só se concretizariam a partir de uma união dos países da Comunidade. De certo, a união de países, sem dúvidas, é fundamental para a constituição de uma comunidade de países. Não obstante, por que o enunciador diz, a todo o momento, que os países devem se unir ou agir de forma unida? Por que a ausência de união o preocupa? Se observarmos o processo histórico de formação desses países, podemos avançar nesses questionamentos.

A CPLP reúne países relacionados diretamente com a questão colonial, mas de maneiras distintas. De um lado, Portugal, ex-metrópole, que reivindica uma espécie de liderança legítima da comunidade, de outro, o Brasil, maior país da organização e principal ator de língua oficial portuguesa no sistema internacional e de outro, ainda, os africanos e Timor-Leste, de passado colonial de exploração recente, que ainda está vivo na memória da

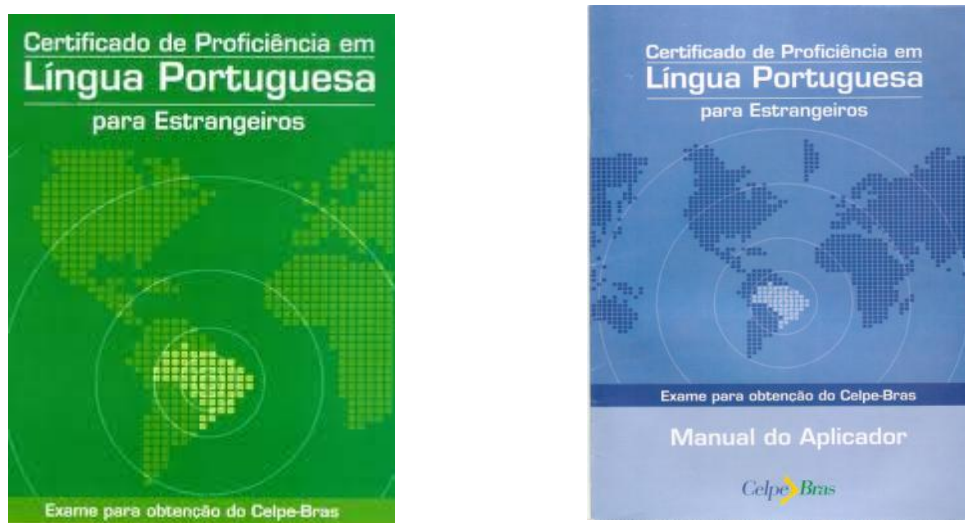
maioria de seus cidadãos. Essa distinção por si só, já seria motivo para impedir e dificultar a integração dos membros, que apesar da mesma língua oficial tem culturas bastante diversas.

Como se não bastassem as distinções e oposições do passado, a construção da Comunidade baseia-se em aspectos coloniais. Como vimos no capítulo 1.1, o lusotropicalismo e os mitos coloniais portugueses são ressignificados para a construção da Lusofonia. A ideia da Lusofonia, portanto, por mais que se negue, retoma um passado, um processo identitário comum construído a partir da colonização portuguesa, que deu singularidade e unidade aos povos luso-falantes. Ela retoma diversas mágoas da colonização por parte dos países envolvidos nessa construção. Todavia, a construção da lusofonia, que tem como base a CPLP, como de qualquer outro processo identitário não se dá facilmente. É necessário um elemento de união em oposição ao outro, além de desvendar e extirpar ou superar o diferente, dar novo sentido ao passado e reconstruir a memória. Todas essas ações pressupõem conflitos.

Dessa forma, portanto, o enunciador apreensivo reconhece que há discordâncias (SD2.13) e constrangimentos (SD3.12) entre os países da CPLP.

Dentre as discordâncias no interior da comunidade, está aquela marcada na SD2.13. Ao citar no plural, a “difusão dos sistemas de certificação do português como língua estrangeira” (PLE) o enunciador apreensivo reconhece a existência de dois sistemas de avaliação e certificação de português. De fato, atualmente, a língua portuguesa tem dois sistemas de certificação de PLE, o Celpe-Bras de português brasileiro, criado em 1994 e implantado em 1998 pelo Ministério da Educação do Brasil e o CAPLE, de português europeu criado pela Universidade de Lisboa e pelo Instituto Camões em 1999. O plural, portanto, representa uma polêmica, uma cisão: duas políticas; duas línguas concorrentes, o português europeu e o português brasileiro; dois Estados soberanos, que detêm o poder de atestar a qualquer indivíduo estrangeiro a proficiência nas suas língua nacionais.

Leandro Diniz (2010) demonstra a existência de uma grande polêmica em torno do sentido de língua nos exames de proficiência, quando analisa as duas capas do Celpe-Bras como espaço de enunciação do português do Brasil. A primeira capa é do exame de 2002, último ano do governo de FHC, e a segunda, é de 2003, portanto, do primeiro ano do governo Lula.



Figuras 5 e 6: Primeira capa do Manual do Celpe-Bras de 2002 e 2003, respectivamente. Fontes: Figura 5: Disponível em <[www.ceb-barcelona.org/celpe\\_bras.htm](http://www.ceb-barcelona.org/celpe_bras.htm)> Acesso em 10 jan. 2011; Figura 6: BRASIL. Ministério da Educação. Celpe-Bras, 2003

Enquanto que no mapa da primeira capa dos manuais do Celpe-Bras de 2003, o Brasil aparece no centro de um mapa-múndi, em posição de destaque, o mais próximo possível de todas as partes do mundo; no mapa da primeira capa dos manuais de 2002, em destaque está o Brasil na América do Sul. Ademais, “o contraste entre as cores (Brasil de amarelo/azul claro e demais países de verde/azul escuro na capa de 2002 e 2003 respectivamente) produz a exclusão de inúmeras outras línguas, inclusive daquelas que, nas condições de produção atuais, têm maior destaque do que o português, sobretudo o inglês e o espanhol” (DINIZ, 2010, p. 83). Portanto, os mapas representam uma mudança de preferência de sentido de língua: de “língua de integração regional” para “língua veicular”.

Com essa análise, podemos ter uma ideia da mudança do sentido de língua portuguesa para o Brasil nesta última década e conseqüentemente, podemos deduzir uma polêmica maior com Portugal. Se o português brasileiro ganha um novo status no mundo, ampliando seu poder, Brasil e Portugal também ampliam sua disputa de espaços políticos, econômicos e simbólicos. Afinal, Diniz (2010, p. 93) conclui, “‘longe de aparecer como uma língua neutra, objetiva, despojada de suas especificidades étnicas’, o português é, nos instrumentos linguísticos<sup>75</sup> analisados (exames do Celpe-Bras e livros didáticos brasileiros de PLE), fortemente vinculado ao Brasil, “a sua cultura e ao seu poder”.

Todavia, o enunciador apreensivo busca o consenso e a convivência harmônica. O uso

<sup>75</sup> Sylvain Aurox (1992) descreve a “gramatização como um processo de *instrumentação* da língua. Assim, o domínio dos fenômenos da linguagem é explorado como espaço de produção de *tecnologias* que mudam radicalmente a relação do homem com suas condições de existência” (ZOPPI FONTANA, 2009, p.24). Identificamos assim uma série de instrumentos linguísticos, como a gramática, o dicionário, academias de letras, documentos da Colip, os exames do CAPLE e do Celpe-Bras, materiais didáticos, acordos ortográfico e em relação à nossa pesquisa, o IILP e documentos da CPLP.

do plural pressupõe a aceitação de ambas as formas e a busca de uma unidade. Ambos os países, Brasil e Portugal devem se unir para o propósito maior que é promover a língua portuguesa.

Quanto aos constrangimentos (SD3.12) referentes à entrada em vigor do último acordo ortográfico em 2009, por ele mencionados, eles constituem também uma polêmica e uma prova recente de que essas mágoas a respeito da colonização ainda estão em voga hoje. Como podemos observar nas bases do acordo de 1990 (BRASIL, Decreto 6583 de 29 de setembro de 2008), pela primeira vez se privilegiou a ortografia brasileira estabelecendo maiores alterações na ortografia europeia. Tal mudança provocou uma reação dura e agressiva contra o acordo ortográfico em Portugal que gerou, inclusive, um manifesto com 113 mil assinaturas solicitando que o parlamento não ratificasse o protocolo modificativo do acordo ortográfico, como vimos no capítulo 1.2. Por sua vez, também houve uma contra reação daqueles favoráveis ao acordo. Essas vozes ressoam nos enunciados dos documentos da CPLP. No capítulo 1.2 inclusive, assim como no capítulo 1.1, apresentamos alguns temas de constantes atritos entre os países lusófonos, que em último caso sempre retomam sentidos da FD colonial através da memória discursiva.

A imprensa portuguesa tornou-se um espaço enunciativo polêmico em relação ao acordo ortográfico, como mostra Zoppi Fontana (2009, p.27 e 28) em quatro manifestações publicadas na imprensa portuguesa, sobre o último acordo, que só confirmam a existência dessa polêmica entre Portugal e Brasil:

“Das declarações prestadas ultimamente a propósito do Acordo Ortográfico que por aí se discute, nenhuma terá sido tão clara como a que foi proferida (numa óptica favorável) pelo embaixador Seixas da Costa, em entrevista ao PÚBLICO e à Rádio Renascença. Disse ele: “Temos de olhar para a CPLP como uma comunidade relativamente atípica porque é **a única comunidade linguística em que a potência mais importante não é a antiga potência colonial.**” Ou seja, o acordo é sobretudo um instrumento político e não resulta de nenhuma necessidade linguística” (Nuno Pacheco, subdiretor do Jornal Público, 17-4-2008, apud Pereira da Silva, 2008).

“**A relação colonizador-colonizado entre Brasil e Portugal foi sempre uma relação à beira do colapso ou à beira da inversão.** Até hoje. É essa indefinição que torna tão necessário quanto difícil o acordo ortográfico” (Boaventura Santos, apud Pereira da Silva, 2008).

“**Somos os pais da língua mas não somos os seus donos**”, afirmou o deputado democrata-cristão Nuno Melo, numa ideia transversal a toda a discussão parlamentar, tal como a preocupação manifestada de constituir uma comissão para garantir a não dilapidação da língua e evitar efeitos negativos no sector editorial e educativo”. (Sandra Silva Pinto, 16-4-2008, apud Pereira da Silva, 2008)

“Marcelo [Rebello de Sousa] referiu que o Brasil hoje é a maior potência econômica e o maior país lusófono e realçou a ideia que “Portugal precisa mais do Brasil, do que o Brasil de Portugal”. Afirmou que o acordo tem “virtuosidades” e disse que **“para Portugal conseguir lutar pela lusofonia no mundo tem que lutar por dar a supremacia ao Brasil”**” (Catarina Osório, apud Pereira da Silva, 2008) (todos os grifos em negrito são de Zoppi-Fontana).

Se observarmos esses fragmentos apresentados é curioso observar que os enunciados aparentemente críticos à manutenção de uma posição de superioridade por parte dos portugueses em relação à língua também “deixam escapar” certo etnocentrismo, fazendo circular uma memória discursiva colonial sobre a língua, como quando Sandra Silva Pinto afirma que os portugueses “não são os donos da língua, mas sim os seus pais”. De acordo com esse pensamento o português brasileiro não seria uma língua com um processo de gramatização nacional próprio como mostra Orlandi (2008 [1990]; 2009), mas sim manteria uma filiação ao português europeu.

De certa forma, não há como negar a polêmica discursiva em torno ao acordo ortográfico e como podemos ver, de fato, o enunciador, não nega, mas minimiza-a e busca superá-la.

Esses dois casos específicos – os exames de proficiência e o acordo ortográfico – talvez não sejam capazes de nos fornecer a total dimensão da rede complexa de interações entre os países de língua portuguesa ao redor do passado colonial e da presença dessa polêmica discursiva nos enunciados da CPLP, mas além de comprovar a existência dessas divergências, dão uma ideia da posição de alguns deles em relação aos demais sobre a construção da CPLP e da Lusofonia<sup>76</sup>.

Portugal sempre questionou um maior envolvimento do Brasil, que só agora no governo Lula parece ser superado, como podemos observar também nos textos citados por Zoppi Fontana. Fernando dos Santos Neves (apud PINTO, 2009, p. 19), Reitor da Universidade Lusófona do Porto e pesquisador da Lusofonia afirma:

Relativamente ao Brasil, tem sido notória a insensibilidade para não dizer alergia lusófona generalizada de todas as suas elites, que não se dão conta de que na geopolítica multipolar que se desenha e se deseja, a Lusofonia constitui chance única para o Brasil poder vir a ser alguém no areópago das grandes potências do século XXI.

Faraco (2009, p. 5) reconhece a posição brasileira:

O Brasil tem evitado até agora assumir papel de maior protagonismo na gestão da língua, optando antes por certo imobilismo: parece se contentar em assumir para si uma posição secundária e aguardar que as iniciativas venham sempre de Portugal. Gilvan de Oliveira & Clara Dornelles vêem nessa atitude política do Brasil uma espécie de 'complexo de colônia' que o impede de se ver como coproprietário de uma língua que não pertence mais ao antigo colonizador.

<sup>76</sup> Mariana Mota em sua dissertação de mestrado (2009) conclui, a partir da aplicação de questionários, que a “ideia da existência de uma comunidade lusófona parece fazer mais sentido para portugueses do que para as outras nacionalidades que fazem parte da CPLP, já que os portugueses apresentam um alto 'índice de identidade' em relação à lusofonia, ao contrário dos brasileiros, que tem o menor índice da comunidade” (MOTA, 2009, p. 115).



Já os países africanos por causa do projeto da Lusofonia ser cogitado a partir da entrada de Portugal na União Europeia em 1986, apenas uma década da independência temeram a recolonização, já que a base da comunidade deriva do luso-tropicalismo e da construção de uma identidade que unisse os portos tocados pelos portugueses (FREIXO, 2009).

Para Alfredo Margarido (2000, p. 76),

O que se procura de fato é recuperar pelo menos a sua fração da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial, pretende manter-se o colonialismo, fingindo abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses.

Já Fernando Cristóvão (2008, p. 32-33), membro da ACL e ex-presidente do ICALP, atual Instituto Camões, contesta:

A Lusofonia não é, pois uma operação neo-colonialista. Resulta da vontade conjunta de Portugal, do Brasil e dos países africanos que foram colônias portuguesas. Antes de ser uma teoria ou um projeto, é um fato indesmentível, o da vontade dos oito países em utilizarem o português como sua língua, materna ou oficial, e que, por ela e por uma história comum se sentem ligados uns aos outros como grupo sócio-cultural que procura também organizar-se em grupo político. A Lusofonia está no seu começo, em construção, com todos os idealismos e fraquezas de um grupo de países que nem são potências industriais nem ricos, mas aos quais não faltam valores que partilham ou reconhecem comuns.

Cristóvão rebate Margarido, negando o caráter neocolonialista da Lusofonia por parte de Portugal, por essa ser vontade de todos os países de língua oficial portuguesa. Ele filia essa vontade de fazer parte da Lusofonia, à mesma vontade dos países que escolheram a língua portuguesa como oficial. Cristóvão parece desconhecer o processo de colonização, ao afirmar isso, pois ignora que os países advindos desse processo foram construídos pelos colonizadores europeus e não tiveram muitas escolhas após a independência a não ser manter a estrutura colonial. Até porque os colonizadores entregaram os governos das colônias para elites coloniais, frutos também desse processo e por isso desejavam a sua permanência.

Talvez Cristóvão (2008, p. 57-58) não veja a Lusofonia como neocolonialismo por enxergar muitos benefícios na colonização portuguesa para os povos lusófonos de hoje:

Estas “dádivas à África, do milho, mandioca, batata-doce e outras plantas de origem americana, que tanto contribuíram para o desenvolvimento do continente, foram como que uma compensação da mão de obra escrava que, compulsivamente, foi levada deste continente e constitui uma das bases do desenvolvimento agrícola da América, nos séculos XVI ao XIX.

No meio desse intenso embate de sentidos para compor a Lusofonia, o enunciador

apreensivo tentará superar as divergências entre os membros da CPLP através da cooperação entre eles (SD1.2), buscando o consenso (SD4.11). Desse modo, cada polêmica reconhecida é abordada e acompanhada de um qualificador para superá-la. Por exemplo, os termos comuns, partilhas.

Outro tema que aparece com frequência nas sequências discursivas referentes ao enunciador apreensivo é o IILP. O enunciador da SD1.6, SD2.19 e da SD3.9, e não apenas do nosso *corpus* de análise, mas em todos os encontros da CPLP, reitera a confiança no IILP. O IILP está inserido na problemática da união dos membros da Comunidade, pois representa o desejo de uma atuação única no campo da política linguística para a difusão da língua portuguesa e por isso mesmo parece longe de ser concretizado, como já foi abordado no capítulo 1.2. Essa preocupação com a concretização das políticas para a difusão do português, na qual o IILP é a principal, parece inclusive, frustrar o enunciador apreensivo, pois ele faz diversas referências a sua viabilidade como em “materialização de projetos” (SD1.5); “Havendo identificado a necessidade da adoção de medidas (...) para o eficaz cumprimento” (SD1.6); “Reiterar o compromisso de apoiar projetos ou ações concretas” (SD1.7); “garantir o adequado funcionamento” (SD1.14); “A necessidade de medidas concretas” (SD2.18); “pragmatismo na forma de os executar” (SD3.4 e SD4.5) e “reforçar a concretização” (SD3.9).

Portanto, o enunciador apreensivo é aquele que se constitui como ciente de todos esses problemas e vê como única forma de superação disso a integração e atuação conjunta dos países da CPLP. Ele também busca o efeito de homogeneidade, só que transparece a luta de forma mais clara, fica evidente assim, uma ameaça ao efeito de homogeneidade proposto pelos enunciadores anteriormente apresentados.

#### 2.3.2.2.4 O Enunciador idealista-apaziguador

Definimos o enunciador idealista-apaziguador como aquele que busca, imagina, sonha, que deseje um mundo em que a língua portuguesa tenha um papel de destaque.

Quadro 14: Enunciador idealista-apaziguador

Número das sequências discursivas	Afirmativas associadas ao enunciador idealista-apaziguador	Desejos do enunciador
SD1.9	Sublinhar a importância da promoção da utilização da <i>língua portuguesa em organizações internacionais</i> ,	Introdução do português em

	nomeadamente, através de <i>tradutores e intérpretes nas organizações internacionais</i> que tenham o Português como <i>língua de trabalho</i> e do apoio à criação de conteúdos em Língua Portuguesa para as páginas na Internet dessas mesmas organizações, com especial incidência para as seguintes organizações africanas: UA, CEDEAO, CEACC, SADC e UEMOA;	organizações internacionais. Língua de trabalho. Formação de tradutores e intérpretes.
SD1.12	Saudar as seguintes orientações resultantes dos trabalhos da III Assembleia Geral no que respeita: - A criação de mecanismos de reforço de coordenação entre a Direcção Executiva do IILP e o Secretariado Executivo da CPLP; - A elaboração e execução de projectos, sempre que possível, <i>em parceria com instituições interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa</i> ;	Participação da sociedade civil nas políticas.
SD2.9	A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela integração, inclusão e estruturação, com <i>o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como Língua Global</i> ;	Projeção da Língua Portuguesa como Língua Global.
SD2.10	A sua actuação conjunta no processo <i>de efectiva mundialização da Língua Portuguesa</i> , nomeadamente, através:	Efetiva mundialização da Língua Portuguesa.
SD2.11	Do apoio à <i>introdução da Língua Portuguesa em Organizações internacionais, regionais ou agências especializadas</i> , bem como à sua <i>utilização efectiva</i> em todas aquelas <i>Organizações onde o Português já constitui língua oficial ou de trabalho</i> ;	Introdução do português em organizações internacionais.
SD2.12	Da coordenação de esforços na <i>formação de tradutores e intérpretes</i> e implementação de tecnologias da informação e comunicação ao serviço da tradução e interpretação;	Formação de tradutores e intérpretes.
SD2.13:	Da concertação de programas comuns para o <i>Ensino do Português como Língua Estrangeira</i> , com a <i>criação de uma rede de professores certificados</i> dos Estados-Membros da CPLP e a <i>difusão dos sistemas de certificação do Português como Língua Estrangeira</i> ;	Ampliação do ensino de PLE e dos sistemas de certificação de PLE.
SD2.15:	O compromisso, nos espaços da CPLP, de partilha de experiências e de esforços no sentido de serem definidas políticas de ensino que visem especificamente a aprendizagem da Língua Portuguesa, nomeadamente através da <i>formação especializada dos professores</i> para o ensino do Português como Língua Não Materna (Língua Segunda);	Formação especializada de professores de PLE.
SD2.18:	A necessidade de medidas concretas relativamente ao compromisso da desejável <i>unificação do vocabulário científico e técnico</i> em Língua Portuguesa.	Unificação do vocabulário científico e técnico em

		português.
SD3.3:	<i>A utilização progressiva do português como língua de trabalho em organizações internacionais</i> , de cariz universal ou regional, é uma realidade. É um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais, nomeadamente na União Africana, na União Europeia, na União Sul-Americana de Nações (UNASUL), na Organização dos Estados Americanos e nas Cimeiras Ibero-Americanas. Concordaram que a CPLP e os Estados membros têm que ser mais ambiciosos, em particular no sistema das <i>Nações Unidas</i> .	Estados membros mais atuantes na difusão da língua portuguesa. Presença do português na ONU.
SD3.7:	Os Ministros estão também conscientes de que é essencial um <i>aumento significativo do Ensino da Língua portuguesa nos seus próprios países</i> , reconhecendo ainda a conveniência dos esforços de promoção do <i>ensino da língua portuguesa noutros países</i> , com ênfase nos países observadores, bem como nos que demonstrem especial interesse.	Aumento do ensino de língua portuguesa nos países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste. Ampliação do ensino de LP em países de fora da comunidade.
SD3.11:	Na mesma ocasião, terá lugar uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP para analisar propostas sobre <i>as estratégias de promoção e difusão do ensino da Língua Portuguesa e da sua implantação nas organizações internacionais</i> , com base num relatório, elaborado por peritos designados pelos Estados membros, a apresentar oportunamente pela Presidência Portuguesa, apoiada pelo Secretariado Executivo.	Ampliação do ensino da língua portuguesa. Introdução do português em organização internacionais.
SD3.12:	Este relatório abordará também o estado de <i>desenvolvimento do Acordo Ortográfico</i> , particularmente no que respeita aos constrangimentos relativos à <i>elaboração do vocabulário ortográfico comum</i> , enquanto pressuposto da sua aplicação.	Vocabulário ortográfico comum.
SD4.4	<i>Reafirmando a assunção de políticas partilhadas para a projeção da língua portuguesa como língua global;</i>	Projeção da Língua Portuguesa como Língua Global.
SD4.7	Registrando, com satisfação, a conclusão dos trabalhos de revisão dos Estatutos e do Regimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa ( <i>IILP</i> ), com vistas a <i>dotá-lo de meios para transformar-se em um instrumento útil às políticas comuns e nacionais</i> dos países da CPLP nas diversas vertentes da promoção, da difusão e da projeção da língua portuguesa;	IILP como instrumento de políticas linguísticas.
SD4.11	Expressando seu reconhecimento pela contribuição dos peritos e pelo empenho das delegações à Conferência na formulação de recomendações consensuais para a atuação da Comunidade em favor	Projeção da Língua Portuguesa como Língua Global.

da projeção da <i>língua portuguesa como língua global</i> ;
--

Observando as sequências discursivas, percebemos que o enunciador quer a presença da língua portuguesa em organizações internacionais como a ONU (SD1.9, SD2.11, SD3.3 e SD3.11), busca a ampliação do ensino de português língua estrangeira (SD 2.13, SD 3.7 e SD3.11), bem como a ampliação da formação de tradutores e intérpretes (SD1.9 e SD2.12), o aumento do ensino de português nos países membros da CPLP (SD3.7), a unificação do vocabulário (SD2.18 e SD 3.12) e que a língua portuguesa torne uma língua global (SD2.9, SD2.10, SD4.4 e SD4.11). Ademais, ele deseja também contar com o apoio da sociedade civil na execução desses projetos (SD1.12).

Esses enunciados em questão resultam, sem dúvida, dos demais e o enunciador idealista-apaziguador perpassa os anteriores, pois ele reúne os enunciadores ufanista, defensor e apreensivo, numa finalidade principal, que é a projeção da língua portuguesa. O enunciador idealista-apaziguador, assim, enumera pontos importantes de atuação política para que a língua portuguesa se torne uma língua global, mas parece não refletir sobre as consequências dessas políticas, já que não apresenta nenhuma justificativa. Ele busca apenas realizar seus desejos, como se simplesmente os desejasse, não tendo a necessidade de justificá-los. As considerações feitas no preâmbulo, destarte, seriam meras formas para persuadir o coenunciador e modalizar as suas imposições, como vimos no início deste capítulo.

Contudo, tal maneira de dizer constitui uma tentativa de superação da polêmica instaurada em que se inserem todos esses enunciadores num embate de sentidos, de aliança e oposições. Se o enunciador ufanista e o defensor buscam construir um efeito de homogeneidade intra e extra-comunitário respectivamente, articulando aliados (a língua portuguesa comum, a sociedade civil) e opositores (diversidade cultural dos países, a língua inglesa, os Estados Unidos) e se o enunciador apreensivo descreve uma ameaça a esse efeito (divergências e disputas internas, passado colonial ainda não superado), o enunciador idealista-apaziguador busca silenciar a polêmica, o embate de vozes para solidificar a homogeneidade, ao redor de uma única voz, uma monofonia, um projeto único para a difusão da língua portuguesa, como um plano de metas.

Sob o ponto de vista neorrealista das Relações Internacionais (WALTZ, 2002), cairíamos num círculo vicioso ou virtuoso dependendo do ponto de vista do observador. Cada país de língua portuguesa, com sua soberania, identidade e interesse nacionais viu na CPLP, muitas possibilidades para o seu fortalecimento. Contudo, à medida que a concretização das

políticas para a promoção da língua portuguesa só é possível através da Comunidade (da homogeneidade, da integração), toda a articulação ao redor da elaboração de uma pauta única de objetivos para esse propósito, também age no apagamento, na superação de oposições históricas entre os países (heterogeneidade, disputas, passado colonial). Isso acaba gerando maior integração entre os mesmos e atua na forja, inclusive, de uma identidade supranacional, a Lusofonia, que trarão mais vantagens, sobretudo econômicas e geoestratégicas para todos os membros da CPLP. É dessa forma que o enunciador idealista-apaziguador busca superar a heterogeneidade.

Como vimos, a constituição de uma comunidade de países em torno de um passado colonial comum gera grande polêmica e estimula debates sobretudo se tal comunidade é um ato do neocolonialismo português ou não. Tal discussão para nós já foi superada, pois ainda que a memória colonial portuguesa circule no imaginário social português e em muitos discursos seus sobre a língua portuguesa, inclusive nos da CPLP, como mostramos, o que vemos é a predominância de um efeito de homogeneidade. Esse efeito se manifesta tanto no aspecto linguístico quanto no político, no enunciado, no modo de enunciar, na abordagem temática do multiculturalismo como na própria condição de existência da CPLP, passando pela crença de que juntos esses países terão maior força no cenário internacional.

Juntos esses países acabam promovendo um novo processo de gramatização da língua portuguesa, uma língua que deveria ser homogênea, em que a CPLP constitui-se e o IILP deve constituir-se ou podem ser considerados seus principais instrumentos linguísticos.

Nessa tentativa de língua homogeneizante em relação às nações de língua oficial portuguesa, o português brasileiro ganha espaço enquanto o europeu o perde, como vimos no acordo ortográfico e como nos mostra Zoppi Fontana com sua concepção de língua transnacional. Uma língua transnacional é definida

a partir de sua projeção imaginária sobre outras com as quais se encontra em relação de disputa pela dominação histórica de um espaço de enunciação transnacional, representando-se como cobertura simbólica e imaginária das relações estabelecidas entre os falantes das diversas línguas que integram esse espaço. Trata-se de uma língua nacional que transborda as fronteiras do Estado-Nação no qual foi historicamente constituída e como o qual mantém fortes laço metonímicos. (...) a língua brasileira na sua dimensão transnacional é significada como instrumento de penetração do Estado e Mercado brasileiros em territórios para além das suas fronteiras nacionais. Não se trata, portanto, de um língua sem Estado (franca, global, veicular ou sem fronteiras), mas da língua do Estado e da Nação brasileira que ultrapassa as fronteiras expandindo o seu espaço de enunciação. Uma língua transnacional, portanto, definida pelos fortes laços de identificação com a história e identidade nacionais, reformulados pelos discursos de “internacionalização” e “mercantilização” que deslocam o sentido da língua nacional (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 21-22).

Zoppi Fontana (2009) descreve um novo período<sup>77</sup> do processo de gramatização do português brasileiro envolvendo a língua transnacional, que se inicia a partir dos anos 1990 com a globalização, a formação de blocos regionais, a ascensão do neoliberalismo e a expansão da internet. Esse processo é “marcado por uma série de acontecimentos linguísticos<sup>78</sup> que sinalizam uma nova dimensão da língua brasileira, que passa a ser significada a partir de uma dupla determinação discursiva como língua nacional e como língua transnacional” (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 17).

Contudo, soma-se a esse processo de transnacionalização da língua brasileira um outro processo, discursivo e político que identificamos no discurso da CPLP, de homogeneização da língua portuguesa em todo o mundo. Sendo que tais processos não são necessariamente excludentes, pois nesse último há a negociação, a incorporação, a aceitação do Brasil como seu líder natural e como uma espécie de nova base da língua.

Esse processo de transnacionalização do português brasileiro ganha ainda mais força na década de 2000 com o grande crescimento econômico dos BRIC, com a crise financeira do capitalismo em 2008 e com o Brasil ampliando seu status no cenário internacional<sup>79</sup>.

Diniz (2009, p. 101-102) mesmo mostra que a expansão do português brasileiro como língua transnacional utiliza um discurso de brasilidade. “Estes gestos de política linguística fazem da língua nacional um lugar de memória’ (Nora, 1984) instituindo o português do Brasil como monumento e lugar de comemoração onde se reafirma a identidade nacional ao mesmo tempo em que ganha projeção internacional” (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 35)”.

Difícil com certeza será a concretização desse efeito de homogeneidade, como crítica

---

<sup>77</sup> De acordo com Zoppi Fontana (2009, p. 17-18) esse período seria o quinto do processo de gramatização do português brasileiro. Os outros quatro são descritos por Guimarães (2004) sob o aspecto cronológico: “1. Da descoberta até o início do século XIX: caracteriza-se por não haver ainda estudos sobre a língua portuguesa feitos no Brasil. (...) 2. Do início da segunda metade do século XIX até fins dos anos 1930, caracteriza-se pela publicação das primeiras gramáticas no Brasil, pela fundação da Academia Brasileira e Letras e pelos primeiros estudos sobre a diferença do PE para o PB. 3. Do fim dos anos 1930 até a década de 1960: caracteriza-se pela criação dos primeiros cursos de Letras e vai até o ano em que a Linguística se torna disciplina obrigatória para os cursos de Letras em 1962. 4. Da metade da década de 1960 até hoje: caracteriza-se pela institucionalização da Linguística com a criação de cursos de graduação e pós-graduação no Brasil”.

<sup>78</sup> A partir de Orlandi (2008 [1990]) e Guimarães (2005), podemos descrever o acontecimento linguístico como um acontecimento que muda a relação política e histórica da língua com seus sujeitos e outras línguas, e consequentemente a produção e circulação de conhecimento sobre essa língua. “O acontecimento não é um fato *no* tempo. O que caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença (...) A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro” (GUIMARÃES, 2005, p. 11-12). Como acontecimentos linguísticos para citar só alguns temos a criação do Celpe-Bras, da Colip, da CPLP, a fundação do Museu da Língua Portuguesa e a criação do dia da língua portuguesa na CPLP e no Brasil.

<sup>79</sup> Uma série de outros acontecimentos, em parte consequências desse momento ajudam a compor esse cenário: mobilização do Brasil no G-4, ao lado da Alemanha, Índia e Japão para reforma do Conselho de Segurança da ONU; criação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) em 2003; criação da União das Nações Sul-americanas (Unasul) em 2008; atuação do Brasil da Conferência sobre o Clima; reforma no FMI com a ampliação da participação brasileira em 2010; Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014; Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, além da criação de quarenta novas embaixadas brasileira no exterior durante o governo Lula e na ampliação dos parceiros comerciais do Brasil.

Orlandi (2009, p.179) ao defender a importância da heterogeneidade dentro da CPLP na ampliação do processo de integração:

a questão da lusofonia deve significar na direção da descolonização. Para isto temos de redefini-la. Ela seria o sintoma de uma história de dominação que encontrou suas resistências e que hoje se apresenta em um quadro absolutamente diferente do que se deu no período colonial. A noção de lusofonia se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização, referido a Portugal. O Luso é o Português. Nada temos a ver com isso. Precisamos com a descolonização, realçar nossa unidade em nossas diferenças: históricas, linguísticas, culturais, sociais, nacionais e de relações internacionais. O que é preciso é tornar visíveis estas diferenças. Falamos diferente. As relações entre nossas línguas formam um intrincado quadro de distinções e transformações. E essa é nossa realidade linguística atual. Não há uma unidade homogênea que se possa chamar de lusofonia. Ela pode ser o pretexto para nos compreendermos em nossas singularidades, ao invés de trabalharmos um imaginário de unidade linguística que é herança da colonização, elaborem nossas diferenças concretas no sentido de enriquecermos nossas relações e nos reforçarmos em nossos processos de descolonização.

Mas de fato, a imagem que temos é de um enunciador muito empenhado na articulação de alianças e oposições para o apagamento da heterogeneidade. O que essas políticas e o enunciador idealista-apaziguador buscam é superar o que Diniz (2009, p. 137-138) chama de “enraizamento [que] impede que o português se universalize”. Enraizamento no sentido de se nacionalizar.

Desse modo, para sobreviver no ambiente linguístico globalizado e não ser devorada pela língua inglesa, o português deve jogar as regras do jogo, ou seja, do mercado. Essa língua homogeneizante é uma língua de mercado e sofre um processo de capitalização linguística. De acordo com Zoppi Fontana (2009, p. 37)

O processo de capitalização linguística se caracteriza por investir uma língua de valor de troca, tornando-a ao mesmo tempo em bem de consumo atual (mercadoria) e um investimento em mercado de futuros, isto é, cotando seu valor simbólico em termos econômicos. Desta maneira, as línguas, que sempre foram arma de dominação política nos processos de colonização, se tornam na contemporaneidade novo mecanismo de especulação financeira e, conseqüentemente, de dominação econômica para um mundo em que as línguas se tornaram mercadorias, o mais novo e rentável bem de capital cuja posse seria necessária para que o indivíduo contemporâneo possa se inscrever enquanto sujeito de Mercado no mundo globalizado. Em outras palavras, observamos um forte processo de mercantilização das línguas.

Isso pode ser comprovado pelo acordo ortográfico que tem como principal justificativa a unificação dos mercados comerciais ou pela pesquisa para descobrir qual o valor da língua portuguesa sobre o PIB de Portugal<sup>80</sup> ou ainda o verdadeiro mercado de ensino de PLE que

---

<sup>80</sup> Pesquisa intitulada *O Valor Econômico da Língua* foi encomendada pelo Instituto Camões em setembro de 2007 e desenvolvida pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em 2008, sob coordenação do professor José Paulo Esperança, com o intuito de descobrir qual o valor da língua portuguesa sobre o PIB de Portugal. Após levar em consideração, a participação da língua em setores como “agricultura, florestas e pescas; eletricidade; indústria transformadora; construção e obras públicas; serviços de mercado e outros” chegou-se a marca de 17,010% do PIB



vem se instalando comprovados nos trabalhos de Zoppi Fontana (2009) e Diniz (2010) e na reportagem de Batista (2010).

Podemos concluir, portanto, que o super(enunciador) busca um efeito de homogeneidade ao mesmo tempo que silencia a polêmica instaurada na CPLP. Por consequência, temos um processo de homogeneização da língua portuguesa, uma língua voltada para o mercado num contexto global, em que o português brasileiro ganha espaço como base dessa língua, enquanto o português europeu o perde. Como mesmo provoca Faraco (2009, p. 12):

Mesmo supondo que uma tal lusofonia seja possível (e desejável) e se possa delinear-la para além de generalidades, sobrar-á ainda um segundo grande dilema para Portugal – o da língua propriamente dita, ou seja, o que fazer com o Brasil numa comunidade de países lusófonos: como evitar que a língua, embora de nome portuguesa, fique identificada, de fato, com o país que congrega a maioria absoluta de seus falantes? Como evitar que a presença da indústria cultural brasileira nos meios de comunicação social de todos os países de língua oficial portuguesa termine por brasilianizar a língua?

Tal processo não significa que as heterogeneidades linguísticas de cada país estão sendo ou serão apagadas. Dificilmente isso ocorreria, porque uma série de fatores históricos atuam contra o seu desenvolvimento, sobretudo nos países africanos, que ainda gramaticalizam suas línguas portuguesas. Mas a identificação desse fenômeno, em pleno curso, nos faz pensar, que um novo português pode surgir, fruto desse conflito, desses dois processos, de homogeneidade e heterogeneidade, de gramatização de um português internacional e de gramatização dos portugueses nacionais.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS?

*Quando me senti escrevendo brasileiro primeiro que tudo pensei e estabeleci: Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim. É o que eu fiz.*

Mário de Andrade, Cartas a Manuel Bandeira (1º/1/1929)

Nosso principal estímulo para este trabalho foi compreender a intensificação do processo de expansão da língua portuguesa que vinha se desenhando nesta última década, enquanto política linguística.

E qual a melhor forma de compreender se não aquela que nos permite compreender os sentidos em movimento, as relações de poder que sustentam esses sentidos, o discurso. Foi assim, que optamos pela análise do discurso ao elaborarmos as questões para esta pesquisa. Mais do que uma abordagem meramente política, nosso objetivo era ir além do óbvio, era buscar: sobre que processos discursivos constroem essa busca de univocidade para superar a polêmica nos documentos de políticas linguísticas para a expansão do português? Quais coerções foram enfatizadas? De que maneira o enunciador se apresenta em nome dessa univocidade? Por fim, acreditamos que encontrar respostas a essas indagações nos levem a discutir relações de poder que sustentam essas políticas linguísticas de expansão do português nesta última década.

A teoria da AD nos ajudou, dessa maneira, a melhor observar quatro faces de um (super)ethos do enunciador de políticas linguísticas para a expansão da CPLP.

Observamos assim, um enunciador ufanista que exalta a língua e as conquistas portuguesas atuando na construção de um efeito de homogeneidade no interior da comunidade; um enunciador defensor, que atua na defesa do português e consequentemente na construção também de um efeito de homogeneidade, só que dessa vez em contraposição a algo externo à CPLP; um enunciador apreensivo que identifica e contorna as ameaças a esse efeito de homogeneidade e por fim, um enunciador idealista-apaziguador que atua no apagamento da heterogeneidade ao projetar uma política linguística comum a CPLP. Enfim, cada uma dessas faces busca a homogeneidade de um jeito diferente, para que não haja dúvida.

Todas essas faces juntas compõem o que denominamos de um (super)enunciador. “Super” graças à articulação de uma ampla memória discursiva e um modo próprio de

enunciar: além do discurso indireto e sua relação com a coerção da norma jurídica; enunciado não embreado e desligado da enunciação do preâmbulo; verbos no presente não dêitico, no gerúndio ou no infinitivo, sem marca temporal; ausência de intertextualidade e poucas referências ao próprio texto.

Notamos nesses enunciados como um todo, durante nossa análise a presença de uma ampla memória do enunciador em relação à língua portuguesa, tendo em vista que ele domina os sentidos e a história da língua desde a fundação de Portugal, a colonização, a descolonização e o momento atual de globalização. Como não lança mão de intertextos, o enunciador ganha status de um observador privilegiado das aventuras lusitanas, como se tivesse o domínio sobre a verdade, que com ele assume caráter universal.

Assim, se levarmos em consideração, tanto a maneira de enunciar, o gênero, a (super)competência interdiscursiva do enunciador descritos na parte II, quanto a circulação dessa (super)memória interdiscursiva como forma de atingir seus objetivos enunciativos, temos uma espécie de potencialização do dizer que produz uma maior persuasão e até intimidação do coenunciador. Na busca da adesão do coenunciador a essa monofonia, o (super)enunciador posiciona ainda aliados (a língua portuguesa comum, a sociedade civil) e opositores (diversidade cultural dos países, a língua inglesa, os Estados Unidos).

Portanto, a (super)memória interdiscursiva e a (super)competência interdiscursiva, além de contribuírem para a formação de um (super)enunciador acabam por intimidar e mesmo constranger o coenunciador a aderir ao efeito de homogeneidade, como aliado, seja como agente de políticas para a difusão do português, no caso dos Estados, ou como profissionais ou estudantes da língua portuguesa, no caso dos indivíduos. Você não quer aprender português? Uma língua de mais de duzentos milhões de pessoas, de várias matrizes geopolíticas? Você, governante, não quer deixar de lado as divergências entre as nações para que a nossa língua se torne global? Você, governante, sociedade civil, profissional de língua portuguesa e estudante de português não quer as vantagens que uma língua global traz?

Já sob o aspecto da política linguística, inúmeros fatores compõem esse cenário de expansão da língua portuguesa: a globalização e a capitalização linguística, a difusão da internet e outros meios de comunicação e transporte, a ampliação do poder do Brasil no sistema internacional, a manutenção de uma política externa brasileira autônoma, a crise financeira de 2008 do sistema capitalista e o inglês como língua global.

O poder hegemônico atual da língua inglesa pode tornar-se motivo para intervenção no ambiente linguístico de uma língua nacional, estimulando um Estado a promover políticas que visem contrapor esse poder, na maioria das vezes encarado como uma ameaça às línguas

nacionais e até a soberania dos Estados. Essa reação à língua inglesa está inserida num contexto amplo de imperialismo, que não se restringe apenas ao campo linguístico, mas avança sobre o campo cultural, econômico, político e militar.

Assim, não são raras leis que visam coibir estrangeirismos, sobretudo de língua inglesa, numa aparente e tola defesa da identidade nacional, como a Lei Toubon na França e o Projeto de Lei Aldo Rebelo no Brasil, aqui já mencionados. Tal defesa é tola e ineficaz, na medida que visa restringir, como se fosse possível, o contato entre as línguas – contato, que durante toda a história mostrou-se enriquecedor para as línguas e culturas. Dessa forma, podemos perceber que tais políticas não apresentam qualquer fundamentação de teoria linguística de proteção às línguas ameaçadas ou de garantias do Estado ao direito linguístico do falante-cidadão em se expressar e ter acesso aos demais direitos em sua língua materna. Afinal, se esse fosse de interesse do Estado, ele não apresentaria tais políticas de defesa da língua inglesa, enquanto a sua língua nacional cumpre no seu território o mesmo papel glotocida que a língua inglesa a nível global. É nesse sentido que Eni Orlandi (2009, p.163) compara a língua inglesa e a língua nacional. Segundo ela a nível nacional, “percebe que há um 'reconhecimento' imaginário das diferentes línguas, mas pratica-se, com o apoio do conhecimento institucionalizado, uma língua, a língua nacional, aparatada pelo Estado para ser a língua oficial” e questiona “pode-se até mesmo fazer com que muitas línguas sejam faladas, sejam aprendidas, circulem. Mas o que significa falar essas línguas face à língua nacional? Teriam estes falantes o estatuto de cidadãos, ou apenas o de usuários?”.

Observando, as ações do Estado no campo linguístico, poderíamos responder que esses falantes teriam sim o exercício da sua cidadania comprometido. Contudo, apesar dos governantes não assumirem, sob a ótica do Estado a garantia de um status semelhante às línguas dessas pessoas, constitui a verdadeira ameaça à identidade nacional. Afinal, representa o fim da homogeneidade.

O argumento de defesa do português frente ao avanço de uma língua global não se sustenta como justificativa para as políticas de difusão da língua portuguesa, pois ao passo que o português se expande sob demais territórios e línguas, ela passa a desempenhar, de certa forma, passa a cometer o mesmo “crime” do qual acusam o inglês. Seguindo a máxima de que a melhor defesa é o ataque, os Estados lusófonos difundem a língua portuguesa para ampliar sua esfera de poder e atuação no mundo, isto é, sua finalidade última é o poder, o mesmo poder que as línguas europeias forneceram aos seus Estados durante o colonialismo. A melhor arma para tal ataque é uma língua homogeneizante e linguisticamente capitalizada com alto valor de mercado.

A partir da análise do *corpus* selecionado, pudemos então, identificar um (super)enunciador que busca um efeito de homogeneidade e silencia a heterogeneidade na/da CPLP. É justamente em torno desse efeito de homogeneidade que o (super)enunciador constroi a univocidade o seu discurso político-normativo e tenta superar a polêmica. Por consequência, podemos observar, assim, um processo de homogeneização na língua portuguesa, voltada para o mercado global.

Ocorre, assim um círculo contínuo de relações, a medida que os países da CPLP, sobretudo o Brasil, ganham espaço no cenário internacional, a língua portuguesa ganha maior valor; a medida que ganha valor tende a garantir maior poder para esses países e vantagens profissionais para seus falantes. O Brasil, dessa maneira assume um papel fundamental de condução desse processo, como nova potência emergente, espaço antes ocupado por Portugal.

Mas como vimos, essa é uma construção dialética político-linguístico-discursiva que não necessariamente irá se concretizar. Como mostra Diniz (2009, p. 97), o português nunca será o inglês, pois ao contrário do inglês que se expande, inclusive, rompendo a sua memória, numa relação simbiótica com outros espaços linguísticos, o “português se expande vinculando-se fortemente a ela”, ao passado colonial, às conquistas portuguesas e mais atualmente à cultura de seus países como forma de atração.

Desse modo, a gramatização nacional das diferentes línguas portuguesas está em pleno curso e a heterogeneidade linguística se manifesta em qualquer ato ou acontecimento discursivo da língua portuguesa. Por mais que se tente, as vozes permanecem, ainda que em silêncio. Difícil, assim, é apagar séculos de grandes polêmicas e duras relações de poder em torno do colonialismo. Portanto, esse “novo português” que identificamos é fruto dos conflitos e negociações entre esses processos, um de homogeneização e outro de heterogeneização. De um lado a homogeneização para se fortalecer no mercado global, de outro a heterogeneização das línguas portuguesas nacionais com seus processos de gramatização em ambientes linguísticos amplamente heterogêneos, de língua autóctones e alóctones, minoritárias e nacionais.

Nossa inquietude pessoal de compreender melhor essas políticas linguísticas de expansão do português nesta última década foi sanada em parte, na medida que questionamentos sempre nos levam a outros questionamentos, todavia, esperamos que nossa análise ajude os políticos a refletirem sobre as polêmicas, que convivem no nível da linguagem. Por mais que se disfarce, os conflitos existem e observar as dificuldades a partir da materialidade linguística ajuda os atores dessas políticas a entender melhor a CPLP e reduzir os conflitos.

Os sentidos se movimentam, ressignifica-se, mas o discurso fundador e a memória permanecem. Essa é a grande polêmica que nem o (super)enunciador consegue apagar. A vítima de ontem pode se transformar no audaz algoz de hoje.

Tais sentidos, constituídos no que chamamos de formação discursiva colonial continuarão movimentando novos sentidos, atualizando-se, produzindo efeitos históricos e novos acontecimentos linguísticos até que aceitemos para nós mesmos e para todos os demais que somos diferentes em relação a nós e ao outro e que a heterogeneidade nos une, nos torna humanos, como nos mostra a Antropologia Cultural.

Isso só será possível com o esquecimento e o esquecimento não é possível quando tentamos esquecer, mas sim quando nos esquecemos de esquecer. Tentar esquecer ou ser obrigado a esquecer, ainda é lembrar. Talvez ainda não esquecemos porque a grande maioria dos indivíduos continuam à margem enquanto sujeitos de todo processo histórico.

Nesse processo de expansão questionamos de quem é a língua? Instrumento de poder manipulado pelas elites estatais durante toda a história para fins políticos, a língua se transforma, mas parece seguir o que seja o seu destino.

*Tudo passa nessa vida...  
Vida besta?  
Não!  
Um sujeito sem História.*

## REFERÊNCIAS

ABDULAZIZ, Mohamed H.. The history of language policy in Africa with reference to language choice in education. In: OUANE, Adama (Coord.). *Towards a multilingual culture of education*. Hamburgo: Unesco Institute for Education, 2003, p. 103-112.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *A língua portuguesa na Revista Brasileira (1879-1943)*. Rio de Janeiro, [s.n], 2005. t.I

\_\_\_\_\_. *A língua portuguesa na Revista Brasileira (1944-2006)*. Rio de Janeiro, [s.n.], 2006. t.II

ABREU, Alice; GALA, Irene Vida; FERNANDES, Márcio. Cooperação: um dos pilares da CPLP. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *CPLP: Comunidades dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, UnB, 2001.

ACHARD, Pierre et.al. *O papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ÁFRICA 21. Zâmbia introduz língua portuguesa no currículo escolar, 17 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8349505&canal=403>> Acesso: 19 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Portugal coloca professores de português na África do Sul, Namíbia e Suazilândia, 27 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=9604442&canal=407>> Acesso em: 16 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Países lusófonos empenhados na promoção e difusão da língua portuguesa, 31 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=9734870&canal=403>> Acesso em: 05 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Língua portuguesa será falada por 335 milhões em 2050, 25 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=9701605&canal=403>> Acesso em: 04 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Países de língua portuguesa apóiam Brasil no Conselho de Segurança da ONU, 01 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=9738763&canal=401>> Acesso em: 05 ago. 2010.

AGÊNCIA LUSA. Acordo Ortográfico: uniformização da grafia é “essencial” à internacionalização da língua portuguesa – ministro da Cultura, 15 mai. 2008. Disponível em: <<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/d2f2797478448160c1e11c.html>> Acesso em: 16 abr. 2009.

AGUILAR, Luís. A língua portuguesa na galáxia das línguas do mundo e no ciberespaço. Disponível em:

<<http://www.teiaportuguesa.com/webquestslinguaportuguesa/nasgalaxiasdaslinguasdomundo.htm>> Acesso em: 15 jan. 2011.

SILVA, Luisa Alcantara. Galícia, na Espanha, também quer adotar o novo Acordo Ortográfico. *Folha Online*, 15 abr. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u550834.shtml>> Acesso em: 20 mai. 2009.

ALEMANHA. Instituto Goethe. Disponível em: <<http://www.goethe.de/enindex.htm>> Acesso em: 10 jun. 2010.

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Abril, 1974-2011. Anual.

ALMEIDA, Patricia; MELLO, Ana Catarina. *Minicurso É possível avaliar a compreensão pela produção?*. In: CONGRESSO DA ASSEL, XV, 2009, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: Um Projeto de “Civilização” no Brasil do Século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, ano 47, n°1, 2004.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

ALVES, Lindgren. *Viagens no Multiculturalismo: o comitê para a eliminação da discriminação racial, das Nações Unidas, e o seu funcionamento*. Brasília: Funag, 2010.

AMARAL, Ruy Pacheco. *O Ano do Brasil na França*. Brasília: Funag, 2008.

AMOSSY, Ruth (Org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ANGOLA. Governo de Angola. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/>> Acesso em: 27 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Discurso pronunciado por Sua Excelência José Eduardo dos Santos na abertura da VIII Cimeira da CPLP. Disponível em: <[http://www.mission-angola.ch/discursos/pt/20100723\\_presidente\\_pt.pdf](http://www.mission-angola.ch/discursos/pt/20100723_presidente_pt.pdf)> Acesso em: 15 ago. 2010.

ANTUNES, António Lobo. *Os cus de Judas*. São Paulo: Objetiva, 2007.



\_\_\_\_\_. *O Auto dos Danados*. Lisboa: Dom Quixote, 2005.

\_\_\_\_\_. *O esplendor de Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ARGENTINA. Certificado Español Lengua y Uso (CELU). Disponível em: <<http://www.celu.edu.ar/>> Acesso em: 19 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Ley 26.468 de 17 de diciembre de 2008. Establécese que todas las escuelas secundarias del sistema educativo nacional, incluirán en forma obligatoria una propuesta curricular para la enseñanza del idioma portugués como lengua extranjera, en cumplimiento de la ley n. 25.181. Disponível em: <<http://portuguesunam.webnode.com/news/ley%2026-468%20nacional%20la%20ense%C3%B1anza%20de%20portugues%20en%20las%20escuelas/>> Acesso em: 16 out. 2009.

ARNOUX, Elvira Narvaja. La Glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario. In: *Lenguajes: teorías y prácticas. Primer Simposio de la Maestría en Ciencias del Lenguaje*, 1999. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, Secretaría de Educación, Instituto Superior del Profesorado “Dr. Joaquín V. González”, 2000, p. 95-109.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA; DUARTE, Feliciano Barreiras. Relatório nº 154/12ª/CESC sobre a Petição nº 495/X/3ª – Apresentam um Manifesto a favor da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico. Lisboa, 08 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=11826>> Acesso em: 15 jan. 2010.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

AZEREDO, José Carlos. Mensagem de José Carlos Azeredo por <vsjd@uol.com.br> recebida em 11 fev. 2011.

BAGNO, Marcos (Org). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. “É preciso acabar com a cultura do erro”. *Caros Amigos*. São Paulo, fev. 2008, p.30-36.

BAKHTIN, M.. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.) A imaginação nacional. In BALAKRISHNAN, Gopal (Org). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BANCO MUNDIAL. Indicadores. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador>> Acesso em: 10 abr. 2010.

BAPTISTA, Luís; PEREIRA, Ana Patrícia. A internacionalização da língua portuguesa: os leitores enquanto agentes de uma política cultural e linguística. Disponível em: <[www2.fcsh.unl.pt/forum/leitorados/.../Apresentação\\_Colóquio.ppt](http://www2.fcsh.unl.pt/forum/leitorados/.../Apresentação_Colóquio.ppt)> Acesso em: 08 jun. 2010.

BARBAUD, Philippe. *A língua do Estado : O Estado da língua*. In BAGNO, Marcos (Org). Norma linguística. São Paulo: Loyola, 2001.

BARRETTO, Mônica M.G. Savedra; SALGADO, Ana Claudia P.. *Sociolinguística no Brasil: Uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

BASTOS, Neusa Barbosa (Org). *Língua portuguesa: lusofonia, memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org). *Língua portuguesa: Reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006.

BASTOS FILHO, Fábio V. Rodrigues; BASTOS, Neusa B.; BRITO, Regina H. Pires de. Língua portuguesa: políticas de língua e olhares da cultura. In BASTOS, Neusa Barbosa (Org). *Língua portuguesa: lusofonia, memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC, 2008.

BATISTA, Henrique Gomes. *Brasil embala ensino de português: crescimento do país impulsiona busca por cursos da língua*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 mai. 2010. Economia, p. 35.

BAUER, Otto. A nação. In BALAKRISHNAN, Gopal (Org). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

\_\_\_\_\_. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BBC BRASIL. Uruguai ensinará português em escolas públicas a partir de 2010, 22 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,uruguai-ensinara-portugues-nas-escolas-publicas-a-partir-de-2010,358706,0.htm>> Acesso em: 17 ago. 2010.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Pontes, 1991.

BERENBLUM, Andrea. *A invenção da palavra oficial: Identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BHABHA, Homi K.. *Narrando a Nação*. In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DE PORTUGAL. Disponível em: <<http://purl.pt/118/1/>> Acesso em: 14 out. 2010.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução á análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1999.

BRANT, Leonardo C. (Org.). *Comentário à Carta das Nações Unidas*. Belo Horizonte: CEDIN, 2008.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Imperio do Brazil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)> Acesso em: 20 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)> Acesso em: 05 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>> Acesso em: 05 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: 20 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira, 13 out. 2005. Disponível em: <[http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_port\\_156.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_port_156.htm)> Acesso em: 20 out 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto 20.108 de 15 de junho de 1931. Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116723/decreto-20108-31>> Acesso em: 09 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto 23.028 de 02 de agosto de 1933. Torna obrigatório o uso da ortografia resultante do acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d23028.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23028.htm)> Acesso em: 05 jan. 2010.

BRASIL. Decreto 1.545 de 15 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=11345&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 15 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1 de 21 de setembro de 1961. Aprova o Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=113524&tipoDocumento=DCM&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 15 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto 4.759 de 21 de junho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=236834&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 15 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.583 de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm)> Acesso em: 10 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.387 de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm)> Acesso em: 08 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 292 de 23 de fevereiro de 1938. Regula o uso da ortografia nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del0292.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0292.htm)>

Acesso em: 05 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 406 de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada, de estrangeiros no território nacional. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12803&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 15 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 791 de 14 de outubro de 1938. Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=23770&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 15 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 12.343 de 05 de maio de 1943. Aprova o Regimento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=17651&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 15 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei 8.286 de 5 de dezembro de 1945. Aprova o Acôrdio Ortográfico para a unidade da Língua Portuguesa. Disponível em:

<<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1945-12-05;8286>> Acesso em: 05 jan. 2010.

BRASIL . Decreto-Lei 9.121 de 3 de abril de 1946. Altera o Decreto-lei nº 8.324, de 8 de Dezembro de 1945. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=104577&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 15 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 28 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 22-225.

\_\_\_\_\_. Lei 2.623 de 21 de outubro de 1955. Restabelece o sistema ortográfico do “Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa” e revoga o Decreto-lei nº 8.286, de 5 de dezembro de 1945. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=227151&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 05 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei 5.765 de 18 de dezembro de 1971. Aprova alterações na ortografia da língua portuguesa e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5765.htm>> Acesso em: 05 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei 12.289 de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm)> Acesso em: 12 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/>> Acesso em: 30 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Discurso do ministro Gilberto Gil no lançamento da obra de restauração da Estação da Luz, 21 mai. 2003. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/site/2003/05/21/discurso-do-ministro-gilberto-gil-no-lancamento-da-obra-de-restauracao-da-estacao-da-luz/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Ministro da Guiné Bissau destaca importância do Brasil, 21 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2006/03/21/ministro-da-guine-bissau-destaca-importancia-do-brasil/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Inventário terá todos os idiomas falados no Brasil, 04 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/06/04/inventario-tera-todos-os-idiomas-falados-no-brasil/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Países de língua portuguesa discutem criação de rede de televisões públicas, 01 abr. 2007. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/site/2007/04/01/paises-de-lingua-portuguesa-discutem-criacao-de-rede-de-televisoes-publicas/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Fortalecer o uso do português e valorizar as línguas indígenas, 16 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/pnc/diagnosticos-e-desafios/manifestacoes-culturais/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Ibero-América, 02 set. 2008. Disponível em:  
<<http://www.cultura.gov.br/site/2008/09/02/ibero-america-2/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Solenidade dá largada para acordo ortográfico, 29 set. 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/09/29/solenidade-da-largada-para-acordo-ortografico/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Brasil elogia decisão de Portugal de adotar Acordo Ortográfico, 16 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/03/16/brasil-elogia-decisao-de-portugal-de-adoptar-acordo-ortografico-este-semester/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. CPLP quer o português como língua oficial na ONU, 15 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/15/cplp-quer-portugues-como-lingua-oficial-na-onu/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Ministros da Cultura de Brasil e Portugal debatem projetos, 21 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/08/21/ministros-da-cultura-de-brasil-e-portugal-debatem-projetos/>> Acesso em: 17 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Discurso do ministro Gilberto Gil no Museu da Língua Portuguesa, 20 mar. 2006. Disponível em:  
<<http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/16/discurso-do-ministro-gilberto-gil-durante-cerimonia-de-outorga-do-grau-de-doutor-honoris-causa-em-museologia-pela-universidade-lusofona-de-humanidades-e-tecnologias/>> Acesso em: 17 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Língua Portuguesa, 19 ago. 2008. Disponível em:  
<<http://www.cultura.gov.br/site/2008/08/19/lingua-portuguesa/>> Acesso em: 17 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Ministros da Cultura brasileiro e português reúnem-se no Rio de Janeiro para tratar de ações bilaterais, 10 mar. 2008. Disponível em:  
<<http://www.cultura.gov.br/site/2008/03/10/cerimonia-de-inauguracao-2/>> Acesso em: 17 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso em: 10. out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 1.787 de 26 de dezembro de 1994. Instituir Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa CELPEBRAS. Disponível em:  
<<http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do?jsessionid=7714AD48D0724607974C79E1113665D7?codThesaurus=149350>> Acesso em: 24. fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 4.056 de 2004. Institui a Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portariacolip-4056.pdf>> Acesso em: 10. out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Ata da primeira reunião plenária da Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa.

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/MachadodeAssis/atadereuniao.pdf>> Acesso em: 10. out. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros: manual do aplicador. Brasília: MEC/SESu, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Machado de Assis. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13443&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13443&Itemid=86)> Acesso em: 10. out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ33FCEB63PTBRIE.htm>> Acesso em: 26 abr. 2010

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil>> Acesso em: 28 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Departamento Cultural. Divisão de Promoção da Língua Portuguesa. Mensagem de Lilian Cristina Nascimento Pinho por <vsjd@uol.com.br> recebida em 08 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. TV Brasil. TV. Brasil lança na segunda-feira seu canal internacional, 21 mai. 2010. Disponível em: <[http://www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/noticia\\_588.asp](http://www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/noticia_588.asp)> Acesso em: 25 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. TV Brasil. TV. Brasil inaugura Canal Internacional que inicia transmissões para África, 24 mai. 2010. Disponível em: <[http://www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/noticia\\_598.asp](http://www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/noticia_598.asp)> Acesso em: 25 mai. 2010.

BREILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In BALAKRISHNAN, Gopal (Org.) *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRITO, Regina; MARTINS, Moisés. Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, n. 2, 2004, pp. 69-77. Disponível em: <[http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/id/49410619.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/49410619.html)> Acesso em: 15 jun. 2009.

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Unesp, 2010.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação*. São Paulo: Unesp, 2009.

CABO VERDE. Governo de Cabo Verde. Disponível em: <<http://www.governo.cv/>> Acesso em: 15 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <<http://www.ine.cv/>> Acesso em: 15 mai. 2010.

CABRAL, Debora M. *As diversas vozes que tecem o manual didático Reorientação Curricular para docentes de francês língua estrangeira (RCFle): Um estudo discursivo da posição-sujeito*. 2010. 272f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

\_\_\_\_\_. *La guerre des langues*. Paris: Hachette, 1999.

\_\_\_\_\_. Les langues dans les relations internationales. *Questions internationales*, Paris, n.1 maio-juin, 2003.

\_\_\_\_\_. *Linguística y Colonialismo: Breve tratado de glotofagia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

\_\_\_\_\_. O Peso das Línguas. In I Encontro Internacional do GT de Sociolinguística da ANPOLL, ocorrido na PUC-Rio entre 31 de julho a 3 de agosto de 2007. Tradução de Telma Pereira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguística: Uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

\_\_\_\_\_. *Towards an ecology of world languages*. Cambridge: Cambridge Polity Press, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; SOARES, Mário. *O mundo em português*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autentica, 2009.

CASTRO, Flávio M. de Oliveira. *Itamaraty: Dois Séculos de História. Vol 1 (1808-1979)*. Brasília: Funag, 2009.

\_\_\_\_\_; CASTRO, Francisco M. de Oliveira. *Itamaraty: Dois Séculos de História. Vol 2 (1979-2008)*. Brasília: Funag, 2009.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior do Brasil: o peso da história. *Plenarium*, Brasília, ano 2, n. 2, nov. 2005, p. 10-26. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes/edicoes/Plenarium2.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Os objetivos da Política Exterior de Lula. *Meridiano 47*, Brasília, n. 47, jun. 2004. Disponível em: <[http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A\\_7873.html](http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7873.html)> Acesso em: 20 jun. 2010.



\_\_\_\_\_. A política exterior: de Cardoso a Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 46, nº 1, 2003, p. 5-11.

\_\_\_\_\_. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, ano 46, nº 2, 2003, p.5-25.

\_\_\_\_\_. *Inserção Internacional: Formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHACON, Vamireh. *O futuro político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada para quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHEIBUB, Zairo. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28, no.1, 1985, p 113-131.

CHINA. Instituto Confúcio. Disponível em: <<http://www.chinese.cn/>> Acesso em: 10 jun. 2010.

CONDE, Miguel. Trava-língua: acordada em 1990, mudança na ortografia do português entrou em vigor este ano, mas aplicação esbarra na política. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 set. 2007. Prosa e Verso, p. 1.

\_\_\_\_\_. Reforma traria vantagens políticas: unificação facilitaria comércio de livros e adoção do português em organismos internacionais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 set. 2007. Prosa e Verso, p. 2.

\_\_\_\_\_; BERTOL, Rachel. Acordo em desacordo: Brasil adota em 1º de janeiro normas para unificação da língua portuguesa, mas ainda aguarda os vocabulários ortográficos oficiais das academias de Brasil e Portugal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 dez. 2008. Prosa e Verso, p. 1.

\_\_\_\_\_. Hífen que pode unir ou separar: editoras se adiantam e lançam obras didáticas adaptadas antes de a ABL bater o martelo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 dez. 2008. Prosa e Verso, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. Portugueses contra Acordo Ortográfico, 07 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010&contentid=92E109CF-AB86-4892-83E2-47B022FA5BE5>> Acesso em: 25 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Decisão da Guiné Equatorial na CPLP adiada, 23 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/ultima-hora/decisao-da-guine-equatorial-na-cplp-adiada>> Acesso em: 05 ago. 2010.

CORTE REAL, Benjamin de A.; BRITO, Regina H. P. de. Aspectos a política linguística de

Timor-Leste: desvendando contra-correntes. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org). *Língua portuguesa: Reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006.

COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

\_\_\_\_\_. *Linguística, ecologia e ecolinguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Disponível em: Disponível em: <<http://www.cplp.org/>> Acesso em: 26 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Declaração Constitutiva. I Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 1996. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=157>> Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa da Conferência de Chefes de Estado e de Governo. V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 2004. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=157>> Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Declaração sobre a Língua Portuguesa da Conferência de Chefes de Estado e de Governo. VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 2008. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=157>> Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo. XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP em 20 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=157>> Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros; VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=157>> Acesso em: 30 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Plano de Ação de Brasília. VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros; VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=157>> Acesso em: 30 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP. VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=157>> Acesso em: 30 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário-Executivo da CPLP 2008-2010. VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 2010. Disponível em: <[http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/VIII\\_CCEG/PDFs/PDFs%2012Julho/RELATÓRIO\\_SE\\_JUL10.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/VIII_CCEG/PDFs/PDFs%2012Julho/RELATÓRIO_SE_JUL10.pdf)> Acesso em: 17 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Declaração Final da Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura da CPLP, 15 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=345>>

Acesso em: 16 abr. 2009.

CRISTÓVÃO, Fernando. *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina, 2008.

CRYSTAL, David. *A Revolução da Linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *English as global language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *The Past, Present, and Future of World English*, 2004. Disponível em:  
<<http://www.davidcrystal.com/>> Acesso: 12 out. 2008.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2002.

CUNHA, Luís. Lusofonia e identidade nacional: narrativa e sedução. In BASTOS, Neusa Barbosa (Org). *Língua portuguesa: lusofonia, memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC, 2008.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Herois*. São Paulo: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. *O que faz o brasil, Brasil?* São Paulo: Rocco, 1984.

\_\_\_\_\_. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DE ROSA, Gian Luigi. Unimultiplicidade e policentrismo do português no século XXI. In: DIÁLOGOS COM A LUSOFONIA: COLÓQUIO COMEMORATIVO DOS 30 ANOS DA SECCÃO PORTUGUESA DO INSTITUTO DE ESTUDOS IBÉRICOS E IBERO-AMERICANOS, 2007, Varsóvia. Varsóvia: Universidade de Varsóvia, 2007. Disponível em: <[http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio\\_ISIil-UW\\_27\\_ROSA-Gian-Luigi-De\\_Unimultiplicidade-e-policentrismo-do-portugues-no-seculo-XXI.pdf](http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISIil-UW_27_ROSA-Gian-Luigi-De_Unimultiplicidade-e-policentrismo-do-portugues-no-seculo-XXI.pdf)> Acesso em: 20 out. 2010.

DEUTSCHLAND. Revista Deutschland. Língua das ideias: qual o papel do alemão no mundo?, 17 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.alemanja.org/alemanha-lingua/1828-lingua-das-ideias-qual-o-papel-do-alemao-no-mundo>> Acesso em: 15 ago. 2010.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Guiné Equatorial mais perto da CPLP, 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.dnoticias.pt/imprensa/diario/219683/mundo/219753-guine-equatorial-mais-perto-da-cplp>> Acesso em: 05 ago. 2010.

DIÁRIO LIBERDADE. República do Congo olha para vizinhos lusófonos e introduz português no ensino, 06 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3462:república-do-congo-olha-para-vizinhos-lusofonos-e-introduz-portugues-no-ensino&catid=76:linguaeducacom&Itemid=87](http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3462:república-do-congo-olha-para-vizinhos-lusofonos-e-introduz-portugues-no-ensino&catid=76:linguaeducacom&Itemid=87)> Acesso em: 16 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Português entra de cheio nos planos educativos da África, 16 jun. 2010. Disponível em:

<[http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3788:port](http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3788:port)>

[ugues-entra-de-cheio-nos-planos-educativos-da-africa&catid=76:linguaeducacom&Itemid=87](#)> Acesso em: 16 jun. 2010.

DIAS, Luiz Francisco. *As Bases Enunciativas do Nacionalismo Linguístico no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. *Mercado de Línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. Campinas; RG, 2010.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2005.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

EPERAS. Língua e Cultura Portuguesas na África do Sul, 17 set. 2007. Disponível em <<http://www.eperas.com/>> Acesso em: 16 jun. 2010.

ÉPOCA. Um atalho para a Europa, 24 jun. 2002. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/214/socila.htm>> Acesso: 21 fev. 2010.

ESCOBAR, Carlos Henrique. *Zaratustra: O corpo e os povos da tragédia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

ESPANHA. Instituto Cervantes. Disponível em: <<http://www.cervantes.es/>> Acesso em: 15 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Diplomas de Español como Lengua Extranjera (DELE). Disponível em: <<http://diplomas.cervantes.es/index.jsp>> Acesso em 19 abr. 2010.

ESPERANÇA, José Paulo; ISCTE, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. *Uma abordagem eclética do valor da língua: a influência global do português*. Lisboa: ISCTE, 2008. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/noticias-ic-portugal/lingua-representa-17-do-pib-em-portugal.html>> Acesso em: 14 jan. 2010.

ETHNOLOGUE, Languages of the world. Disponível em: <http://ethnologue.org> > Acesso em: 20 mar. 2009.

FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

\_\_\_\_\_. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 1., 2009, Salvador. [Anais]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

FARIA, Isabel Hub. Política linguística da língua portuguesa: o que está a mudar e o que é preciso mudar. *Veredas: Revista de Estudos Lingüísticos*, Juiz de Fora, vol. 4, n.1, p. 9-19, 2000. Disponível em: <[http://www.labpsicoling.com/investigadores/publicacoes/Faria\\_2000.pdf](http://www.labpsicoling.com/investigadores/publicacoes/Faria_2000.pdf)> Acesso em: 23 nov. 2009.

FAULSTICH, Enilde. Desafios para uma política do idioma. In: CONGRESSO DA SIPLE, 3., 2000. Brasília. Disponível em: <<Http://vsites.unb.br/il/enilde/documentos/PLP.pdf>>.

Acesso em: 23 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *CPLP: Comunidades dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relação Internacionais/UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. Papel político-linguístico do Brasil no contexto de um novo mapa de integração. In: SEMINÁRIO IDIOMA E SOBERANIA: NOSSA LÍNGUA, NOSSA PÁTRIA, 2010, Brasília.[Anais]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/historia/historia/cdnos500anos/seminarios/semin2>> Acesso em: 04 out. 2010.

FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

FERNANDES, Cleudemar. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERRO, Marc. *História das Colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FINLÂNDIA. Instituto de Cultura Finlandesa e Institutos Acadêmicos. Disponível em: <<http://www.institute.fi/en/index.php>> Acesso em: 10 jun. 2010.

FIORIN, José Luiz. Autodescrição da cultura brasileira: triagem ou mistura? As relações do português com outras línguas no espaço cultural brasileiro. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org). *Língua portuguesa: lusofonia, memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC, 2008.

\_\_\_\_\_. A lusofonia como espaço linguístico. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org), *Língua portuguesa: Reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

FIRMINO, Gregório. Processo de transformação do português no contexto pós-colonial de Moçambique, 25 mar. 2008. In: COLÓQUIO PORTUGUÊS, LÍNGUA GLOBAL. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=83&Itemid=69](http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=69)> Acesso em: 11 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. A situação do português no contexto multilíngue de Moçambique. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlc/lport/pdf/mes/06.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2011.

FISHMAN, Joshua A. (Ed.). *Handbook of Language and Ethnic Identity*. New York: Oxford University Press, 1999.

FOLHA ONLINE. MEC cria Comissão de Língua Portuguesa para divulgar o idioma. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17870.shtml>> Acesso em: 20 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. Lula e Chávez fazem acordo para levar português à Venezuela, 31 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u387492.shtml>> Acesso em: 20 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. Amorim defende política permanente de promoção do idioma, 21 jul. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u424536.shtml>> Acesso em: 20 mai. 2009.

FONTOURA, Luís. *CPLP: a importância do Brasil no espaço lusófono*. Disponível em: <[http://adelinotorres.com/africa/Luis%20Fontoura\\_O%20Brasil%20no%20espa%E7o%20lusofono.pdf](http://adelinotorres.com/africa/Luis%20Fontoura_O%20Brasil%20no%20espa%E7o%20lusofono.pdf)> Acesso em: 04 out. 2010.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FRANÇA. Aliança Francesa. Disponível em: <<http://www.alliancefr.org/>> Acesso em: 10 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Centre International d'études pédagogiques. DELF/DALF. <<http://www.ciep.fr/en/delfdalf/index.php>> Acesso em: 19 abr. 2010.

FREIXO, Adriano de. *Minha Pátria é a língua portuguesa: A construção da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota. *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

FREITAS, Guilherme. Globish: a língua de todo mundo? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jul. 2010. Prosa e Verso, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Um país à procura de sua identidade: língua portuguesa ganha espaço no Timor Leste dez anos após referendo que encerrou a ocupação Indonésia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 ago. 2009. Prosa e Verso, p. 3.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

\_\_\_\_\_. *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1940.

\_\_\_\_\_. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

\_\_\_\_\_. *Uma cultura ameaçada e outros ensaios*. São Paulo: É, 2010.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

GALITO, Maria Sousa. *Impacto econômico da língua portuguesa enquanto língua de trabalho*, 2006. Disponível em: <[http://www.ciari.org/investigacao/impacto\\_econ\\_lingua\\_portuguesa.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf)> Acesso em: 22 out. 2010.

GALVÃO, Henrique. Portugal não é um país pequeno. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional. 55x38 cm. Escala 1:13000000. No canto inferior direito contém: "Superfícies do Império Colonial Português comparadas com as dos principais países da Europa". Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal <<http://purl.pt/11440/1/index.html>> Acesso em: 22 set. 2010.

GAZETA DE LUANDA. Personalidades apelam à não integração da Guiné Equatorial à CPLP, 21 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadeluanda.com/noticias-de-africa-e-mundo/treze-personalidades-dos-oito-paises-da-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-apelam-a-nao-integracao-da-guine-equatorial-na-cplp-2273.html>> Acesso em 05 ago. 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: LTC, 1989.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GONÇALVES, José. Relações econômicas e cooperação na CPLP. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). *CPLP: Comunidades dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/UnB, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GUATTARI, Félix. *Plan sobre el planeta: Capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares*. Madrid: Traficantes de sueños/Mapas, 2004.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. O Zaratustra de Nietzsche como Prenúncio: A Última Aventura Humana sobre a Terra. In: *Parte Rei* 25. Ene. 2003. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/page35.html>> Acesso: 07 ago. 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Política de línguas na linguística brasileira. In: ORLANDI, Eni. (Org). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007b.

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/>> Acesso em: 20 mai. 2010.

GUINÉ EQUATORIAL. Governo da Guiné Equatorial. Disponível em: <<http://www.guineaequatorialpress.com/>> Acesso em: 20 mai. 2010.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso: 26 out. 2008.

\_\_\_\_\_; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*, Niterói, no. 2 (4), vol.1, 2007.

HAGÈGE, Claude. *Não à Morte das Línguas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua e nação. In: BAGNO, Marcos (Org), *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

HEINE, Bernd; NURSE, Derek. *African languages: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HELD, David; MC GREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas (v.2): do feminismo ao multiculturalismo*. São Paulo: Ática, 2010.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina; PINHEIRO, Leticia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. In: *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, dez. 2010, pp 22-41.

HISTÓRIA SIGLO 20. Disponível em: <<http://www.historiasiglo20.org/HE/6c.htm>> Acesso em: 10 nov. 2010.

HISTORICAL ATLAS OF THE WORLD. Parragon, 2009.

HOAUISS, Antônio. *Dicionário Hoauiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORA, Demerval da; LUCENA, Rubens Marques de (Orgs). *Política linguística na América Latina*. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2008.

HUNGRIA. Instituto Cultural Húngaro. Disponível em: <<http://www.magyarintezet.hu/>> Acesso em: 10 jun. 2010.

HUNTINGTON, Samuel. A Superpotência Solitária. In: *Política Externa*, vol. 8, nº 4, 2000.



HURREL, Andrew et al. *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

KADRI, Jorge Geraldo. DPLP e a língua portuguesa. Entrevista para Nilce da Silva, *Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa (Acoalfaplp)*, ano 1, n.1, 08 de agosto 2006. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net/0001acoalfaplp/a001n-0001n0404entrevista04.html>> Acesso em: 20 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Entrevista para Alexandre Marcos Lourenço Barbosa, jornal *O Lince*, n. 10, outubro de 2007. Disponível em: <[http://www.jornalolince.com.br/2007/out/entrevista/entrevista\\_2.php](http://www.jornalolince.com.br/2007/out/entrevista/entrevista_2.php)> Acesso em: 21 mar. 2010.

KEMMLER, Rolf. Para a história da ortografia simplificada. In: SILVA, Maurício (Org). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso, representações*. São Paulo: Contexto, 2009.

KRIEG-PLANQUE. *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In MOITA LOPES, L. P. (Org). *Por uma linguística aplicada interdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KUPER, Adam. *Cultura: A visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

KÜPER, Wolfgang. The necessity of introducing mother tongues in education systems of developing countries. In: OUANE, Adama (Coor.). *Towards a multilingual culture of education*. Hamburgo: Unesco Institute for Education, 2003, pp. 89-102.

ICUB (Instituto de Cultura Uruguayo Brasileño). *História do Instituto de Cultura Uruguayo Brasileiro*. Disponível no site: <<http://www.icub.edu.uy/historia/>> Acesso em: 04 jul. 2010.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 2007.

INFOPÉDIA. Pacto Colonial. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$acto-colonial-1930](http://www.infopedia.pt/$acto-colonial-1930)> Acesso: 24 set. 2010.

IONLINE. Ensino de português será alargado aos EUA, Canadá e Venezuela, 29 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ionline.pt/conteudo/52924-ensino-portugues-sera-alargado-aos-eua-canada-e-venezuela->> Acesso em: 16 jun. 2010.

ITÁLIA. Instituto Italiano de Cultura. Disponível em: <[http://www.esteri.it/MAE/EN/Ministero/Rappresentanze/Istituti\\_Cultura/default.htm](http://www.esteri.it/MAE/EN/Ministero/Rappresentanze/Istituti_Cultura/default.htm)> Acesso em: 06 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Unisersità per Stranieri di Perugia. Centro Valutazione Certificazioni Linguistiche. Certificato di Conoscenza della Lingua Italiana (CELI). Disponível em: <<http://www.cvcl.it/MEDIACENTER/FE/CategoriaMedia.aspx?idc=64&explicit=SI>> Acesso em: 15 abr. 2010.

LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs). *A Geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *Geografia Política Linguística: Línguas e dialetos na vida de povos e países*. São Paulo: Hucitec, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LESSA, Monica; SUPPO, Hugo. O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, Monica; GONÇALVES, Williams. *História das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p.223-250.

LEVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Papirus, 2002.

\_\_\_\_\_. *Antropologia Cultural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LEWIS, M. Paul (Ed.). *Ethnologue, Languages of the World*. Dallas: Sil International, 16ª edição, 2009.

LIMA, Luís Filipe Silvério. *O império dos sonhos*. São Paulo: Alameda, 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de. *Decisões e Indecisões: um balanço da política externa do primeiro governo do presidente Lula*. Rio de Janeiro: Observatório de Política Sul-Americana; IUPERJ, 2006. Disponível em: <[http://observatorio.iuperj.br/artigos\\_resenhas.php](http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas.php)> Acesso em: 15 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Aspiração Internacional e Política Externa. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, São Paulo, no. 82, ano XIX, jan./mar. 2005.

\_\_\_\_\_; HIRST, Monica. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURRELL, Andrew et al. *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: FGV, 2009

LIMA, Marco; MARQUES, Regina N.; PINTO, Luzia; PAES, Monica S.. *Migração e Cidadania Cultural: A Experiência do Instituto Brasil-Itália de Milão*, 2008. Disponível em: <<http://www.portalconsular.mre.gov.br/>> Acesso em: 20 mar. 2010.

LOTT, Leonardo, A política de promoção da língua portuguesa implementada pelo Departamento Cultural do Itamaraty: realidade e desafios. In: *III Encontro Nacional sobre Políticas de Língua(s) e Ensino*. Brasília: ALAB, 2009.

LOURENÇO, Eduardo. *A Europa Desencantada: Para uma mitologia europeia*. Lisboa: Gradiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

\_\_\_\_\_. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.

LUKOR. Obiang convierte al portugués en tercer idioma oficial para entrar en la Comunidad lusófona de Naciones, 13 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.lukor.com/not-mun/africa/0707/13132038.htm>> Acesso em: 20 out. 2009.

JAPÃO. Fundação Japão. Disponível em: <<http://www.jpf.go.jp/e/index.html>> Acesso em: 10 jun. 2010.

JORGE, Lúcia. *A costa dos murmúrios*. Rio de Janeiro; Record, 2004.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Aproximação da Guiné Equatorial à CPLP deve ser encarada sem dramatização, 22 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content\\_id=1624110](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1624110)> Acesso em: 05 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Plano para a difusão da língua portuguesa em discussão na cimeira de Luanda, 21 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content\\_id=1623141](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1623141)> Acesso em: 05 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Cavaco pede aposta na defesa da língua portuguesa, 22 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content\\_id=1624677](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1624677)> Acesso em: 05 ago. 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Analisando Discursos Constituintes. *Revista do GELNE*. Vol. 2 N° 2, 2000. Disponível em: <<http://www.gelne.org.br>> Acesso em: 12 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar, 2007.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (Re)Ler Michel Pêcheux Hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MANIFESTO EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO. Disponível em:

<<http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/>> Acesso em: 14 nov. 2010.

MAPA, Dhiego de M. *Política Externa do Governo Lula: O Papel da Cultura (2003-2006)*, 2009, 100 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

\_\_\_\_\_. Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngues. In: Gragoatá, no. 24, 2008, p. 71-88.

\_\_\_\_\_. Língua portuguesa, políticas de línguas e formação de Estados nacionais: notas sobre lusofonia. In: PONTES, Geraldo; ALMEIDA, Claudia (Coords.). *Relações literárias internacionais: lusofonia e francofonia*. Rio de Janeiro: Eduff; de letras, 2007, p. 234-253.

MARTINS, Moisés de Lemos. Lusofonia e luso-tropicalismo: Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org), *Língua portuguesa: Reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MASELLO, Laura. Construir o PLE nos países: abertura de caminhos para o ensino de português no Sul da América Latina. *Revista SIPLE*, Brasília, ano 1, número 1, out. 2010. Disponível em:

<[http://www.siple.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=144:construir-o-ple-nos-paises-abertura-de-caminhos-para-o-ensino-de-portugues-no-sul-da-america-latina&catid=53:edicao-1&Itemid=84](http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=144:construir-o-ple-nos-paises-abertura-de-caminhos-para-o-ensino-de-portugues-no-sul-da-america-latina&catid=53:edicao-1&Itemid=84)> Acesso em: 27 nov. 2010.

MATEUS, Maria Helena Mira. *Difusão da língua portuguesa no mundo*, set. 2008.

Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/01.pdf>> Acesso em: 04 out. 2010.

\_\_\_\_\_. *Uma política de língua para o português*, abr. 2002. Disponível em:

<<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-mhmateus-politicapt.pdf>> Acesso em: 04 out. 2010.

MATTERLART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 1 ao 8.

MAURIS, Jacques; MORRIS, Michael. *Languages in a globalising world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: História e práticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

MAZRUI, Ali; MAZRUI Alamin. *The power of Babel: language and governance in the african experience*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo do Itamaraty*. Brasília: Funag, 2009.

MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, Pedro Rosa. Lula discursa em português em Timor mas precisa de tradução. *Folha Online*, 11 jul. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u421413.shtml>> Acesso em 20 mai. 2009.

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 1981.

\_\_\_\_\_. *La politique étrangère*. Paris: PUF, 1984.

MINGAS, Amélia Arlete. A língua portuguesa e a sua dimensão comunitária no quadro da CPLP. In: ExpoLíngua, Lisboa, 4 a 6 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.google.com.br/#num=20&hl=pt-BR&biw=1003&bih=583&q=%22A+l%C3%AAdngua+portuguesa+e+a+sua+dimens%C3%A3o+comunit%C3%A1ria%22+no+quadro+da+CPLP&aq=f&aql=&oq=&fp=b0b8123ace4b70c8>> Acesso em: 10 jun. 2010.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin, conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOÇAMBIQUE. Governo de Moçambique. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/>> Acesso em: 27 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/>> Acesso em: 27 mai. 2010.

MOITA LOPES, L. P. (Org). *Por uma linguística aplicada interdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MONIZ BANDEIRA, L. A. Política Exterior do Brasil: de FHC a Lula. In: *Plenarium*. Brasília: Câmara dos Deputados, ano 2, nº 2, nov. 2005, p. 64-82. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes/edicoes/Plenarium2.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2010.

MOREIRA, Adriano. O direito português da língua. Conferência na ABL em 18 nov. 2009. Disponível em: <[http://s1.acad-ciencias.pt/files/Mem%C3%B3rias/Adriano%20Moreira/amoreira\\_18\\_11\\_2009.pdf](http://s1.acad-ciencias.pt/files/Mem%C3%B3rias/Adriano%20Moreira/amoreira_18_11_2009.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2010.

MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações*. Brasília: FUNAG/IPRI, Editora UnB;

São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MOURÃO, Fernando A. Albuquerque. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a base linguística e a material. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Vol. 9 n° 1, 1995.

MOTA, Maria A. Rezende. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MOTA, Mariana Villares Cerqueira da. *Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI*, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MUNDO LUSÍADA. Política para português deve ser apresentada à CPLP, 16 jul. 2008. Disponível em: <[http://www.mundolusiada.com.br/ml\\_cultura.htm](http://www.mundolusiada.com.br/ml_cultura.htm)> Acesso em: 16 abr. 2009.

MUNDO PORTUGUÊS. Venezuela: Portugal sem verbas para garantir ensino do português, 01 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.mundoportugues.org/content/1/2280/venezuela-portugal-sem-verbas-para-garantir-ensino-portugues/>> Acesso em: 17 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Venezuela: Português deverá ser língua de opção no ensino oficial, 25 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.mundoportugues.org/content/1/4769/venezuela-portugues-devera-ser-lingua-opcao-ensino-oficial/>> Acesso em: 15 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Interesse pela língua portuguesa está a aumentar, 18 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.mundoportugues.org/content/1/7150/interesse-pela-lingua-portuguesa-esta-aumentar/>> Acesso em: 16 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Governo cria Fundo de Língua Portuguesa dotado com 30 milhões de euros, 17 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.mundoportugues.org/content/1/2946/governo-cria-fundo-lingua-portuguesa-dotado-com-milhoes-euros>> Acesso em: 18 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Língua portuguesa vale 17 por cento do PIB, 18 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.mundoportugues.org/content/1/3671/lingua-portuguesa-vale-por-cento-pib/>> Acesso em: 16 abr. 2009.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>> Acesso em: 15 set. 2009.

NAMBURETE, Eduardo. Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org). *Língua portuguesa: Reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006.

NASSER, Salem Hikmat. *Desenvolvimento, Costume Internacional e Soft Law*, 200-? Disponível em: <<http://www.direitov.gov.br/AppData/Publication/DesenvolvimentoCostumeInternacionalOftLawAlemNasser.pdf>> Acesso em: 27 jun. 2010.

NATALI, Adriana; PINHO, Lílian. O Brasil flerta com a vizinhança. *Revista Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11539>> Acesso em: 20 set. 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre o conceito de verdade e mentira na extra-moral*. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

\_\_\_\_\_. *Assim falou Zaratustra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

NÓBREGA, Francisco Adalberto. *Português: a língua da liberdade*. Brasília: Thesaurus, 2010.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: Análise do Século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2006.

NYE, Jr., Joseph. *Soft Power*. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Deh. Editoras prevêem expansão de mercado com ortografia integrada. *Folha Online*, 01 jul. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u415720.shtml>> Acesso em: 21 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. Para ministro português, relação romântica com idioma gera resistência a mudanças. *Folha Online*, 01 jul. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u415717.shtml>> Acesso em: 21 mai. 2009.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (Org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: Novas perspectivas em política linguística*. Campinas: Mercado de Letras; ALB, Florianópolis: IPOL, 2003.

OLIVEIRA, Michelle M. de; FAULSTICH, Enilde. Política linguística: formação histórica e influência do português do Brasil no mundo atual. *Miscelânea: Revista de Pós-Graduação em Letras*, Assis, vol. 5, dez. 2008/mai. 2009. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/posgraduacao/letras/mis/pdf/v5/michelle.pdf>> Acesso em: 04 out. 2020.

OLIVEIRA, Pedro Aires. *Armindo Monteiro: uma biografia política*. Venda Nova: Bertrand Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Caminhos da identidade ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Unesp, 2006.

ONU (Organização das Nações Unidas). Assembleia Geral. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em:

<[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)> Acesso em: 10 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. *Resoluções do Conselho de Segurança*. Disponível em: <<http://pt.io.gov.mo/Legis/International/4.aspx>> Acesso em: 10 set. 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007a.

\_\_\_\_\_. (Org). *Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *História das idéias linguísticas*. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Língua brasileira e outras histórias. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento linguístico: Por uma História das Ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007b.

\_\_\_\_\_. (Org). *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Unicamp, 2008.

ORTIZ, Renato. As Ciências Sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 19 nº 54, fev. 2004.

\_\_\_\_\_. *A diversidade dos sotaques*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

OTAVIO, Chico. Uma questão de identidade: Ministro da Cultura de Portugal diz que acordo vai unir os países sem enquadrar a literatura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 mar. 2008. Prosa e Verso, p. 1.

\_\_\_\_\_. Acordo precisa empolgar os africanos: filólogo diz que países como Moçambique precisam se convencer de que unificação trará resultado econômico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 mar. 2008. Prosa e Verso, p. 2.

OUANE, Adama (Org). *Towards a multilingual culture of education*. Hamburgo: Unesco Institute for Education, 2003.

PAGOTTO, Emílio Gozze. O linguista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

PAYER, Maria Onice, *Memória da língua – Imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.



PÊCHEUX, Michel. *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. O mecanismo do (Des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso*. Campinas: Unicamp, 2009.

PENNYCOOK, A. *English and the discourses of colonialism*. New York: Routledge, 1998.

PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. Autoria y participación en la política exterior brasileña. In: *Foreign Affairs Latino América*. Volumen 9, Número 2. Disponível em: <<http://fal.itam.mx/FAE/>> Acesso em: 15 nov. 2010.

PINTO, José Filipe. *Estratégias da ou para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio, 2009.

\_\_\_\_\_. *Do império colonial à Comunidade de Países da Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidade*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.

PIRES, Eliane C. R.. *A língua inglesa: uma referência na sociedade da globalização*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2002.

POLÔNIA. Instituto Adam Mickiewicz. Disponível em: <<http://www.iam.pl/pl/site/>> Acesso em: 10 jun. 2010.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PONTES JÚNIOR, Geraldo; ALMEIDA, Claudia. *Relações literárias internacionais – Lusofonia e Francofonia*. Rio de Janeiro: de Letras: Eduff, 2007.

PORTAL GALEGO DA LÍNGUA. Partidos portugueses e a política da língua, 16 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1871>> Acesso em: 16 abr. 2009.

PORTELA, Paulo H. G.. *Direito Internacional Público e Privado*. Salvador: JusPODIVM, 2010.

PORTUGAL. Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n° 188/2008 de 16 de julho de 2008. Disponível em: <[http://www.incm.pt/site/resources/docs/RCM\\_188\\_2008.pdf](http://www.incm.pt/site/resources/docs/RCM_188_2008.pdf)> Acesso em: 16 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto 35.228 de 8 de dezembro de 1945. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945>> Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 32 de 6 de Fevereiro de 1973. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945>> Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Camões. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/>> Acesso em: 28 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Instituto Camões. Ensino português no estrangeiro: uma rede de diversidades, 10 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/ensino-portugues-no-estrangeiro-uma-rede-de-diversidades.html>> Acesso em: 16 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Camões. CPLP: plano de acção para promoção internacional da língua portuguesa, 07 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/cplp-plano-de-accao-para-promocao-internacional-da-lingua-portuguesa.html>> Acesso em: 25 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Camões. Países da CPLP vão agir para tornar Português língua oficial na ONU, 25 set. 2008. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/eua/paises-da-cplp-va-agir-para-tornar-portugues-lingua-oficial-na-onu.html>> Acesso em: 20 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. Instituto Camões. Costa do Marfim: o português no ensino não universitário, 10 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/costa-do-marfim-o-portugues-no-ensino-nao-universitario.html>> Acesso em: 16 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Instrução. Portaria 7.117 de 25 de maio de 1931. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945>> Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Luís Amado recebe homólogo da República do Congo, 04 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.mne.gov.pt/mne/pt/noticiaspt/201009291845.htm>> Acesso em: 16 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Discurso do Presidente da República Portuguesa na abertura do Colóquio “Português, Língua Global”, 25 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=14353>> Acesso em: 23 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. CAPLE (Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira). Disponível em: <<http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/caple/principal.htm>> Acesso em: 15 abr. 2010.

PRÊMIO NOBEL. Disponível em: <<http://nobelprize.org/>> Acesso em; 01 nov. 2010.

PÚBLICO [Jornal]. Governo anuncia plano para promoção de português no estrangeiro, 14 jul. 2008. Disponível em: <[http://www.publico.pt/Cultura/governo-anuncia-plano-para-promover-portugues-no-estrangeiro\\_1335429](http://www.publico.pt/Cultura/governo-anuncia-plano-para-promover-portugues-no-estrangeiro_1335429)> Acesso em 20 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. Cerca de 17 mil alunos aprendem português no ensino médio e secundário no Senegal, 14 ago. 2008. Disponível em: <[http://www.publico.pt/Educa%C3%A7%C3%A3o/cerca-de-17-mil-alunos-aprendem-portugues-no-ensino-medio-e-secundario-no-senegal\\_1338994](http://www.publico.pt/Educa%C3%A7%C3%A3o/cerca-de-17-mil-alunos-aprendem-portugues-no-ensino-medio-e-secundario-no-senegal_1338994)> Acesso em: 16 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Expolíngua: Brasil é o "motor" da internacionalização da língua portuguesa, 02 mar. 2009. Disponível em: <[http://www.publico.pt/Cultura/brasil-e-o-motor-da-internacionalizacao-da-lingua-portuguesa\\_1367369](http://www.publico.pt/Cultura/brasil-e-o-motor-da-internacionalizacao-da-lingua-portuguesa_1367369)> Acesso em: 16 abr. 2009.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). *A Geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005.

RATTNER, Jair. Congo passará a ensinar português nas escolas, 04 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,congo-passara-a-ensinar-portugues-nas-escolas,561666,0.htm>> Acesso em: 16 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Parlamento português discute renegociação de Acordo Ortográfico, 20 mai. 2009. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090520\\_ortograficorattner.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090520_ortograficorattner.shtml)> Acesso em: 22 mai. 2009.

REDONDO, João Vítor da Costa. A importância de alianças assentes nas similitudes linguísticas: o caso da CPLP. In: Working Papers Linha de Investigação “Europa, Segurança e Migrações”. Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-importancia-de-aliancas-assentes-nas-similitudes-linguisticas-o-caso-da-cplp>> Acesso em: 15 jan. 2011.

REINO UNIDO. Conselho Britânico. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/new>> Acesso em: 06 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. University of Cambridge. ESOL Examinations. Disponível em: <<http://www.cambridgeesol.org/>> Acesso em: 15 abr. 2010.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

REPÚBLICA TCHECA. Centros Tchecos: Disponível em: <<http://www.czechcentres.cz/scc/novinky.asp>> Acesso em: 10 jun. 2010.

RESENDE, Max de Filipis. *O conhecimento à luz do super-homem no Zaratustra de Nietzsche*, 2004, 47 f. Monografia (Graduação em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

REVUZ, C.A. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês. (Org.) *Lingua(gem) e Identidade*. Campinas/São Paulo: Mercado das Letras/Fapesp, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: IPRI, 1989.

ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

RODRIGUES, Ângela Lamas. Dominação e Resistência na África: A Questão linguística. In:

*Gragoatá*, no. 19, 2005, pp. 161-176.

RODRIGUES, Aryon, Entrevista a Agência Brasil de 27 de julho de 2008.

\_\_\_\_\_. Contribuições das línguas brasileiras para a fonética e a fonologia. *Language in the Americas*. In: SOL, D. F. (Org). Ithaca: Cornell University, 1984, p. 263-267.

\_\_\_\_\_. *Nossas Línguas Além do Português*. Publicado em 24 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.brazil-brasil.com/content/view/294/111/>> Acesso em: 15 de agosto de 2010.

RODRIGUES, Isabel. *Debates em Educação Bilíngue para Surdos: Vozes que Habitam o Dizer Não*. Dissertação de Mestrado, 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROMÊNIA. Instituto Cultural Romeno. Disponível em: <<http://www.icr.ro/bucuresti/>> Acesso em: 06 jul. 2010.

DIFUSÃO da língua portuguesa *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n.39, 2.sem. 2009.

ROSÁRIO, Lourenço. Língua e governação, 25 mar. 2008. In: Colóquio Português, língua global. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=83&Itemid=69](http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=69)> Acesso em: 11 nov. 2009.

RTP. Internacionalização do português só possível com política que sobreviva aos sucessivos governos, 14 jul. 2008. Disponível: <<http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?t=Internacionalizacao-do-portugues-so-possivel-com-politica-que-sobreviva-aos-sucessivos-governos.rtp&article=63661&visual=3&layout=10&tm=8>> Acesso em: 16 abr. 2010.

RUBIN, J; JERNUDD, B. (Orgs). *Can language be planned?* Honolulu: The University Press of Hawaii, 1971.

SÁ, Daniel Serravalle de. O leitorado brasileiro em Manchester: política linguística e o ensino de português como língua estrangeira. DIFUSÃO da língua portuguesa. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n.39, 2.sem. 2009.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANDER, Leticia. Presidente português se mostra favorável a mudanças na escrita. *Folha Online*, 08 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u379890.shtml>> Acesso em: 20 mai. 2009.

SANTOS, Ana Cristina dos; PONTES JÚNIOR, Geraldo; ALMEIDA, Claudia, *Relações literárias internacionais II: Interseções e fricções entre fonias*. Rio de Janeiro: de Letras:

Eduff, 2008.

SANTOS, Juliana Soares. CPLP: gênese e instituições. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). *CPLP: Comunidades dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; UnB, 2001.

SANTOS JÚNIOR, Raimundo B. dos S.. *A globalização ou o mito do fim do Estado*. Ijuí: Unijuí, 2007.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Governo de São Tomé e Príncipe. Disponível em: <<http://www.gov.st/>> Acesso em: 15 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <<http://www.ine.st/>> Acesso em: 15 mai. 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). *CPLP: Comunidades dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. CPLP: plataforma para uma frutífera concertação político-diplomática. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). *CPLP: Comunidades dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília 45 (2), 2002, p. 5-25. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000200001&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000200001&script=sci_abstract)> Acesso em: 15 dez. 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. O segundo mandato de Lula e a política externa: poucas novidades. *Carta Internacional*. No. 1, vol. 2. São Paulo: Nupri; USP, mar. 2007, p-22-24.

SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

\_\_\_\_\_. *Levantado do Chão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SASAKI, Elisa Massae. *Ser ou não ser japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses na contexto das migrações internacionais do Japão Contemporâneo*, 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*. São Paulo: Contexto, 2010.

SECCO, Lincoln. *25 de abril de 1974: A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: Edusc, 1999.

SERPONE, Fernando. Leia entrevista com presidente de Timor Leste. *Folha Online*, 11 fev. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u371451.shtml>>

Acesso em: 20 mai. 2009.

SIGNORINI, Inês. (Org.) *Lingua(gem) e Identidade*. Campinas, SP : Mercado das Letras; São Paulo :Fapesp, 1998.

SILVA, Agostinho da. *Condições e missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

SILVA, Diego Barbosa da. A língua nacional como afirmação da cultura nacional no exterior: o caso da francofonia. In: CONGRESSO DE LETRAS DA UERJ, 5., 2008, São Gonçalo . *Anais ...* . São Gonçalo, RJ: Botelho Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. Globalização e Internacionalização da Língua Portuguesa. In: CONGRESSO DA ASSEL, 15., 2009. Rio de Janeiro. *Anais do XV Congresso da Assel*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Nhandeayvu, Nhandeyvy: por uma política linguística indígena brasileira*, 2009, 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. Por uma política linguística da União Europeia? A questão do multilinguismo. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOLOGIA, 13.,2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Cifefil, 2009c. p. 1074-1083. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII\\_CNLF\\_04/por\\_uma\\_politica\\_linguistica\\_da\\_uniao\\_diego.pdf](http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII_CNLF_04/por_uma_politica_linguistica_da_uniao_diego.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2010. Publicado no Cadernos do CNLF, v.23, n.4

\_\_\_\_\_. Política linguística na África: do passado colonial ao futuro global. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 10, ago. 2010a. Disponível em: <[http://www.africaeaficanidades.com/documentos/10082010\\_17.pdf](http://www.africaeaficanidades.com/documentos/10082010_17.pdf)> Acesso em: 12 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. A promoção da língua portuguesa nos discursos oficiais do Ministério da Cultura do Brasil. In: *Linguasagem*, edição 14, jul./ago./set. 2010b. Disponível em: <[http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao14/art\\_13\\_ed14.pdf](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao14/art_13_ed14.pdf)> Acesso em: 03 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. O passado no presente: história da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOLOGIA, 14., Rio de Janeiro *Anais...* Rio de Janeiro: Cifefil, 2010c. p. 3018-3034. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/tomo\\_4/3018-3034.pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/3018-3034.pdf)> Acesso em: 12 dez. 2010. Publicado em Cadernos do CNLF, v.14, n.4.

SILVA, Fábio Lopes da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs). *A Linguística que nos Faz Falhar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA, Maurício (Org). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso, representações*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. A língua portuguesa e o acordo ortográfico de 1986/1990: retratos de uma polêmica anunciada. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org). *Língua portuguesa: Reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006.

SILVA SOBRINHO, José Simão da. “A língua que nos une”: língua, sujeito e Estado no museu da língua portuguesa. In: SEMINÁRIO DE TESES EM ANDAMENTO, XIII. 2008, Campinas. *Anais do Seta*. Vol.2. Campinas: Unicamp, 2008, p. 495-499.

SIMÕES, Eduardo. Ministro português quer política comum para língua. *Folha Online*, São Paulo, 16 jun. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u412412.shtml>> Acesso em: 16 abr. 2009.

SIPLE. Sociedade Internacional de Português-Língua Estrangeira. Criação da universidade voltada à integração com a África foi pedido de Lula, 17 jun. 2008. Disponível em: <[http://www.siple.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=40:cria-da-universidade-voltada-ntegra-com-a-frica-foi-pedido-de-lula&catid=1:notas&Itemid=62](http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=40:cria-da-universidade-voltada-ntegra-com-a-frica-foi-pedido-de-lula&catid=1:notas&Itemid=62)> Acesso em: 22 mai. 2009.

SPÍNOLA, António. *Portugal e o Futuro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1974.

SOUSA, Greice de Nóbrega e. *Entre línguas de negócio e de cultura: sentidos que permeiam a relação do brasileiro com a língua inglesa e espanhola*, 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-17122007-115605/pt-br.php>> Acesso em: 20 dez. 2010.

SOUZA, Álvaro José. *Geografia linguística: dominação e liberdade*. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília; ROCHA, Décio. Resenha de “Gênese dos Discursos”, de Dominique Maingueneau. *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009.

STÖRIG, Hans Joachim. *A aventura das línguas: uma aventura dos idiomas do mundo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

TIMOR-LESTE. Governo de Timor-Leste. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/>> Acesso em: 20 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Direcção Nacional de Estatística. Disponível em: <<http://dne.mof.gov.tl/index.htm>> Acesso em: 20 mai. 2010.

TURQUIA. Instituto Yunus Emre. Disponível em: <<http://www.yunusemrevakfi.com.tr>> Acesso em: 06 jul. 2010.

UNICAMP. *1ª Olimpíada Nacional de História do Brasil*. Disponível em: <<http://www.mc.unicamp.br/files/rf4c04daba65f86/mapa1.jpg>> Acesso em: 15 jul. 2010 .

UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). Blog Notícias da Unilab. Disponível em: <<http://blog-unilab.blogspot.com/>> Acesso em: 10 nov. 2010.

UOL. Lusófonos vão estudar “valor econômico” da língua portuguesa, 27 jan. 2009.

Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/pestitrest.mmp>> Acesso em: 17 abr. 2009.

VALOR ECONÔMICO. Brasil poderá comprar títulos da dívida pública portuguesa, 09 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/online/brasil/4526/351015/brasil-podera-comprar-titulos-da-divida-publica-portuguesa>> Acesso em: 11 fev. 2011.

VIANA, Suhayla. A posição brasileira diante da independência angolana: antecedentes e desdobramentos. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2008. Disponível em: <[http://www.africaeaficanidades.com/documentos/A\\_posicao\\_brasileira\\_diante\\_da\\_independencia\\_angolana.pdf](http://www.africaeaficanidades.com/documentos/A_posicao_brasileira_diante_da_independencia_angolana.pdf)> Acesso em: 11 jan. 2011.

VITORIO, Benalva da Silva. Lusofonia: proposta para a reinvenção de uma comunidade. In: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2003. Disponível em: <<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/viewFile/1136/884>> Acesso em: 04 out. 2010.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas*. Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1980.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. *O Brasil no mundo: ensaios de análise política e prospectiva*. São Paulo: Editora Unesp: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP, 2010.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. In: *Contexto Internacional*, vol. 29, n. 2. Rio de Janeiro, IRI/PUC-Rio, jul./dez. 2007, p. 273-335. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 10 nov. 2010.

VIGOUROUX, Cécile; MUFWENE, Salikoko. *Globalization and language vitality*. New York: Continuum, 2008.

VIZENTINI, Paulo. Avanços da política externa brasileira. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/2005/04/12/000.htm>> Acesso em: 10 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Brasil: a diplomacia high profile do governo Lula. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo\\_131.htm](http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_131.htm)> Acesso em: 10 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Um ano de política externa do governo Lula. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo\\_142.htm](http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_142.htm)> Acesso em: 10 set. 2010. 11.03.06).

WALLERSTEIN, Immanuel. *Africa: the politics of independence and unity*. Nebraska: University of Nebraska, 2005.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.



WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru: Edusc, 2003.

WEBER, Max. A “Objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte I. São Paulo: Cortez, 1992, p. 107-154.

WRIGHT, John W. (Ed.). *The New York Times Almanac 2009*. New York: Penguin Reference, 2008.

WRIGHT, Sue. *Language policy and language planning: From nationalism to globalisation*. New York: Palgrave Macmillan, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZOPPI FONTANA, Mónica (Org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

**ANEXO A** - Lista de documentos aprovados nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

<b>Título do Documento</b>	<b>Ocasião</b>
Declaração Constitutiva da CPLP	1ª Conferência (1996)
Estatuto da CPLP (com revisões de 2001, 2002, 2005, 2006 e 2007)	1ª Conferência (1996)
Declaração de Praia (não disponível no site)	2ª Conferência (1998)
Declaração sobre Educação (não disponível no site)	2ª Conferência (1998)
Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países Membros da CPLP	2ª Conferência (1998)
Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP	2ª Conferência (1998)
Acordo de Cooperação entre os Governos integrantes da CPLP para a redução da demanda, prevenção o uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícitos de entorpecentes e substância psicotrópicas	2ª Conferência (1998)
Acordo de Cooperação entre a CPLP e o Instituto Camões	2ª Conferência (1998)
Acordo de Cooperação entre a CPLP e a Fundação BIAL (não disponível no site)	2ª Conferência (1998)
Acordo de Cooperação entre a CPLP e a OIM	2ª Conferência (1998)
Acordo de Cooperação entre a CPLP e o Forum da Lusofonia (não disponível no site)	2ª Conferência (1998)
Acordo de Cooperação entre a CPLP e a FELP	2ª Conferência (1998)
Declaração de Maputo	3ª Conferência (2000)
Declaração de Apreço ao Secretário Executivo e Secretário Executivo adjunto	3ª Conferência (2000)
Declaração sobre “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”	3ª Conferência (2000)
Declaração sobre HIV/Sida	3ª Conferência (2000)
Declaração sobre Timor-Leste	3ª Conferência (2000)
Resolução sobre a Alteração Orçamental	3ª Conferência (2000)
Resolução Aprovação do Orçamento	3ª Conferência (2000)
Resolução sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP	3ª Conferência (2000)
Resolução sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP	3ª Conferência (2000)
Resolução sobre Política de Género no âmbito da CPLP (sic)	3ª Conferência (2000)
Resolução sobre a Revisão Limitada às Demonstrações Financeiras da CPLP	3ª Conferência (2000)
Declaração de Brasília	4ª Conferência (2002)
Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas	4ª Conferência (2002)
Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP	4ª Conferência (2002)
Acordo de Cooperação entre os Estados-membros da CPLP sobre o Combate ao HIV/Sida	4ª Conferência (2002)
Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e de Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP	4ª Conferência (2002)
Acordo sobre o Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração	4ª Conferência (2002)
Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de	4ª Conferência (2002)

Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP	
Declaração sobre o Apoio à Candidatura da Pastoral da Criança ao Prémio Nobel da Paz (sic)	4ª Conferência (2002)
Declaração sobre a Contribuição da CPLP no Combate ao Terrorismo	4ª Conferência (2002)
Declaração de Apreço à Secretária Executiva da CPLP	4ª Conferência (2002)
Declaração sobre a Paz em Angola	4ª Conferência (2002)
Declaração sobre a Aceitação do Pedido de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à CPLP	4ª Conferência (2002)
Declaração sobre o Governo Electrónico (sic)	4ª Conferência (2002)
Declaração sobre Paz e Desenvolvimento e o Futuro da CPLP	4ª Conferência (2002)
Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento da CPLP para o Exercício de 2002	4ª Conferência (2002)
Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento da CPLP para o Exercício de 2003	4ª Conferência (2002)
Resolução sobre a Vigência dos Atos Internacionais firmados no âmbito da CPLP	4ª Conferência (2002)
Resolução sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP	4ª Conferência (2002)
Resolução sobre o Combate ao HIV/Sida	4ª Conferência (2002)
Resolução sobre o Fórum Empresarial da CPLP	4ª Conferência (2002)
Resolução sobre os Centros de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e em Administração Pública	4ª Conferência (2002)
Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP	4ª Conferência (2002)
Declaração de São Tomé	5ª Conferência (2004)
Acordo de Cooperação entre os Estados-membros da CPLP sobre Combate à Malária/Paludismo	5ª Conferência (2004)
Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	5ª Conferência (2004)
Declaração sobre a Sociedade de Informação como Contributo para a Boa Governação e Transparência	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2004	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre a Institucionalização das Reuniões de Órgãos Públicos dos Estados-membros da CPLP	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre a Luta contra o HIV/Sida	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre a República da Guiné-Bissau	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre a Revisão do Estatuto do Observador	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre a Sociedade Civil na CPLP	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre as Convenções dos Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e Administração Pública	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre o Combate à Malária/Paludismo	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre o Conselho Empresarial da CPLP	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o Exercício de 2005	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre o Relatório de Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP	5ª Conferência (2004)

Resolução sobre os Acordos Assinados no Âmbito da CPLP	5ª Conferência (2004)
Resolução sobre os Embaixadores de Boa-Vontade da CPLP	5ª Conferência (2004)
Declaração de Bissau	6ª Conferência (2006)
Declaração de Apreço à Presidente da Assembleia-Geral e ao Director Executivo do IILP (sic)	6ª Conferência (2006)
Declaração de Apreço ao Representante da CPLP em Bissau	6ª Conferência (2006)
Declaração sobre o Xº Aniversário da CPLP	6ª Conferência (2006)
Declaração sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Desafios e Contribuição da CPLP (sic)	6ª Conferência (2006)
Declaração sobre Timor-Leste	6ª Conferência (2006)
Declaração de Lisboa	7ª Conferência (2008)
Declaração de Apreço ao Secretário Executivo	7ª Conferência (2008)
Declaração de Apreço ao Secretário Executivo Adjunto	7ª Conferência (2008)
Declaração sobre a Língua Portuguesa	7ª Conferência (2008)
Acordo de Cooperação Consular entre os Estados-membros da CPLP	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre a Atribuição do Estatuto de Observador Associado à República do Senegal	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre a Circulação de Bens Culturais	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Conselho Empresarial da CPLP	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre a Concessão do Estatuto de Observador Consultivo da CPLP	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Empenhamento da CPLP no Combate ao VIH/SIDA (sic)	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Endosso de Candidaturas de Estados Membros a Órgãos das Organizações Internacionais	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Funcionamento Provisório dos Centros Regionais de Excelência	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Instituto Internacional da Língua Portuguesa	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2008	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2008	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Poder Local na CPLP	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Reforço da Participação da Sociedade Civil na CPLP	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre o Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP no ano de 2007	7ª Conferência (2008)
Resolução sobre a Segurança Alimentar	7ª Conferência (2008)
Declaração de Luanda	8ª Conferência (2010)
Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP	8ª Conferência (2010)
Declaração de Apreço ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio da Silva	8ª Conferência (2010)
Declaração de Apreço à Directora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa Professora Doutora Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre o Regulamento dos Observadores Associados	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre o Manual das Missões de Observação Eleitoral e o Código de Conduta do Observador Eleitoral da CPLP	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre a Aprovação dos Estatutos e do Regimento Interno do Instituto Internacional da Língua Portuguesa	8ª Conferência (2010)

Resolução sobre a Alteração dos Estatutos da CPLP e o Funcionamento Provisório do Instituto Internacional da Língua Portuguesa	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre a Nomeação de Embaixador de Boa Vontade	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre o Fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre a Realização do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2010	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2010	8ª Conferência (2010)
Resolução sobre o Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP no ano de 2009	8ª Conferência (2010)
Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa	8ª Conferência (2010)
Homenagem ao Presidente João Bernardo Vieira	8ª Conferência (2010)
Homenagem ao Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP Dr. Francisco Silva	8ª Conferência (2010)
Homenagem à Poetisa Alda Espírito Santo	8ª Conferência (2010)
Homenagem ao Escritor e Prémio Nobel José Saramago	8ª Conferência (2010)
Relatório do Secretário da CPLP 2008/10	8ª Conferência (2010)

**ANEXO B** - Lista de documentos aprovados nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Ministros da CPLP

<b>Título do Documento</b>	<b>Ocasião</b>
Relatório Final	I Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (1996)
Comunicado Final	II Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (1997)
Recomendações do Conselho de Ministros à IIª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP	III Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (1998)
Relatório do Presidente do Conselho de Ministros, preparatório da IIª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP	III Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (1998)
Comunicado Final	IV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (1999)
Decisão I	IV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (1999)
Decisão II	IV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (1999)
Decisão III	IV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (1999)
Recomendações do Conselho de Ministros à IIIª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP	V Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2000)
Relatório do Presidente do Conselho de Ministros, preparatório da IIIª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP	V Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2000)
Comunicado Final	VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2001)
Resolução sobre a Actividade do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (sic)	VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2001)
Resolução sobre a Aprovação do Relatório de Revisão Limitada às Demonstrações Financeiras da CPLP	VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2001)
Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento da CPLP para o 2º Semestre de 2001, de 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2001	VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2001)
Resolução sobre a CPLP e as Iniciativas da Sociedade Civil	VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2001)
Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP	VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2001)
Resolução sobre as Eleições para a Assembleia Constituinte de Timor-Leste	VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2001)
Resolução sobre a Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP	VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2001)
Resolução sobre os Estatutos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa	VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2001)
Comunicado Final	VII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2002)
Declaração	VII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2002)

Lista de Acordos Assinados entre a CPLP e Organizações Internacionais / Instituições Públicas e Privadas	VII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2002)
Resolução sobre Direitos Humanos e Abolição da Pena de Morte	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre a Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre a Reconstrução de Angola	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre o Diálogo UE-ÁFRICA	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2003	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre a Cimeira Mundial de Desenvolvimento Sustentável	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre a Mudança da Unidade Monetária para o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo e Pagamento de todas as Contribuições	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre o Combate à Fome em Países da CPLP	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre o II Fórum Empresarial da CPLP	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2004	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre o Relatório de Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Resolução sobre os Resultados da II Assembleia Geral do IILP	VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2003)
Comunicado Final	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Observadores	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre a Comemoração das Reuniões Ministeriais da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre a Comemoração do X Aniversário da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Alteração aos Estatutos da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2005	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre Alterações aos estatutos do IILP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre a Escala da Contribuições para o IILP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Estatutos do IILP - alterações	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2006	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)

Regimento do Fundo Especial da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Regulamento dos Embaixadores de Boa Vontade da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre o Relatório de Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre a Guiné-Bissau	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre as Contribuições Financeiras para as Missões Especiais da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre o Estreitamento das Relações entre o IILP e a CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre o Regulamento dos Embaixadores de Boa Vontade da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre os Grupos CPLP nas Capitais e Sedes de Organizações Internacionais	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre o Estatuto de Observador da CPLP	X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2005)
Resolução sobre a Atribuição do Estatuto de Observador Associado à República da Guiné Equatorial	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Atribuição do Estatuto de Observador Associado à República da Ilha Maurício	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Concessão do Estatuto de Observador Consultivo da CPLP	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Estratégia Geral de Cooperação da CPLP	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Nomeação de Joaquim Alberto Chissano como Embaixador da Boa Vontade da CPLP	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Nomeação de Gustavo Dias Vaz da Conceição como Embaixador da Boa Vontade da CPLP	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Nomeação de Martinho José Ferreira (Martinho da Vila) como Embaixador da Boa Vontade da CPLP	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Nomeação de Jorge Sampaio como Embaixador da Boa Vontade da CPLP	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Nomeação de José Sarney como Embaixador da Boa Vontade da CPLP	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Nomeação de Fernando José de França Dias Van-Dúnen como Embaixador da Boa Vontade da CPLP	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Revisão do Regimento Interno do Secretariado Executivo	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre a Revisão dos Estatutos	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre Ambiente	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre Cidadania e Circulação	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre Migrações e Políticas de Desenvolvimento	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)



Resolução sobre o Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Mundo da Língua Portuguesa	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre o Fórum dos Parlamentares de Língua Portuguesa	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2006	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre o Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Resolução sobre Questões de Género (sic)	XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2006)
Declaração sobre o Apoio do Conselho de Ministros da CPLP à Realização da II Cimeira União Europeia-África e à Aprovação de uma Estratégia Conjunta UE-África	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Declaração Relativa ao Tratado das Nações Unidas sobre Comércio de Armas	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Homenagem ao Embaixador José Aparecido de Oliveira	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Intervenção da Directora do Instituto Internacional de Língua Portuguesa	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Programa Indicativo de Cooperação da CPLP – Médio prazo – Anexo I – Anexo II	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Relatório da Presidência guineense da CPLP	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Relatório do Coordenador do Comité de Concertação Permanente (sic)	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Relatório do SE ao Conselho de Ministros da CPLP	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Relatório Final da XV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Resolução sobre a Acreditação de Embaixadores junto à CPLP	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Resolução sobre a Concessão do Estatuto de Observador Consultivo da CPLP	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Resolução sobre Energias Renováveis e a Protecção do Meio Ambiente	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Resolução sobre novas instalações do Secretariado Executivo da CPLP	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Resolução sobre o Desenvolvimento de uma Política de Oceanos na CPLP	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Resolução sobre o Estabelecimento da Assembleia Parlamentar	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2007	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Resolução sobre o Orçamento e Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2007	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Resolução sobre o Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP referentes ao ano de 2006	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)
Revisão dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa 2007	XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2007)

Comunicado Final	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Declaração da Praia sobre a Projecção da Língua Portuguesa no Mundo (sic)	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Declaração sobre o Início de Funções da Assembleia Parlamentar da CPLP	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Declaração sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de Copenhaga	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre a Concessão do Estatuto de Observador Concultivo da CPLP	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre a Adopção de um Quadro Orientador para a Elaboração dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais da CPLP (sic)	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Documento “Cooperação na CPLP – uma Visão Estratégica de Cooperação Pós-Bissau	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre a Revisão do Regimento do Fundo Especial	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (CREDE)	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP)	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Programa Telefood	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre a Instituição do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o I Fórum da Sociedade Civil da CPLPP	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Reforço da Cooperação Económica e Empresarial no Espaço da CPLP (sic)	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Orçamento e Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2009	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Orçamento e Funcionamento do IILP para o Exercício de 2009	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP no ano de 2008	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Plano Estratégico da CPLP para Timor-Leste	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre A Sede de Representação da CPLP em Díli	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre Cidadania e Circulação na CPLP	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre o Plano de Apoio à Estabilidade na Guiné-Bissau	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Resolução sobre a Reestruturação do Instituto Interacional de Língua Portuguesa (IILP)	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)
Comunicado Final	II Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (2002)
Relatório da Deslocação a Timor-Leste da Secretária Executiva da CPLP	II Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (2002)



## **V CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

### **IX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS São Tomé, 26 e 27 de Julho de 2004**

#### **RESOLUÇÃO SOBRE A PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em São Tomé, na sua IX Reunião Ordinária, no dia 26 de Julho de 2004;

Tendo em conta o carácter fundamental das actividades de promoção e difusão da Língua Portuguesa para o fortalecimento da CPLP no plano internacional e para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação política e da cooperação entre os seus Estados membros;

Congratulando-se com as iniciativas da Sociedade Civil dos Estados membros a favor da promoção e difusão da Língua Portuguesa;

Tendo apreciado os resultados do I Encontro Extraordinário de Trabalho sobre o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), realizado na Praia, a 4 e 5 de Dezembro de 2003; da Oficina de Trabalho Preparatória à III Assembleia Geral do IILP, realizada em Lisboa, de 10 a 12 de Maio de 2004 e da III Assembleia Geral do IILP, realizada na Praia, a 28 e 29 de Junho de 2004;

Considerando que a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa através do IILP, é um dos objectivos gerais da CPLP; e

Havendo identificado a necessidade da adopção de medidas que confirmem um maior dinamismo ao IILP e, em particular, a dotação do Instituto dos meios humanos e materiais necessários para o eficaz cumprimento da sua missão;

DECIDE:

Reiterar o compromisso de apoiar projectos ou acções concretas voltadas para o fortalecimento da Língua Portuguesa nos Estados membros, especialmente em Timor-Leste;

Registar, com satisfação, as actividades desenvolvidas pelo Secretariado Executivo junto das entidades da sociedade civil interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa e, nesse particular:



- Aplaudir a Fundação Roberto Marinho e demais parceiros do Projecto Estação da Luz da Nossa Língua pela iniciativa de criar, na cidade de São Paulo, um centro internacional de referência da Língua Portuguesa; e
- Louvar a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) pelos seus esforços para que a Língua Portuguesa seja incluída nos exames de acesso às universidades norte-americanas.

Sublinhar a importância da promoção da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais, nomeadamente, através de tradutores e interpretes nas organizações internacionais que tenham o Português como língua de trabalho e do apoio à criação de conteúdos em Língua Portuguesa para as páginas na Internet dessas mesmas organizações, com especial incidência para as seguintes organizações africanas: UA, CEDEAO, CEACC, SADC e UEMOA;

Congratular o Dr. Manuel Brito-Semedo pela sua eleição para o cargo de Director Executivo do IILP e a Dra. Ana Paula Serafim Henriques pela sua recondução na Presidência da Assembleia Geral;

Tomar nota das alterações aos Estatutos e ao Regimento da Assembleia Geral do IILP e das recomendações à Direcção Executiva do Instituto, emanadas da III Assembleia Geral;

Saudar as seguintes orientações resultantes dos trabalhos da III Assembleia Geral no que respeita:

- A criação de mecanismos de reforço de coordenação entre a Direcção Executiva do IILP e o Secretariado Executivo da CPLP;
- A elaboração e execução de projectos, sempre que possível, em parceria com instituições interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa;

Instruir os órgãos da CPLP, tendo em atenção os resultados emanados da III Assembleia Geral do IILP:

- A designar um assessor que se encarregue do acompanhamento contínuo das actividades do IILP e do encaminhamento da interlocução com a CPLP;
- A fornecer formação e capacitação do quadro de pessoal do IILP no sentido da adopção de práticas administrativas e financeiras padronizadas e
- A apoiar o IILP na administração financeira dos seus projectos, por meio do Fundo Especial da CPLP, sem que aqueles sejam onerados pela taxa de administração do Fundo.



Instar os Estados membros que ainda não o fizeram a contribuírem para o Orçamento do IILP, de forma a garantir o seu adequado funcionamento.

Feita em São Tomé, a 26 de Julho de 2004.

**VII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO  
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
Lisboa, 25 de Julho de 2008**

**DECLARAÇÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA**

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique reuniram-se na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008.

*Considerando* a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização;

*Reconhecendo* a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, cujos valores fomentam a aproximação dos povos;

*Considerando* a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional, ditada pela sua pertença a múltiplas matrizes geopolíticas;

*Assumindo* o papel das línguas na criação de mercados e oportunidades de negócio, e na integração económica e social;

*Confirmando* o poder da Educação definida por padrões de referência de qualidade;

*Tendo em conta* que se celebra, em 2008, o Ano Internacional dos Idiomas;

*Recordando* os objectivos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP);

**DECLARAM:**

1. A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela integração, inclusão e estruturação, com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como *Língua Global*;
2. A sua actuação conjunta no processo de efectiva mundialização da Língua Portuguesa, nomeadamente, através:

- a. Do apoio à introdução da Língua Portuguesa em Organizações internacionais, regionais ou agências especializadas, bem como à sua utilização efectiva em todas aquelas Organizações onde o Português já constitui língua oficial ou de trabalho;
  - b. Da coordenação de esforços na formação de tradutores e intérpretes e implementação de tecnologias da informação e comunicação ao serviço da tradução e interpretação;
  - c. Da concertação de programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira, com a criação de uma rede de professores certificados dos Estados-Membros da CPLP e a difusão dos sistemas de certificação do Português como Língua Estrangeira;
3. O seu compromisso na concertação de programas que promovam, na cena internacional, o valor cultural e económico do Português, designadamente através de projectos comuns suportados pelas tecnologias de informação e comunicação;
  4. O compromisso, nos espaços da CPLP, de partilha de experiências e de esforços no sentido de serem definidas políticas de ensino que visem especificamente a aprendizagem da Língua Portuguesa, nomeadamente através da formação especializada dos professores para o ensino do Português como Língua Não Materna (Língua Segunda);
  5. A necessidade de continuada concertação diplomática no sentido de, em conjunto, se desenvolverem programas que permitam a permanente ligação das diásporas às culturas dos seus países de origem e a sua simultânea integração nos países de acolhimento, tendo em consideração que a Língua Portuguesa é um factor de união das diásporas dos diferentes Estados membros da CPLP;
  6. O seu regozijo pela futura entrada em vigor do Acordo Ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de cooperação, com vista a partilhar metodologias para a sua aplicação prática.
  7. A necessidade de medidas concretas relativamente ao compromisso da desejável unificação do vocabulário científico e técnico em Língua Portuguesa.

## XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Cidade da Praia, 20 de Julho de 2009

### Declaração da Praia sobre a Projecção da Língua Portuguesa no Mundo

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores da CPLP, reunidos na Cidade da Praia, debateram a orientação estratégica sobre a questão da difusão e promoção da Língua portuguesa.

Reafirmaram que a Língua é um meio fundamental de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores comuns, numa perspectiva aberta e universalista.

A utilização progressiva do português como língua de trabalho em organizações internacionais, de cariz universal ou regional, é uma realidade. É um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais, nomeadamente na União Africana, na União Europeia, na União Sul-Americana de Nações (UNASUL), na Organização dos Estados Americanos e nas Cimeiras Ibero-Americanas. Concordaram que a CPLP e os Estados membros têm que ser mais ambiciosos, em particular no sistema das Nações Unidas.

A acção conjunta nesta matéria deve guiar-se pelos seguintes pressupostos: realismo nos objectivos a fixar, pragmatismo na forma de os executar e persistência na concertação da acção política necessária.

A CPLP é uma Comunidade de mais duzentos milhões de pessoas que tem na língua comum uma marca da sua individualidade. A diversidade linguística e cultural é necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fenómenos de massificação propícios à constituição de centros de poder político de participação muito reduzida.

Defender a língua comum é uma forma de democratização do sistema internacional. É igualmente um meio de aumentar a influência conjunta da Comunidade, num momento de recomposição da distribuição do poder à escala global.



Os Ministros estão também conscientes de que é essencial um aumento significativo do Ensino da Língua portuguesa nos seus próprios países, reconhecendo ainda a conveniência dos esforços de promoção do ensino da língua portuguesa noutros países, com ênfase nos países observadores, bem como nos que demonstrem especial interesse.

Visa-se, nuns casos, a promoção da língua enquanto instrumento vital de aquisição de conhecimentos técnicos e científicos e, noutros, a sua própria difusão, coexistindo em harmonia com outros idiomas nacionais.

As dimensões interna e externa da acção conjunta deverão ser complementares. As decisões que tomamos para melhorar a eficácia do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) contribuirão para reforçar a concretização destes objectivos.

Com o propósito de acelerar os trabalhos para cumprimento das orientações que foram dadas pelos Chefes de Estado e de Governo na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Lisboa e depois em Nova Iorque, os Estados membros decidiram organizar uma Conferência Internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial, a realizar no Brasil durante a Presidência Portuguesa.

Na mesma ocasião, terá lugar uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP para analisar propostas sobre as estratégias de promoção e difusão do ensino da Língua Portuguesa e da sua implantação nas organizações internacionais, com base num relatório, elaborado por peritos designados pelos Estados membros, a apresentar oportunamente pela Presidência Portuguesa, apoiada pelo Secretariado Executivo.

Este relatório abordará também o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, particularmente no que respeita aos constrangimentos relativos à elaboração do vocabulário ortográfico comum, enquanto pressuposto da sua aplicação.

Esta acção deverá ter lugar em estreita coordenação com o IILP.

A VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 2010, tomará as decisões necessárias que resultem das recomendações apresentadas pelos Ministros.

Feita na Cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009

8. A sua confiança no IILP, quer no acompanhamento da aplicação prática do Acordo Ortográfico, coordenando a apresentação de relatórios periódicos, quer na adopção de um Plano Estratégico para a Gestão da Língua Portuguesa que esteja ao serviço, entre outros, das políticas supra referidas, com vista à sua apresentação na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em 2009. Neste contexto, os Estados membros da CPLP reiteram a necessidade de serem criadas as respectivas Comissões Nacionais adstritas ao IILP e de que seja assegurada a operacionalidade daquelas já criadas.

Feita em Lisboa, a 25 de Julho de 2008.

**ANEXO F - Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (2010)**

VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP – Brasília, 31 de março de 2010 – Plano de Ação

Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Brasília na sua VI Reunião Extraordinária, no dia 31 de Março de 2010:

Em cumprimento às decisões contidas na “Declaração sobre a Língua Portuguesa”, adotada na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de Julho de 2008;

Cientes de que a promoção e difusão da língua portuguesa constituem um dos três objetivos gerais estabelecidos nos Estatutos da Comunidade;

Reafirmando a assunção de políticas partilhadas para a projeção da língua portuguesa como língua global;

Reiterando que a ação conjunta nessa matéria deve guiar-se pelos pressupostos do realismo na fixação de objetivos, do pragmatismo em sua execução e da persistência na concertação política necessária;

Ressaltando que a dimensão interna e a externa da ação conjunta devem ser complementares;

Registrando, com satisfação, a conclusão dos trabalhos de revisão dos Estatutos e do Regimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com vistas a dotá-lo de meios para transformar-se em um instrumento útil às políticas comuns e nacionais dos países da CPLP nas diversas vertentes da promoção, da difusão e da projeção da língua portuguesa;

Tendo recebido o relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, convocada pela XIV Reunião do Conselho de Ministros (“Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo”, Praia, 20 de Julho de 2009) e realizada em Brasília, de 25 a 30 de Março de 2010;

Havendo examinado as recomendações formuladas pelas delegações oficiais à Conferência, reunidas em seu segmento técnico-governamental nos dias 29 e 30 de Março de 2010;

Conscientes de que tais recomendações se beneficiaram do exame prévio por todos os Estados Membros de sugestões de peritos sobre estratégias para a difusão do ensino da língua portuguesa e sua implantação em organismos internacionais, assim como sobre o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, em atenção à “Declaração da Praia”;

Expressando seu reconhecimento pela contribuição dos peritos e pelo empenho das delegações à Conferência na formulação de recomendações consensuais para a atuação da

Comunidade em favor da projeção da língua portuguesa como língua global;

DECIDE:

1. Tomar nota do relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.
2. Recomendar à VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, a adoção do “Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”, em anexo à presente Resolução.
3. Acolher a proposta de Portugal de organizar uma II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, a realizar em 2012.

Feita em Brasília, a 31 de março de 2010

**Ver mais:** [Plano de Acção de Brasília](#)

## **Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa**

### **I - Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais**

O português é uma das seis línguas mais faladas no mundo. É língua oficial em oito países, inseridos em múltiplas matrizes geopolíticas e culturais. Esses países têm assumido participação ativa em instâncias internacionais e operações humanitárias e de manutenção da paz. São contribuintes significativos para organismos internacionais. Assim sendo, é natural a expectativa de que a língua portuguesa ocupe o lugar correspondente à sua importância no contexto global.

O português já é utilizado – como língua oficial, de trabalho ou de documentação – em mais de duas dezenas de organismos multilaterais ou regionais. A consolidação e o reforço dessa presença internacional da língua portuguesa contribuirão para sua crescente afirmação no plano mundial.

Na VII Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (Lisboa, 25 de Julho de 2008), os Chefes de Estado e de Governo reiteraram a importância da atuação conjunta no processo de efetiva mundialização da língua portuguesa e, nesse contexto, sublinharam o apoio à introdução do português em organizações internacionais, bem como a sua utilização efetiva naquelas em que o português já constitui língua oficial ou de trabalho.

Sublinharam também a necessidade de coordenar esforços na formação de tradutores e intérpretes, bem como na implementação de tecnologias da informação e da comunicação ao serviço da tradução e interpretação.

Na XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (Praia, 20 de julho de 2009), assinalou-se a necessidade de que a ação conjunta nessa matéria se oriente pelos princípios de realismo nos objetivos, de pragmatismo na execução e de persistência na concertação da ação política.

Nesse sentido, estabelecem-se as seguintes linhas de ação:

1. Considerar as medidas necessárias para a possível introdução do português como “língua de documentação” das Nações Unidas, através da publicação sistemática em português de documentos da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança, e por meio da criação de um corpo de tradutores especializados no âmbito do Secretariado das Nações Unidas, cujo funcionamento seria financiado por contribuições dos Estados Membros da CPLP. Nesse sentido, estabelecer um mecanismo de coordenação a ser integrado por representantes das Missões Permanentes dos Estados Membros em Nova Iorque, para avaliar custos e benefícios que decorreriam da introdução do português como “língua de documentação” daquela Organização.
2. Dar prosseguimento à iniciativa de adoção do português como língua de trabalho na Conferência Geral da UNESCO, através da continuação da coordenação entre as delegações dos Estados Membros da CPLP junto àquela Organização, assegurando-se a promoção da diversidade cultural e do multilingüismo.
3. Promover gradualmente a tradução para o português dos portais virtuais das Nações Unidas, com prioridade para o sítio principal e para aqueles cujo conteúdo tem maior impacto para a cidadania nos países da CPLP (direitos humanos, UNICEF, questões sociais, OMS, etc.). Igualmente, reforçar o apoio ao Departamento de Informação das Nações Unidas, especialmente à Seção de Língua Portuguesa da Rádio das Nações Unidas. Caberá às Missões Permanentes dos Estados Membros da CPLP em Nova Iorque, Genebra e outras cidades-sede de organismos do sistema das Nações Unidas realizar a coordenação necessária para a implementação das ações, incluindo a definição do modo de financiamento.
4. Promover a formação especializada de tradutores e intérpretes para atuação em organismos internacionais, inclusive através da colaboração e coordenação com instituições de ensino superior. Deverá o Secretariado da CPLP elaborar

um levantamento das experiências nessa área, sua avaliação e, em concertação com o IILP, apresentar propostas concretas para a ampliação e otimização desses serviços.

5. Criar mecanismos permanentes de coordenação entre os Estados Membros da CPLP para a contratação de serviços de interpretação para eventos de alto nível (Assembléia Geral das Nações Unidas, OIT, UNESCO e outras instâncias), com o objetivo de maximizar a utilização dos recursos. Tal coordenação será assegurada por meio das Missões Permanentes dos Estados Membros em Nova Iorque, Genebra, Paris e outras cidades-sede de organismos do sistema das Nações Unidas.
6. Assegurar a utilização efetiva do português nos organismos internacionais em que já é língua oficial e/ou de trabalho. Com essa finalidade: a) solicitar a publicação, sem atraso, de documentos em português, nos termos das regras de procedimento de cada organismo; b) utilizar, sempre que possível, o português em documentos e/ou intervenções em debates, sem prejuízo da eventual utilização de outras línguas de trabalho em reuniões informais; c) reforçar o controle de qualidade dos textos elaborados em português ou traduzidos para o português, assegurando-se as competências técnicas e lingüísticas dos tradutores.
7. Apoiar candidaturas de nacionais de Estados Membros da CPLP, ou de nacionais de Estados terceiros que tenham o domínio da língua portuguesa, para os organismos internacionais, em particular nos casos que envolvam a atuação de tais organismos, em missões de caráter temporário ou permanente, nos respectivos Estados. Na medida do possível, promover um maior ingresso e incentivar as carreiras de jovens profissionais oriundos dos Estados Membros da CPLP, ou de Estados terceiros que tenham o domínio da língua portuguesa, nos secretariados de organismos internacionais, tendo também em conta o princípio da igualdade de gênero.
8. Instruir o Secretariado da CPLP a retomar os contatos com a Comissão da União Africana com vistas a desenvolver projetos que contribuam para o reforço da presença do português naquela organização. Tais projetos serão

suscetíveis de inclusão em instrumento de cooperação a ser concluído entre o Secretariado da CPLP e a referida Comissão. Deverão contemplar, com especial destaque, a tradução para o português dos conteúdos do sítio eletrônico da União Africana. O Secretariado promoverá igualmente a sinergia entre esses projetos e iniciativas já existentes por parte de Estados Membros da CPLP. Considerar-se-ão iniciativas semelhantes para o reforço da presença do português em outras organizações regionais africanas.

## **II - Estratégias de Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa**

### **(i) Ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP**

Adotar as seguintes iniciativas, tendo presentes as metas do Fórum Mundial de Dacar de, até 2015, melhorar em 50% a taxa de alfabetização de adultos; expandir a educação e o cuidado na primeira infância; garantir o acesso de todas as crianças em idade escolar à educação primária completa, gratuita e de boa qualidade; ampliar as oportunidades de aprendizagem dos jovens e adultos; eliminar as disparidades entre os gêneros na educação; melhorar todos os aspectos da qualidade da educação:

1. Otimizar os programas de formação de professores de língua portuguesa e em língua portuguesa. Para tanto:
  - 1.1. Encomendar ao IILP, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, um levantamento dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de língua portuguesa (nos contextos de formação inicial e contínua/continuada), acompanhado, quando possível, de uma avaliação desses programas pelos órgãos competentes dos respectivos Estados, a ser apresentado ao Comitê de Concertação Permanente até julho de 2011.
  - 1.2. Articular ações de cooperação para a capacitação de professores de língua portuguesa do ensino fundamental/básico e médio/secundário.
  - 1.3. Formar os professores de língua portuguesa para o conhecimento das especificidades do português, conforme o uso padrão em cada Estado Membro.



- 1.4. Ampliar o alcance dos programas de formação contínua/continuada de professores, para atender não só os professores de língua portuguesa, mas também os professores que ensinam disciplinas diversas em português.
  - 1.5. Continuar a desenvolver programas para a formação em pós-graduação, mediante uma maior oferta de vagas e de bolsas, com vistas ao fortalecimento do corpo docente das universidades dos Estados Membros da CPLP.
2. Desenvolver a cooperação para:
- 2.1. Identificar e editar materiais didáticos e pedagógicos de referência existentes nos Estados Membros.
  - 2.2. Editar e distribuir materiais didáticos e pedagógicos que atendam às características socioculturais, políticas, econômicas e lingüísticas dos Estados Membros;
  - 2.3. Utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) no ensino presencial e a distância.
- Nesse contexto, analisar os métodos e recursos utilizados, à luz da sua adequação ao ensino de línguas, em reunião das Comissões Nacionais do IILP e do Grupo Executivo de Educação, a serem convocados pelo Secretariado Executivo até julho de 2011.
3. Incrementar a cooperação entre os Estados Membros para o fortalecimento das ações nos seguintes planos:
- Educação básica, incluindo a educação da infância;
  - Alfabetização e educação de jovens e adultos;
  - Ensino profissionalizante;
  - Educação técnica, profissional e tecnológica;
  - Formação técnica e científica, inicial e contínua;
  - Utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação;
  - Novas oportunidades de educação e formação.
4. Intensificar a cooperação para o estabelecimento de sistemas de avaliação educacional relacionados ao aprendizado da língua. Para tanto:

- 4.1. Encomendar ao IILP, com o apoio do Secretariado Executivo, um levantamento, junto aos Estados Membros, do perfil de saída dos alunos de língua portuguesa ao final do ensino básico e médio/secundário, a ser concluído até julho de 2011.
  - 4.2. Com base em tal levantamento, examinar a viabilidade de adoção de marcos de referência comuns para a avaliação de competências em língua portuguesa dos alunos ao final do ensino básico e médio/secundário, em reunião do Grupo Executivo de Educação, a ser convocada pelo Secretariado Executivo até o final de 2011.
5. Incrementar a cooperação para o desenvolvimento e aprimoramento de currículos escolares, com atenção para a necessidade de incorporar abordagens de ensino de línguas em contextos de aprendizagem multilíngües. Para tanto:
- 5.1. Considerar o estudo, a preservação e o ensino das línguas nacionais de cada Estado.
  - 5.2. Compartilhar experiências já existentes em educação bilíngüe (escrita de línguas ágrafas, desenvolvimento curricular e elaboração de material didático).
  - 5.3. Fomentar o intercâmbio de experiências na elaboração de matrizes curriculares e material didático adequado às diferentes situações sociolingüísticas dos Estados Membros da CPLP.
6. Desenvolver mecanismos de cooperação para atualizar e/ou criar bibliotecas (físicas e virtuais) em instituições educacionais dos países da CPLP, para o fortalecimento de programas editoriais.
7. Aprimorar mecanismos que permitam:
- Estimular a graduação e pós-graduação locais;
  - Promover as candidaturas de estudantes para vagas de graduação e pós-graduação oferecidas por universidades de Estados Membros da CPLP.
- Para tanto, incrementar a divulgação dos programas existentes junto a órgãos públicos e entidades privadas de ensino.

8. Atender as especificidades e os desafios da língua portuguesa em Timor-Leste e apoiar os esforços de reafirmação da língua portuguesa neste Estado Membro, nomeadamente no âmbito do Plano Estratégico de Apoio a Timor-Leste.

(ii) Fortalecimento do ensino de português como língua estrangeira (PLE)

1. Otimizar os programas de formação de professores de Português como Língua Estrangeira (PLE). Para tanto:
  - 1.1. Encomendar ao IILP, com o apoio do Secretariado Executivo, um levantamento dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de língua portuguesa (nos contextos de PLE), acompanhado, quando possível, de uma avaliação desses programas pelos respectivos Estados, a ser apresentado ao Comitê de Concertação Permanente, até julho de 2011.
  - 1.2. Articular ações de cooperação para a capacitação de professores de PLE.
  - 1.3. Assegurar que a formação de professores inclua o conhecimento das especificidades do português, conforme o uso padrão em cada Estado Membro.
  - 1.4. Continuar a desenvolver programas para a formação em pós-graduação, mediante maior oferta de vagas e de bolsas, com vistas ao fortalecimento do corpo docente das universidades dos Estados Membros da CPLP.
2. Fortalecer os sistemas de certificação do PLE, mediante a criação de sistema de equivalência entre os certificados.
3. Estimular programas de apoio à formação de tradutores e intérpretes e contribuir para a valorização dos profissionais que atuam nessa área, mediante, em particular, a criação de um cadastro internacional de tradutores e intérpretes no sítio eletrônico do IILP.
4. Estimular a oferta de formação em língua portuguesa para públicos diversificados, designadamente a formação para fins específicos.

5. Ampliar a oferta de formação em língua portuguesa no ensino básico e secundário em países terceiros.
6. Ampliar a oferta de cursos de língua portuguesa em universidades estrangeiras, mediante a abertura de cátedras, leitorados e centros de língua portuguesa.

(iii) Instrumentos

1. Listar as recomendações ao IILP emanadas dos órgãos da CPLP no sentido de fazê-las constar num Plano Estratégico do Instituto, a ser implementado a curto e médio prazo.
2. Atribuir ao IILP a tarefa de criar uma plataforma comum na Internet relativa ao ensino do português, contendo, entre outros recursos:
  - Rede virtual de professores de português para a partilha de experiências pedagógicas e recursos didáticos;
  - Acesso a recursos didáticos baseados nas tecnologias da informação e comunicação.
3. Desenvolver instrumentos concertados de publicidade para a promoção da aprendizagem do português.
4. Estimular a cooperação para o desenvolvimento de recursos partilhados, relevantes para o conhecimento do português, nomeadamente criando condições de acesso a repositórios artísticos, culturais e científicos sobre a língua portuguesa e/ou em língua portuguesa.
5. Identificar, em todo o mundo, as instituições, públicas e privadas, em que a língua portuguesa é ensinada, com o objetivo de otimizar a articulação das ações dos vários Estados Membros.
6. Caracterizar as representações do português nos Estados Membros da CPLP e avaliar, à luz destas representações, a adequação do ensino do português como

Língua Materna e Língua Não Materna, na perspectiva da valorização da realidade social e cultural de cada país.

7. Analisar as especificidades do português nas comunidades das diásporas dos Estados Membros.

### **III - Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico**

1. Ainda estão por ser concluídos os procedimentos internos para a ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em alguns dos Estados Membros da CPLP.
2. Há notórios avanços na introdução da nova ortografia no Brasil e em Portugal em documentos públicos, na imprensa, bem como em outros planos.
3. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não prevê a elaboração de vocabulário ortográfico comum, mas apenas de um vocabulário comum das terminologias científicas e técnicas, cuja existência, nos termos do Acordo, não está posta como condição prévia à sua aplicação.
4. A existência de terminologias científicas e técnicas harmonizadas em todo o espaço da CPLP constitui: i) uma vantagem em termos econômicos; ii) um importante instrumento de consolidação e reforço da língua portuguesa nas organizações internacionais a que pertencem países de língua oficial portuguesa; iii) um meio privilegiado para veicular informação e construir conhecimento na comunicação especializada. As instituições e os organismos responsáveis pela normalização terminológica nos países da CPLP deverão ser congregados em um projeto, para a elaboração, edição e distribuição de glossários, com áreas ou domínios cuja eleição deverá obedecer a critérios que atendam as realidades terminológicas dos Estados Membros.
5. Nos pontos em que o Acordo admite grafias facultativas, é recomendável que a opção por uma delas, a ser feita pelos órgãos nacionais competentes, siga a

tradição ortográfica vigente em cada Estado Membro, a qual deve ser reconhecida e considerada válida em todos os contextos de utilização da língua, em particular nos sistemas educativos.

6. É recomendável que os Estados Membros que ainda não possuem Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa desenvolvam a sua elaboração, edição e distribuição, de modo que se produza, posteriormente, em formato eletrônico, sob coordenação do IILP e com a participação de uma comissão de especialistas designados pelos Estados Membros, o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, que consolide tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país.

#### **IV – Difusão pública da língua portuguesa**

1. Apoiar os esforços do Secretariado Executivo para o desenvolvimento de um “projeto CPLP-TV” e incentivar a sua fase inicial, relativa à formação de uma agência para difusão de informação e conteúdos.
2. Estimular contatos entre empresas públicas e privadas de comunicação dos Estados Membros, com o objetivo de ampliar a difusão de material audiovisual em língua portuguesa na programação televisiva internacional.
3. Desenvolver programas de formação educacional em língua portuguesa – ensino da língua e de disciplinas acadêmicas ou profissionalizantes ministradas em língua portuguesa – para transmissão por meios de comunicação de massa.
4. Desenvolver e apoiar o Portal da Língua Portuguesa da CPLP, com condições que permitam o acesso à produção literária, científica e educacional em português e conexões com editoras, jornais, agências de notícias, emissoras de rádio e TV, revistas e periódicos, instituições universitárias e departamentos de língua portuguesa em universidades estrangeiras, escolas, centros culturais, fundações, galerias de arte e outras entidades educacionais e culturais dos países da CPLP.

5. Apoiar projetos de edição, distribuição e divulgação de coleções e antologias de obras literárias de autores dos Estados Membros da CPLP, inclusive para a adoção em cursos de formação de professores e em bibliotecas públicas.
6. Incentivar a tradução, publicação, distribuição e divulgação de obras de autores de Estados Membros da CPLP em terceiros países, assim como a participação, sempre que possível conjunta, em feiras internacionais do livro.
7. Promover a cultura dos países de língua portuguesa, mediante o incentivo a bibliotecas digitais, o aprofundamento da cooperação na área das indústrias culturais, o aumento do intercâmbio de expressões culturais (cinema, música, teatro, dança e artes visuais, entre outras) e a realização, sempre que possível conjunta, de festivais, mostras, temporadas culturais e eventos diversos em terceiros países.
8. Promover, através do IILP, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, um concurso para revelação de autores inéditos em língua portuguesa, bem como editar e distribuir as obras vencedoras.
9. Cooperar para a realização, nos países da CPLP e em terceiros países, de exposições relacionadas à história e à importância da língua portuguesa.

#### **V – Importância da língua portuguesa nas diásporas**

1. Promover a oferta do ensino do português como língua curricular, desde a educação pré-escolar até o ensino secundário, nos países e regiões onde existam comunidades de cidadãos provenientes dos Estados Membros da CPLP, através de negociação com os responsáveis locais.
2. Promover ações de sensibilização dessas comunidades para as vantagens da educação em língua portuguesa.

3. Estimular o desenvolvimento dos níveis de literacia/letramento em língua portuguesa dessas comunidades, mediante a criação de programas específicos.
4. Identificar oportunidades de convergência entre as políticas governamentais relativas às diásporas nacionais, nos locais onde haja concentração de imigrantes de duas ou mais nacionalidades dos Estados Membros.
5. Apoiar, tanto quanto possível, inclusive com material didático e pedagógico, as instituições sem fins lucrativos dedicadas à formação e ao aperfeiçoamento de professores de língua portuguesa nos países em que residem as diásporas.
6. Valorizar e apoiar os veículos de comunicação que transmitem conteúdos em língua portuguesa dirigidos às comunidades emigradas.
7. Promover, por meio da atuação, sempre que possível conjunta, das Embaixadas e Consulados dos Estados Membros da CPLP, a comemoração anual, a 5 de maio, do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, organizando eventos culturais e outros, envolvendo as comunidades da CPLP residentes em países terceiros.
8. Realizar encontros literários, palestras de autores e exposições de produção cinematográfica em língua portuguesa, destinados às diásporas dos Estados membros, com especial atenção para as atividades voltadas à infância e à juventude.

## **VI – Participação da sociedade civil**

1. Fomentar o apoio da sociedade civil à execução de ações previstas no presente documento, inclusive pelo estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas. Nesse sentido, incluir o tema da promoção e difusão da língua portuguesa no I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, a ser convocado no corrente ano.



2. Estabelecer formas de cooperação entre instituições públicas e privadas para a elaboração e difusão pública de programas educativos e profissionalizantes em língua portuguesa.
3. Contemplar, em projetos de cooperação técnica, parcerias com instituições da sociedade civil dos países da Comunidade para a difusão e valorização da língua portuguesa.

**XV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
Luanda, 22 de Julho de 2010**

**Declaração sobre a Solidariedade na  
Diversidade no Espaço da CPLP**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Luanda, na sua XV Reunião Ordinária, no dia 22 de Julho de 2010;

*Consciente* de que a Solidariedade é elemento fundamental da génese e dos objectivos da CPLP;

*Considerando* que os Chefes de Estado e de Governo da CPLP na Declaração Constitutiva da Organização sublinharam o compromisso de reforçar os laços de fraternidade, de solidariedade e de cooperação entre os povos que têm a língua portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade;

*Tendo em conta* a decisão da construção de uma Comunidade assente na língua portuguesa, entendida como factor de identidade, desenvolvimento e afirmação internacional desses países;

*Consciente* do compromisso reiterado da CPLP de conjugação de esforços para a promoção, difusão e projecção internacional da Língua Portuguesa;

*Consciente* de que o espaço da CPLP, Comunidade pluricontinental, é também distinguido e enriquecido pela sua diversidade cultural e pelo multilinguismo dos seus Estados membros;

*Tendo em conta* as recomendações da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2002 e a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005;

*Tendo ainda em conta* que se celebra em 2010 o Ano Internacional da Aproximação de Culturas, proclamado pela Organização das Nações Unidas

*Considerando* o trabalho que vem a ser desenvolvido pela Aliança das Civilizações na governação da diversidade cultural e a adesão da CPLP e dos Estados membros ao Grupo de Amigos daquela Aliança.

**DECLARA:**

1. *Reafirmar* o seu compromisso de reforçar a solidariedade no espaço da CPLP e trabalhar para a plena concretização dos objectivos gerais inscritos na Declaração Constitutiva, através do contínuo aprofundamento da concertação política e diplomática, da cooperação em todos os domínios e da promoção e difusão da Língua Portuguesa;
2. *Reconhecer* a diversidade cultural e o multilinguismo como factores de enriquecimento da Comunidade, a serem protegidos e valorizados;
3. *Aprofundar* o diálogo intercultural entre os povos da CPLP, com vista a promover o maior conhecimento mútuo;
4. *Recomendar* que as acções de cooperação no âmbito da Comunidade sejam sempre pautadas pelos ideais de desenvolvimento partilhado e solidário e pleno respeito pela diversidade de visões do mundo, exortando os Estados membros para que a concretização desses propósitos tome em consideração o alcance, objectivos e principais resultados propostos pela Agenda Internacional, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a mitigação da mudança climática, a segurança alimentar e a adequada resposta à crise económica e financeira.
5. *Encomendar* a elaboração de uma Estratégia de apoio ao desenvolvimento económico dos Estados membros da CPLP, especialmente em benefício dos países menores e menos avançados, à semelhança do que vem sendo feito nos casos da Guiné-Bissau e Timor-Leste;
6. *Instar* os Estados membros que, até a presente data não o fizeram, a aderir ou ratificar a Convenção da UNESCO sobre a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005 e outros instrumentos relacionados com a diversidade cultural e o multilinguismo;
7. *Encorajar* a Presidência e o Secretariado Executivo a estabelecer parceria com a Aliança das Civilizações para a formulação de uma estratégia sobre a governação da diversidade no espaço da CPLP, no âmbito de implementação do Programa da Aliança 2009-2011;
8. *Envidar* esforços para preservar, valorizar e promover o património cultural comum da Comunidade, para uma maior projecção dessa memória colectiva.

9. *Reafirmar* a função crucial da Língua Portuguesa na génese da CPLP, na sua construção, no seu futuro e como elemento impulsionador de convergência na diversidade;
10. *Reiterar* o seu empenho no desenvolvimento de acções, programas e projectos, especialmente na área de investigação, que promovam o conhecimento das diferentes línguas nacionais dos Estados membros e que concorram para o ensino da Língua Portuguesa em contextos multilinguísticos;
11. *Promover* a utilização dos novos meios de comunicação, inclusive a televisão, para difundir a Língua Portuguesa e a cultura dos Países da CPLP;
12. *Implementar*, no decurso da Presidência angolana, o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, levando-se em consideração a diversidade cultural e o multilinguismo nos Estados membros.

Feita em Luanda, em 22 de Julho de 2010

**VIII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO  
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
Luanda, 23 de Julho de 2010**

**Declaração de Apeço ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luís  
Inácio Lula da Silva**

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), reunida na Cidade de Luanda, República de Angola, na sua VIII Reunião Ordinária, no dia 23 de Julho de 2010.

Reconhecendo o valioso contributo do Presidente Lula da Silva para o desenvolvimento da Comunidade e para a prossecução dos objectivos da Organização, bem como a sua liderança no processo de promoção e difusão da Língua Portuguesa no sistema mundial;

Tendo em conta os seus esforços e a sua dedicação no fortalecimento das relações entre o Brasil e o continente africano, com particular destaque para os países africanos de língua oficial portuguesa;

Expressa um voto de louvor e apeço a Sua Excelência o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pelo empenho, zelo e determinação colocados ao serviço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, durante o seu exercício como Presidente da República Federativa do Brasil.

Feita em Luanda, a 23 de Julho de 2010

## ANEXO J - Manifesto em defesa da língua portuguesa contra o acordo ortográfico

### PETIÇÃO / MANIFESTO ON-LINE

#### **A caminho das 200 000 assinaturas!**

Este documento foi entregue em mão a Sua Excelência o Presidente da República no dia 2 de Junho de 2008, em audiência concedida a um grupo de signatários.

Oportunamente será entregue a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, com todas as assinaturas que vierem a registar-se até então. As primeiras 17.300 assinaturas foram entregues a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República no dia 8/5/2008 que também recebeu em 15/5/2008 as 33.053 assinaturas existentes nessa data.

A apreciação da petição em plenário da Assembleia da República está agendada para o dia 20 de Maio de 2009. A petição continua a recolher assinaturas, as quais estão a ser diariamente reforçadas neste endereço:

[www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa](http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa)

Actualização: **113 206 assinaturas** em 10 de Maio de 2009

### MANIFESTO EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO

(Ao abrigo do disposto nos Artigos n.ºs 52.º da Constituição da República Portuguesa, 247.º a 249.º do Regimento da Assembleia da República, 1.º n.º 1, 2.º n.º 1, 4.º, 5.º 6.º e seguintes, da Lei que regula o exercício do Direito de Petição)

**Ex.º Senhor Presidente da República Portuguesa**

**Ex.º Senhor Presidente da Assembleia da República Portuguesa**

**Ex.º Senhor Primeiro-Ministro de Portugal**

**1** – O uso oral e escrito da língua portuguesa degradou-se a um ponto de aviltamento inaceitável, porque fere irremediavelmente a nossa identidade multissecular e o riquíssimo legado civilizacional e histórico que recebemos e nos cumpre transmitir aos vindouros. Por culpa dos que a falam e escrevem, em particular os meios de comunicação social; mas ao Estado incumbem as maiores responsabilidades porque desagregou o sistema educacional, hoje sem qualidade, nomeadamente impondo programas da disciplina de Português nos graus básico e secundário sem valor científico nem pedagógico e desprezando o valor da História. Se queremos um Portugal condigno no difícil mundo de hoje, impõe-se que para o seu desenvolvimento sob todos os aspectos se ponha termo a esta situação com a maior urgência e lucidez.

**2** – A agravar esta situação, sob o falso pretexto pedagógico de que a

simplificação e uniformização linguística favoreceriam o combate ao analfabetismo (o que é historicamente errado), e estreitariam os laços culturais (nada o demonstra), lançou-se o chamado Acordo Ortográfico, pretendendo impor uma reforma da maneira de escrever mal concebida, desconchavada, sem critério de rigor, e nas suas prescrições atentatória da essência da língua e do nosso modelo de cultura. Reforma não só desnecessária mas perniciosa e de custos financeiros não calculados. Quando o que se impunha era recompor essa herança e enriquecê-la, atendendo ao princípio da diversidade, um dos vectores da União Europeia. Lamenta-se que as entidades que assim se arrogam autoridade para manipular a língua (sem que para tal gozem de legitimidade ou tenham competência) não tenham ponderado cuidadosamente os pareceres científicos e técnicos, como, por exemplo, o do Prof. Óscar Lopes, e avancem atabalhoadamente sem consultar escritores, cientistas, historiadores e organizações de criação cultural e investigação científica. Não há uma instituição única que possa substituir-se a toda esta comunidade, e só ampla discussão pública poderia justificar a aprovação de orientações a sugerir aos povos de língua portuguesa.

**3** – O Ministério da Educação, porque organiza os diferentes graus de ensino, adopta programas das matérias, forma os professores, não pode limitar-se a aceitar injunções sem legitimidade, baseadas em “acordos” mais do que contestáveis. Tem de assumir uma posição clara de respeito pelas correntes de pensamento que representam a continuidade de um património de tanto valor e para ele contribuem com o progresso da língua dentro dos padrões da lógica, da instrumentalidade e do bom gosto. Sem delongas deve repor o estudo da literatura portuguesa na sua dignidade formativa. O Ministério da Cultura pode facilitar os encontros de escritores, linguistas, historiadores e outros criadores de cultura, e o trabalho de reflexão crítica e construtiva no sentido da maior eficácia instrumental e do aperfeiçoamento formal.

**4** – O texto do chamado Acordo sofre de inúmeras imprecisões, erros e ambiguidades – não tem condições para servir de base a qualquer proposta normativa. É inaceitável a supressão da acentuação, bem como das impropriamente chamadas consoantes “mudas” – muitas das quais se lêem ou têm valor etimológico indispensável à boa compreensão das palavras. Não faz sentido o carácter facultativo que no texto do Acordo se prevê em numerosos casos, gerando-se a confusão. Convém que se estudem regras claras para a integração das palavras de outras línguas dos PALOP, de Timor e de outras zonas do mundo onde se fala o Português, na grafia da língua portuguesa. A transcrição de palavras de outras línguas e a sua eventual adaptação ao português devem fazer-se segundo as normas científicas internacionais (caso do árabe, por exemplo).

Recusamos deixar-nos enredar em jogos de interesses, que nada leva a crer de proveito para a língua portuguesa. Para o desenvolvimento civilizacional por que os nossos povos anseiam é imperativa a formação de ampla base cultural (e não apenas a erradicação do analfabetismo), solidamente assente na herança que nos coube e construída segundo as linhas mestras do pensamento científico e dos valores da cidadania.

Os signatários,

Ana Isabel Buescu  
António Emiliano  
António Lobo Xavier  
Eduardo Lourenço  
Helena Buescu  
Jorge Morais Barbosa  
José Pacheco Pereira  
José da Silva Peneda  
Laura Bulger  
Luís Fagundes Duarte  
Maria Alzira Seixo  
Mário Cláudio  
Miguel Veiga  
Paulo Teixeira Pinto  
Raul Miguel Rosado Fernandes  
Vasco Graça Moura  
Vitor Manuel Aguiar e Silva  
Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho  
Zita Seabra

Fonte: Manifesto em defesa da língua portuguesa contra o acordo ortográfico. Disponível em:  
<http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/> Acesso em: 14 nov. 2010)



**ANEXO K** -Quadro cronológico da difusão da língua portuguesa no exterior como diplomacia cultural

<b>Ano</b>	<b>Marco</b>
1883	Fundação da Aliança Francesa para difundir o francês pelo mundo.
1907	A Academia Brasileira de Letras (ABL) aceita a proposta ortográfica de José Medeiros e Albuquerque, baseada na do português Gonçalves Viana (1904).
1910	Proclamação da República em Portugal.
1911	Primeira padronização da grafia em Portugal.
1911	A ABL revisa a ortografia de 1907.
1921	Criação do primeiro leitorado português, na Universidade de Rennes (França).
1925	Criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual na Liga das Nações. Organização precursora da Unesco.
1929	Criação no Ministério da Instrução Pública de Portugal, da Junta de Educação Nacional, responsável pelo intercâmbio cultural e expansão da cultura portuguesa.
1930	Revolução de 1930 no Brasil. Getúlio Vargas assume o poder.
1931	Primeiro Acordo Ortográfico entre Portugal e Brasil.
1933	Início do Estado Novo em Portugal. António Salazar assume o poder.
1936	A Junta da Educação Nacional transforma-se em Instituto para a Alta Cultura.
1937	Início do Estado Novo no Brasil.
1937	Criação do Serviço de Cooperação Intelectual no Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) na gestão de Pimentel Brandão.
1938	Criação da Divisão de Cooperação Intelectual no MRE, na gestão Oswaldo Aranha.
1940	Fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro em Montevidéu. Primeiro centro cultural brasileiro no exterior.
1943	Segundo Acordo Ortográfico entre Portugal e Brasil.
1945	Fim do Estado Novo no Brasil.
1945	A constituinte de 1945 adota a denominação de língua portuguesa e não de língua brasileira à língua falada no Brasil.
1952	O Instituto para a Alta Cultura é renomeado para Instituto de Alta Cultura (Portugal).
1955	Juscelino Kubitschek adota o Acordo Ortográfico de 1943.
1965	Criação do primeiro leitorado brasileiro, na Universidade de Toulouse (França).
1971	Terceiro Acordo Ortográfico entre Portugal e Brasil.
1974	Revolução dos Cravos e fim do Estado Novo em Portugal.
1974/1975	Independência das colônias portuguesas na África, que decidem adotar a língua portuguesa como oficial.
1976	O Instituto de Alta Cultura é renomeado para Instituto de Cultura Portuguesa e passa à tutela da Secretaria de Estado da Cultura.
1979/1980	Jacques Rigaud publica relatório sobre a necessidade de introduzir o multiculturalismo na diplomacia cultural francesa.
1980	O Instituto de Cultura Portuguesa passa a chamar-se Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP) e volta à tutela do Ministério da Educação.
1989	Reunião dos países de língua oficial portuguesa em São Luís (MA).

1990	Acordo Ortográfico entre Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
1992	O Instituto de Cultura e Língua Portuguesa transforma-se em Instituto Camões.
1994	O Instituto Camões é transferido do Ministério da Educação para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
1994-1995	O governo brasileiro cria o exame de proficiência em português brasileiro: Celpe-Bras.
1995-2001	O governo de Fernando Henrique Cardoso privatiza diversos Centros de Estudos Brasileiros.
1996	Criação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).
1998	Aplicação da primeira prova do Celpe-Bras.
1998	Primeiro Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico para garantir a entrada em vigor do acordo após a ratificação desse protocolo por apenas três países.
1999	Criação pelo governo português do Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE), responsável pelo exame de proficiência em português europeu.
1999	Fundação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) em Cabo Verde.
2002	Restauração da independência de Timor Leste, com a adoção do português como uma de suas duas línguas oficiais. Torna-se o oitavo país de língua oficial portuguesa.
2003-2010	O governo Lula reestrutura e amplia a rede de ensino de português no exterior, composta pelos leitorados, pelos Centros Culturais Brasileiros e pelos Institutos Culturais.
2003	Criação da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa no Departamento Cultural do MRE, na gestão de Celso Amorim (Governo Lula).
2004-2007	Criação da Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (COLIP) pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC).
2004	Proposta de criação do Instituto Machado de Assis no MEC.
2004	Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico de 1990, para autorizar a adesão do Timor Leste.
2005	Reestruturação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) em Cabo Verde.
2006	Criação do Dia Nacional da Língua Portuguesa no Brasil: 05 de novembro.
2006	Guiné Equatorial e Maurício são aceites como observadores associados da CPLP.
07/2006	Abertura de Missão Permanente do Brasil junto à CPLP.
2006	Inauguração do Museu da Língua Portuguesa na Estação da Luz, em São Paulo (SP), Brasil.
10/2007	Abertura de Missão Permanente da Guiné-Bissau junto à CPLP.
2007	Guiné-Equatorial adota o português como sua terceira língua oficial, ao lado do espanhol e do francês. É o nono país de língua oficial portuguesa.
2007/2010	O Uruguai torna obrigatório o ensino de português como língua estrangeira.
2008	Criação do Portal de Internet da CPLP.
2008	Senegal é aceito como observador associado da CPLP.
09/2008	Fundação da Academia Galega de Língua Portuguesa.
2008	Criação do Fundo da Língua Portuguesa por Portugal.

01/2009	Abertura de Missão Permanente do Timor-Leste e de Portugal junto à CPLP.
2009	Criação do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP: 05 de maio.
2009	O governo de Zâmbia anuncia a adoção da língua portuguesa como estrangeira no seu ensino básico.
2009	Entrada em vigor do quarto Acordo Ortográfico, após a ratificação por Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe dos protocolos modificativos.
2009	A Comunidade Autónoma de Extremadura (Espanha) adota o ensino de português no seu sistema de ensino.
2009/2010	Argentina e Venezuela tornam obrigatória a oferta de português como língua estrangeira nos estabelecimentos de ensino.
2010	Adoção pela CPLP do Plano de Ação de Brasília para promoção e difusão da língua portuguesa.
09/2010	Abertura de Missão Permanente de Angola junto à CPLP.
2010	Inauguração da TV Brasil Internacional, semelhante a NHK (Japão), BBC (Reino Unido) e TV Cinq (França).
2010/2011	O governo do Congo anunciou a adoção da língua portuguesa como estrangeira no seu sistema de ensino.
2010	Nova reestruturação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).
2010/2011	Fundação da UNILAB (Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira) em Redenção (CE), Brasil. Início das aulas.

*Elaborado pelo autor a partir da bibliografia consultada.*

**ANEXO L** - As marcas linguísticas dos enunciadores na Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo (2004)

V CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE  
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
IX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
São Tomé, 26 e 27 de Julho de 2004  
RESOLUÇÃO SOBRE A PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

1. O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em São Tomé, na sua IX Reunião Ordinária, no dia 26 de Julho de 2004;
2. Tendo em conta o carácter fundamental das actividades de promoção e difusão da Língua Portuguesa para o fortalecimento da CPLP no plano internacional e para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação política e da cooperação entre os seus Estados membros;
3. Congratulando-se com as iniciativas da Sociedade Civil dos Estados membros a favor da promoção e difusão da Língua Portuguesa;
4. Tendo apreciado os resultados do I Encontro Extraordinário de Trabalho sobre o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), realizado na Praia, a 4 e 5 de Dezembro de 2003; da Oficina de Trabalho Preparatória à III Assembleia Geral do IILP, realizada em Lisboa, de 10 a 12 de Maio de 2004 e da III Assembleia Geral do IILP, realizada na Praia, a 28 e 29 de Junho de 2004;
5. Considerando que a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa através do IILP, é um dos objectivos gerais da CPLP; e
6. Havendo identificado a necessidade da adopção de medidas que confirmem um maior dinamismo ao IILP e, em particular, a dotação do Instituto dos meios humanos e materiais necessários para o eficaz cumprimento da sua missão;

DECIDE:

7. Reiterar o compromisso de apoiar projectos ou acções concretas voltadas para o fortalecimento da Língua Portuguesa nos Estados membros, especialmente em Timor-Leste;
8. Registrar, com satisfação, as actividades desenvolvidas pelo Secretariado Executivo junto das entidades da sociedade civil interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa e, nesse particular: - Aplaudir a Fundação Roberto Marinho e demais parceiros do Projecto Estação da Luz da Nossa Língua pela iniciativa de criar, na cidade de São Paulo, um centro internacional de referência da Língua Portuguesa; e - Louvar a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) pelos seus esforços para que a Língua Portuguesa seja incluída nos exames de acesso às universidades norte-americanas.
9. Sublinhar a importância da promoção da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais, nomeadamente, através de tradutores e interpretes nas organizações internacionais que tenham o Português como língua de trabalho e do apoio à criação de conteúdos em Língua Portuguesa para as páginas na Internet dessas mesmas organizações, com especial incidência para as seguintes organizações africanas: UA, CEDEAO, CEACC, SADC e UEMOA;
10. Congratular o Dr. Manuel Brito-Semedo pela sua eleição para o cargo de

Director Executivo do IILP e a Dra. Ana Paula Serafim Henriques pela sua recondução na Presidência da Assembleia Geral;

11. Tomar nota das alterações aos Estatutos e ao Regimento da Assembleia Geral do IILP e das recomendações à Direcção Executiva do Instituto, emanadas da III Assembleia Geral;
12. Saudar as seguintes orientações resultantes dos trabalhos da III Assembleia Geral no que respeita: - A criação de mecanismos de reforço de coordenação entre a Direcção Executiva do IILP e o Secretariado Executivo da CPLP; - A elaboração e execução de projectos, sempre que possível, em parceria com instituições interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa;
13. Instruir os órgãos da CPLP, tendo em atenção os resultados emanados da III Assembleia Geral do IILP: - A designar um assessor que se encarregue do acompanhamento contínuo das actividades do IILP e do encaminhamento da interlocução com a CPLP; - A fornecer formação e capacitação do quadro de pessoal do IILP no sentido da adopção de práticas administrativas e financeiras padronizadas e - A apoiar o IILP na administração financeira dos seus projectos, por meio do Fundo Especial da CPLP, sem que aqueles sejam onerados pela taxa de administração do Fundo.
14. Instar os Estados membros que ainda não o fizeram a contribuir para o Orçamento do IILP, de forma a garantir o seu adequado funcionamento.

Feita em São Tomé, a 26 de Julho de 2004.

#### LEGENDA:

Verde: enunciador ufanista  
Amarelo: enunciador defensor  
Vermelho: enunciador apreensivo  
Azul: enunciador idealista

**ANEXO M - As marcas linguísticas dos enunciadores na Declaração sobre a Língua Portuguesa da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo (2008)**

**VII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Lisboa, 25 de Julho de 2008

**DECLARAÇÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA**

15. Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique reuniram-se na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008.
16. *Considerando* a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização;
17. *Reconhecendo* a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, cujos valores fomentam a aproximação dos povos;
18. *Considerando* a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional, ditada pela sua pertença a múltiplas matrizes geopolíticas;
19. *Assumindo* o papel das línguas na criação de mercados e oportunidades de negócio, e na integração económica e social;
20. *Confirmando* o poder da Educação definida por padrões de referência de qualidade;
21. *Tendo em conta* que se celebra, em 2008, o Ano Internacional dos Idiomas;
22. *Recordando* os objectivos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP);

**DECLARAM:**

23. A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela integração, inclusão e estruturação, com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como *Língua Global*;
24. A sua actuação conjunta no processo de efectiva mundialização da Língua Portuguesa, nomeadamente, através:
  25. a. Do apoio à introdução da Língua Portuguesa em Organizações internacionais, regionais ou agências especializadas, bem como à sua utilização efectiva em todas aquelas Organizações onde o Português já constitui língua oficial ou de trabalho;
  26. b. Da coordenação de esforços na formação de tradutores e intérpretes e implementação de tecnologias da informação e comunicação ao serviço da tradução e interpretação;
  27. c. Da concertação de programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira, com a criação de uma rede de professores certificados dos Estados-Membros da CPLP e a difusão dos sistemas de certificação do Português como Língua Estrangeira;
28. O seu compromisso na concertação de programas que promovam, na cena internacional, o valor cultural e económico do Português, designadamente através de projectos comuns suportados pelas tecnologias de informação e comunicação;
29. O compromisso, nos espaços da CPLP, de partilha de experiências e de esforços no sentido de serem definidas políticas de ensino que visem especificamente a aprendizagem da Língua Portuguesa, nomeadamente através da formação especializada dos professores para o ensino do Português como Língua Não Materna (Língua Segunda);
30. A necessidade de continuada concertação diplomática no sentido de, em conjunto, se desenvolverem programas que permitam a permanente ligação das diásporas às culturas dos seus países de origem e a sua simultânea integração nos países de acolhimento, tendo em consideração que a Língua Portuguesa é um factor de união das diásporas dos diferentes Estados membros da CPLP;

31. O seu regozijo pela futura entrada em vigor do Acordo Ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de **mecanismos de cooperação**, com vista a **partilhar metodologias para a sua aplicação prática**.
32. A **necessidade de medidas concretas** relativamente ao compromisso da desejável **unificação do vocabulário científico e técnico em Língua Portuguesa**.
33. A sua confiança no IILP, quer no acompanhamento da aplicação prática do Acordo Ortográfico, coordenando a apresentação de relatórios periódicos, quer na adopção de um Plano Estratégico para a Gestão da Língua Portuguesa que esteja ao serviço, entre outros, das políticas supra referidas, com vista à sua apresentação na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em 2009. Neste contexto, os Estados membros da CPLP **reiteram** a necessidade de serem criadas as respectivas Comissões Nacionais adstritas ao **IILP** e de que **seja assegurada a operacionalidade** daquelas já criadas.

Feita em Lisboa, a 25 de Julho de 2008.

#### LEGENDA:

Verde: enunciador ufanista  
Amarelo: enunciador defensor  
Vermelho: enunciador apreensivo  
Azul: enunciador idealista

ANEXO N - As marcas linguísticas dos enunciadores na Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo, do Conselho de Ministros (2009)

XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
Cidade da Praia, 20 de Julho de 2009  
Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo

34. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores da CPLP, reunidos na Cidade da Praia, debateram a orientação estratégica sobre a questão da difusão e promoção da Língua portuguesa.
35. Reafirmaram que a Língua é um meio fundamental de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores comuns, numa perspectiva aberta e universalista.
36. A utilização progressiva do português como língua de trabalho em organizações internacionais, de cariz universal ou regional, é uma realidade. É um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais, nomeadamente na União Africana, na União Europeia, na União Sul-Americana de Nações (UNASUL), na Organização dos Estados Americanos e nas Cimeiras Ibero-Americanas. Concordaram que a CPLP e os Estados membros têm que ser mais ambiciosos, em particular no sistema das Nações Unidas
37. A acção conjunta nesta matéria deve guiar-se pelos seguintes pressupostos: realismo nos objectivos a fixar, pragmatismo na forma de os executar e persistência na concertação da acção política necessária.
38. A CPLP é uma Comunidade de mais duzentos milhões de pessoas que tem na língua comum uma marca da sua individualidade. A diversidade linguística e cultural é necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fenómenos de massificação propícios à constituição de centros de poder político de participação muito reduzida.
39. Defender a língua comum é uma forma de democratização do sistema internacional. É igualmente um meio de aumentar a influência conjunta da Comunidade, num momento de recomposição da distribuição do poder à escala global.
40. Os Ministros estão também conscientes de que é essencial um aumento significativo do Ensino da Língua portuguesa nos seus próprios países, reconhecendo ainda a conveniência dos esforços de promoção do ensino da língua portuguesa noutros países, com ênfase nos países observadores, bem como nos que demonstrem especial interesse.
41. Visa-se, nuns casos, a promoção da língua enquanto instrumento vital de aquisição de conhecimentos técnicos e científicos e, noutros, a sua própria difusão, coexistindo em harmonia com outros idiomas nacionais.
42. As dimensões interna e externa da acção conjunta deverão ser complementares. As decisões que tomamos para melhorar a eficácia do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) contribuirão para reforçar a concretização destes objectivos.
43. Com o propósito de acelerar os trabalhos para cumprimento das orientações que foram dadas pelos Chefes de Estado e de Governo na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Lisboa e depois em Nova Iorque, os Estados membros decidiram organizar uma Conferência Internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial, a realizar no Brasil durante a Presidência Portuguesa.
44. Na mesma ocasião, terá lugar uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP para analisar propostas sobre as estratégias de promoção e difusão do ensino da Língua Portuguesa e da sua implantação nas organizações internacionais, com base num



relatório, elaborado por peritos designados pelos Estados membros, a apresentar oportunamente pela Presidência Portuguesa, apoiada pelo Secretariado Executivo.

45. Este relatório abordará também o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, particularmente no que respeita aos **constrangimentos** relativos à **elaboração do vocabulário ortográfico comum**, enquanto pressuposto da sua aplicação. Esta acção deverá ter lugar em estreita coordenação com o IILP.
46. A VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 2010, tomará as decisões necessárias que resultem das recomendações apresentadas pelos Ministros.

Feita na Cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009

#### LEGENDA:

Verde: enunciador ufanista

Amarelo: enunciador defensor

Vermelho: enunciador apreensivo

Azul: enunciador idealista

**ANEXO O** - As marcas linguísticas dos enunciadores na Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa do Conselho de Ministros (2010)

VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP – Brasília, 31 de março de 2010 – Plano de Ação

Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Brasília na sua VI Reunião Extraordinária, no dia 31 de Março de 2010:

Em cumprimento às decisões contidas na “Declaração sobre a Língua Portuguesa”, adotada na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de Julho de 2008;

Cientes de que a promoção e difusão da língua portuguesa constituem um dos três objetivos gerais estabelecidos nos Estatutos da Comunidade;

Reafirmando a assunção de **políticas partilhadas** para a **projeção da língua portuguesa como língua global**;

Reiterando que a **ação conjunta** nessa matéria deve guiar-se pelos pressupostos do **realismo** na fixação de objetivos, do **pragmatismo** em sua execução e da **persistência na concertação política necessária**;

Ressaltando que a **dimensão interna e a externa da ação conjunta devem ser complementares**;

Registrando, com satisfação, a conclusão dos trabalhos de revisão dos Estatutos e do Regimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com vistas a dotá-lo de meios para transformar-se em um **instrumento útil às políticas comuns e nacionais dos países da CPLP** nas diversas vertentes da promoção, da difusão e da projeção da língua portuguesa;

Tendo recebido o relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, convocada pela XIV Reunião do Conselho de Ministros (“Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo”, Praia, 20 de Julho de 2009) e realizada em Brasília, de 25 a 30 de Março de 2010;

Havendo examinado as recomendações formuladas pelas delegações oficiais à Conferência, reunidas em seu segmento técnico-governamental nos dias 29 e 30 de Março de 2010;

Conscientes de que tais recomendações se beneficiaram do exame prévio por todos os Estados Membros de sugestões de peritos sobre estratégias para a difusão do ensino da língua portuguesa e sua implantação em organismos internacionais, assim como sobre o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, em atenção à “Declaração da Praia”;

Expressando seu reconhecimento pela contribuição dos peritos e pelo empenho das delegações à Conferência na formulação de **recomendações consensuais** para a atuação da Comunidade em favor da **projeção da língua portuguesa como língua global**;

DECIDE:

Tomar nota do relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

Recomendar à VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, a adoção do “Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”, em anexo à presente Resolução.

Acolher a proposta de Portugal de organizar uma II Conferência Internacional sobre a Língua

Portuguesa no Sistema Mundial, a realizar em 2012.

Feita em Brasília, a 31 de março de 2010

LEGENDA:

Verde: enunciador ufanista

Amarelo: enunciador defensor

Vermelho: enunciador apreensivo

Azul: enunciador idealista